

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HÁBITAT

**OPENSAMENTO
SOBREA
FAVELA
EM SÃO
PAULO:**
UMAHISTÓRIACONCISADAS
FAVELASPULISTANAS.

JORGE PAULINO

São Paulo
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Curso de Pós Graduação da Faculdade de Arquitetura
e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Professor Orientador
Dr. Paulo Cesar Xavier Pereira

São Paulo, janeiro de 2007

Agradecimentos

*Ao Professor Paulo Cesar, pela atenção, apoio e orientação.
O seu estímulo e dedicação me impulsionaram nos
momentos mais difíceis. As suas observações e indicações de
leitura, ampliaram o meu horizonte intelectual.*

*Aos professores Nabil Bonduki e Suzana Pasternak Taschner,
pelas dicas e contribuições no exame de qualificação e
também por me servirem de exemplo, nas suas respectivas
atuações na vida acadêmica, política e profissional.*

*À professora Ermínia Maricato, que me acompanhou em
uma primeira empreitada de pesquisas e estudos.*

*Ao professores Edmilson, Cláudio Arantes,
Ana Maria e Mônica, amigos da Cásper Líbero, que me
incentivaram a retornar a esta tarefa.*

*Ao amigo Milton Costa, pelo projeto gráfico
e edição deste trabalho.*

*Aos funcionários das bibliotecas em que estive
pesquisando nestes anos, pela atenção.*

À minha mãe, Palmira, por se preocupar tanto por mim.

*À minha esposa Cilene, pelo companheirismo,
pelo carinho, amor, paciência e compreensão.*

*Aos meus filhos, Francisco e Maria Luísa,
por tudo aquilo que me trouxeram de felicidade
desde que vieram ao mundo.*

Resumo

O PENSAMENTO SOBRE A FAVELA EM SÃO PAULO: UMA HISTÓRIA CONCISA DAS FAVELAS PAULISTANAS.

ESTA DISSERTAÇÃO ABORDA A PRODUÇÃO intelectual sobre o fenômeno favela, em especial aqueles autores que estudaram a manifestação do fenômeno na cidade de São Paulo. Analisa também os conceitos elaborados sobre a favela, destacando os limites e as inadequações destes conceitos face às mudanças que ocorreram nestes aglomerados ao longo do tempo.

Neste sentido, elaboramos um panorama histórico ressaltando neste a evolução das favelas paulistanas, a partir das descrições, dos dados apresentados nos estudos em que pesquisamos. Neste aspecto, estabelecemos um recorte cronológico que vai da década de 1950 até o ano de 2006.

A dissertação examina também as representações e imagens construídas sobre o fenômeno favela e as teorias elaboradas para explica-las.

Abstract

THE IDEA ABOUT THE SLUMS IN SÃO PAULO: A CONCISE STORY OF SÃO PAULO'S SLUMS.

THIS PAPER APPROACHES INTELLECTUAL PRODUCTION about the slums phenomenon, specially those writers who have studied the expression of the phenomenon in São Paulo. It also analyses the drawn concept of slum, pointing the limits and unsuitability of this concepts facing the changes in those agglomerates through time.

Thinking about it, we made out a historical scenery emphasizing the evolution of São Paulo's slums from descriptions of the data presented in the studies in which we made our research. In this aspect, we sat up a chronological area that goes from the decade of 1950 to the year 2006.

The paper also examines the rendering and the images created about the slums phenomenon and the theories developed to explain them.

Índice

OPENSAMEN
SOBRE
FAVELAS
EM SÃO
PAULO
UMA HISTÓRIA CONCISA
FAVELAS PAULISTANAS

Apresentação	11
CAPÍTULO 1 O que é Favela? — Primeiras considerações: uma introdução	14
1.1 Considerações sobre conceitos e definições de favela	14
1.2 A questão da ilegalidade fundiária e a ocupação consentida	19
1.3 As origens do termo favela. As primeiras imagens e representações elaborada para as favelas cariocas. O processo de estigmatização pelo nome favela	22
CAPÍTULO 2 A favela como objeto de estudo da sociologia	32
2.1 A questão da habitação e a favela	32
2.1.1 <i>Algumas questões de natureza epistemológicas</i>	32
2.1.2 <i>A questão da habitação</i>	34
2.1.3 <i>A questão da habitação no Brasil — São Paulo</i>	37
2.2 A teoria da marginalidade e a favela	51
2.2.1 <i>Teoria da marginalidade: algumas considerações iniciais</i>	51
2.2.2 <i>Cultura urbana–Marginalidade–Cultura da pobreza</i>	53
2.2.3 <i>Os aspectos econômicos da teoria da marginalidade e a favela</i>	59
2.3 Alguns mitos sobre a favela	66
2.3.1 <i>Favela e ideologia</i>	66
2.3.2 <i>As funções dos mitos elaborados sobre a favela</i>	68
CAPÍTULO 3 O pensamento sobre a favela em São Paulo — um panorama histórico: 1950–1970	73
3.1 Década de 1950: Os primeiros estudos sobre o fenômeno	73
3.1.1 <i>As origens das favelas em São Paulo</i>	73
3.1.2 <i>As favelas paulistanas como objeto de estudo das Assistentes Sociais</i>	76
3.1.3 <i>A favela segundo os engenheiros urbanistas</i>	85
3.2 As favelas paulistanas — década de 1960	90
3.2.1 <i>A favela vista por uma favelada</i>	91
3.2.2 <i>Ações e reações ao livro de Carolina de Jesus</i>	95
3.2.3 <i>O estudo da SAGMACS sobre as favelas do Rio de Janeiro</i>	96
3.2.4 <i>O Movimento Universitário de Desfavelamento — MUD</i>	98
3.2.5 <i>A realidade sobre o problema favela por Wilson Abujamra</i>	104
3.3 As favelas paulistanas — a produção intelectual na década de 1970	108
3.3.1 <i>Cadastro de Favelas do Município de São Paulo: estudo sobre o fenômeno favela no município</i>	110
3.3.2 <i>Os estudos sobre favela e moradia em São Paulo na segunda metade dos anos de 1970</i>	115
3.3.3 <i>Favela e espoliação urbana</i>	120
CAPÍTULO 4 O pensamento sobre a favela em São Paulo — panorama histórico: 1980–2006	123
4.1 As favelas paulistanas — a produção intelectual na década de 1980	123
4.1.1 <i>A cidade que virou favela</i>	123

4.1.2	<i>A evolução das favelas paulistanas e a produção acadêmica na década de 1980</i>	125
4.1.3	<i>Desfavelamento toma conta da mídia impressa</i>	130
4.2	As favelas paulistanas — a produção intelectual na década de 1990	133
4.2.1	<i>Favela e periferia</i>	134
4.2.2	<i>Estigmas e preconceitos que persistem</i>	137
4.3	As favelas paulistanas — a produção intelectual recente, a partir de 2000	140
4.3.1	<i>A favela: fenômeno metropolitano e seus “dogmas”</i>	140
4.3.2	<i>O “Dogma” da pobreza na favela: algumas considerações</i>	143
4.3.3	<i>Políticas de urbanização — mercado imobiliário informal</i>	146
	CAPÍTULO 5 Considerações finais	149
	Bibliografia	152
	Anexos	159

Apresentação

A FAVELA É UM FENÔMENO URBANO que possui um pouco mais de um século de existência no Brasil e, assim como os cortiços e os loteamentos periféricos, se tornou uma das alternativas de moradia para as camadas sociais atingidas pela pobreza urbana.

São muitos os autores que apontam a origem do fenômeno — assim como do próprio nome, favela —, para a cidade do Rio de Janeiro nos finais do século XIX. (ABREU, 1994; LEEDS e LEEDS, 1978; TASCHNER, 1996; VALLADARES E MEDEIROS, 2003; VALLADARES, 2005).

Neste aspecto, a palavra favela continha um conteúdo regionalista, mas que se consolidou de tal forma ao longo do século XX que aparentemente se difundiu para todo o Brasil, suplantando inclusive outros termos que designam fenômenos urbanos semelhantes como os *mocambos* de Recife, as *malocas* de Porto Alegre e as *invasões* e os *alagados* em Salvador. (SANTOS, 1982:45).

Por outro lado, autores como Milton Santos afirmam que, malgrado o fenômeno ter características particulares, de região para região ou de país para país, ele se apresenta como um elemento característico da urbanização dos países latino-americanos:

“Os nomes também variam, mas a realidade é sempre a mesma: são as ‘vilas miséria’ de Buéno Aires, as ‘quebradas’ de Caracas, as ‘barreadas’ de Lima, os ‘bairros clandestinos’ de Bogotá, as ‘callampas’ de Santiago, os ‘jacales’ do México” (SANTOS, 1982:45)

Da mesma forma compreende Morse, conforme citado em estudo de Suzana Taschner (1979):

“para muitos observadores as ‘villas misérias’, ‘barriadas’ e favelas são as marcas visíveis mais espetaculares da composição social de uma cidade latino americana. A nomenclatura dada a este tipo de agrupamento humano varia de um país para outro”.

Para outros, no entanto, o fenômeno se apresenta com uma abrangência ainda maior. Segundo o economista e urbanista francês Yves Cabannes, da Universidade de Harvard e consultor internacional em políticas públicas, urbanismo e habitação popular, *“Favela é um mundo inteiro. Há características locais, mas a origem, relacionada à pobreza que atinge dois bilhões de pessoas, e a precariedade são comuns”*.¹

Neste sentido, fenômenos urbanos, como o que caracteriza a favela no Brasil, teriam ainda um âmbito maior que o contexto latino americano.

Mike Davis, em publicação recente, procura demonstrar que este fenômeno urbano tem uma escala global. Com base em um relatório publicado em 2003 pelo Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas (UN-Habitat), ele afirma que o fenômeno se espalhou pelas metrópoles do Terceiro Mundo como um todo. (DAVIS.2006)

Mas, o que é uma favela? O que a caracteriza e a singulariza frente às outras alternativas de moradia popular? Quais são os critérios que a definem?

Como o fenômeno se apresenta no Brasil? E particularmente, para nós, como ele se apresenta na cidade de São Paulo? Como se conceituou e se conceitua a favela hoje? Como se constituiu um pensamento sobre o fenômeno?

Segundo Licia do Prado Valladares, *“Há mais de cem anos as favelas do Rio de Janeiro se constituem em objeto de reflexão de diversos atores sociais provenientes dos mais variados campos do conhecimento”* (VALLADARES e MEDEIROS.2000:9.)

Isto significa que um largo campo de produção intelectual se instituiu, tendo como objeto de reflexão o fenômeno favela. Neste sentido, elaborou-se muitos conceitos e representações sobre o fenômeno ao longo do tempo, tendo como referência a cidade do Rio de Janeiro.

ro. Mas não ficou restrito somente ali; em São Paulo o pensamento sobre a favela remonta a década de 1950, com o trabalho pioneiro de Marta Godinho, malgrado o fenômeno ter ganhado maior expressão a partir da década de 1980. De lá para cá podemos considerar que, também aqui a favela ganhou “status” de objeto de estudo e reflexão, mesmo reconhecendo que o fenômeno da favela tenha uma história e uma maior expressão na cidade do Rio.

Segundo Valladares (2000), a partir da década de 1960 temos um “boom” de pesquisas sobre o fenômeno:

“Rapidamente a universidade transforma a favela em um dos seus objetos de estudo, gerações de pesquisadores se sucedem, alguns se tornam ‘especialistas’ e a favela se consagra, ganha centralidade e acaba por inspirar uma grande parte da literatura sobre a pobreza urbana no Rio de Janeiro e no Brasil”.

Entretanto, mais recentemente, vários autores, que serão indicados ao longo deste trabalho, apontam limites e insuficiências no conceito de favela consolidado nos estudos sobre o fenômeno no Brasil. Alguns propondo uma re-conceituação da favela frente à inadequação dos critérios que definiram esta noção face às transformações que vem ocorrendo nestes espaços; outros buscando a construção de um novo olhar sobre o fenômeno, pois consideram que as representações construídas para a favela ao longo do tempo são representações estereotipadas das favelas e dos favelados.

Valladares, que há muito vem contribuindo para a construção da favela como objeto de reflexão, admite que *“Aquele velho conceito das favelas como espaços de invasão não se sustenta mais”*. Ela chega a elaborar uma autocrítica da sua própria produção intelectual, apontando *“os equívocos de quem ajudou a construir a imagem da favela como se fosse possível a uma única imagem traduzir um universo tão diverso”*.²

Compartilhamos da idéia destes autores de que o termo *favela*, de fato, se mostra hoje inadequado no sentido de não explicar o fenômeno urbano que ele busca designar, assim também o conceito não corresponde mais e talvez nunca tenha correspondido à realidade social e espacial que ele tenta compreender. Desta forma, o tema em questão se mostra especialmente instigante e merece uma análise mais aprofundada no que diz respeito a sua gênese e desenvolvimento histórico.

Para as favelas cariocas, os trabalhos recentes de Licia do Prado Valladares caminham no sentido de estruturar uma história intelectual da favela no Rio de Janeiro. (VALLADARES. 2000, 2003 E 2005)

Em relação ao fenômeno em São Paulo, há uma lacuna neste aspecto. Muito se escreveu sobre as favelas em São Paulo, sua evolução ao longo do tempo, mas quase nada foi escrito sobre o pensamento sobre este fenômeno em São Paulo. Isto é sobre os conceitos, imagens e representações elaboradas sobre ele.

Este trabalho procura preencher esta lacuna, buscando reconstituir a história da reflexão sobre a favela em São Paulo e ao mesmo tempo, elaborar um panorama histórico do fenômeno na cidade de São Paulo.

Para tanto, estruturamos esta dissertação em cinco capítulos. Os dois primeiros, com uma abordagem mais geral do fenômeno, não tratam especificamente das favelas paulistanas.

No primeiro capítulo tecemos algumas considerações sobre, a origem do termo favela, as designações estabelecidas para este termo, assim como sobre as representações e imagens construídas sobre o fenômeno a partir daí. Buscamos analisar os critérios que definem e tentam singularizar a favela em relação a outras alternativas de habitação das camadas atingidas pela pobreza urbana. Abordamos também o processo de estigmatização que marca o termo.

No segundo capítulo, buscamos apresentar como a favela passou a ser um problema sociológico e emergiu com uma nova problemática nos estudos urbanos. Enfim,

fizemos algumas considerações sobre como a sociologia se aproxima dos estudos urbanos, sobre a habitação e particularmente da favela.

No terceiro capítulo abordamos a produção intelectual sobre o fenômeno favela em São Paulo. Buscando traçar um panorama histórico ressaltando neste a formação de um campo de estudos específico, como também, mostrando a evolução das favelas paulistanas ao longo do tempo, como a própria evolução do pensamento sobre as favelas.

Neste sentido, estabelecemos um recorte cronológico linear, isto é, sem a preocupação de marcar pontos de inflexão ou de ruptura no pensamento sobre o fenômeno favela, ou seja, partimos do ano da década de 1950, que entendemos como o marco inicial para traçar uma história da reflexão sobre a favela e chegamos até o ano de 2006.

Desta maneira, os capítulos 3 e 4 seguem esta ordem; o capítulo 3 compreende as décadas de 1950, 1960 e 1970, e o capítulo 4 segue as décadas de 1980, 1990 e chegando até o ano de 2006.

No último capítulo deixamos as nossas considerações finais, onde apontamos para a necessária reconceituação do fenômeno e para a superação das imagens e representações construídas sobre ele, que entendemos estigmatizantes e preconceituosas, não permitindo, portanto, uma compreensão clara das causas do fenômeno.

1 Em entrevista publicada no jornal *O Estado de S.Paulo* do dia 12 de fevereiro de 2006, Caderno *Cidades/Metrópole*, pág. C5.

2 Em entrevista publicada no jornal *O Estado de S.Paulo* do dia 6 de novembro de 2005, Caderno *Aliás* (suplemento dominical), pág. J4.

CAPÍTULO 1

O que é favela?

— Primeiras considerações: uma introdução

O PONTO DE PARTIDA É O PRESSUPOSTO de que as definições e conceitos sobre o que é favela, estabelecidos ao longo do tempo no Brasil, se apresentam hoje inadequados para a compreensão do fenômeno que eles tentam designar.

Deste modo, como avançar o conhecimento sobre o que é a favela sem cair na armadilha de reproduzir conceitos que compreendemos serem inadequados, insuficientes e pouco esclarecedores? Como dar sentido e compreensão a este fenômeno urbano que se mostra tão presente nas cidades brasileiras, principalmente nas maiores.

Começamos por explicar, neste tópico, porque consideramos alguns conceitos construídos e ainda vigentes sobre a favela, inadequados; procurando demonstrar as lacunas, ambigüidades e insuficiências destes conceitos. Para isso, a seleção de alguns conceitos elaborados sobre as favelas em geral e outros elaborados para as favelas paulistanas, a partir da qual efetuamos um breve exame.

1.1 Considerações sobre conceitos e definições de favela.

Buscamos primeiro algumas definições em dicionários para o verbete *favela*. Encontramos uma definição assim descrita para a favela: “*um conjunto de habitações populares que utilizam materiais improvisados em sua construção tosca, e onde residem pessoas de baixa renda*”¹. Em um outro dicionário, encontramos uma definição muito próxima desta, que incluía outros elementos característicos: “*Conjunto de habitações populares toscamente construídas (por via de regra em morros) e desprovidas de recursos higiênicos*”².

Essas definições encontradas em dicionário podem ser consideradas generalizantes e não conseguem particularizar o fenômeno, mesmo porque, na sua generalização, não conseguem capturar as transformações que nele ocorrem. Ademais, muitas habitações precárias de São Paulo ou de qualquer outra grande cidade brasileira poderiam ser definidas desta forma.

Por outro lado, há um certo tempo que as construções na maioria das favelas consolidadas nas cidades de São Paulo ou do Rio de Janeiro perderam este caráter *tosco*; levando-se em conta que o parâmetro estabelecido para se definir este juízo deva estar alicerçado na própria definição que diz sobre a utilização de materiais improvisados na construção. E muito provavelmente também o dito material improvisado deve estar relacionado à madeira usada como elemento de vedação ou ainda a folhas de zinco, resultando nos famosos “barracos”. Ou seja, estas características utilizadas para definir as favelas, pelo menos as de São Paulo ou as do Rio de Janeiro, já não são suficientes. São muitos os estudos que apontam para mudanças ocorridas nas moradias das favelas, quanto ao material de construção utilizado nas construções. Segundo a pesquisa de Marta Tanaka (1993):

“Os barracos eram construídos de madeira velha, folha de zinco, lata e papelão. Em 1987, o Cadastro de Favelas mostrou que em São Paulo, mais da metade das moradias em favelas são de alvenaria.”

Suzana Taschner, por sua vez, entre os muitos trabalhos sobre a evolução das favelas paulistanas, descreve em um dos mais recentes que:

“A casa favelada do ano 2000 é de alvenaria, com tamanho entre 40 e 60 m², muitas vezes sobrado, servida por energia elétrica (mais de 90%), água potável (64%) e coleta de lixo (88%)”. (TASCHNER,2002 :18)

Desta forma, nem a carência de infra-estrutura urbana, no que diz respeito aos quesitos acima descritos, caracterizaria a favela como espaço *tosco* e *desprovido de recursos higiênicos*. Isso se considerarmos como *tosco*, mais uma vez, referência à qualidade dos materiais de construção.

No entanto, reconhecemos que a qualidade destas habitações, no que diz respeito à insolação, aeração, enfim, aquilo tudo que constitui os níveis de conforto térmico ambiental, pode ser questionada. Como também reconhecemos o caráter precário das habitações das favelas, ainda que construídas em alvenaria, que se considera uma construção de qualidade superior. Mas, ainda assim, estes critérios não especificam o fenômeno. A precariedade das construções pode ser encontrada em outros tipos de moradia nos loteamentos periféricos e também em muitos cortiços.

Por outro lado, a identificação do termo favela com as favelas cariocas e estas, por sua vez, com a ocupação dos morros, restringe demais a compreensão destas quanto à heterogeneidade da localização das favelas no sítio.

Para além das generalizações contidas em uma definição de dicionário, a atualização das acepções estabelecidas em um verbete é quase inexistente, no caso do verbebo favela em particular.

A mesma definição que encontramos nos dicionários publicados mais recentemente, com as mesmas palavras, foi encontrada em outros dicionários da década de 1950, citados no estudo de Marta Godinho. Nestes últimos cinquenta anos a realidade das favelas se alterou, e em algumas favelas as alterações foram tão substanciais que estas definições não mais enquadrariam estes espaços. Estas características que definem o *tosco*, por exemplo, ao nosso ver, são próprias do fenômeno em um determinado momento de formação do fenômeno na cidade de São Paulo:

“Em 1973, apenas 1,3 % das paredes externas das casas eram de alvenaria; em 1993, este percentual atingiu 74%. Em 1973, 74% das casas estavam cobertas com telhado ou laje, e 46% tinham o piso de terra batida; em 1993, 97% das unidades domiciliares apresentavam cobertura de telha ou laje, e apenas 4,5% tinham piso de terra batida.” (TASCHNER.2002:19)

Se as noções estabelecidas nos dicionários são restritas e tornam limitada a sua compreensão do fenômeno é, ou porque não especificam o fenômeno na sua totalidade ou por que não acompanham suas transformações, tomemos então outras formulações elaboradas por alguns estudiosos da favela em São Paulo.

Um dos estudos pioneiros sobre as favelas paulistanas, foi elaborado em 1955 por Marta Godinho, como trabalho de conclusão do curso de Assistente Social, nele temos um conceito de favela que repete as características encontradas nos dicionários. Entretanto, a autora apontou para um elemento fundamental que tem singularizado a favela enquanto fenômeno urbano, qual seja, a da favela como sendo a ocupação de terrenos alheios:

“Somos de opinião que: Favela – é um aglomerado de habitações toscamente construídas, em terrenos alheios, e desprovidas de recursos higiênicos, onde vivem pessoas (humanas) na mais completa desintegração psico-social, quase que completamente marginais à vida humano-social, apresentando os mais sérios problemas de desajustes” (GODINHO.1955)

Não podemos deixar de destacar, desta definição, a maneira como já se revelava neste período, , uma qualificação dos moradores que vai contribuir para um forte pre-

conceito em relação aos moradores de favela, acompanhado de um processo de estigmatização que predomina até hoje.

Deixemos de lado a questão do preconceito e do estigma dos moradores, que será objeto de um outro tópico, e ressaltemos o elemento fundamental do fenômeno urbano presente na da definição elaborada por Marta Godinho; que trata exatamente da ocupação de terrenos alheios. Este nos parece ser o elemento fundamental não encontrado nas acepções extraídas dos dicionários, para a caracterização e singularização do fenômeno favela.

Porém, o conceito de favela elaborado por Marta Godinho neste trabalho, nos parece mais limitado que a definição estabelecida pelo IBGE alguns anos antes, em 1950. Nesta definição do IBGE, segundo Licia do Prado Valladares (2005), havia uma preocupação metodológica do IBGE no sentido de categorizar a favela de forma mais objetiva; e contou com a importante contribuição de Alberto Passos Guimarães, então diretor da Divisão Técnica do Serviço de Recenseamento do referido instituto. Segundo a autora citada, a formulação era a seguinte:

“A primeira característica notável e inovadora da apresentação do recenseamento de 1950 por Alberto Passos Guimarães é a importância da discussão metodológica da própria categoria favela. (...), no caso do Recenseamento Geral torna-se necessária uma definição mais precisa, na medida em que é fundamental distinguir o que é favela daquilo que não é.” (IN. VALLADARES, 2005:68)

Ela ressalta ainda que, nos critérios estabelecidos por Alberto Guimarães, a localização nos morros, no caso das favelas cariocas, já não se constituía mais em um critério satisfatório:

“Alberto Passos Guimarães indica que a definição de favela tem como ponto de partida ‘os aglomerados que o consenso público classifica como tal, estejam situados nos morros ou em qualquer outra parte’(Guimarães, 1953:258). Mas esse ‘consenso’ não é suficiente, e a definição precisa supõe a explicitação de seus critérios” (IN. VALLADARES, 2005:68)

Neste sentido, sempre segundo Valladares (2005), Alberto Guimarães se esmerou para estabelecer critérios mais precisos para definição das favelas, assim discriminados por ela:

“Desse modo, foram incluídos na conceituação de favelas os aglomerados humanos que possuísem, total ou parcialmente, as seguintes características:

- 1. Proporções mínimas — Agrupamentos prediais ou residenciais formados com unidades de número geralmente superior a 50;*
- 2. Tipo de habitação — Predominância no agrupamento, de casebres ou barracões de aspecto rústico típico, construídos principalmente de folhas de Flandres, chapas zincadas, tábuas ou materiais semelhantes;*
- 3. Condição jurídica da ocupação — Construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida;*
- 4. Melhoramentos públicos — Ausência no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada;*
- 5. Urbanização — Área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento. (Guimarães, 1953:259)”* (IN. VALLADARES, 2005: 68 -69)

Alguns destes critérios, como vimos, podem estar superados atualmente na maioria das favelas localizadas nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Quanto ao tipo de habitação, fica evidente no segundo quesito, que a qualidade do *tosco* ou do *rústico* estava mesmo associada ao material de construção. Quanto aos melhoramentos públicos e a urbanização, as várias intervenções e políticas públicas implementadas nas últimas décadas me-

lhoraram sobremaneira as condições de infra-estrutura de muitas favelas paulistanas, como observado no trabalho de Suzana Taschner citado acima.

Quanto ao primeiro quesito, este foi e é ainda objeto de muito questionamento, pois ao se estabelecer um número mínimo de 50 moradias agrupadas para considerar um aglomerado urbano favela, este critério acaba por excluir uma porção de núcleos que atenderiam aos outros quesitos, mas que teriam um número de moradias menor que 50, como no caso da maioria das favelas de São Paulo quando do primeiro cadastro de favelas realizado pela PMSP em 1973. Isto implica também em uma diminuição do número de favelas nos levantamentos estatísticos, levando a uma falsa percepção da dimensão do fenômeno, como assinalado por Valladares em relação ainda ao primeiro recenseamento das favelas do Rio de Janeiro:

“A aplicação destes critérios levou o Recenseamento Demográfico de 1950 a registrar 58 favelas ao invés das 105 identificadas pela Prefeitura do Distrito federal dois anos antes”. (VALLADARES, 2005:69).

Fica, portanto, do exame destes critérios estabelecidos pelo IBGE, aquele que aponta a questão da ilegalidade da ocupação quanto à situação da propriedade fundiária, como o único critério que define objetivamente um núcleo favelado e o diferencia de um outro assentamento urbano popular.

Por outro lado, a introdução das favelas como categoria a ser pesquisada e estudada por dados estatísticos oficiais estabelecidos pelo Recenseamento do IBGE tornava evidente que o fenômeno urbano da favela se estendia para além da cidade do Rio de Janeiro, aspecto que não foi deixado de lado por Alberto Guimarães, como assinalado por Valladares:

“As favelas deixam de ser, por esse e outros motivos, um fenômeno à parte, próprio e exclusivo do Distrito Federal, com características inconfundíveis e essencialmente diversas de quaisquer outros aglomerados das classes pobres. Suas populações representam uma parcela, como tantas que integram a sociedade brasileira” (Guimarães, 1953:254-255) (IN. VALLADARES, 2005:70).

A questão da ilegalidade da apropriação fundiária como critério que define e particulariza a favela se repete em outras definições do fenômeno em diferentes autores.

Em um clássico estudo sobre favelas, elaborado pelos brasilianistas, Anthony e Elizabeth Leeds (1978), onde os autores analisam os arranjos de vida alternativos de moradores de “áreas invadidas” na cidade do Rio de Janeiro; escrevendo sobre os tipos de moradia e estrutura social da cidade, eles afirmam que, “O único critério uniforme que distingue as áreas invadidas dos outros tipos de moradia na cidade é o fato de constituírem uma ocupação <<ilegal>> da terra, já que sua ocupação não se baseia nem na propriedade da terra nem em seu aluguel aos proprietários legais”. (LEEDS. 1978:151-152).

Em relação aos autores que estudaram o fenômeno em São Paulo, o critério que singulariza a favela frente a outras modalidades de habitação popular não é diferente destas definições, como podemos observar, por exemplo, nos estudos de Suzana Taschner e Yvone Mautner sobre a habitação da pobreza, produzidos no início da década de 1980.

Nestes estudos, as autoras procuram categorizar as diferentes alternativas, ou modalidades de habitação popular, destacando-se como critérios centrais, à questão do estatuto jurídico da posse da terra e a densidade das habitações. Nas palavras destas autoras:

“A habitação das camadas populares em São Paulo tem-se categorizado em algumas alternativas fundamentais, conforme o ‘status’ jurídico do terreno (invadido ou comercializado) e a densidade do ‘habitat’ (individual ou coletivo). Essas categorias não devem ser encaradas rigidamente como tipos: dentro delas

vão existir diversas modalidades, quanto aos materiais de construção, formas de produção, situação de propriedade, localização, etc”. (TASCHNER e MAUTNER. 1982:20)

Em outros trabalhos recentes, encontramos algumas definições que são mais pormenorizadas nas descrições físicas e morfológicas sem, no entanto, deixarem de acentuar a questão da ilegalidade das favelas frente não somente a questão da propriedade da terra como também à legislação específica, urbanística ou edilícia. O estudo de Laura Bueno, apresenta algumas definições de favelas que ressaltam exatamente estes aspectos:

“Favela — invasão paulatina de terras públicas privadas ou devolutas sem interesse imediato por parte do setor imobiliário, muitas vezes terrenos de difícil ocupação por sua alta declividade ou por serem alagadiças”.

“As favelas são aglomerados em áreas públicas ou privadas, ocupadas por não proprietários, sobre os quais os moradores edificam casas à margem dos códigos legais de parcelamento e edificação”.

“No caso da favela temos muitas ilegalidades. Há a ilegalidade sobre a posse do terreno (a principal), de edificar em terrenos de uso ou edificação proibidos — beira de córregos, terrenos de alta declividade —, da forma de parcelamento e ocupação do solo, dimensão dos lotes e das ruas, índices urbanísticos e por último, a ilegalidade da edificação da casa em si — tipo de material, dimensão de cômodos, ventilação/iluminação”. (BUENO.2000:15-17).

Outros estudiosos do tema apontam para a questão ambiental e para as condições de infra-estrutura urbana, para além da questão legal, como características singulares deste tipo de assentamento, como pode ser observado em estudos recentes elaborados por Camila Saraiva e Eduardo Marques :

“Em sua maioria estão localizadas em áreas non edificante, protegidas ambientalmente ou que oferecem risco, como as encostas dos morros e os leitos de cursos d’água. Por se tratarem de áreas problemáticas sob o aspecto da legalidade da terra e caracterizadas por uma ocupação desordenada, as favelas são normalmente locais com deficiências dos serviços de infra-estrutura urbana e com oferta insuficiente de equipamentos públicos”. (SARAIVA E MARQUES. 2003).

Reiteramos que o conjunto das “irregularidades” e das “ilegalidades” quanto à legislação ambiental, urbanística ou edilícia não é algo exclusivo dos aglomerados denominados de favela. Os cortiços e os loteamentos periféricos clandestinos compartilham com ela esse caráter “ilegal”.

Portanto, deste modo, podemos afirmar que a ilegalidade quanto a questão fundiária ou a ocupação de terra alheia se constitui no elemento que define e singulariza o fenómeno favela. Segundo Maricato:

“Temos definido favelas pela relação jurídica que o assentamento mantém com a terra invadida. Há casas em favelas que são melhores do que as casas em bairros legais, mas esta constatação não basta. A pura e simples análise da esfera do consumo não fornece informações que nos permitem compreender o motor da produção e apropriação desigual do ambiente construído, e podemos ainda correr o risco de achar que o consumo determina a produção”. (MARICATO. IN.DAVIS.2006:Posfácio:222)

Neste sentido, o conceito de favela pressupõe sempre a idéia de invasão ou de ocupação de terrenos urbanos. Assim como, desta forma, uma história da favela seria uma história de invasões ou de ocupações de terras urbanas.

Mas não estaríamos diante de mais um critério questionável? Isto é, teriam as favelas todas se originado de ocupações de terras? Alguns estudos revelam que em muitas das grandes favelas consolidadas, tanto da cidade do Rio de Janeiro, quanto da cidade de São Paulo, o processo de ocupação se deu não através de invasões individuais ou coletivas, mas sim, através de ocupações consentidas, ou pelo Poder Público ou pelos próprios proprietários, que desta forma ainda conseguiam auferir uma renda desta ocupação.

Mas isto é assunto para o próximo tópico.

1.2 A questão da ilegalidade fundiária e a ocupação consentida.

Se o único critério que particulariza a favela é o da apropriação ilegal quanto à questão fundiária, pois trata-se de ocupação de terrenos alheios, cabe a questão, de como e quando este processo de ocupação ou de invasão de terras se constituiu numa ilegalidade?

Nos parece que a questão da legalidade ou da ilegalidade passa, neste caso, pela instituição de um arcabouço jurídico que defina os marcos regulatórios, os parâmetros enfim para se instituir estes juízos. No Brasil, este marco seria a Lei 601 conhecida como a Lei de Terras de 1850 que definiu os parâmetros legais para regulação da propriedade da terra.

Neste sentido, a favela, — compreendida como ocupação de terras alheias, públicas ou privadas —, teria a sua gênese a partir da instituição deste marco regulatório, e, naturalmente, na medida em que a regulação não impede que estas ocupações aconteçam de fato.

Mas, pensando sobre a origem do fenômeno urbano, algumas questões emergem: por que e como se ocupam “terras alheias”? porque e quando o cortiço deixou de ser a alternativa de moradia para as classes populares nas cidades? quando se iniciaram as primeiras ocupações, particularmente na cidade de São Paulo? Seriam estas ocupações organizadas coletivamente? Ou não haveria ordem? Se desordenadas porque não haveria uma reação por parte do poder público ou da iniciativa privada, no caso de terrenos de particulares, frente a estas invasões de terras? E como estas ocupações foram historicamente consolidadas, uma vez que, como pudemos observar dos trabalhos citados, a maioria das favelas paulistanas tem energia elétrica, são abastecidas por água potável e as moradias são quase todas de alvenaria apresentando, portanto, características sólidas e de permanência?

Vamos tentar responder estas questões como um dos objetivos a ser realizado ao longo desta dissertação.

Entretanto, de antemão, podemos inferir de imediato que boa parte das favelas de São Paulo, assim como as da cidade do Rio de Janeiro, são, na verdade, ocupações consentidas ou estimuladas pelo poder público. Muitos núcleos antigos de favelas destas cidades foram iniciados com o estímulo do próprio poder público que alojou, — geralmente por conta de obras viárias —, parte da população desabrigada nestes locais. No caso da cidade de São Paulo, pode ser assinalado que:

“Muitas das favelas existentes no município de São Paulo tiveram início pela ação do próprio poder público municipal que, visando liberar determinadas áreas ocupadas por núcleos carentes, para construção de obras públicas, principalmente viárias, transferiu os habitantes para alojamentos provisórios geralmente localizados em áreas pertencentes ao Estado, município ou órgãos federais”. (SAMPALHO, 1991:29)

Por outro lado, é importante ressaltar que antes da regulamentação pelo Governo Imperial da Lei de Terras, em 1854, no que tange ao município de São Paulo, a ocupação de terras públicas era uma prática comum, consentida pelo poder público através da concessão de datas de terras, como observado na dissertação de mestrado de Marlene Laviola:

“Na província de São Paulo, por exemplo, foi freqüente a concessão de datas de terras para dar ‘formosura’ às estradas e caminhos. Uma das regiões mais favorecidas pelo mecanismo foi o caminho que ligava a Sé, o Brás e a Penha, no qual tinha início a estrada para a Corte.” (LAVIOLA,1995:11)

Essas concessões, por sua vez, eram emitidas normalmente mediante uma contrapartida por parte daqueles que as solicitavam, nas palavras de Laviola:

“Normalmente, essas datas eram concedidas com exigências da esfera pública quanto à construção das casas (cobertura com telhas), ao cultivo da terra (destruição dos formigueiros) e à reserva de áreas de recuo e de servidão. Além destas obrigações, os beneficiários deviam desistir de qualquer indenização futura, no caso da Prefeitura exigir a observância de recuos adicionais ou a demolição da moradia.” (LAVIOLA,1995:11)

E mesmo após a regulamentação da lei imperial, ainda que a câmara do Município tenha suspenso as concessões por quatro anos, mantinha-se a sua normalidade, pois, ainda segundo Laviola, essa prática retornou:

“Todavia, em 1858, sob a alegação de que a Lei Imperial estava prejudicando o progresso da cidade, a Câmara retornou a prática. Esse mecanismo de concessões persistiu por muitos anos”. (LAVIOLA,1995:12)

Mesmo reconhecendo os diferentes contextos históricos, a ocupação de terra urbana em São Paulo, com a possibilidade da concessão por parte do poder público, não era algo estranho no que diz respeito à posse da terra. O que muda com a Lei de Terras é que com ela se institui aquilo que Roberto Smith denominou de “moderna propriedade fundiária” no Brasil. Ou seja, *a propriedade da terra se torna mercadoria, isto é, terra que se compra e se vende, em bases contratuais de mercado.*

A instituição da propriedade privada da terra determina a criminalização da prática da ocupação e, desta forma, determinou também a criminalização da ocupação de terras urbanas e a conseqüente estigmatização da favela nas suas origens, objeto de análise do próximo tópico.

Por outro lado, até a segunda metade do século XIX no Brasil, a questão da moradia dos trabalhadores não se constituía ainda em um problema social importante. Por um lado, pela própria natureza da nossa economia agro-exportadora assentada no latifúndio e na utilização legal e indiscriminada da escravidão. Os trabalhadores escravizados, que estavam instalados na zona rural ou mesmo os que viviam nas cidades junto aos seus senhores, viviam às expensas destes, a quem cabia o custo de prover moradia e alimentação a esta mão de obra que produzia a riqueza.

E o que dizer das cidades neste período, que poderiam ser consideradas, como foram por Laviola, “(...) meramente locais de trânsito dos senhores de escravos, onde muitas vezes eles mantinham os encontros necessários para o escoamento da produção e para aquisição de novos escravos.” (LAVIOLA,1995:10).

Desta forma, portanto, o urbano não tinha importância como espaço de produção da riqueza, situação que vai se modificar a partir da instituição da Lei de Terras, das políticas de imigração e da Abolição da Escravidão.

Na medida em que a terra intensificava seu caráter mercantil sob os efeitos da modernização da propriedade imobiliária, ocorria também a transformação do trabalho e junto com o imigrante, o escravo tendia a “comprar” sua liberdade e a se empregar como assalariado alterando a apropriação e produção do espaço urbano, ou seja, a construção da cidade:

“Alterava-se não só o processo de trabalho, mas o próprio produto da construção construía-se de uma forma mais eficiente e, também, mais duradoura. A massa de assalariados urbanos acelerava a substituição da construção com taipa e principalmente criava um novo contexto cultural e material para a cidade. Agora, casa e cidade faziam parte do mesmo negócio, a propriedade de uma era a forma de privatização da outra.” (PEREIRA,1988: 66)

Em São Paulo, essa transformação do contexto urbano significou também uma mudança dos investimentos na cidade por parte das elites, que urbanizavam seus interesses e propriedades, fato observado por Maria Odília:

“Aos poucos, os escravos deixaram de ser o investimento principal e foram substituídos por casinhas de aluguel, havendo um gradativo processo de valorização de bens de raiz.” (In.OLIVEIRA,2005)

Afinal havia uma metamorfose da propriedade e conseqüentemente da renda, como também foi observado por Paulo Cesar Xavier Pereira:

“Progressivamente, dado o novo significado econômico da propriedade do escravo e da terra, no seio da crise da escravidão, tornou-se mais interessante obter rendas provenientes da propriedade imobiliária. Afinal, ter a propriedade imobiliária poderia significar rendas e riqueza, tanto quanto havia significado no passado a propriedade de escravos”. (PEREIRA,2004:37)

Neste período a cidade de São Paulo conheceu seu primeiro grande surto de crescimento populacional; enquanto o Brasil tinha um crescimento de 2% ao ano, e o Estado de São Paulo crescia 2,8% ao ano, a capital tinha um índice de 4,1% no período de 1872–1890. Estes números cresceram ainda mais na última década do século XIX, tendo o país um índice de 1,9%, 5,1% para o Estado e 14% para o município.

Neste sentido, a cidade de São Paulo tornava-se, neste período, um grande atrativo para os investimentos imobiliários, como assinalado por Maria Luiza Ferreira de Oliveira:

“A propriedade imobiliária para o aluguel apareceu disseminada como forma de investimento. Dos quartos de uma só porta, passando pelas casinhas térreas, os sobrados, chalés, armazéns — a construção para o aluguel estava presente em grande parte dos inventários que tinham um mínimo de renda disponível para investimento”. (OLIVEIRA,2005:301)

A formação de um mercado imobiliário na cidade era um processo recente, desencadeado pela crise da escravidão, pela imigração massiva neste período, e pela própria modernização da cidade; tendo seu início por volta do último quartel do século XIX, pois:

“Até a década de 1870, a propriedade imobiliária era muito pouco relevante do ponto de vista da composição do patrimônio e da obtenção de rendimentos”. (OLIVEIRA,2005:301)

Desta maneira, ocupar terras urbanas que se valorizavam não poderia ser de forma alguma tolerado. Aqueles que tinham alguma fonte de renda poderiam resolver seu problema de moradia via mercado, ainda que fosse sob a forma de aluguel de um cômodo em algum cortiço. Mas, e para aqueles que não tinham rendimentos suficientes para pagar este aluguel? Ocorriam ocupações de terras em São Paulo neste período de tão intenso crescimento urbano?

Não temos dados e informações suficientes para responder com rigor estas questões, mas podemos afirmar que, se ocorressem ocupações por parte dos pobres estas certamente não disputariam com a dos ricos pois ficariam bem distantes dos bairros de

elite; uma vez que, desenhava-se ali, pela força das leis, uma *geografia social* cujo fundamento era a segregação dos pobres, que implicava desde logo numa segmentação do mercado imobiliário e, portanto da constituição do que seria a cidade.

“A constituição de um mercado imobiliário dual, no qual os pobres estavam alocados na periferia, começou com a proibição de instalar cortiços na zona central definida pelas posturas de 1886 e reiterada pelo Código Sanitário de 1894, que proibia terminantemente a construção de cortiços e permitia a construção de vilas operárias higiênicas fora da aglomeração urbana. A lei 498, de 1900, isentou de impostos municipais os proprietários que construíssem vilas operárias de acordo com o padrão municipal e fora do perímetro urbano, delimitado por esta lei”. (ROLNIK.1997:47)

Desta forma, conclui Raquel Rolnik:

“Construiu-se com essa sucessão de leis o outro lado da geografia social proposta, outra linha imaginária que definiu os muros da cidade: para dentro, o comércio, as fábricas não incômodas e a moradia da elite; para fora, a habitação popular e tudo que cheira mal, polui e contamina (matadouro, fábricas químicas, asilos de loucos, hospitais de isolamento, etc.)”. (ROLNIK.1997:48)

Vamos voltar a este tema no capítulo 3.

Resumindo, voltemos aos conceitos apresentados nestes dois primeiros tópicos.

A favela enquanto alternativa de habitação dos pobres urbanos se caracteriza pelo menos por três pontos; primeiro pela precariedade das suas construções, segundo pela irregularidade do seu traçado e terceiro pela ilegalidade fundiária, urbanística e edilícia.

No entanto, os dois primeiros quesitos não são exclusivos deste tipo de assentamento, assim como a questão da ilegalidade urbanística e edilícia.

Desta forma, a ilegalidade quanto a questão fundiária se constitui no elemento que singulariza o fenômeno.

Mesmo se tratando de ocupação consentida ou estimulada pelo poder público, o fato de se constituir em terreno alheio, privado ou público, torna esse tipo de território singular, frente a outras modalidades de habitação da pobreza, como os cortiços e os loteamentos periféricos.

Neste sentido, a idéia de favela, buscando rigor no conceito se confunde com a idéia de invasão ou ocupação de imóveis urbanos.

No entanto, as favelas se consolidaram como alternativas de moradia ao longo do tempo. Tiveram o seu reconhecimento e legitimidade, por meio das intervenções de diferentes administrações e governos, por meios de programas e ou políticas publicas de “urbanização” de alguns núcleos. Mais do que isso, muitas favelas sofreram profundas transformações; de forma tal que aquela noção de favela como espaço da precariedade e da ilegalidade perde significado e merece uma reconceituação. Por outro lado, e mais importante o estigma sobre ela permanece inalterado, muito por força simbólica do próprio termo que a designa, como demonstraremos no próximo tópico.

1.3 As origens do termo favela. As primeiras imagens e representações elaboradas para as favelas cariocas. O processo de estigmatização pelo nome favela.

Neste tópico pretendemos desenvolver uma análise sobre as origens do termo favela. Nesta análise buscamos responder algumas questões como: quando surgiu o termo? Como, quando e por que foi aplicado para designar um conjunto de habitações populares? Se o termo surgiu na cidade do Rio de Janeiro para designar a ocupação de alguns

morros desta cidade, como veremos a seguir, como ele se transfere para a cidade de São Paulo para designar ocupações distintas morfológicamente das ocupações cariocas?

Neste sentido, vamos partir da origem da palavra, do nome favela e dos conceitos elaborados a partir desta denominação, que apontamos de antemão como estigmatizantes.

O termo é próprio da botânica, e diz respeito a um tipo de arbusto ou árvore que ocorre no Brasil nas regiões nordeste e sudeste. O termo favela, conforme se costuma contar, foi aplicado a um morro que se localizava junto à cidadela de Canudos, coberto por esta planta. Durante a campanha de Canudos, os soldados que foram lutar na região, ao voltar para a cidade do Rio de Janeiro, em um certo momento pediram licença ao Ministério da Guerra para se estabelecerem com suas famílias no alto do morro da Providência passando a morar em construções provisórias juntamente de outros desabrigados. A partir daí, segundo Mauricio de Almeida Abreu, *“Seja porque o morro da Providência se assemelhava ao morro existente em Canudos, seja porque os soldados ali encontraram (ou construíram) algo que lhes recordava Canudos, a verdade é que o morro da Providência logo passou a ser conhecido na cidade como morro da Favela”*. (ABREU. 1994).

Deste fato, destacamos alguns pontos de indagação: primeiro, quem eram os outros desabrigados que compunham o universo de moradores do morro juntamente com os soldados? E por que os soldados não encontravam acomodações na cidade?

Segundo Lílian Vaz, citado por Abreu (1994), os tais desabrigados faziam parte da população expulsa dos cortiços do centro da cidade, *“... logo após a destruição do Cabeça de Porco, que se situava exatamente no sopé deste morro, um de seus proprietários, dono também de terrenos na encosta, autorizou a ocupação da mesma, cobrando dos antigos inquilinos o direito de ali construírem casebres.”*

É interessante notar, deste trecho destacado, no caráter desta ocupação do morro da Providência, uma vez que esta foi estimulada e consentida pelo proprietário e pelo próprio governo, o que, neste caso, descaracterizaria a idéia de favela como invasão. Trata-se, como observado no tópico anterior, de uma *ocupação consentida*.

Por outro lado, se havia falta de acomodações para os soldados na cidade do Rio, o governo, ainda segundo Abreu,

“Para resolver esta situação, ordens foram expedidas autorizando a ocupação do convento de Santo Antonio (localizado no morro do mesmo nome) por militares. Não tendo sido as acomodações suficientes, permitiu então o coronel Moreira César a construção, numa das encostas do mesmo morro, de diversos barracões de madeira. Para tanto, concorreram a existência de grande número de praças casados neste batalhão e a deficiência de casas nas proximidades deste quartel”. (ABREU. 1994).

A falta de alojamentos para os soldados que confluíam para a então capital federal evidencia a crise habitacional que se engendra naquele período, crise esta gerada pela reforma urbana pela qual a cidade passava e pelo novo caráter que esta ganhava, como pólo de concentração de capital aplicado na produção da própria cidade.

Era um período em que a cidade do Rio de Janeiro despontava como a metrópole - modelo do país, nas palavras do historiador Nicolau Sevcenko, pois passava por um momento privilegiado do ponto de vista político e econômico. Como a capital da recém fundada república era o centro político do Brasil, como também se tornou o seu principal centro comercial.

“Sede do Banco do Brasil, da maior Bolsa de Valores e da maior parte das grandes casas bancárias nacionais e estrangeiras, o Rio polariza também as finanças nacionais. Acrescente-se ainda a esse quadro o fato de essa cidade constituir o maior centro populacional do país, oferecendo às indústrias que ali

se instalaram em maior número nesse momento o mais amplo mercado nacional de consumo e de mão de obra”.(SEVCENKO. 1995).

O cortiço era a modalidade de habitação dos pobres urbanos por excelência neste período, tanto na cidade do Rio de Janeiro, como também na de São Paulo, como veremos adiante.

Entretanto, em relação ainda a cidade do Rio de Janeiro, os cortiços foram se transformando em um “problema” na medida em que a cidade crescia e a disputa pelo espaço urbano ganhava destaque, como assinalado por Sidney Chalhoub:

“A proliferação dos cortiços na cidade do Rio se deu a partir das décadas de 1850 e 1860, e esteve ligada ao aumento do fluxo de imigrantes portugueses e ao crescimento do número de alforrias obtidas pelos escravos”

“O aumento nos preços dos aluguéis para as ‘classes menos abastadas’ estava certamente ligado às transformações na demografia urbana do Rio no período,... novamente os cortiços são vistos tanto como um problema para o controle social dos pobres quanto como uma ameaça para as condições higiênicas da cidade” (CHALHOUB, 1999:26 e 31).

Este autor nos revela ainda que a ideologia higienista hegemônica no período, que norteava a reforma urbana então em curso, na verdade escondia uma preocupação central que era a de controle social dos pobres que proliferavam na cidade e que tinham nos cortiços uma alternativa de moradia. Tema que desenvolvemos com mais profundidade no primeiro tópico do segundo capítulo.

Quanto à crise habitacional que assolava a cidade do Rio neste período, é preciso ressaltar, mais uma vez, que ela se origina das transformações urbanas engendradas por um projeto de cidade absolutamente excludente, concebido por uma burguesia que se acreditava ilustrada, moderna e republicana; e que enxergava a cidade como símbolo da modernidade e da modernização do país, cenário da civilização e do progresso, como assinalado por Geraiges Lemos:

“A idéia da cidade como o espaço da civilização e o centro dinamizador da grande transformação nacional com que sonhavam as elites latino-americanas, corresponde às imagens de vida que desejaram cristalizar a partir da segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX. A cidade representava o símbolo e o instrumento das grandes transformações sociais e a geradora de impulsos modernizantes,(...)” (LEMOS. 1993).

Neste sentido, cumpria reformar a cidade que se encontrava desestruturada e anacrônica diante da nova era que se projetava. E os princípios que norteariam esta mudança tinha como objetivo maior a expulsão dos pobres do centro da cidade, como assinalado por Sevcenko:

“Quatro princípios fundamentais regeram o transcurso desta metamorfose: a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento da cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense”.(SEVCENKO. 1995).

Pautado por estes princípios e amalgamados a uma política de saúde pública que enxergava a pobreza como foco de doença, engendrou-se neste período, uma reforma

urbana “regeneradora”, que impunha como uma das suas principais medidas a destruição dos cortiços do centro da cidade, assinalado também por Sevcenko:

“A demolição dos velhos casarões, a essa altura já quase todos transformados em pensões baratas, provocou uma verdadeira” crise de habitação “, conforme expressão de Bilac, que elevou brutalmente os aluguéis, pressionando as classes populares todas para os subúrbios e para cima dos morros que circundam a cidade”. (SEVCENKO. 1995).

Nota-se, deste fragmento, a relação entre a demolição dos cortiços e a ocupação dos morros e dos subúrbios cariocas. Especial destaque é dado a demolição do cortiço denominado de *Cabeça de Porco*, pois segundo estudo do historiador Sidney Chalhoub, este era o mais representativo deste tipo de habitação popular na cidade do Rio de Janeiro, e a sua destruição marcava o fim de uma era, nas palavras do autor: *“(...) nem bem se anunciava o fim da era dos cortiços, e a cidade do Rio já entrava no século das favelas”*. (CHALHOUB, 1999: 17).

Neste mesmo estudo, e mais uma vez citando o trabalho de Lílian Vaz, sobre a história dos cortiços cariocas, Chalhoub reafirma e corrobora a relação apontada por Abreu entre a política de erradicação dos cortiços e a origem da favela na cidade do Rio, assim descrito pelo autor:

“O prefeito Barata, num magnânimo rompante de generosidade, mandou “facultar à gente pobre que habitava aquele recinto a tirada das madeiras que podiam ser aproveitadas” em outras construções. De posse do material para erguer pelo menos casinhas precárias, alguns moradores devem ter subido o morro que existia lá mesmo por detrás da estalagem. Um trecho do dito morro já aparecia até ocupado por casebres, e pelo menos uma das proprietárias do Cabeça de Porco possuía lotes naquelas encostas, podendo assim até manter alguns de seus inquilinos. Poucos anos mais tarde, em 1897, foi justamente nesse local que se foram estabelecer, com a devida autorização dos chefes militares, os soldados egressos da campanha de Canudos. O lugar passou então a ser chamado de < morro da favela >”. (CHALHOUB, 1999:17).

Licia do Prado Valladares, por sua vez, em um estudo sobre as favelas cariocas publicado recentemente, reitera a existência desta relação entre a demolição dos cortiços localizados no centro da cidade do Rio e a origem das favelas enquanto ocupação de alguns morros, apontando outros autores que trataram do tema:

“Estudos sobre os cortiços do Rio de Janeiro demonstram que esse tipo de hábitat pode ser considerado o” germe “da favela.(...) Outros autores também estabeleceram uma ligação direta entre as demolições dos cortiços do Centro da cidade e a ocupação ilegal dos morros no início do século XX” (VALLADARES, 2005).

Os cortiços sofrem , neste período, um amplo processo de estigmatização e de perseguição por parte das elites cariocas, como assinalado mais uma vez por Chalhoub:

“O Cabeça de Porco — assim como os cortiços do centro do Rio em geral — era tido pelas autoridades da época como um <valhacouto de desordeiros>”

“A destruição do cortiço carioca mais famoso da época não foi um ato isolado, e sim um evento no processo sistemático de perseguição a esse tipo de moradia, o que vinha se intensificando desde pelo menos meados de 1870, mas que chegaria à histeria com o advento das primeiras administrações republicanas”. (CHALHOUB, 1999:16 e25)

Neste processo de estigmatização e perseguição aos cortiços, a questão simbólica, de conceituação e categorização dos espaços urbanos ganhava uma dimensão maior, de caráter ideológico mesmo, no sentido de isolar e estigmatizar simbolicamente o espaço dos pobres.

Neste aspecto, havia uma preocupação em definir o que era cortiço e a contribuição de Everardo Backheuser, um dos principais estudiosos das habitações populares no período, foi relevante, no sentido de tornar evidente a construção ideológica da definição de cortiço, como assinalado mais uma vez, por Chalhoub:

*“O que se extrai do texto de Backheuser é que o elemento decisivo na identificação de uma habitação coletiva com um cortiço era mesmo o **juízo do observador**: nos cortiços as alcovas eram mais quentes, baixas e escuras; não havia separação adequada das famílias, sendo a vida mais ‘promiscua’. Todos esses elementos são obviamente subjetivos — isto é, sujeitos a avaliações radicalmente distintas dependendo dos interesses ou do ponto de vista de cada observador —, o que faz com que Backheuser explicita o caráter fortemente ideológico de toda a discussão: < há ‘cortiços’ onde se penetra com o lenço ao nariz e de onde se sai cheio de náuseas >” (CHALHOUB, 1999:39).*

Chalhoub destaca a subjetividade e a ambigüidade presente na definição do que era cortiço naquele período, reafirmando o papel desempenhado, na elaboração de um conceito para um determinado espaço da cidade, por aquilo Pierre Bourdieu denominou de *conflitos simbólicos*. Não se tratava de uma simples denominação, mas, sim, de uma forma de constituir também, junto ao nome, um conceito e uma imagem associada a mitos estigmatizantes de marginalidade e a criminalidade.

O espaço dos pobres na cidade sofreu de um estigma de nascença que não permitiu pensá-lo como algo integrado nela. Tratava-se da elaboração de um verdadeiro apartheid simbólico.

E da mesma forma como ocorreu com os cortiços, este processo de estigmatização ocorreu também com as favelas. Elaboram-se mitos estigmatizantes que se perpetuam ao longo do tempo impedindo uma reflexão mais aprofundada sobre estes espaços.

A própria escolha do termo favela, para ter sido proposital, no sentido de dar a estes espaços um nome que conotasse algo negativo.

O termo favela, como já vimos, estava relacionado a um arbusto típico da caatinga nordestina e muito abundante no sertão de Canudos. Era um termo que evocava um Brasil “arcaico”, “atrasado”, “rural” e “rebelde”, pois remetia em seu simbolismo, ao sertão nordestino e a campanha de Canudos. Engendrava-se ali, na escolha do termo que designava o fenômeno, a imagem de um espaço apartado da cidade, ainda que dentro dela. Um “enclave rural” rural na cidade.

Ou ainda, o termo *favela* representava a própria negação da modernização republicana e burguesa que tinha a cidade como símbolo e marca desta modernização, como assinalado por Amália Inês Geraides de Lemos:

“Buenos Aires e Rio interessam como realidade e como mito cultural: representam o cenário das mudanças, da civilização, exhibe-os ostensivamente e às vezes, de forma brutal, os difunde e procura generalizá-los. Não é surpresa que essas cidades sejam o símbolo da modernidade e da modernização dando a pauta dos valores, da sua conformação física e dos processos materiais e ideológicos. As mudanças que se produzem ante os olhos de seus habitantes, com a aceleração que lhe permitem os implementos tecnológicos de produção e de transporte, fazem a cidade ser pensada e julgada a partir dessa materialidade que simbolizam as mudanças: o novo procurando atritar com o velho”. (LEMOS. 1993).

E, neste sentido, a favela representaria a negação desta idéia de modernidade, assim como, por analogia, a negação de uma idéia de cidade: “Nessa analogia, as respectivas

representações aparecem fortemente estruturadas pelas preocupações políticas relativas à consolidação da jovem República, saúde da sociedade e entrada na modernidade. A favela pertence ao mundo antigo, bárbaro, do qual é preciso distanciar-se para alcançar a civilização". (VALLADARES, 2005:36).

Por isso marcá-la, na sua origem, com um nome que designa algo que não faz parte do corpo da cidade, um elemento estranho, legado perverso do atraso que vinha macular o projeto de modernização burguesa no Brasil. Mais uma vez o estudo de Mauricio de Abreu evidencia esta imagem negativa construída para as favelas cariocas, ressaltando o papel desempenhado pela imprensa na difusão desta imagem:

"Em 1902, o morro da Providência já é visto pela imprensa como uma vergonha para uma capital civilizada, como um perigoso sítio, que a voz popular denominou morro da Favela". (ABREU. 1994).

Licia Valladares corrobora este aspecto do estudo de Abreu, revelando o papel de destaque da imprensa na construção e consolidação desta visão estigmatizante sobre a favela. Citando vários textos de jornalistas consagrados do período, ela toma especialmente o próprio Euclides da Cunha, autor do célebre livro reportagem "Os Sertões" sobre a guerra de Canudos, para tornar evidente esta imagem da favela apartada da cidade. Comentando um texto de Luiz Edmundo, autor de vários títulos sobre a cidade do Rio de Janeiro deste período, publicado em 1938, ela assinala que:

"A favela descrita por Luiz Edmundo aproxima as duas <cidadelas da miséria>, o reduto de fanáticos no sertão e o enclave dos pobres na grande cidade do litoral. Esses cronistas, quando descreviam os novos bairros miseráveis da capital da República, queriam mostrar que o sertão estava presente neles. Aliás, o médico Afrânio Peixoto também afirmou em 1918: <não nos iludamos, o 'nosso sertão' começa para os lados da Avenida". (VALLADARES, 2005:33)

Desta forma, constrói-se ali, nas origens do fenômeno, uma imagem da favela como um "enclave rural dentro da cidade", ou, como assinalado por Anthony e Elizabeth Leeds em um estudo já citado, elaborava-se "o mito da ruralidade urbana".

Ademais, soma-se a construção deste mito da ruralidade urbana um outro ainda pior, qual seja, o da marginalidade, este associado aos favelados, assim assinalado no estudo dos Leeds:

"Os mitos que prevalecem entre os cidadãos das capitais e outras cidades... acerca das áreas invadidas por posseiros — favelas e barriadas — sustentam, por um lado, que os moradores tem uma organização social e valores altamente rurais e são desajeitados em relação a e não familiarizados com os modos de vida da cidade... ou, por outro lado, que são pessoas que não desejam trabalhar, são assassinos, ladrões, marginais e prostitutas, e são imediatistas, com pouca preocupação com o futuro. Ambos consideram as favelas separadas e isoladas da sociedade mais ampla, enclaves dentro da cidade, uma espécie de quisto rural de criminosos no corpo político da metrópole". (LEEDS. 1978:86e 87).

Mauricio de Abreu, por sua vez, mostra como a construção deste estereótipo sobre os favelados esteve associada às origens da própria favela, assim como destaca mais uma vez o papel da imprensa na difusão desta imagem:

"A verdade, entretanto, é que a alcunha 'morro da Favela' rapidamente tomou o lugar da toponímia anterior, e a associação do termo 'favela' as imagens de 'perigo', de 'crime' e de 'descontrole' generalizou-se pela imprensa". (ABREU. 1994).

Por outro lado, podemos observar em outros estudos que esta imagem preconceituosa e estigmatizante sobre a favela e sobre os favelados, permeou toda evolução histórica da favela, reatualizada nas falas sobre o crime e sobre a violência urbana, constituindo aquilo que Janice Perlman denominou de “mitos da marginalidade”. Anthony e Elizabeth Leeds, por exemplo, destacaram trechos de vários discursos extraídos de seminários, congressos e comunicações oficiais do governo, onde se evidencia esta visão preconceituosa sobre a favela:

“... Essa situação se agrava mais ainda pelo fato e que as favelas constituem um refúgio ideal para camada inferior dos marginais, cariocas ou imigrantes, o que produz o contágio de uma fração dos moradores, especialmente os jovens”.(IPEME, 1958, citado em LEEDS e LEEDS 1978:193)

“Nas favelas se constituem aglomerações humanas extremamente populosas à margem da lei e da civilização. Verdadeiros cadinhos de criminosos, selvagens e inadaptados, as favelas constituem um dos aspectos mais negativos de nossa civilização”. (Seminário. 1967 citado em LEEDS e LEEDS 1978:195)

Em um outro estudo mais recente, sobre crime, segregação e cidadania em São Paulo, Teresa Pires Caldeira cita várias falas de camadas médias da população paulistana onde a imagem da favela está estreitamente vinculada ao crime, nas palavras da autora:

“(…), paulistanos de diferentes grupos sociais – pelo menos aqueles que entrevistei - compartilham algumas concepções sobre o crime e o mal. Eles parecem achar que os espaços do crime são espaços marginais, como as favelas e os cortiços, e que seus habitantes, criminosos em potencial, são pessoas que estão no limite da sociedade, da humanidade e da comunidade política”.(CALDEIRA. 2000:57).

Destaca-se também, neste estudo, que, para além do preconceito que liga os favelados ao crime, nas falas destes grupos pesquisados pela autora, existe uma certa reprovação quanto ao “estilo de vida” do favelado, que na tentativa de igualar-se às camadas médias pelo consumo, aproxima-se mais da criminalidade:

“Pior é a favela, bandido ta dentro da favela. Eles recebem pouco, mas se você entrar dentro de uma favela, vê um monte de televisão, vídeo, som, donde é? Tudo roubado”. (citado em CALDEIRA. 2000:31).

“Isto é uma coisa revoltante. Você vai em qualquer maloca, e no Rio de Janeiro também, e aqui em São Paulo, que tem perto das marginais, que tem nessas favelas, você vê em todas as casinhas antenas de televisão. Não tem geladeira, mas tem televisão. Geladeira seria até mais útil, mas eles não tem geladeira mas têm televisão. Eles estão acompanhando isto, o jeito que os ricos vivem e que a televisão mostra”. (ibidem:71 e 72.)

Mauricio de Abreu, destaca ainda que, esta imagem negativa e estereotipada da favela e dos favelados se estendia e se estende também para os negros, revelando para além de um preconceito social, um outro, étnico, racista mesmo, nas palavras deste autor:

“Numa sociedade recém-saída da escravidão, era inevitável, entretanto, que as favelas, e sua maioria de população negra, fossem também identificadas como símbolos do atraso. Referências à ‘persistência da África no meio da civilização’ e à ‘ralé de cor preta’ são constantes nesta época”.(ABREU. 1994).

Na verdade, construía-se ali, nas origens da favela e da própria metrópole do Rio de Janeiro, uma nova forma de *intolerância social*, nas palavras de Nicolau Sevcenko. Aplicava-se aos favelados o mesmo estigma aplicado aos pobres em geral que “ousavam”

habitar nas áreas centrais. Seria a gênese dos “mitos da marginalidade”. Sevcenko destaca, o papel desempenhado pela imprensa neste processo:

“Desencadeia-se simultaneamente pela imprensa uma campanha, que se prolonga por todo este período, de” caça aos mendigos “, visando a eliminação de esmoleres, pedintes, indigentes, ébrios, prostitutas e quaisquer outros grupos marginais das áreas centrais da cidade” (SEVCENKO. 1995:34)

Em outro trecho deste mesmo estudo, Sevcenko realça a idéia de cidade elaborada pelas elites carioca, implícita nesta “caça aos mendigos” por parte da imprensa, qual seja, uma cidade asséptica, imponente e que exalte na sua arquitetura, os valores, os gostos e a história desta elite:

“A civilização abomina justamente o mendigo. Ele macula com seus farrapos e suas chagas o asseio impecável das ruas, a imponência das praças, a majestade dos monumentos”. (citado por SEVCENKO. 1995:61).

Encontramos ali, nas origens das nossas metrópoles, o início do processo de modernização excludente e da construção de uma concepção de cidade segregada, espacial e simbolicamente. A favela como fenômeno e como conceito, que se origina também ali, traz as marcas da exclusão e da segregação espacial e simbólica. Paulo César Garcez Marins, em seu estudo sobre habitação e vizinhança nas origens das metrópoles brasileiras, também ressalta este aspecto, assinalando que:

“As favelas, surgidas no Rio de Janeiro quase contemporaneamente à República, inauguravam de modo exemplar o rol de frustrações das elites em eliminar as convivências de habitações e populações diversas no seio da maior e mais importante cidade brasileira de então, fornecendo um paradigma do que se processaria ao longo do século XX em quase todas as medidas que visavam a exclusão social mediante a condenação e eliminação de habitações inconvenientes”. (MARINS, 1999)

A imagem construída para a favela, como podemos observar nestes estudos, evidencia a disputa simbólica existente no âmbito da cidade distanciando pobres e ricos. Essa disputa simbólica reforça assim a segregação espacial, social e simbólica, fato também observado por Caldeira:

“A distância social é marcada de várias maneiras. Ela pode ser criada materialmente através do uso de grades, que ajudam a marcar uma casa própria como algo claramente distinto de cortiços e favelas. O uso de cercamentos ainda oferece o sentimento de proteção, crucial em tempos de medo do crime. Mas concepções depreciativas dos pobres também cumprem a função de criar distanciamento social: elas formam uma espécie de cerca simbólica que tanto marca fronteiras quanto encerra uma categoria e, portanto, previne as perigosas misturas de categorias”. (CALDEIRA. 2000).

Entretanto, o fato é que ao longo das primeiras décadas do século XX, na cidade do Rio, o fenômeno se espalhou pelos morros e o termo favela se consolidou, o primeiro como alternativa de habitação para a população pobre e o segundo na sua forma substantivada, como assinalado por Abreu:

“A partir da década de 1920, e em função da sua enorme difusão pelo espaço urbano, o termo favela se generalizou. E adotando uma nova forma, substantivada e com f minúsculo, passou a designar todas as aglomerações de habitações toscas que surgiam na cidade, geralmente nos morros, e que eram construídas em terrenos de terceiros e sem aprovação do poder público”.(ABREU. 1994).

Licia do Prado Valladares reafirma este aspecto da difusão e personalização do nome favela, que reforçava uma visão equivocada das favelas como espaços homogêneos:

“O Morro da Favela, pouco a pouco, passou a estender sua denominação a qualquer conjunto de barracos aglomerados sem traçado de ruas nem acesso aos serviços públicos, sobre terrenos públicos ou privados invadidos. Conjuntos que então começaram a se multiplicar no Centro e nas Zonas Sul e Norte da cidade do Rio de Janeiro”.(VALLADARES, 2005:26)

A nossa insistência na questão do nome favela é porque entendemos que a escolha de um nome, de um sistema de classificação, de um conceito que define e delimita o significado dos fenômenos, se configura em um campo de disputa simbólica. E este aspecto para nós é muito importante, especialmente levando-se em conta aquele momento histórico, em que a cidade vai se transformando no cenário por excelência da luta de classes no Brasil. Mais do que um nome, no caso da favela, elabora-se uma imagem associada a alguns mitos que estigmatizam um determinado espaço da cidade.

Caldeira, no estudo citado, reafirma a importância que tem um sistema de classificação na formação de um estereótipo, ainda que, no seu texto, trate da questão da fala sobre o crime e os criminosos, revelando como estes, por sua vez, são associados à pobreza e as favelas. Vale a pena citar os trechos, mesmo que longos, onde a autora coloca a questão:

“Quando me refiro à categoria do criminoso, obviamente não estou me referindo a uma análise sociológica, mas a uma categoria classificatória que atua na vida cotidiana e cuja função principal é dar sentido a experiência. Assim, é uma categoria de pensamento embutida na prática cotidiana e que simbolicamente organiza e dá forma a essa prática”.

“Elemento perigoso e que quebra as regras da sociedade, o criminoso é visto como alguém que vem dos espaços marginais e polui e contamina. Apesar de esse tipo de categorização ser uma maneira poderosa de pensar o mundo, organizar as narrativas e ressignificar a experiência, quando se precisa de descrições mais específicas e detalhadas, a função do desconhecimento se torna óbvia e necessariamente surgem ambigüidades”.

“Observa-se, aqui, que o crime e os criminosos são associados aos espaços que supostamente lhes dão origem, isto é, as favelas e os cortiços, vistos como os principais espaços do crime. Ambos são espaços liminares: são habitações, mas não o que as pessoas consideram residências apropriadas”. (CALDEIRA. 2000: 78 e 79).

Pierre Bourdieu, por sua vez, ressalta que a luta de classes também toma a forma de luta simbólica, segundo Patrice Bonnewitz, que analisou a obra do sociólogo francês. Nas palavras deste autor:

“Para Bourdieu, os conflitos simbólicos visam impor uma visão de mundo de acordo com os interesses dos agentes; esta visão do mundo se refere tanto à posição objetiva no espaço social (o lado objetivo), quanto às representações que os agentes fazem do mundo social (o lado subjetivo).”(BONNEWITZ. 2003).

E desta vez citando o próprio Bourdieu, Bonnewitz destaca que:

“Do lado subjetivo, pode-se agir tentando mudar as categorias de percepção e de apreciação do mundo social, as estruturas cognitivas e de avaliação: as categorias de percepção, os sistemas de classificação, isto é, no essencial, as palavras, os nomes que constroem a realidade social tanto quanto a expres-

sam, são o móvel por excelência da luta política, luta pela imposição do princípio legítimo de visão e de divisão legítima...” (BORDIEU,1987, citado em BONNEWITZ, 2003:98 e 99)

Neste sentido é que compreendemos que o nome favela atribuído a determinados assentamentos populares em áreas urbanas invadidas ou ilegais quanto à propriedade da terra, permitiu, (pela natureza simbólica do termo e por tudo que ele representava), por si só a elaboração dos mitos da ruralidade e da marginalidade, pois, mais que um mero nome, o termo conferia a estes assentamentos, na sua origem, uma identidade negativa. Ainda segundo o estudo de Bonnewitz sobre Bourdieu, este ressaltava a importância da linguagem na disputa simbólica:

“..., convém, sublinhar o papel fundamental da linguagem: a definição daquilo que é legítimo passa por” querelas de palavras “: Nomear as coisas deste modo e não daquele é fazê-las existir e outra forma ou até abolir a sua existência. Toda categoria de agentes dominados, quer se trate de grupo sexual, grupo de idade, grupo étnico, grupo religioso, grupo socioprofissional, etc., é sempre objeto de um discurso depreciativo mais ou menos grosseiro ou sutil.” (BONNEWITZ, 2003:100 e 101)

E talvez por conta disso, desta “violência simbólica”, ainda nos termos de Bourdieu, que os mitos, que as imagens estigmatizantes e as idéias pré-concebidas e preconceituosas que cercam a favela e os favelados tenham permanecido inalterados ao longo do tempo, malgrado a constatação empírica de vários estudos realizados sobre as favelas, revelando o quanto estes mitos da ruralidade e da marginalidade não se sustentam na realidade.

Neste tópico, buscamos resgatar as origens das imagens e das representações sociais sobre a favela. Pudemos observar que o fenômeno deita raízes na origem das nossas metrópoles e que foi marcado por um estigma de nascença.

1 Verbetes encontrados no *Dicionário da Língua Portuguesa* — MEC/FENAME, 1980

2 Verbetes encontrados no *Dicionário da Língua Portuguesa*—Aurélio Buarque de Holanda, 1985 — Atualizado em 2001. Editora Nova Fronteira.

CAPÍTULO 2

A favela como objeto de estudo da sociologia

Introdução

NO PRIMEIRO CAPÍTULO FIZEMOS considerações sobre a origem do termo favela, de alguns conceitos estabelecidos a partir deste termo, assim como, sobre as representações e imagens construídas sobre o fenômeno favela. Buscamos analisar os critérios que definem e singularizam a favela em relação às outras alternativas de habitação das camadas sociais atingidas pela pobreza urbana; procurando demonstrar os limites, as insuficiências e inadequação destes critérios.

Neste capítulo pretendemos discutir como a favela passa a ser considerada um problema sociológico e emerge como uma nova problemática nos estudos urbanos.

Enfim, trata-se de fazer considerações sobre como a sociologia se aproxima dos estudos urbanos, sobre a questão da habitação e particularmente da favela.

O foco da nossa pesquisa é dissertar sobre a favela em São Paulo, porém, como fizemos no primeiro capítulo, trataremos da questão de uma forma geral, a considerar sua dimensão mais abrangente, pensando o termo enquanto um conceito abstrato, mas que designa um determinado fenômeno social. Neste sentido, não se tratou no capítulo 1, da favela paulistana ou carioca, nem tampouco de uma comparação entre elas.

A favela como fenômeno urbano e social é definida, como já vimos, por três aspectos característicos: a da territorialização da pobreza urbana, a da precariedade da moradia e da ilegalidade quanto à propriedade da terra. Desta forma, entendemos que visibilidade do debate sobre a favela nas ciências sociais tem seu foco em dois pontos: na questão da habitação e da pobreza urbana.

Assim, neste capítulo em seu primeiro tópico abordamos a questão da habitação. Partimos de algumas reflexões de natureza epistemológicas para argumentar sobre a natureza ideológica do problema da habitação. No mesmo tópico, buscamos traçar um panorama histórico sobre o estudo desta questão no Brasil e em particular na cidade de São Paulo, tendo em vista o foco de nossa dissertação.

No segundo tópico deste capítulo consideramos os estudos sobre a pobreza urbana pelo viés da favela, ou seja da sua territorialização. Neste aspecto desponta na década de 1960 o desenvolvimento de uma teoria social que, atenta às particularidades da urbanização na América Latina, tentou explicar o fenômeno a partir da estrutura macro econômica dos países latino americanos, denominada de Teoria da Marginalidade.

Segundo Valladares, a Teoria da Marginalidade seria a *primeira chave de leitura utilizada pelos cientistas sociais no sentido de compreender o fenômeno*. (VALLADARES, 2005:151). Neste tópico, buscamos examinar as diferentes concepções marcadas por essa teoria e os argumentos dos autores que a criticaram. Não se pretende realizar um estudo exaustivo do tema, buscamos somente sistematizar o trabalho de alguns autores que tiveram influencia nos estudos sobre favela.

No terceiro tópico, buscamos analisar os autores que examinaram criticamente a validade das crenças estabelecidas sobre as favelas na Teoria da Marginalidade e na ideologia higienista.

Fechando desta forma este capítulo, balizamos a discussão da favela em São Paulo, objeto do próximo capítulo.

2.1 A questão da habitação e a favela.

2.1.1 ALGUMAS QUESTÕES DE NATUREZA EPISTEMOLÓGICAS

A cidade capitalista se constitui em um cenário privilegiado das lutas sociais, na medida em que opera uma reorganização radical de seu espaço, marcada por dois elementos fundamentais, assim assinalados por Rolnik:

“O primeiro elemento que entra em jogo é a questão da mercantilização do espaço, ou seja, a terra urbana, que era comunalmente ocupada, passa a ser uma mercadoria – que se compra e vende como um lote de bois, um sapato, uma carroça ou um punhado de ouro. Em segundo lugar, a organização da cidade passa a ser marcada pela divisão da sociedade em classes: de um lado os proprietários dos meios de produção, os ricos detentores do dinheiro e bens; de outro, os vendedores de sua força de trabalho, os livres e despossuídos”. (ROLNIK.1988:39)

Neste sentido, no seu desenvolvimento, a cidade moderna capitalista vai assumindo alguns traços característicos essenciais como: *“(...) a privatização da terra e da moradia, a segregação espacial, a intervenção reguladora do Estado, a luta pelo espaço”.* (ROLNIK. 1988:71)

Entretanto, estes traços característicos são escamoteados por um discurso ideológico, que não revela a essência dos problemas urbanos. Neste sentido, os problemas ditos urbanos na verdade são de natureza social, como assinalado por Castells (1975): *“há uma tendência cada vez maior para qualificar de urbanos os problemas que antes se chamavam sociais.”*

No mesmo sentido, este autor afirma que *“Esta substituição terminológica não é inocente, na medida em que tende a apresentar como efeito de uma contradição entre técnica e natureza o que é um resultado das contradições sociais”.* (CASTELLS.1975:15).

Trata-se então, nesta linha de raciocínio, da construção daquilo que Castells denomina de *ideologia do urbano*. Essa ideologia, como em toda ideologia, no sentido estabelecido pela professora Marilena Chauí, serviria para mascarar os problemas gerados pelas contradições sociais intrínsecas a uma sociedade de classes nos marcos histórico-estruturais da economia capitalista.

Segundo Marilena Chauí, a ideologia é *“um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes, a partir das divisões na esfera da produção.”* (CHAUÍ,1981:113-114)

E na qualidade de explicação teórica, ou falsa teoria, uma de suas funções, portanto, é de ocultar a realidade social, ou ainda, nas palavras de Chauí:

“Essas idéias ou representações, no entanto, tenderão a esconder dos homens o modo real com suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia. Por seu intermédio, os homens legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas.” (CHAUÍ,1981:21)

Os problemas urbanos, portanto, são problemas gerados pelas contradições sociais inerentes à sociedade capitalista, mas por esta ideologia do urbano, são vistos como algo natural e inerente ao desenvolvimento das cidades, como assinalado por Castells:

“Assim, a crise da habitação, as más condições ambientais e, inclusivamente, a ‘alienação’, passam a ser conseqüências infelizes e quase inevitáveis da cidade, forma necessária do progresso

técnico...Tratar-se-ia então, segundo esta ideologia, de remediar o melhor possível estes males inevitáveis,..." (CASTELLS.1975:15)

Desta forma cabe, portanto, à teoria social, segundo Castells, a tarefa de *“delimitar o conteúdo ideológico dos pretensos conhecimentos sociológicos; mostrar quais são os problemas reais a que se faz alusão, através dos quais se poderá ir fundamentando uma análise propriamente teórica dos problemas assim aludidos e encobertos.”* (CASTELLS.1975:15)

E não se trata de uma tarefa fácil, uma vez que, ainda segundo Castells, não existe um conhecimento universal e neutro pois a *prática teórica é tributária da prática política e vice-versa*. A prática teórica enquanto produção de conhecimentos, nas palavras deste autor:

“É determinada socialmente, tanto no que diz respeito à sua utilização como à articulação do seu conteúdo (científico) com as ideologias sociais. Não há, historicamente, nenhum produto puramente teórico, antes o que se encontra sempre são formações ideológico-teóricas, de dominante ideológica ou teórica.” (CASTELLS, 1975:12)

Para Castells, o campo de análise da sociologia tem uma dominante ideológica: *“cujo efeito social não é produzir conhecimentos, mas <<desconhecimentos>> legitimados como ciência a fim de organizar a racionalização de uma situação social dada (a ordem estabelecida) e desorganizar a sua compreensão, possível caminho para uma tomada de consciência e, portanto, para uma mobilização política.”* (CASTELLS, 1975:12)

Neste aspecto, não se trata aqui de ignorar a concretude e a emergência de determinadas questões ligadas ao urbano, mas, como colocado acima, é necessário identificar os problemas reais e , segundo Castells:

“Tais problemas são os que dizem respeito ao processo coletivo da reprodução da força de trabalho e às unidades de consumo coletivo (aglomerados) nas quais esse processo se realiza.” (CASTELLS, 1975:15)

Sendo a habitação um dos componentes dos custos da reprodução da força de trabalho, as suas formas concretas exprimem o equacionamento deste custo em um determinado estágio do desenvolvimento capitalista de um determinado país.

Pensar a questão da habitação fora do âmbito da reprodução da força de trabalho e das contradições sociais estabelecidas pela sociedade capitalista, ao meu ver, se constitui na elaboração de mais uma formulação de natureza ideológica, na elaboração de um “falso problema”, como assinalado por Gabriel Bolaffi para a questão da habitação no Brasil:

“Em síntese, é este o processo pelo qual a ideologia mascara os problemas do real e os substitui pelos falsos problemas. Isto é, formulam-se problemas que não se pretende, não se espera e nem seria possível resolver, para legitimar o poder e para justificar medidas destinadas a satisfazer outros propósitos.” (BOLAFFI.1982:40)

Neste sentido, compreendemos que a questão da favela seria mais um dos “falsos problemas” elaborados para escamotear outras questões de natureza econômica, política e social. Vamos esclarecer melhor essa idéia analisando alguns estudos no decorrer deste capítulo. Por ora, vamos aprofundar melhor a questão da habitação destacando os autores que trataram do tema no Brasil.

2.1.2 A QUESTÃO DA HABITAÇÃO

Para Villaça o *problema habitacional* é formulado de forma absolutamente ideológica e superficial. Nas palavras dele:

“O problema que os homens têm de enfrentar para conseguir este abrigo – a habitação – é o ‘problema habitacional’. Pronto. Está criado, não pela prática mas pela mente, pela razão, um <problema> abstrato, universal e eterno, ou seja, um <problema> a-histórico. ‘Problema’ para quem? Porque é ‘problema’? Sua origem está nos homens ou na natureza? A resposta a essas e outras importantes perguntas é obscurecida por essa definição do problema da habitação.” (VILLAÇA,1986:10)

Formulado desta forma, o problema da habitação se constitui em um problema a-histórico, atemporal, que sempre existiu e sempre existirá. Desta maneira, ainda segundo Villaça,

“Essa forma de pensar esconde e distorce a verdadeira questão. Com isso, entre outras coisas, fornece à classe burguesa o argumento que ela precisa para explicar à classe dominada, seu clamoroso fracasso na solução do problema. As idéias daquele gênero são produzidas e difundidas, ao longo de décadas, numa tentativa de transforma-las em verdades aceitas sem discussão, em ‘dados’ da realidade, e com isso fazer com que os trabalhadores acreditem que o problema da habitação é mesmo muito complexo, difícil e no fundo, insolúvel, e que a burguesia está fazendo tudo que pode para resolvê-lo, ou melhor, para minorá-lo, já que resolve-lo mesmo seria impossível” (VILLAÇA,1986:10)

E qual seria então a verdadeira questão que essa formulação ideológica esconde?

Para Villaça, a essência do “problema habitacional” está exatamente nas contradições sociais engendradas na sociedade capitalista:

“Com o desenvolvimento do capitalismo, juntamente com os demais bens necessários para atender às necessidades humanas, a habitação começa – embora lenta e penosamente – a assumir a forma de mercadoria. Entretanto, o sistema econômico privado, não consegue oferecer habitações a todos, quer sob forma de mercadoria ou não. A obrigação de oferecer habitação àqueles que não têm condições econômicas de pagar por uma, passa progressivamente a ser do Estado. Este, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que reconhece essa obrigação como sua, dá provas concretas de que é incapaz de desincumbir-se satisfatoriamente dela.” (VILLAÇA,1986:11-12)

E neste sentido, ainda segundo este autor, tenta-se ocultar essa contradição formulando “falsos problemas”,

“Uma das formas pelas quais tenta livrar-se dessa contradição é exatamente a produção, pela classe dirigente, do conceito ideológico do ‘problema habitacional’ e da idéia já exposta de que esse problema ‘sempre existiu e sempre existirá’. Aliás, o uso da ideologia é um dos estratagemas de que a burguesia mais lança mão para livrar-se do problema da habitação.” (VILLAÇA,1986:12)

E assim conclui Villaça:

“Isso não quer dizer que o problema não exista. Quer dizer entretanto que a burguesia não pode enunciar-lo corretamente pois se o fizesse teria que reconhecer ao mesmo tempo sua incapacidade de resolvê-lo.” (VILLAÇA,1986:12)

Esta forma de enxergar o problema da habitação como algo intrínseco ao desenvolvimento do capitalismo e da sociedade burguesa já havia sido formulado na segunda metade do século XIX por Engels. Em um artigo escrito em 1872, este autor refuta algumas teses elaboradas no contexto da sociedade alemã do período, para resolver a crise habitacional.

Para Engels, estas teses não apontavam para a essência do problema, pois mantinham inalterada — nas suas propostas para resolução do problema da habitação —, a

ordem social do modo de produção capitalista. E, muito pior, estas propostas continham um objetivo ingênuo de “*eleva as chamadas classes não possuidoras*” ao nível das “*classes possuidoras*”.¹

Segundo Engels a questão habitacional, colocada como problema a partir da falta de habitação, era mais uma expressão das contradições sociais do modo de produção capitalista e, portanto, colocada como uma questão social que só se resolveria com a dissolução deste modo de produção:

“Mas de onde provém a falta de habitação?...ela é necessariamente produzida pela forma burguesa da sociedade; uma sociedade que não pode existir sem falta de habitação quando a grande massa trabalhadora depende exclusivamente de seu salário, ou seja, da soma dos meios indispensáveis à sua existência e reprodução; quando novos melhoramentos mecânicos etc., deixam continuamente sem trabalho massas de operários; quando violentas e cíclicas crises industriais, condicionam, por um lado, a existência de um numeroso exército de reserva de desempregados e, por outro lado, temporariamente deixam na rua grande massa de trabalhadores; concentrando-se nas grandes cidades num ritmo mais rápido que o da construção de casas nas condições atuais, de vez que para os mais ignóbeis pardieiros há sempre locatários; quando finalmente, o proprietário de uma casa, na sua qualidade de capitalista, tem não só o direito mas também, em virtude da concorrência, de certo modo o dever de extrair da sua casa, sem escrúpulos, os aluguéis mais elevados. Numa sociedade assim, a falta de habitação não é nenhum acaso: é uma instituição necessária; e juntamente com as suas repercussões sobre a saúde etc., só poderá ser eliminada quando toda a ordem social for inteiramente transformada”. (ENGELS.1988:38-39)

Neste texto, Engels aborda o problema de forma mais ampla, para além da questão da precariedade das moradias operárias ou da insalubridade e adensamento destas moradias, articulando o problema habitacional com outras questões de caráter econômico-estrutural, como o desemprego ou ainda o custo de reprodução da força de trabalho. Torna evidente, aliás, como a questão da moradia se relaciona com os baixos salários e com a instabilidade no emprego:

“Suponhamos que numa dada região industrial se tenha tornado regra cada operário possuir a sua pequena casa própria. Neste caso, a classe operária dessa região tem habitação gratuita; os gastos com a habitação já não entram no valor da sua força de trabalho. Mas toda redução dos custos de produção da força de trabalho, isto é, toda diminuição pouco durável do preço dos meios de subsistência do operário, equivale, porém, <<com base nas leis férreas da doutrina da economia política... a exercer uma pressão sobre o valor da força de trabalho que tem como consequência uma queda correspondente no salário.” (ENGELS.1988:43)

Malgrado Engels escrever sua análise da questão a partir de uma situação histórica específica, qual seja, da Alemanha de 1872, podemos concluir desta análise que o problema da habitação se constitui em um problema estrutural do capitalismo. Desta forma é que se observa que um problema tido como problema urbano na verdade tem uma natureza social mais ampla do que aparenta ter.

Villaça, da mesma forma, reafirma a natureza social da questão e aponta para alguns fatores estruturais que impedem a sociedade capitalista de equacionar o problema de forma concreta:

“Em primeiro lugar, a habitação está vinculada ao solo, está ‘amarrada’ à terra. Isso impede que ela, tal como os demais produtos do trabalho, seja produzida em poucas localizações centralizadas e depois distribuída aos consumidores.(...)”

Em segundo lugar há que se considerar o obstáculo representado pela propriedade privada da terra. Esta onera violentamente o preço do produto habitação, o que obriga as camadas mais pobres a morar nas piores localizações das cidades.(...)

Em terceiro lugar, outra particularidade da habitação que dificulta sua transformação plena em mercadoria, prende-se ao seu longo período de produção e consumo.(...)

Finalmente cabe destacar o papel da habitação nos custos de reprodução da força de trabalho. Quanto menos da riqueza social for gasto para vestir, alimentar, cuidar da saúde e abrigar o trabalhador, tanto maior a parcela dessa mesma riqueza que sobrar para entrar no circuito da acumulação gerando lucros.” (VILLAÇA,1986:16-18)

Desta forma, não podendo oferecer a todos os membros da sociedade uma moradia decente, as elites capitalistas formulam a questão buscando obscurecer a verdadeira essência do problema, ou seja, ocultando, através da ideologia do urbano, um problema que se origina da divisão da sociedade em classes.

Pechman, citando Michelle Perrot, afirma que o problema da habitação é um problema formulado pela burguesia e que esta questão não entrava na pauta das lutas operárias, pelo menos no século XIX na Europa, quando se constitui o movimento operário:

“É por isso, afirma Perrot, que a questão da moradia, além de não ter origem operária, não empolga àqueles que deveriam ‘sofrer’ suas conseqüências. Para o operário o problema da moradia não se centra na sua insalubridade, na sua improriedade como <<habitação decente>>, mas no seu custo. O dilema operário com a moradia é pois o do preço do aluguel e não o da sua superpopulação ou da sua degradação. A invenção da questão da moradia é, portanto, um elemento do discurso burguês e da fala operária.” (PECHMAN.1993:29-30)

Mas voltando a questão para a nossa realidade, de que maneira o problema se apresenta no Brasil?

2.1.3 A QUESTÃO DA HABITAÇÃO NO BRASIL — SÃO PAULO

O problema da habitação no Brasil, da maneira como formulamos acima, aparece com a emergência do trabalho livre, na segunda metade do século XIX. Contexto marcado por acentuado crescimento urbano e por profundas transformações na estrutura política e social, com o advento da República e por um intenso processo de imigração.

Engendraram-se, neste período, as condições necessárias para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A Lei de Terras de 1850 e a Abolição dos escravos em 1888, eram medidas que propiciavam ao mesmo tempo o desenvolvimento do mercado de trabalho e do mercado de terras no Brasil; assim assinalado por Villaça:

“O problema da habitação popular urbana começa a se constituir no Brasil na segunda metade do século XIX com a penetração do capitalismo, da mesma forma como se constituía na Inglaterra cem anos antes. Naquela época começou a surgir aqui, como anteriormente havia surgido lá, o <<o homem livre>>. Este é antes de mais nada um despejado. Despejado de sua terra, de sua oficina, de seus meios de trabalho, de seus meios de vida. Começam então a afluir às nossas cidades milhares desses despossuídos, tanto brasileiros como estrangeiros. Eram os despejados das decadentes fazendas, como as do café no Vale da Paraíba, eram os despejados da Itália, eram os despejados das senzalas. Com o enorme crescimento das cidades através dessa população surge o problema de seu alojamento, ou seja, surge o problema habitacional enquanto questão social.” (VILLAÇA.1996:35)

A favela e o cortiço já se apresentavam naquele período, como alternativas de moradia para as classes populares, isto é, para aquelas massas humanas formadas por escravos libertos e imigrantes desprovidos dos meios materiais de sobrevivência na agricultura e que confluíam para as cidades que estavam em pleno desenvolvimento, particularmente Rio de Janeiro e São Paulo; uma, capital da federal, outra, em prosperidade por conta da economia cafeeira.

Maricato assinala que, no *“Rio de Janeiro, para onde acorreram muitos dos escravos libertos das fazendas decadentes, a população quase dobrou entre 1872 e 1890. O crescimento urbano acarretou uma demanda por moradia, transporte e demais serviços urbanos até então inédita. Em 1861, 21.929 pessoas, de uma população de 191.002, viviam em cortiços. Em 1888, esse número foi para 46.680”*. (MARICATO. 1997:26-27)

Em São Paulo, por sua vez, Bonduki afirma que no período entre 1886 e 1900, a cidade *“explodê”* e conhece a sua primeira crise *“entre 1890 e 1893, acentuou-se o incremento demográfico, chegando a 28% (ou seja, mais de 20 mil habitantes) por ano. A carência de habitações tornou-se notória, havendo indícios de que era um obstáculo a um crescimento ainda maior...”* (BONDUKI.2004:18)

Maricato destaca ainda que este crescimento populacional de São Paulo era tributário fundamentalmente do processo de imigração que se intensificava neste período:

“O Estado de São Paulo seria o mais bem-sucedido na tarefa liderada pelos cafeicultores de atrair a mão de obra imigrante. Entre 1897 e 1900 nele entraram 599.426 pessoas, que vinham principalmente da Europa. A cidade de São Paulo cresceu 3% entre 1872 e 1886, 8% entre 1886 e 1890 e 14% entre 1890 e 1900. O processo imigratório era tão intenso que, em 1920, a maioria absoluta da população da cidade de São Paulo era italiana.” (MARICATO. 1997:26)

Ainda no que diz respeito ao crescimento da população paulistana, Pereira ressalta que, citando um texto de Matos de 1954; *“São Paulo tinha em 1872, 31 mil habitantes e, em menos de 30 anos, multiplicou por cerca de 8 vezes esse contingente, chegando ao final do século XIX como a segunda cidade do País, só suplantada pela capital federal”* (PEREIRA.2004: 40)

A demanda por moradia se intensificava na mesma proporção do crescimento populacional e o cortiço foi a alternativa encontrada para abrigar as camadas populares da população paulistana, tornando-se a primeira forma de habitação da pobreza em São Paulo, como assinalado por Kowarick e Ant:

“O cortiço é a modalidade de habitação proletária mais antiga em São Paulo. Ao contrário da favela ou da assim chamada ‘casa própria da periferia’, está ligado aos primórdios da industrialização que se iniciou nas últimas décadas do século XIX.” (KOWARICK E ANT.1988:49)

Teixeira, por sua vez, afirma que, esta *“habitação foi durante muito tempo, até as décadas de 1940 e 1950 a habitação única das classes trabalhadoras em São Paulo.”* E põe em relevo que o predomínio desta modalidade para a *“habitação da gente pobre em São Paulo diferia da do Rio de Janeiro pela inexistência aqui das favelas (...), o que predominou para moradia da gente pobre em São Paulo foi sempre, em São Paulo, o cortiço”*. (TEIXEIRA.1986:2)

Bonduki reafirma, não com a mesma contundência, esta colocação, assinalando que, esse *“era o tipo de moradia popular **mais comum** em São Paulo e assim continuaria sendo por várias décadas.”* (BONDUKI.2004:25) (Grifo nosso)

Outros autores também chamaram a atenção quanto à inexistência de favelas em São Paulo neste período, como por exemplo no texto de 1959 do jornalista Jorge Americano:

“Em São Paulo não havia favelas. O que predominou para moradia da gente pobre foi sempre, em São Paulo, o cortiço. Algum terreno de centro de quarteirão, com pequenas habitações contíguas, com saída para a via pública por um corredor a céu aberto, entre muros. Ou então os porões habitados...” (Cf. BONDUKI.1982:82)

Como observado no primeiro capítulo desta dissertação, na cidade do Rio de Janeiro a “Era dos cortiços” havia sido suplantada pela “Era das favelas” ainda no século XIX. No entanto, em São Paulo o cortiço era a modalidade de moradia popular predominante neste período:

“Estima-se que a terça parte das habitações existentes em São Paulo era composta de cortiços. Como, em geral, cada unidade abrigava grande quantidade de pessoas, pode-se inferir que a maioria dos habitantes de São Paulo do início do século vivia neste tipo de moradia. Sabe-se ademais que nas primeiras décadas que se seguiram a 1900, ele continuou bastante presente no cenário urbano, o que permite concluir que foi durante largo período a forma de habitação dominante da classe trabalhadora que só bem mais tarde passou a construir, com as próprias mãos, a sua casa nas periferias da cidade.” (KOWARICK E ANT.1988:50)

Os motivos pelos quais o cortiço se afirmou como a modalidade de habitação dos pobres paulistanos neste período, se adequam ao modelo de desenvolvimento econômico implantado pelas elites, conforme foi assinalado mais de uma vez, era a forma de viabilizar a industrialização com baixos salários:

“Desta forma, na medida em que a economia baseia seu processo de extração de excedentes na pauperização dos trabalhadores e ao mesmo tempo precisa manter a unidade familiar operária a fim de explorá-la e garantir sua continuidade, o cortiço, subdivisão de cômodos em maior número possível de cubículos, aparece como a forma mais viável para o capitalismo nascente reproduzir a classe trabalhadora, a baixos custos.” (KOWARICK E ANT.1988:50)

Por outro lado, o cortiço representava também uma possibilidade de investimento bastante rentável, muito por conta da falta de alternativa de moradia para as classes populares, pois a habitação sendo uma mercadoria cara e especial², tem a sua produção dirigida fundamentalmente para aqueles que podem pagar por ela, como reiteram os referidos autores:

“Desta forma, só se constroem moradias para grupos mais abastados, excluindo-se a maioria da população de São Paulo da habitação ‘higiênica e unifamiliar’; daí é que nasceram os cortiços. Mas a contrapartida dessa exclusão habitacional é que pequenos, médios ou até grandes empreendedores passaram a explorar o aluguel de moradias com características de cortiços, pois semelhante forma de habitação, alicerçado no cubículo, tornara-se altamente lucrativa, representando em relação à ‘higiênica e unifamiliar’ maior rendimento ao capital empregado.” (KOWARICK E ANT.1988:52)

Bonduki, por sua vez, explica que a alta rentabilidade deste tipo de negócio implicava também na precariedade do cortiço:

“O investimento nesses alojamentos era altamente rentável em virtude do intenso aproveitamento do terreno e da economia de material possibilitada por sua organização espacial, da péssima qualidade da edificação e da inexistência de custos de manutenção.” (BONDUKI.2004:25)

Como se vê, a precariedade da habitação não é algo exclusivo das casas nas favelas. É um componente histórico e estrutural das habitações da pobreza urbana de São Paulo e de outros centros urbanos. Vamos retomar este aspecto mais adiante.

Para além destes estudos que estamos citando, muitos autores trataram do cortiço como uma das modalidades de habitação popular em São Paulo, analisando as suas diferentes formas e problematizando a questão, estando disponível um considerável número de pesquisas e estudos; de Taschner e Mautner (1982), Bonduki (1982), Rodrigues (1991) Reis (1994), Taschner (1997), Lemos (1998) e outros.

Não pretendemos retomar todas a bibliografia e nem exaurir todos os pontos analisados nestas obras, porém, alguns merecem destaque na medida em que eles contribuíram para a discussão que estamos desenvolvendo.

Neste sentido, convém ressaltar que a questão da moradia em São Paulo teve, nas suas origens, o cortiço como tema central.

“Assim, por exemplo, em São Paulo, no início do século, a questão mais insistentemente discutida pelo poder urbano é ‘o que fazer com os cortiços’, vistos como <<focos>> de onde emanam perigos de toda natureza: para corpos e espíritos. A idéia de que a proximidade de um cortiço pode contagiar a <<saúde>> de toda uma região está presente na fala de técnicos higienistas, mas também provém de moradores de zonas fronteiriças.” (ROLNIK.1988b:80)

Como podemos observar, as elites paulistanas formulavam a questão da habitação, em particular, do cortiço, como um problema de saúde pública ou de ordem sanitária; mais também, em nome de um determinado comportamento moral ou como problema de ordem social. E esta forma de percepção e de abordagem do problema, segundo Rolnik, marcou de forma indelével a legislação urbana até os dias de hoje:

“Doença, imoralidade e pobreza se enredaram numa trama maldita de tal modo que as condições de moradia precárias eram imediatamente associadas a imoralidade e a doenças, demarcando um território rejeitado na cultura urbanística da cidade. Essa visão permanece na legislação urbana até hoje” (ROLNIK.1997:41)

Com esta visão do problema se elabora e se institui uma série de medidas políticas, sociais e de natureza ideológicas no sentido de intervir nos espaços dos cortiços. Essas medidas foram entrelaçadas a um modelo de cidade e de ordem urbana e social, engendrada pelas elites paulistanas, visando sempre o controle social, político e ideológico das classes populares. São estes mecanismos de controle social que Rolnik denomina de *poder urbano*, que então se imprimiu na cidade:

“Esta ordem é antes de mais nada um modelo que a classe dominante estabelece para si mesma e que pressupõe e propõe uma absoluta homogeneidade social. Assim a diferença é considerada desvio e transforma-se imediatamente em <<objeto de intervenção>>. Um governo urbano que intervém diretamente na vida dos habitantes da cidade é posto então em funcionamento. Este poder agirá basicamente de duas formas: através de um discurso que estabelece o modelo de cidade e cidadão, e através de intervenções diretas. A eficácia do discurso está na estigmatização de certos grupos sociais e conseqüentemente – pela via da condenação de suas ações – na reificação da ordem urbana dominante.” (ROLNIK.1988b:80)

Segundo Pechman, “...as classes dominantes fundam seu poder sobre a cidade a partir da intervenção no espaço, no sentido de coibir <<usos e abusos>> e principalmente, fundam seu poder por meio de representações que legitimam o que são os bons usos e o que seriam os abusos...” (PECHMAN.1993:32)

Um exemplo da manifestação deste *poder urbano* em São Paulo está na forma como se elabora a legislação urbana neste período, e em especial no que tange a questão dos cortiços, como a lei visa regular a sua localização na cidade.

O Código de Posturas de 1886 proibia a presença de cortiços no perímetro urbano, denominado do “Comércio”, visando eliminar, ou pelo menos coibir esta modalidade de habitação da área mais valorizada da cidade, o seu centro. Segundo Rolnik, “*Com a proibição da instalação de cortiços, casas de operários e cubículos, proibiu-se genericamente a presença de pobres no centro da cidade, que no momento em estudo era o principal objeto de investimentos através dos chamados ‘Planos de Melhoramentos da Capital’. Esse tipo de intervenção no território ‘popular’ complementava o projeto urbanístico municipal de construção de uma nova imagem pública para a cidade, aquela de um cenário limpo e ordenado que correspondia à respeitabilidade burguesa com a qual a elite do café se identificava.*” (ROLNIK.1997:37)

Por outro lado, o Código de Posturas permitia que, como assinalado por Lemos (1998), “*Tais moradias seriam toleradas a partir da zona suburbana*”; como também, destaca este autor, nesta lei não se definia o que era cortiço, malgrado não permitir a sua localização no centro da cidade.

Fica evidente, desta forma, que não se tratava de equacionar um problema de natureza social ou pelo menos de propor solução para a precariedade habitacional da população de baixa renda. Engendrava-se ali, na verdade, um modelo de cidade segregada espacialmente, assim como, um outro padrão de cidade, como veremos mais adiante.

Entretanto, o conteúdo da lei, no que toca a questão dos cortiços, não acalmava os ânimos mais exaltados de alguns membros da elite paulistana que vislumbravam a sua completa extinção do tecido urbano. Segundo Lemos, um destes espíritos exaltados era do engenheiro da câmara, Luís César do Amaral Gama que certamente não se conformava em não ter sido ouvido pelos vereadores que votaram o código de 1886. E desta forma, “*em outubro de 1893, encabeça uma lista de técnicos encarregados de fazer um amplo relatório sobre a questão dos cortiços e casas de cômodos, pois tudo indica que a proliferação dessas subabitações havia agravado questões de saúde pública e de ordem social, sobretudo por serem extremamente comuns dentro do perímetro urbano, dito <do comércio>.*” (LE MOS.1998)

Neste sentido, cabia ao *poder urbano*, primeiro investigar e analisar o problema com profundidade, elegendo-o como um problema de ordem social. Este relatório tinha, por fim esta tarefa e foi denominado de “*Relatório de Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Efigênia*”, contando com mais quatro outros membros, foi encaminhado ao então Secretário de Negócios do Interior do Estado de São Paulo, Dr. César Motta Júnior.

Malgrado este relatório se restringir ao bairro de Santa Efigênia — que, aliás, tinha sido atingida por uma grave epidemia de febre amarela —, as informações contidas nele teriam validade para as demais áreas urbanas da cidade de São Paulo, em especial aos bairros onde concentravam as classes populares como o Brás, Barra Funda e Bom Retiro, como observado por Lemos e também por Bonduki. Vamos nos deter em alguns aspectos deste relatório.

Antes, porém, gostaríamos de reafirmar que o foco da nossa dissertação é a favela e não o cortiço. No entanto, a análise da forma como a questão habitacional foi formulada neste período nos permite afirmar que na formulação da questão da moradia se engendra também um processo de estigmatização dos espaços de moradia da pobreza urbana. Desta forma, o processo de estigmatização que ocorreu com a favela e os favelados, como apontado no primeiro capítulo deste trabalho, relacionado à cidade do Rio de Janeiro; ocorreu também com os cortiços e com os *encortiçados* em São Paulo no mesmo período.

Os discursos sobre os espaços da pobreza urbana vão amalgamando questões de ordem social e de saúde pública, de legalidades e ilegalidades, de regularidades e irregularidades, que acabam obscurecendo a essência da questão ou ainda escamoteando outros interesses por parte das elites em relação à cidade e ao controle social dos trabalha-

dores. Elaboram-se *mitos sobre o problema da habitação*, como na formulação de Bolaffi, uma vez que o problema não pode ser tratado na sua essência, qual seja, das contradições de uma sociedade de classes.

Mas, voltando a discussão ao relatório de 1893; nele podemos encontrar uma ampla análise dos cortiços paulistanos do período, com tipologias, diagnósticos, descrições e recomendações no sentido de combater os “*males*” desta modalidade de habitação. Destaca-se deste texto, as propostas de intervenção, por parte do poder público, nestes espaços da cidade:

*“...é preciso cuidar da unidade urbana, a habitação, não já da habitação privada, mas daquela onde se acumula a classe pobre, a estalagem onde pulula a população operária, o cortiço que vulgarmente se chamam essas construções acanhadas, insalubres, **repulsivas algumas**, onde as forças vivas de trabalho se ajuntam em desmedida, fustigadas pela dificuldade de viver, numa quase promiscuidade que a economia lhe impõe, mas a higiene repele.”* (RELATÓRIO MOTTA.1893.IN.SAMPAIO.1998). (grifo nosso)

E com base neste discurso higienista, os autores do referido Relatório propõem “*a intervenção do poder público em bem da saúde de todos; (...) regulando de modo severo as condições a preencher não só a habitação de caráter particular como as habitações comuns, isto é, estalagens, cortiços, hotéis, casas de dormida, etc.*”

Observa-se também, neste Relatório, um ímpeto interventor que se aplica fundamentalmente aos bairros e as habitações populares, sempre em nome da higiene e do futuro da cidade:

*“Com as leis da higiene na mão o poder público manda demolir, retocar e reformar o que não pode permanecer sem corretivo; faz desaparecer utilidades, cria outras e nem sempre é obrigado a indenizar o que houver de condenar muita vez. O poder municipal principalmente deve, **para salvar a cidade ameaçada** em sua prosperidade e futuro, adotar medidas mais enérgicas com vistas a coibir o abuso que se generaliza **na parte mais nova e mais densamente povoada da região urbana**. Os cortiços ou estalagens, as casas de dormida, os prédios transformados em hospedarias, as vendas ou tascas, quase todas com aposentos no fundo para aluguel, os hotéis de terceira ou quarta ordem, transformados em cortiços, eis o que se vê a miúdo em bairros onde a epidemia mais alastrou e onde tudo nos faz crer que a tendência para tal abuso aumente em vez de diminuir. O poder municipal, auxiliado pelo governo do Estado, cumpre intervir energicamente para fazer cessar esse abuso.”* (RELATÓRIO MOTTA. 1893. IN. SAMPAIO. 1998). (grifo nosso)

A importância deste relatório se fez sentir na elaboração da legislação posterior. Segundo Lemos, “*as conclusões dos técnicos comandados por Amaral Gama, influenciaram bastante a redação do código sanitário promulgado no ano seguinte, 1894*”. (LEMOS.1998:14) .

Por outro lado, não podemos perder de vista que o ideário higienista andava em voga no Brasil naquele período, mais um exemplo da “importação de idéias” prontas da Europa. Segundo Rolnik, o tema da higiene dominou grande parte do debate urbanístico internacional ao longo do século XIX. Desta forma, é que o código sanitário de 1894 sofreu influência também da legislação sanitária europeia:

“Particularmente a lei francesa da higiene residencial, decretada em 1850, serviu como modelo para a legislação paulista. Embora as condições residenciais em São Paulo se apresentassem diferentes daquelas das grandes cidades européias no século XIX, em relação tanto à extensão do problema quanto aos tipos de moradia, as teorias médicas que inspiraram os instrumentos legais franceses rapidamente influenciaram gerações de higienistas, principalmente aqueles formados pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro”. (ROLNIK.1997:39)

O Estado se instrumentalizava juridicamente para intervir nos espaços populares e através desta “doutrina sanitária” legitimava as suas ações.

Este modelo de intervenção do poder público nos bairros e habitações populares que se engendrava em São Paulo em muito se assemelhava ao modelo implantado na cidade do Rio de Janeiro algumas décadas antes, como observado no primeiro capítulo desta dissertação.

Mas convém ressaltar alguns aspectos onde a semelhança revela na verdade um projeto urbano comum para as duas cidades elaborado pelas elites urbanas carioca e paulistanas.

Neste projeto comum se destacava primeiro, o que Chalhoub denominou de “*ideologia da administração competente*” e um modelo de gestão “técnica” da coisa pública, “...algo que permitiu aos governantes ocultar, ou ao menos dissimular, desde então, o sentido classista de suas decisões políticas”. (CHALHOUB.1999:8)

Ou seja, projetava-se a idéia de um poder urbano e de uma visão administrativa da cidade que visava o bem comum, e em nome da saúde pública, de um problema geral que supostamente atinge “todos”; este poder urbano procurou intervir somente em alguns espaços da cidade. O que conferia legitimidade a estas intervenções urbanas era o discurso científico, o saber da medicina social saneadora. A argumentação médica tida como objetiva, imparcial e técnica legitimava as ações repressivas do Estado junto à pobreza e a redefinição de seus espaços.

Essa verdadeira “cruzada” higienista conduziria o país, na visão das elites, à civilização, nas palavras de Chalhoub:

“...está presente a idéia de que existe um <<caminho da civilização>>, isto é, um modelo de <<aperfeiçoamento moral e material>> que teria validade para qualquer <povo>, sendo dever do governantes zelar para que tal caminho fosse mais rapidamente percorrido pela sociedade sob seu domínio.(...) Esses princípios gerais se traduzem em técnicas específicas, e somente a submissão da política à técnica poderia colocar o Brasil no <<caminho da civilização>>. Em suma, tornava-se possível imaginar que haveria uma forma <<científica>> – isto é – ‘neutra’, supostamente acima dos interesses particulares e dos conflitos sociais em geral – de gestão dos problemas da cidade e das diferenças sociais nela existentes.” (CHALHOUB.1999:35)

A idéia de civilização que norteava estas elites e seu projeto de cidade era pautada na cultura burguesa européia que transposto, sem nenhuma mediação, para a realidade brasileira se manifestava primeiro no ideário higienista:

“Tal ordem de idéias iria saturar o ambiente intelectual do país nas décadas seguintes, e emprestar suporte ideológico para a ação <<saneadora>> dos engenheiros e médicos que passariam a se encastelar e acumular poder na administração pública,(...).O que se declara, literalmente, é o desejo de fazer a civilização européia nos trópicos;...” (CHALHOUB.1999:35)

Esse “processo civilizatório” de cunho europeizante, abrangia também outros aspectos da cultura brasileira, especialmente aqueles identificados com aspectos originais da cultura brasileira como a cultura negra africana, fato observado por Rolnik:

“A dança era vista pela elite paulistana como expressão da lubricidade, degenerescência moral e falta de instituições familiares estáveis. (...) Por colocar a liberdade corporal no centro de todo o processo comunicativo, a cultura negra chocava-se com o comportamento burguês-europeu, que impunha o distanciamento entre os corpos. A cortesia e o refinamento eram regidos por normas que vetavam os toques mútuos, assim como o livre contato corporal em público. A intensificação de um império normativo dessa ordem, correspondente ao aumento do poder das aparências européias no espaço urbano brasilei-

ro, fazia com que a noção de promiscuidade abrangesse toda a esfera de atos não garantidos ou autorizados pelos códigos metropolitanos.” (ROLNIK.1997:68).

Desta forma, onde diferentes modos de conceber a vida e a cultura por parte dos pobres são vistos como traços de imoralidade, promiscuidade e desordem, cabia então ao poder urbano, instaurar a ordem atacando os focos difusores da promiscuidade: os cortiços. Pobreza, doença e imoralidade se entrelaçavam nas questões de saúde pública. Trechos dos pareceres de membros do Conselho de Saúde Pública do Rio de Janeiro de 1886, selecionados por Rolnik, evidenciam a preocupação das elites quanto a esta questão:

“Em geral, essa população é constituída por gente de inferior cultura. E entre esses de espíritos simples, tolerantes, desprezam os mais necessários preceitos de decoro e respeito mutuo, e a intimidade vão ligando numa trama apertada as mais diversas mentalidades, bem como aproximando às vezes as mesmas tendências. Resultando dessa massa heterogênea a criminalidade, a prostituição, a doença, e mantendo baixo o nível moral e physico desta gente. Diminuir o número de moradores nas casas destinadas aos pobres é providencia útil e higienica, e é por isto que certas medidas policiaes e municipais conviriam ser adoptadas. Como é sabido, é nas estalagens e cortiços que vivem agglomeradas as centenas de vagabundos, capoeiras, etc. que impestam moralmente esta cidade”. (ROLNIK.1997:41)

Paulo Cesar Xavier Pereira destaca também a força deste projeto de urbanização das cidades brasileira segundo os moldes europeus, focando a produção do espaço urbano de São Paulo na passagem do século XIX para o XX, e põe em relevo como o “*desejo de europeização era explicito e todos os instrumentos para sua concretização eram impulsivados. Não se tratava de um sonho, mas de um projeto da burguesia cafeeira que se realizava passando pela construção de uma nova cidade.*” (PEREIRA.2004:47)

Segundo este autor, este desejo ganhava forma de projeto e política urbana ao mesmo tempo em que se formava o mercado imobiliário na cidade de São Paulo. Neste processo, a arquitetura exacerba seu papel de signo de distinção social e econômica das construções urbanas e, portanto, vira uma mercadoria cara, pois agrega “valor estético” ao valor de mercado das construções de uma forma que “*os negócios imobiliários poderiam se realizar a preços descolados do preço de produção. Os palacetes construídos por encomenda dos fazendeiros procuravam a distinção e a individualidade no meio urbano, implicando gastos suntuosos. Para estas construções importavam-se materiais europeus e havia disponibilidade em pagar alto por uma mão-de-obra que se mostrasse qualificada.*” (PEREIRA.2004:48-49)

Neste sentido se fazia necessário refutar as técnicas construtivas presentes na cultura material da cidade, eliminando assim os atributos físicos, simbólicos e técnicos, demolindo os edifícios e preterindo os trabalhadores que evocavam estas tradições:

“Considerada antiquada, a taipa comprometia o projeto civilizador da classe dominante. As gelosias encontravam seu fim. Era evidente o esforço oficial, pois a Câmara Municipal punia quem não substituisse as antigas rótulas, cancelas, portas e janelas de abrir para fora. O novo não se realizava apenas pela crescente substituição da taipa pelo tijolo, mas pela transformação das próprias formas de produção e apropriação da cidade. Ao mesmo tempo, pelo repúdio à taipa, antigos trabalhadores e edifícios representativos da herança colonial iam sendo eliminados da cidade.” (PEREIRA.2004:51)

Neste sentido, a coexistência pacífica e harmoniosa de palacetes suntuosos e cortiços na cidade não era possível, como observado por Morse, “*em termos de bem estar material, seus extremos estavam a maior distância do que em tempos mais antigos (...)* a

disparidade entre o palacete e o cortiço constituía uma ironia e deu lugar a um mal-estar que a coexistência do sobrado e da choça de pau-a-pique não tinha comportado.” (IN.PEREIRA.2004:50)

Neste contexto conflituoso entre estilos de vida e de moradia absolutamente distintos que se manifesta outro elemento importante da concepção de cidade vislumbrada por estas elites, o da segregação espacial e simbólica. Este elemento se evidencia fundamentalmente na legislação urbanística e na política sanitária. Tratava-se de “sanear” somente uma parte da cidade, aquela ocupada pelas elites, como assinalado por Chalhoub:

“A intervenção dos higienistas nas políticas públicas parecia obedecer ao mal confessado objetivo de tornar o ambiente urbano salubre para um determinado setor da população”. (CHALHOUB.1999:9)

Villaça também destaca o papel ideológico desempenhado pela legislação urbanística, elaborada neste período, que parecia regular a produção do espaço urbano quando na verdade agia no sentido de proteger as áreas onde as elites habitavam e desenvolviam os seus negócios:

“O Código de Posturas Municipais do Município de São Paulo de 1886, por exemplo, contém uma série de dispositivos regulamentando os cortiços. Não só número e dimensões de cômodos, instalações sanitárias, ventilação e insolação, mas também suas localizações. A construção de cortiços era proibida <<no perímetro comércio>> e quando seus terrenos fossem contíguos à <<casas de habitação>> deveriam ter no mínimo 15 metros de frente. Também no Rio de Janeiro, segundo Ribeiro e Pechman, em 1889 ‘...a Postura Municipal determinava que no perímetro central da cidade ficavam proibidos o estabelecimento e a construção de cortiços, casinhas e edificações acanhadas...’. Vê-se que estas regulamentações nada tinham a ver com o combate à epidemia nem com a proteção da saúde pública, mas sim com o afastamento dos cortiços das áreas onde as camadas de mais alta renda residiam, circulavam e tinham seus imóveis mais nobres. A proteção dos valores imobiliários viria a ser nas décadas subseqüentes, até os dias de hoje, uma das razões inconfessadas de muitas leis urbanísticas nos municípios brasileiros”. (VILLAÇA.1986.:37)

Este aspecto ideológico da legislação urbanística não passou despercebido por Rolnik que, assim como Villaça, ressalta a ressonância deste elemento até os nossos dias:

“... o componente ideológico do movimento sanitário – a teia que ligava a alta densidade à pobreza da imoralidade e a rejeição genérica a essa forma de moradia expressa na lei e tolerada na prática – foi um dos elementos constantes mais fortes da ordem urbanística das cidades brasileiras”. (ROLNIK.1997:39)

Bonduki reafirma estes pontos de vista, apontando a gênese da segregação espacial da cidade de São Paulo neste período, entrelaçada a questão da moradia:

“O problema habitação popular no final do século XIX é concomitante aos primeiros indícios de segregação espacial. Se a expansão da cidade e a concentração de trabalhadores ocasionaram inúmeros problemas, a segregação social do espaço impedia que os diferentes extratos sociais sofressem da mesma maneira os efeitos da crise urbana, garantindo à elite áreas de uso exclusivo, livres da deterioração, além de uma apropriação diferenciada dos investimentos públicos.” (BONDUKI.2004:20)

Um outro aspecto importante deste projeto de cidade era o do controle social dos pobres urbanos. Também neste aspecto não há nenhuma novidade na visão das nossas elites. A idéia de que as “classes pobres” são “classes perigosas”³ esteve pre-

sente no ideário higienista-sanitarista europeu, particularmente na França e na Inglaterra desde a primeira metade do século XIX. Maria Stella Bresciani assinala que, “*para o francês da época, praticamente inexistia diferença entre homem trabalhador, pobre e criminoso. Na verdade, constituem níveis de uma mesma degradada condição humana, a do trabalhador dos grandes centros urbanos.*” (BRESCIANI.1994:51)

Vale a pena transcrever trechos do estudo de Chalhoub, que revelam e evidenciam a transferência dessa idéia, que associa a pobreza ao crime, da Europa para o Brasil nas duas últimas décadas do século XIX:

“Vamos encontrar o conceito de classes perigosas como um dos eixos de um importante debate parlamentar ocorrido na Câmara dos Deputados do Império do Brasil nos meses que se seguiram à lei de abolição da escravidão, em maio de 1888.(...) Nossos parlamentares, ávidos leitores de compêndios europeus, irão utilizar como fonte nessa questão alguns autores franceses, cuja definição de classes perigosas parecia vir mais ao encontro de suas preocupações. Eles recorrem com frequência, por exemplo, a M.A.Frégier, um alto funcionário da polícia de Paris que, baseando-se na análise de inquéritos e estatísticas policiais, escreveu um livro influente, publicado em 1840, sobre <<as classes perigosas da população nas grandes cidades>>.(...) seu estudo sobre os <<malfeitores>> acabou resultando numa ampla descrição das condições de vida dos pobres parisienses em geral, e ele falhou na tentativa de determinar com qualquer precisão a fronteira entre as <<classes perigosas>> e as <<classes pobres>>.” (CHALHOUB.1999:20-21)

Esses parlamentares brasileiros encontraram neste autor francês, inspiração para analisar um projeto de lei que tratava da repressão à ociosidade, segundo Chalhoub, reforçando o elo entre pobreza e criminalidade a partir de uma visão preconceituosa que ligava a pobreza ao ócio e ao vício, citando Frégier:

“As classes pobres e viciosas, diz um criminalista notável, sempre foram e hão de ser sempre a mais abundante causa de todas as sortes de malfeitores: são elas que se designam mais propriamente sob o título de – classes perigosas –; pois quando mesmo o vício não é acompanhado pelo crime, só o fato de alar-se à pobreza no mesmo indivíduo constitui um justo motivo de terror para a sociedade. O perigo social cresce e torna-se de mais a mais ameaçador, à medida que o pobre deteriora a sua condição pelo vício e, o que é pior, pela ociosidade.” (IN.CHALHOUB.1999:21)

No mesmo sentido aponta Pechman, reafirmando a necessidade das elites européias de intervir nos territórios populares para disciplinar a classes populares:

“A idéia, segundo Robert Storch, de que as classes pobres eram vistas como <<elementos vulcânicos, cuja violência explosiva pode destruir a estrutura da sociedade>>, leva as elites européias a reelaborarem sua visão do papel da cidade na civilização do cidadão.” (PECHMAN.1993:31)

Com base nesta visão é que se propunha intervir nos cortiços. Tratava-se de uma intervenção “*cirúrgica*”, atacando os focos da “*doença*” que assolavam as nossas cidades, utilizando os termos desse ideário higienista-sanitarista:

“Assim, diante do diagnóstico de que o corpo da cidade estava doente e que só o remédio higienista poderia salvá-la, constata-se com Gille, que o que surge após esse tratamento não é bem uma cidade curada, mas um modelo, <<o que unicamente pode ser uma cidade, o que deve ser uma cidade. E é pela medida desta cidade que a desordem das outras cidades, das antigas cidades, pode e deve ser medida, suas doenças deduzidas. Qualquer desvio ao ideal da cidade redefinida em termos de diferenciação e de circulação torna-se um sistema de perturbação sanitária.>>” (IN.PECHMAN.1993:32)

Neste sentido, cumpria então ao poder público diagnosticar com precisão este órgão doentio no corpo da cidade. Para tanto, desencadeou-se em Paris no século XIX, uma onda investigativa que vasculhava a pobreza urbana em toda a sua extensão, assim assinalado por Bresciani:

“Desde chefes de polícia até prefeitos de Paris, um imenso exercito de funcionários sai às ruas diariamente perscrutando os sinais menos visíveis dessas classes perigosas. A tarefa de demolir uma revolução, na Paris do século XIX, foi entregue a equipes de técnicos que formularam soluções pontuais permitindo devassar toda a vida das classes pobres. As portas de suas casas foram abertas, seus interiores vasculhados, sua conduta avaliada, seus valores morais aquilatados. O arsenal de informações colhidas e sistematizadas fornece as bases sobre as quais a família do pobre se transforma numa realidade social passível de ser estudada cientificamente.” (BRESCIANI.1994:120)

Em São Paulo, entre o século XIX e o início do XX, a ação repressiva do Estado junto aos cortiços não foi muito diferente. Pautado pelos mesmos princípios higienistas-sanitaristas europeus, que identificavam uma relação estreita entre pobreza, promiscuidade e doença, os órgãos públicos promoveram uma operação investigativa sobre os territórios populares, como apontado por Rolnik:

“Uma das formas de ação sobre o cortiço é a instituição da Polícia Sanitária, órgão criado na última década do século XIX e ligado à Secretaria do Interior, órgão cuja função é penetrar neste local sempre que necessário. Em nome da saúde dos cidadãos, os moradores dos cortiços passam a ser pesquisados, suas casas invadidas e remexidas, seus doentes de toda espécie removidos. Esta ação, capaz de produzir um conhecimento acerca do cortiço (decifra-lo, enfim!), era utilizada também para operar uma espécie de triagem de sua população.” (ROLNIK.1988b:81)

Em resumo, desta maneira é que se colocou a questão da habitação no Brasil, em particular nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. A forma como ideologia higienista-sanitarista elaborou o problema da moradia escondia o projeto de cidade elaborado pelas elites marcado:

- pela constituição de um poder urbano, isto é, instituições e órgãos estatais, legislação urbanística e um corpo técnico-administrativo que atuasse na cidade;
- por um modelo de cidade europeizada, como centro difusor de uma idéia de civilização, identificado à cultura burguesa européia;
- pela segregação espacial e simbólica;
- pelo controle social das classes populares e de seus territórios e
- pela estigmatização do território e da habitação da pobreza urbana.

Assim, desta forma, quando a favela aparece como um problema, ou quando se elege a favela como um problema em São Paulo, por volta da década de 1950, todo um arsenal de pré-conceitos e representações estigmatizantes se manifestou. Como um legado da ideologia higienista, o estigma sobre a favela se revelou em São Paulo já nas suas origens, como assinalado por Sampaio:

“A favela desde o seu início, já é lugar sujeito a preconceito, a discriminação, e símbolo da segregação.” (SAMPAIO.1998:124)

Na medida em que esta ideologia higienista vai perdendo força, uma nova ideologia se apresenta para substituí-la, no sentido de estigmatizar a favela. Trata-se da ideologia

da modernização, e, no bojo desta, uma nova teoria social ganhou destaque: a da Marginalidade; assunto do próximo tópico deste capítulo.

Porem, antes de fechar este tópico, gostaríamos de destacar mais um ponto importante para nossa discussão, relacionado à questão dos conceitos, dos símbolos e dos nomes.

Como apontamos no primeiro capítulo, o processo de constituição de categorias e conceitos para designar as habitações da pobreza urbana é permeado por subjetividades e interesses, exprimindo a disputa do espaço urbano pelas diferentes classes sociais também no campo simbólico, das nomeações e das representações. Não se trata de um processo neutro, objetivo e imparcial, mas sim, de um campo de disputa simbólica, nos termos discutidos por Bourdieu, qual seja, “*que a noção de luta de classes será estendida às lutas simbólicas sob a forma de lutas de classificação.*”

Como se define o cortiço? Ou a favela? Estes conceitos foram sempre marcados por imprecisões e ambigüidades, permitindo, desta forma, que a definição sobre essas modalidades de habitação se dessem sempre de acordo com os interesses em jogo dentro de um determinado contexto, como assinalado por Chalhoub:

“Afim, o que determinava que uma dada habitação coletiva fosse identificada como um cortiço? Como já mostrou Lílian Fessler Vaz, esta era uma questão difícil para os contemporâneos, e uma boa parte das controvérsias entre higienistas, policiais, proprietários, fiscais, etc. girava em torno da definição precisa dessa palavra.” (CHALHOUB, 1999:38).

E como já observado no primeiro capítulo, a definição atribuída ao termo cortiço era cercada de ambigüidade e esta “*ambigüidade, obviamente, é carregada de significados: como se trata de conceitos altamente estigmatizantes, a imprecisão aumenta infinitamente a possibilidade de suspeição, ampliando assim a esfera de intervenção das autoridades públicas e comprimindo, por conseguinte a cidadania.*” (CHALHOUB.1999:21)

Diante de um processo de disputa simbólica, o papel desempenhado pelo Estado é fundamental. Bonnewitz, no seu estudo sobre Bourdieu, afirma que a instituição que, mais do que nenhuma outra, detém a faculdade de impor a maneira legítima de ver o mundo é o Estado; pois “*seu trabalho de codificação, tanto na área legislativa quanto administrativa, produz esquemas de percepção e termos novos para designar a realidade. Imperceptivelmente, estes entram na linguagem cotidiana e parecem dispor da força da evidência. Assim, a linguagem na qual nós nos expressamos não é sociologicamente neutra; ela encerra, no seu vocabulário e na sua sintaxe, uma concepção de mundo.*” (BONNEWITZ.2003:30)

Segundo Bourdieu, o Estado é o detentor do *monopólio da violência simbólica legítima*, e age no sentido de impor uma *nomeação oficial*, assim se constitui numa força capaz de moldar o espaço urbano pela ação pública e harmonizar discursos sobre as relações políticas e sociais no seio da intervenção estatal.

Assim, ainda conforme Bonnewitz (2003), quando o Estado define o que é o cortiço, essa definição tem a força de um consenso; é, nas palavras de Bourdieu “*o ponto de vista legítimo do porta-voz autorizado*”.

E desta forma, voltando a questão ao Rio de Janeiro, o uso do termo *cortiço* por parte do poder público, atendia a interesses em jogo naquele período: “*Enfim, ‘cortiço’ foi o termo que as autoridades sanitárias passaram a utilizar quando desejavam estigmatizar em definitivo determinada habitação coletiva, (...). Os critérios para a identificação dos diferentes tipos de habitação coletiva eram ainda mais indefinidos, pastosos mesmo, se acomodando aos interesses de ocasião das partes em confronto*”. (CHALHOUB, 1999:39-40)

Focando a questão novamente em São Paulo, Lemos destaca que, no Código de Posturas do Município de 1886, não se permitia a existência de cortiços no perímetro

urbano, *“Aliás, não definem o que seja cortiço e englobam essa modalidade de habitação as casas operárias e <<cubículos>> num mesmo artigo de lei.”* (LEMOS.1998:12)

E somente em 1896, portanto dez anos depois, é que a legislação tenta uma definição de cortiço. No entanto, como nos mostra Suzana Taschner, o conceito de cortiço *não é consensual entre os técnicos que trabalham no assunto até hoje.* (TASCHNER.1997)

E qual é a origem do termo cortiço? Segundo Lemos:

“A palavra cortiço apareceu mesmo antes da popularização do termo operário e da expressão casa operária. Mesmo porque cortiço não era bem uma casa, mas um conjunto de habitáculos singelos onde havia a superposição total de funções da habitação simples resguardo, meros asilos precários e providenciais abrigos.”

*“Vários cômodos completados por uma ou duas instalações sanitárias e alguns tanques para a lavagem de roupa. A repetição sistemática dessas acomodações de mesmos tamanhos naturalmente sugeriu, por catacrese, a denominação **cortiço**, a moradia das abelhas caracterizada pela sucessão de alvéolos de mesmo formato e tamanho.”* (LEMOS.1998:9-10)

Não se tratava de um processo natural, como apontado por Lemos, pois o que estava em jogo era uma forma de nomear, estigmatizando; uma forma de estabelecer uma identidade social às classes populares através do seu habitat. E desta maneira obscurecer a sua identidade legítima de cidadão. Tratava-se de uma estratégia de classe, como assinalado por Bourdieu:

“Quando os dominados nas relações de forças simbólicas entram na luta em estado isolado, como é o caso nas interações da vida cotidiana, não têm outra escolha a não ser a da aceitação (resignada ou provocante, submissa ou revoltada) da definição dominante da sua identidade ou da busca da assimilação a qual supõe um trabalho que faça desaparecer todos os sinais destinados a lembrar o estigma (no estilo de vida, no vestuário, na pronúncia, etc.) e que tenha em vista propor, por meio de estratégias de dissimulação ou embuste, a imagem de si o menos afastada possível da identidade legítima.” (BOURDIEU.2005:124)

O contexto em que Bourdieu escreve é outro, sobre identidade nacional e nacionalismo, mas o fragmento acima pode ser aplicado a situação colocada na nossa discussão. Ocorre com o morador do cortiço, assim como com o favelado, uma tentativa de estigmatizá-lo a partir da denominação singular de seu respectivo habitat, tratado como exceção na cidade. Estão na cidade mas não são cidadãos, pois “gozam” de uma outra identidade marcada pela ilegalidade, informalidade e promiscuidade. O estigma é tão profundamente arraigado, que se manifesta de forma contundente até hoje. Observando o movimento cultural do RAP, um de seus principais porta-vozes em São Paulo, o grupo Racionais MC, recentemente cantavam que *“o favelado pode sair da favela mas a favela não sai de dentro do favelado.”*

Neste sentido, destaca ainda Bourdieu a necessidade de fazer frente à dominação simbólica, para, nas palavras deste:

“Abolir o estigma realmente (e não magicamente, quer dizer, por uma simples inversão simbólica dos sinais de distinção que pode levar até uma redefinição dos limites no interior dos quais a legitimidade da identidade assim definida se acha garantida) implicaria que se destruíssem os próprios fundamentos do jogo que, ao produzir o estigma, gera a procura de uma reabilitação baseada na auto-afirmação exclusiva que está na própria origem do estigma, e que se façam desaparecer os mecanismos por meio dos quais se exerce a dominação simbólica e, ao mesmo tempo, os fundamentos subjetivos e objetivos da reivindicação da diferença por ela gerados.” (BOURDIEU.2005:127)

Como afirmamos acima, o processo de estigmatização da habitação da pobreza urbana trata-se de uma estratégia de classe e como projeto de dominação e controle do espaço urbano continua a se renovar com a elaboração de novos mitos e ideologias, assunto do próximo tópico.

-
- 1 As expressões destacadas em aspas foram extraídas do texto original na tradução de Dainis Karepovs.
 - 2 Já vimos neste trabalho, os argumentos de Villaça, quanto ao fato da habitação ser uma mercadoria especial no capitalismo. Este autor argumenta também, neste sentido que “...o capitalismo não tem possibilidades de oferecer aos trabalhadores as mercadorias básicas necessárias à sua reprodução e compatíveis com o crescimento da riqueza social, isso é mais verdade ainda para o caso da habitação dadas algumas de suas peculiaridades.” (VILLAÇA.1986:16). Maricato, por sua vez, afirma que a habitação é uma mercadoria especial, pois tem produção e distribuição complexas e entre as mercadorias de consumo privado é a mais cara. Ela argumenta ainda que: “Seu preço é muito maior do que os salários médios, e por isso o comprador demora muitos anos para pagá-la ou para juntar o valor que corresponde ao seu preço. Dizemos que é uma mercadoria que tem longo período de circulação e por isso exige um financiamento prévio para o consumo, pois em geral os trabalhadores não dispõem de tanto dinheiro à vista. Mas não é apenas seu período de circulação que é longo; o período de construção também o é e exige a imobilização do capital por longo prazo...Em razão disso, a habitação exige também um capital de financiamento à produção.” (MARICATO.1997:46)
 - 3 Segundo Chalhoub, a expressão “classes perigosas” parece ter surgido na primeira metade do século XIX. Ele exemplifica, mostrando a aplicação da expressão pela escritora inglesa Mary Carpenter, para designar um grupo social formado à margem da sociedade civil, mais precisamente para aqueles indivíduos que adotavam uma estratégia de sobrevivência que os colocava à margem da lei.

2.2 A teoria da marginalidade e a favela.

2.2.1 TEORIA DA MARGINALIDADE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A discussão proposta neste tópico trata da relação entre a noção de marginalidade social e o discurso sobre a favela, pois segundo Valladares, a teoria da Marginalidade foi uma das primeiras tentativas de compreender o fenômeno por parte dos cientistas sociais. (VALLADARES.2005:151)

O que se chama de teoria da Marginalidade aqui se refere aos estudos que despontaram na América Latina, por volta dos anos 1960 e 1970, focados no processo de industrialização dessas sociedades que não conseguia absorver como trabalhadores assalariados parcela considerável dos migrantes que face a modernização das relações de trabalho no campo confluíam para as cidades.

Do ponto de vista cronológico, o uso do termo marginal na sociologia urbana antecede a própria difusão da teoria da Marginalidade, e tem a sua origem em um artigo de Robert Ezra Park, um dos principais expoentes do que ficou conhecido como a Escola de Chicago, publicado em 1928. Segundo Oliven, *“ele começou a corrente, mais tarde continuada por outros, de estudar o << homem marginal >>, um individuo que se supunha viver na margem de duas culturas como aplicado, por exemplo, a imigrantes nos estados Unidos.”* (OLIVEN.1982:39-40)

O conceito de marginalidade, apesar de sua amplitude, não é muito preciso e nem tampouco consensual, mesmo entre os autores que trataram da questão de maneira mais aprofundada. Para Berlinck, *a definição de marginalidade varia de autor para autor, muito embora ele identifique algumas idéias básicas que são comuns aos diversos autores e sobre as quais se fundamenta esta noção.* (BERLINCK.1977:12)

No mesmo sentido, Kowarick, citado em Valladares, afirma que *o conceito de marginalidade foi empregado em uma pluralidade de acepções referentes a situações e grupos sociais os mais diversos.* E esta mesma autora aponta que a teoria da marginalidade combinava abordagens absolutamente diferentes. (IN. VALLADARES.2005:128)

Não pretendemos aprofundar aqui o conceito de marginalidade social, nem tampouco as suas diferentes acepções. O objetivo deste tópico, como apresentado acima, é de analisar a maneira como a favela foi tratada e a problemática estabelecida sobre este fenômeno no âmbito desta teoria.

Portanto, a noção de marginalidade que nos interessa é aquela aplicada nos estudos sobre a urbanização latino-americana, particularmente no Brasil, após a Segunda Guerra Mundial, como apontada em Oliven:

“A preocupação com a marginalidade urbana na América Latina desenvolveu-se depois da Segunda Guerra Mundial quando núcleos de populações (no Brasil chamados de favelas), vivendo em condições precárias e geralmente ocupando solos ilegalmente, começaram a aparecer na periferia da maior parte das grandes cidades.” (OLIVEN.1982:39)

E ainda segundo este autor, a questão da marginalidade urbana aparece nestes estudos com um enfoque ecológico, espacial, como uma questão de habitação precária, e não um problema social mais amplo, como assinalado por Oliven:

“A primeira reação a este ‘problema’ foi encara-lo como restrito à precariedade da habitação, já que esta era o aspecto mais visível da questão. Assim, não se percebia que a favela não é um problema, mas uma ‘solução’ à necessidade de abrigo e que a sub-habitação é apenas um indicador de uma situação mais complexa caracterizada por desemprego e subemprego.”

“Apesar de sua limitação explicativa e das críticas que lhe foram dirigidas, este tipo de abordagem habitacional é ainda empregado com frequência. É obviamente mais cômodo falar sobre favelas do que

sobre pobreza. Existe, assim, uma tendência de tratar a favela não como a categoria habitacional que ela é, mas como se ela fosse uma entidade social. Toda essa abordagem ecológica proporciona, é claro, um tema constante para uma série de instituições e pessoas que têm interesse em deixar a questão concentrada neste nível em vez de encaminhá-la para um nível social mais amplo.” (OLIVEN.1982:40)

O trecho citado é longo mais bastante elucidativo, por isso o mantivemos na íntegra. Oliven observa o caráter ideológico dos estudos sobre a pobreza urbana quando focados na questão das favelas, pois desta forma escondem aspectos da estrutura econômica que engendra a pobreza. Como também nos mostra como o próprio tema da favela sugere que esta seja um espaço singular, absolutamente homogêneo socialmente e que se constituiu no território por excelência da pobreza urbana.

Essa forma de tratar a favela, como se fosse uma *entidade social*, algo peculiar na cidade, vai nutrindo um conjunto de estereótipos sobre a favela e seus moradores; dando forma, na medida em que se difundem e se consolidam, aquilo que Janice Perlman denominou de “mitos da marginalidade”.

Segundo esta autora, a marginalidade como um mito, possui a força de uma ideologia:

“...uma ideologia que informa a prática das classes dominantes e tem profundas raízes na história das cidades latino-americanas. Constitui um instrumento de interpretação da realidade social numa forma que serve aos interesses sociais dos que se encontram no poder.” (PERMALN.1977:290)

Como ideologia, a teoria da marginalidade não poderia explicar as desigualdades sociais na sua essência, especialmente aquelas vinculadas ao processo de urbanização, mesmo porque, estas desigualdades sociais têm origens na estrutura econômica do capitalismo. Desta maneira, tal teoria só poderia dissimular o problema e assim como, na ideologia higienista, no caso das habitações da pobreza, termina por contribuir para estigmatizá-las:

“A teoria da marginalidade foi a maneira pela qual os cientistas sociais combinaram as antigas ideologias com as novas realidades sociais no período entre as duas guerras mundiais, e especialmente na América Latina após a Segunda Grande Guerra, quando o prenúncio do colapso das cidades parecia assumir proporções críticas. Os mitos da marginalidade são, em parte, a expressão ideológica da preocupação dos sociólogos com a integração das massas populares.” (PERMALN.1977:291)

No mesmo sentido aponta Manuel Berlinck, quanto à relação entre a favela e a marginalidade social:

“...a preocupação teórica com o tema da marginalidade social parece ter surgido, na América Latina, quando alguns estudiosos começaram a perceber que as grandes cidades da região apresentavam um crescente setor da população vivendo em favelas. A primeira explicação encontrada para este fenômeno foi a de que o processo de urbanização na América Latina ocorria independentemente do processo de industrialização provocando um ‘inchamento’ do setor terciário e a multiplicação da população pobre que vivia numa situação de subemprego e ou desemprego.” (BERLINK.1977:43)

Este autor ressalta ainda que, no Brasil, a noção de marginalidade ganhou forma e conteúdo em meio a um contexto favorável de crescimento econômico proporcionado pela intensificação dos processos de industrialização e urbanização nos anos de 1950, período denominado de desenvolvimentista.

“Nesse quadro de euforia, em que todos se beneficiavam com a <<rapidez do progresso nacional e particularmente de São Paulo>>, não deveria haver mais lugar para o desemprego e o subemprego.” (BERLINK.1977:13-14)

Neste sentido, não caberia no cenário das nossas grandes cidades, algo que maculasse essa imagem de progresso. Neste contexto que as favelas emergiram como um “problema”. Vale a pena citar esse longo trecho do estudo de Berlinck:

“Dentro desse quadro eufórico não havia lugar para a existência de favelas e cortiços que, no entanto, teimavam em existir no cenário das mesmas cidades – como São Paulo e Rio – onde o <<progresso>> ocorria. Como explicar essa situação <<paradoxal>>? A ‘resposta’ que predominou naquele período foi a que equacionou o conceito de marginalidade com uma definição espacial, segundo a qual marginal é toda a população urbana que vive em favelas (ou em ‘barriadas’ ou ‘villas miserias’ ou ‘callampas’). A favela passa, assim, a ser uma organização <<sui generis>> que permite um tipo determinado de estrutura interna (por exemplo, instabilidade matrimonial, desemprego ou subemprego, criminalidade, alienação política, etc.) e um tipo determinado de relacionamento com o meio urbano em que se insere.” (BERLINK.1977:14)

Desta forma o poder público, com base nesta noção, passa a intervir nestes espaços visando a sua erradicação, repetindo as ações do início do século XX, aquelas sob a égide da ideologia higienista, assim assinalado por Berlinck:

“A noção de marginalidade assim concebida passou a ser adotada por técnicos em planejamento urbano e desfavelamento e foi vista como um mal transitório, produto de um desajuste circunstancial – ainda que presumivelmente inevitável – no processo de desenvolvimento urbano e gerou uma ação social mais ou menos organizada, como as construções de Vila Kennedy e da Cruzada São Sebastião, no Rio de Janeiro, ou do Movimento Universitário de Desfavelamento em São Paulo – que visavam a erradicação do mal.” (BERLINK.1977:14)

Em resumo, no âmbito desta teoria, tratava-se então, no caso dos moradores de favelas, de uma população marginal, não integrada à economia urbana industrial capitalista, portanto sem aferir renda suficiente para adquirir uma moradia pela via “normais”, — isto é, pelo mercado —, “resolveria” o seu problema de habitação informalmente ocupando terrenos alheios e construindo moradias precárias.

A marginalidade econômica, por sua vez, se desdobraria no plano social e particularmente no plano cultural, determinando desta forma, uma cultura específica da pobreza urbana. A favela desta forma, como um território “sui generis” e peculiar, se constituiria na expressão espacial desta “cultura da pobreza” e da marginalidade econômica e social.

Vamos desenvolver, no próximo item, um pouco mais estes aspectos que compõe a teoria da marginalidade, começando por este aspecto da cultura.

2.2.2 CULTURA URBANA – MARGINALIDADE – CULTURA DA POBREZA

A questão da cultura nos estudos urbanos antecede a teoria da marginalidade e de uma certa forma, fornece a base teórica para as concepções desta teoria em relação aos aspectos culturais da pobreza urbana.

Segundo Castells, “o conceito básico de que partiu toda a sociologia urbana foi o conceito de cultura urbana.” (CASTELLS.1975:59)

Para discriminar melhor a idéia de uma cultura urbana e as suas origens, nos apoiaremos no estudo de Oliven. Segundo este autor, a idéia de uma cultura urbana estaria associada àqueles autores “que encaram a cidade como uma variável independente de um amplo processo social” e que por conta desta “autonomia”, daria origem a uma cultura específica e singular. Este enfoque da cidade estaria, segundo Oliven, “intimamente associado à corrente da ecologia humana representada por alguns membros da <<Escola de Chicago>> que inaugurou a Sociologia Urbana.” (OLIVEN.1982:20)

De acordo com esta corrente, e nas palavras de seu representante mais expressivo, Robert Ezra Park, a cidade seria “*um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição.*” (IN.OLIVEN.1982:20)

Seu discípulo, Louis Wirth, formularia ainda uma idéia mais clara de uma cultura urbana. Para ele, segundo Oliven:

“*O estabelecimento de cidades implicaria no aparecimento de uma forma de cultura, caracterizada por papéis sociais altamente fragmentados, predominância dos contatos secundários sobre os primários, isolamento, superficialidade, anonimato, relações sociais transitórias e com fins instrumentais, inexistência de um controle social direto, diversidade e fugacidade dos envoltimentos sociais, afrouxamento dos laços familiares e competição individualista.*” (OLIVEN.1982:21)

Muitas críticas foram dirigidas aos trabalhos de Wirth e não pretendemos retomá-las. Os estudos de Oliven e Castells aqui citados se detiveram nelas, assinalando o que nos parece essencial. Entretanto, tem pontos que gostaríamos de ressaltar em relação à teoria de Wirth, presentes no estudo de Oliven.

O primeiro ponto diz respeito ao enfoque ecológico, que segundo Oliven, teria uma ressonância nos estudos urbanos até hoje. Sob este enfoque, a cidade por si só engendraría mudanças no comportamento social dos indivíduos, nas palavras deste autor, este enfoque “*imputa a uma forma ecológica (a cidade) o poder de induzir mudanças no comportamento social*” (OLIVEN.1982:22)

O segundo ponto, e talvez o mais importante, é que esse enfoque ecológico determina uma visão sobre a cidade como se ela fosse a fonte de muitos *tipos de males sociais*, nas palavras de Oliven:

“*Qualquer leitor de livros de ciências sociais ou mesmo de jornais poderá notar como estes temas reaparecem constantemente: cidades (e não sistemas sociais) não têm alma e causam anomia, alienação, solidão e comportamento socialmente desviante. Existiria uma explosão urbana produzindo macrocefalia urbana e hiperurbanização. Alguns autores levam esta analogia orgânica ainda mais adiante e falam a respeito de cidades inchando em megalópoles de um modo canceroso que poderia se espalhar por toda a sociedade. Isto levaria a uma crise urbana (e não social) e à pobreza urbana.*” (OLIVEN.1982:23)

Desta forma, essa teoria tenta explicar a pobreza urbana como um processo decorrente do crescimento das cidades e da população urbana e não como um problema inerente a estrutura econômica do modo de produção capitalista.

Castells, citado em Oliven, nos mostra que Wirth na verdade confunde cidade e sistema produtivo, argumentando que, “*...tudo que na tese de Wirth é ‘cultura urbana’, é, na realidade, a tradução cultural da industrialização capitalista, a emergência da economia de mercado e do processo de racionalização da sociedade moderna.*” E, completa Oliven, *não o efeito de cidades per se na vida social.* (OLIVEN.1982:23)

Uma reformulação desta idéia de que a cidade produz uma cultura específica, pode ser encontrada em Cardoso, Camargo e Kowarick, em um texto do início da década de 1970. Publicado em espanhol mas tratando do desenvolvimento da cidade de São Paulo, estes autores admitem a existência de fatores macro-sociais — pautados no desenvolvimento tecnológico e engendrados na *civilização industrial* —, que forjariam a criação de novos padrões culturais (valores, normas, símbolos, crenças, hábito, etc.), como “*consecuencias del propio proceso de desarrollo y diversificación de la economía y de la sociedad, respondiendo a las exigencias de la vida en sociedad.*” (CARDOSO,CAMARGO E KOWARICK.1971)

E, nesta linha de argumentação, os autores reafirmam a idéia de uma cultura urbana como uma manifestação peculiar às cidades:

*“Es posible, en este sentido, hablar de una <<cultura urbana>>, de forma específica, como un conjunto de patrones que dirigen las relaciones sociales. **La ciudad impone un estilo de vida.** Exige el desempeño de funciones sociales cada vez más especializadas. Estas funciones sociales se distribuyen, obviamente, de modo diferenciado, según la posición que los individuos ocupan en la escala de estratificación social.”*
 (CARDOSO,CAMARGO E KOWARICK.1971)

Porém, ao contrário da teoria de Wirth, que acreditava que a cidade era fonte de muitos tipos de males sociais; estes autores se alinhavam a uma outra tendência, oposta a esta de Wirth, que, segundo Oliven, via as cidades como “*focos de progresso*” e com uma “*influência civilizadora sobre os homens.*”

Entretanto, Cardoso, Camargo e Kowarick, no texto citado acima, formularam uma problemática da cultura urbana bem mais complexa, relacionando-a com a estrutura social da sociedade capitalista. Ou seja, essa cultura urbana não se disseminava de forma homogênea para todos os habitantes da cidade:

“...se puede afirmar que no solamente los patrones socioculturales varían de un punto a otro de la jerarquía social, sino que también determinados patrones dejan de ser incorporados por causa de ineficiencias o disfunciones de las formas de producción y distribución de las riquezas económicas y sociales.”
 (CARDOSO,CAMARGO E KOWARICK.1971)

E assim, seguindo ainda esta linha de argumentação, estes autores afirmam a possibilidade da existência de subculturas no interior da cultura urbana, pois, segundo eles:

“La ciudad, al mismo tiempo que introduce patrones civilizadores más sofisticados, propios de la sociedad competitiva, trae como contrapartida el echo de que el hombre vive en un mundo mediatizado por creaciones culturales específicas, cuyo acceso y comprensión no ocurren sin dificultad.”
 (CARDOSO,CAMARGO E KOWARICK.1971)

No caso de disfunção nesta estrutura cultural, isto é, a não adaptação de indivíduos às normas e exigências desta sociedade urbana diversificada e complexa, teríamos então, como consequência, a emergência de uma subcultura singular: **a cultura da pobreza**, como elucidado neste longo trecho do estudo destes autores:

*“Ejemplo relevante de este aspecto puede ser encontrado en el desajuste de patrones culturales que presentan los migrantes provenientes de zonas rurales, en relación con la vida urbana. La ciudad – para muchos y por mucho tiempo – constituye una experiencia de perplejidad, una aventura cotidiana incomprendida. Ligada a esta problemática – que alcanza no sólo a los recién llegados del campo, sino también a **estratos poblaciones de rentas inferiores** – se encuentra la llamada **cultura de la pobreza: estilos de vida que resultan de niveles económicos precarios y de patrones sociales deficientes para enfrentar los desafíos de la ciudad. Los problemas de marginalidad y pobreza ocurren paralelamente al dinamismo urbano e industrial, coexistiendo con este en forma retardataria**, impidiendo que las personas que viven así, se incorporen y usufructúen de los aspectos modernos de la vida metropolitana.”* (CARDOSO,CAMARGO E KOWARICK.1971)

Estes autores não relacionam o tema da cultura da pobreza à favela especificamente. Valladares, por sua vez, mais preocupada com a realidade do Rio de Janeiro, faz essa relação, mostrando os vínculos entre a teoria da marginalidade e a idéia de uma “cultura

da pobreza”, assinalando que, quem melhor elaborou esta articulação foi Oscar Lewis, antropólogo norte-americano:

“Segundo seu modelo de interpretação, os habitantes dos bairros pobres, de origem rural, teriam adotado um estilo de vida específico, caracterizado por valores e comportamentos diferentes da cultura dominante. <<Subcultura>> produzida e reproduzida por eles, o que explicaria suas reações através de traços culturais específicos às situações sociais às quais eram confrontados. Essa <<cultura da pobreza>> passaria de uma geração à outra, mantendo assim um círculo vicioso capaz de garantir aos pobres condições de sobrevivência na sociedade moderna” (VALLADARES.2005:128-129) .

Desta forma, admite-se a existência de circuitos culturais distintos numa mesma cidade e esta maneira de encarar a questão da diferença entre os fenômenos urbanos, determinava uma visão dicotômica sobre os habitantes da cidade.

Outras teorias que se preocupavam com a mudança social e cultural apresentavam também uma visão dicotômica, porém, em um âmbito maior que a cidade, o das nações. Destacamos destas, uma teoria que, segundo Oliven, funcionava mais como uma ideologia, a da Modernização, nas palavras dele:

“Esta teoria, que durante longo tempo gozou de considerável prestígio entre a comunidade de cientistas sociais, principalmente norte-americanos, se constitui num interessante exemplo de uma ideologia cujo propósito é o de justificar o estado de desenvolvimento das sociedades mais adiantadas e o subdesenvolvimento das sociedades mais atrasadas, encobrindo as verdadeiras causas desta situação. Ela opera através de um mito (a modernização) que procura explicar como as diferenças culturais entre várias sociedades seriam responsáveis pelas suas diferenças econômicas e sociais.” (OLIVEN.1982:31)

Em relação à teoria da Marginalidade, trata-se de teorias distintas, com objetos de análises diferentes, porém, o que ambos os modelos têm em comum é o fato de atribuir a diferenças culturais o que teria origem em diferenças sociais. Como também, compartilham, em que pesem as diferenças entre os autores, de uma visão dicotômica operando em dois extremos: tradicional-moderno, integrado-marginal, legal-ilegal; formal-informal, entre outros conceitos. E assim, segundo Oliven:

“As sociedades, bem como os indivíduos são classificados em uma destas duas categorias ou são encaixados em escalas que variam de um maior grau de tradicionalismo até um grau maior de modernismo e que representariam pólos opostos localizados no início e no término de um processo de mudança.” (OLIVEN.1982:32)

Neste sentido, segundo este autor, essas teorias dicotômicas se baseavam em um *continuum* entre dois pólos e que era possível mover-se de um extremo a outro e que fatores culturais seriam a *fonte causal de mudanças sociais e econômicas*.

“Como outras teorias dicotômicas, a tese da modernização postula um modelo a-histórico e linear de mudança social e evolução. Em seus termos mais simples, a teoria sustenta que, dadas certas condições, todas as sociedades podem mover-se do extremo tradicional ao moderno, o qual é tipificado pelos mais adiantados países capitalistas do Ocidente. Assim todas as sociedades estariam em algum ponto do continuum tradicional-moderno e poderiam avançar nele. A principal razão para uma sociedade estar em uma posição atrasada ou adiantada no continuum seria, então, o grau de tradicionalismo ou modernismo das atitudes e valores de seus membros, quer das elites ou das massas, ou de ambas.” (OLIVEN.1982:32)

No texto de Cardoso, Camargo e Kowarick (1971), encontramos um raciocínio semelhante a este. Segundo estes autores, os habitantes da cidade poderiam ser divididos em duas categorias: a de “moradores” e de “cidadãos”.

“Para efecto de caracterización de los habitantes de la ciudad, es posible distinguir, inicialmente, dos categorías socialmente actuantes, pero de manera distinta: el <<morador>> y el <<ciudadano>>.” (CARDOSO, CAMARGO E KOWARICK.1971:223)

Estas categorias são definidas pelos níveis de reivindicação e participação política da população. Desta forma, o morador seria:

“(…), visto por su actitud, se caracteriza en su vinculación con la ciudad por tener que pedirle todo, pero a partir de niveles mínimos, que le aseguren casi exclusivamente la supervivencia en la ciudad. Esta supervivencia, como hemos visto, está arraigada en un valor que se hizo posible para muchos (la casa propia) y en el trabajo. El morador necesita, por tanto, que le sea asegurada la movilidad en el espacio, como condición para su otra movilidad, en el empleo y, tal vez, en la escala social. A partir de este peldaño modesto, lucha por su conquista que es al mismo tiempo de éxito individual y de integración urbana.(…) Cualquiera reivindicación atendida es una adquisición líquida.” (CARDOSO, CAMARGO E KOWARICK. 1971:223)

Nesta categoria se encontraria o morador da periferia, via de regra migrante; e o favelado, aqui identificado à massa marginalizada, grupo social de onde se irradia à cultura da pobreza:

“En el peldaño más bajo de esa categoría, aspirando aún a llegar a ser moradores, están los grupos marginados. Ahí se engendra la cultura da pobreza y se generan tanto las carencias puramente culturales como otras de base biológica.” (CARDOSO, CAMARGO E KOWARICK.1971:224)

Em relação à cidade de São Paulo, estes autores apontam mais algumas características desta categoria denominada de “morador”. Trata-se de migrantes, que auferem uma renda baixa, moradores da área periférica de São Paulo e de uma certa forma satisfeitos pelo simples fato de sobreviver na cidade, portanto, com uma baixa expectativa em relação à qualidade da vida urbana:

“(…) 73,8% de los informantes en la investigación sobre la periferia de Sao Paulo afirmaron estar satisfechos con las casas que residen. Este bajo nivel de expectativa del <<morador>> explica cómo puede haber funcionado por tanto tiempo el estilo de expansión urbana y el tipo de presión sobre el poder público, indicados anteriormente. El <<morador>> es, ante todo, un migrante que al conseguir sobrevivir en la ciudad, alimentándose, vistiéndose y abrigándose, ganó el primer round de su batalla urbana. Con alguna imaginación se puede vislumbrar el límite que debe ser dado a la categoría del <<morador>> en el conjunto de la población de Sao Paulo. Por cierto, fue este tipo social, migrante y ávido de ascenso social, quien conformó la primera fase del gran crecimiento urbano pos guerra.” (CARDOSO, CAMARGO E KOWARICK.1971:226)

A outra categoria de habitante da cidade seria a do “cidadão”; “(…), para quien la ciudad además de ser objeto de consumo es también centro de vida pública o política, así como expresión simbólica de un conjunto de valores, de una cultura.” (CARDOSO, CAMARGO E KOWARICK.1971:227)

Estes, porém, “contagiados” pela categoria dos “moradores”, abdicaram da sua consciência cívica e cidadina, pois, nas palavras destes autores, “(…) el peso de los <<morado-

res>> limitó en el conjunto de la metrópoli posible de una segunda categoría de habitante, el <<ciudadano >>,...” . E assim, desta forma, “(...),poco se interesan por el territorio circundante localizado más allá de su pequeño círculo de moderado bienestar urbano; borran se su memoria la metrópoli, para defenderse de la provisoriedad generalizada, encastillándose en el estrecho límite de los jardines y del <<centro>>, más acá de la Plaza del Patriarca.” (CARDOSO,CAMARGO E KOWARICK.1971:227)

Neste sentido, as mudanças no desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo, segundo estes autores, passariam pela participação ativa dos habitantes da cidade, pelo desenvolvimento de uma cultura cívica, estimulada e impulsionada pelo Estado.

“Hemos insistido que, en esta dirección, el papel de la administración puede ser importante en la dinamización del estilo de participación pasiva de las sociedades de masa a fin de buscar formas de comportamiento capaces de crear sociedades activas.” (CARDOSO,CAMARGO E KOWARICK.1971:249)

Não pretendemos nos deter mais na análise deste texto. No entanto, ele evidencia a forte influência da teoria da Marginalidade, por volta da década de 1960 e os primeiros anos da década de 1970, como base do pensamento sobre o desenvolvimento urbano no Brasil. Os autores, neste texto, ao reafirmarem a existência de uma *cultura da pobreza*, deram margem para que os estereótipos e estigmas sobre a pobreza urbana e particularmente sobre a favela e seus moradores se disseminassem a partir desta noção. Segundo Perlman:

“A cultura da pobreza, em seu aspecto principal, apresenta a vida da favela como um ciclo de desespero para o migrante e o favelado. Para Oscar Lewis, os membros da cultura da pobreza são distantes e alienados, ignorantes e desinteressados, descomprometidos e apáticos. Segundo esta teoria, os favelados caracterizar-se-iam pela desconfiança e suspeita mútua, criminalidade e violência, dissolução familiar, pessimismo, baixas aspirações e incapacidade de planejar para o futuro, paralisados em suas ações por um fatalismo envolvente.” (PERLMAN.1977:184)

Berlinck, por sua vez, ressalta que a idéia de cultura da pobreza para Lewis, tem um sentido um pouco diferente, mais focado na antropologia, aparecendo como algo arraigado nos indivíduos e não como mero produto de uma disfunção social:

“Para Lewis (1966), a <<cultura da pobreza>> não é simplesmente algo que se refere à desorganização social, mas trata-se de uma cultura no sentido antropológico do termo, ou seja, um conjunto de símbolos que fornecem aos seres humanos um plano de vida com um conjunto de soluções para os seus problemas e que, portanto, contém uma importante função adaptativa. Neste sentido a cultura da pobreza é composta por um conjunto de normas, valores, conhecimentos, crenças e tecnologia que é organizado a utilizado por indivíduos de uma sociedade a fim de permitir a sua adaptação ao meio em que vivem.” (BERLINCK.1977:17)

Neste sentido, ela se renovaria de geração a geração, se perpetuando na sociedade como uma subcultura de uma cultura mais ampla. Vale a pena transcrever o longo trecho onde Berlinck expõe sua interpretação desta teoria de Lewis:

“(...) a cultura da pobreza é, ao mesmo tempo, uma adaptação e uma reação dos pobres a uma sociedade capitalista altamente individualista e organizada em classes sociais. Representa um esforço para lidar com sentimentos de desespero que se desenvolvem com a consciência da impossibilidade de se ter sucesso em termos dos valores da sociedade mais ampla. De fato, muitos dos traços da cultura da pobreza podem ser vistos como tentativas de se encontrar soluções para problemas que não são solucionados pelas agências e instituições existentes dado que as pessoas não pertencem a elas. Entretanto, a cultura da pobreza não é

apenas uma adaptação a um conjunto de condições objetivas da sociedade mais ampla. Na medida que existe tende a se perpetuar de geração a geração devido a seus efeitos nas crianças. Quando as crianças das favelas chegam aos seis anos ou sete anos absorvem normalmente valores e atitudes de sua subcultura e não se tornam psicologicamente preparadas para aproveitar plenamente as mudanças de condições ou as crescentes oportunidades que podem ocorrer durante as suas vidas (Lewis, 1965) “ (IN. BERLINCK. 1977:18)

Oliven também destaca essa visão preconceituosa e estigmatizante sobre a pobreza urbana e a favela, que aparecem como pólos difusores de uma cultura específica:

“O quanto alguns autores acreditam que os setores mais baixos das classes dominadas constituem uma cultura à parte é exemplificado por um artigo sugestivamente intitulado <<Favelas do Rio: O Cortiço Rural dentro da Cidade>>, no qual seu autor afirma que: << O favelado está contaminado por todos os males que afligem sua espécie em todo o lugar. Como grupo, a população favelada está do lado errado de qualquer índice padrão de desorganização social, seja analfabetismo, subnutrição, doença, instabilidade de trabalho, uniões sexuais irregulares, alcoolismo, violência criminal, ou praticamente qualquer outro da lista usual>> (Bonilla, Frank. 1970)” (OLIVEN. 1982:52)

Muitas críticas foram dirigidas a esta noção de *cultura da pobreza*, assim como, a idéia de uma *cultura urbana* e assim como os pressupostos que nortearam estas teorias foram amplamente refutados e não pretendemos, pois não faz parte do escopo deste trabalho, retomá-los ou reapresentá-los. Os autores citados ao longo deste tópico fizeram este trabalho crítico, especialmente os estudos de Oliven, Berlinck e Perlman. Em resumo o que estes autores apontam é que a favela e os seus moradores não são tão diferentes assim de outros habitantes da cidade; e, nem tampouco, as favelas seriam tão homogêneas. Por outro lado, os favelados não seriam assim tão passivos, como também, as favelas na seriam *enclaves rurais* incrustadas nas cidades. O trabalho dos Leeds refuta essas premissas em relação às favelas cariocas. Os trabalhos analisados sobre as favelas paulistas no terceiro capítulo desta dissertação se alinham a visão crítica dos Leeds. No entanto, não podemos deixar de notar que muitos dos mitos, estigmas, representações e estereótipos elaborados nesta teoria, ainda persistem. Vamos examinar este tema em um outro capítulo.

Por ora, gostaríamos de analisar ainda os aspectos econômicos da teoria da marginalidade em relação à favela e o faremos no próximo item.

2.2.3 OS ASPECTOS ECONÔMICOS DA TEORIA DA MARGINALIDADE E A FAVELA

Assinalamos, no tópico anterior, que a preocupação teórica com o tema da marginalidade social na América Latina surge a partir da constatação do intenso crescimento das grandes cidades latino-americanas por volta da década de 1950; e que tal processo foi acompanhado *“pela formação de um verdadeiro << cinturão de pobreza >> em torno das principais cidades latino-americanas manifestando-se pelo aparecimento de favelas, cortiços, ‘barriadas’, ‘villas miserias’ ou ‘poblaciones callampas’ dependendo do país onde tais agrupamentos aparecem.” (BERLINCK. 1977:11)*

Neste tópico, pretendemos tratar exclusivamente dos fatores socioeconômicos que estariam associados ao fenômeno da marginalidade social, segundo os seus teóricos.

O tema foi estudado por vários autores e instituições importantes do período, como o DESAL (Centro para El Desarrollo Económico y Social da América Latina), e a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina da Organização das Nações Unidas), e não pretendemos analisá-lo em toda a sua extensão e profundidade. Vamos examinar somente algumas idéias básicas presentes em alguns autores que trataram do tema, relacionando essas idéias com uma tentativa de explicar o fenômeno da favela.

Neste sentido, segundo Berlinck, “(...) *uma das idéias básicas que informa o conceito de marginalidade é o de que o processo de urbanização que ocorre na América Latina a partir da Segunda Guerra Mundial deu-se sem industrialização, ou sem que houvesse transformações econômicas capazes de absorver uma crescente oferta de mão de obra.*” E complementando: “*Um exemplo desse raciocínio é o fornecido, em 1966, pela secretaria da CEPAL quando afirma que a formação de uma população marginal foi o preço mais evidente que as grandes cidades latino-americanas pagaram para conciliar taxas muito altas de crescimento populacional com baixos níveis de produtividade de sua estrutura econômica (CEPAL, 1966, p. 65).*” (BERLINCK.1977:12)

Neste sentido, a noção de marginalidade estaria associada à questão do desemprego ou à informalidade nas relações de trabalho.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Oliven mostra que entre as várias questões que cercam o tema da marginalidade, existe uma que articula a noção de marginalidade com a macro-estrutura econômica dos países de industrialização tardia, onde se argumenta que, “*Atualmente, os países que estão se industrializando são compelidos a adotar uma tecnologia que requer muito capital se eles desejam competir internacionalmente e a abundância de mão de obra formada por trabalhadores pré-industriais lhes é de pouca utilidade.*” (OLIVEN.1982:42)

Desta forma, ainda de acordo com Oliven:

“Isto traz à baila a questão do papel desempenhado pela dependência econômica em relação à marginalidade. É freqüentemente sugerido que o padrão de incorporação dos países latino-americanos ao mercado internacional os torna cronicamente incapazes de gerar uma real demanda de força de trabalho. A dependência seria, assim, a causa da marginalização de vastos setores da população urbana, no sentido de que eles não são incorporados ao mercado formal de trabalho.” (OLIVEN.1982:42)

Assim, por esta linha de raciocínio, o desenvolvimento econômico e a urbanização dos países de industrialização tardia na América Latina, estariam sujeitos a “*determinações macro-estruturais*”, nos termos de Kowarick (1997:106) E estas “*determinações macro-estruturais*”, por sua vez, gerariam um *excedente populacional* que não consegue se integrar ativamente nestes processos ou se integram de forma precária.

Não é demais outra vez reafirmarmos que não faz parte do escopo deste trabalho aprofundar esta questão. Entretanto, esta parece ser uma questão importante para a compreensão da noção de marginalidade e da relação desta com a favela.

Desta forma, destacamos outro ponto relevante ressaltado por Oliven nesta discussão e que tem a ver com o debate sobre o papel que a massa “marginal” desempenha no mercado de trabalho. Segundo este autor, “*Ela tem normalmente sido interpretada como sendo o exército industrial de reserva descrito por Marx.*”

Berlinck, em um outro estudo, ressalta também este tipo de abordagem, citando os estudos de José Nun, sociólogo argentino e um dos expoentes latino-americano desta teoria:

“Nun parte do conceito de superpopulação relativa e introduz as noções de funcionalidade, disfuncionalidade e afuncionalidade para explicar as relações de superpopulação com outras partes do sistema, através da noção de <<exército industrial de reserva>>” (BERLINCK.1977:12)

Haveria, então, nesta concepção, uma massa que se encontraria à margem do processo produtivo e que por conta disso viveria na mais absoluta informalidade e precariedade, conformando então uma “*excedente populacional*” ou ainda uma “*superpopulação relativa*”, expressões que visam designar um extrato da população que excederia o estritamente necessário para o desenvolvimento econômico, mas que funcionaria para o

desenvolvimento capitalista, nos termos de Marx, como uma reserva de mão de obra. Como exposto por Nun, citado em Berlinck:

“Nas palavras de Nun, o exército industrial de reserva cumpre duas funções principais no mercado de trabalho: << de um lado, aumenta a competição entre os operários e baixa os salários a um nível próximo do mínimo fisiológico de subsistência, condição indispensável para a exploração – entendida como consumo destrutivo da mão de obra – que promove a formação e a acumulação do capital; por outro lado, mantém constantemente disponível uma massa de trabalhadores para que a indústria possa nos meses de maior produtividade, produzir a quantidade de mercadorias requeridas pelo mercado>> (Num,1970, p.183)” (BERLINCK.1977:33)

Por outro lado, assinala Oliven que, para Num e outros autores, essa massa “marginal” não serviria nem como reserva de mão-de-obra:

“Alguns autores, entretanto, têm argumentado que o volume dessa massa marginal é muito maior que a quantidade requerida como um reservatório de mão- de- obra. Uma grande porção deste excedente de força de trabalho seria então irrelevante para o mercado de trabalho, do ponto de vista de comprimir salários e de ter trabalhadores facilmente disponíveis. Neste sentido, o termo marginal realmente se aplicaria a eles.” (OLIVEN.1982:43)

Como exemplo deste tipo de raciocínio, Oliven cita os argumentos de Quijano, que afirma que em relação à América Latina:

“... a mão-de-obra disponível no mercado não constitui mais uma <<reserva>> para aqueles níveis hegemônicos da produção industrial, mas uma força de trabalho excluída, a qual à medida que mudanças na composição técnica do capital progridem, perde de um modo permanente e não transitório a possibilidade de ser absorvida naqueles níveis hegemônicos da produção, e especialmente na produção urbano-industrial, que tem hegemonia dentro da economia geral. Isto é, aqueles setores e níveis nas ‘posições-chave’ do sistema de produção capitalista não necessitam uma vasta massa de mão-de-obra disponível para seus fins de expansão da produção. Esta força de trabalho, então, não mais constitui em uma ‘alavanca’ ou ‘condição de existência’ do sistema de produção na sua fase atual.(Quijano, Aníbal, 1974).” (OLIVEN.1982:43)

No entanto, o mesmo Oliven ressalta também, a pluralidade de posicionamentos frente a questão, nas palavras dele:

“Mais recentemente os estudiosos têm se concentrado numa outra interessante questão que trata das articulações do setor marginal da economia (as atividades econômicas que a massa marginal desempenha a fim de sobreviver) com a economia em geral, tentando compreender como o primeiro ajuda o último a intensificar a acumulação capitalista.” (OLIVEN.1982:43)

Neste sentido, Kowarick se alinharia a esta última tendência nesta questão, salientando a existência de outras vertentes relacionadas à teoria da marginalidade:

“Uma destas vertentes postulava que a população posta a disposição do processo de expansão capitalista, longe de ser <<excessiva>> ou <<desnecessária>> constituía elemento de magna importância para dilapidar boa parte da mão-de-obra, seja através da exploração do trabalho, seja através da inexistência ou precariedade de serviços no mais das vezes prestados pelos órgãos públicos.” (KOWARICK.1997:106)

Oliven, por sua vez, aponta nesta mesma direção, assinalando que:

“Neste sentido, estudos empíricos estão mostrando que as atividades desenvolvidas pelo setor informal das cidades latino-americanas longe de serem marginais desempenham ao contrário importantes funções em relação à acumulação de capital.” (OLIVEN.1982:43)

Kowarick reafirma esta posição crítica em relação a teoria da marginalidade, qual seja, a de que a chamada *massa marginal* contribui para o processo de desenvolvimento capitalista. Vale a pena transcrever este trecho, ainda que longo, que evidencia a formulação deste autor:

“De modo oposto a certas interpretações desenvolvidas pela teoria sociológica latino-americana, penso que as conclusões mais corretas são aquelas que analisam o fenômeno da **superpopulação relativa** – mesmo que ela aparentemente apareça como <<excessiva>> quando comparada às sociedades de industrialização precoce – não enquanto uma **massa** ou **pólo marginal**, destituído de significado para economia, mas enquanto um elemento de primordial importância para a expansão de um capitalismo de características marcadamente selvagens como o brasileiro, pois permite dilapidar, através da superexploração do trabalho e da espoliação urbana, grande parte da mão de obra na medida em que esta não tiver força política para defender seus níveis salariais e para pressionar o Estado para obter os serviços coletivos básicos à sua reprodução. Desta forma, a questão da dilapidação da força de trabalho – além de basear-se no abundante reservatório de mão-de-obra – é, portanto, eminentemente política e as formas de dominação recentes, marcadas por relações de poder altamente autoritárias e discriminatórias, têm sido o fator primordial na sustentação de um <<modelo>> capitalista de desenvolvimento com características nitidamente selvagens.” (KOWARICK.1985: 35).

A relação entre a teoria da marginalidade e a favela neste aspecto econômico, comportou variações enquanto habitação da pobreza, tendo sido explicitada por Perlman da seguinte maneira:

“A teoria da marginalidade sustenta que os favelados tanto constituem um dreno na economia urbana – desviando parasiticamente os escassos recursos destinados a serviços e infra-estrutura municipais – como também um grupo isolado economicamente, sem os valores ou as credenciais para serem membros produtivos da força de trabalho.” (PERLMAN.1977:191)

As pesquisas realizadas por esta autora, em relação às favelas do Rio de Janeiro, negam completamente o pressuposto colocado pela teoria da marginalidade em relação aos favelados, como apontado por ela. Da mesma forma, os estudos sobre as favelas paulistanas, analisados no próximo capítulo deste trabalho, reafirmam que os favelados não são economicamente marginais.

Entretanto, estes estudos, assim como Perlman, revelam que a inserção dos favelados no mercado de trabalho se dá de forma precária e ou intermitente:

“Muitos que desejam empregos não os conseguem. Os que o fazem, ficam com os empregos menos desejáveis, mais inseguros, com menos compensações trabalhistas e menores salários. Como são muitos, há sempre um contingente de trabalhadores à disposição, o que possibilita manutenção de baixos níveis salariais e permite que os empregadores ludibriem a legislação sobre os benefícios para os trabalhadores.” (PERLMAN.1977:191)

Em São Paulo, a situação dos favelados em relação às possibilidades de inserção no mercado de trabalho não é em nada diferentes daquelas apontadas por Perlman para o Rio de Janeiro, como assinalado por Kowarick, nestes trechos que transcrevemos:

“De forma majoritária, a favela abriga o trabalhador braçal que vende no mercado sua força de trabalho a preços irrisórios ou que, através de uma atividade autônoma, auferir rendimentos extremamente baixos.”

“Os homens geralmente trabalham enquanto operários braçais na construção civil ou desempenham atividades autônomas como ambulantes, jardineiros, carregadores, vigilantes e tarefeiros de funções variadas e intermitentes, enquanto a maioria das mulheres que trabalha, o faz na condição de empregadas domésticas.”

“Por outro lado, também é digno de nota que 39% dos que mantêm um vínculo empregatício encontram-se em situação irregular de trabalho, pois trata-se de assalariados não registrados e que, por conseguinte, não têm acesso aos benefícios previdenciários que sua inserção no sistema produtivo deveria lhes proporcionar.” (KOWARICK.1979:86)

Estes estudos foram elaborados no final da década de 1970, portanto os dados são relativos a um determinado período. Estudos recentes, em relação às favelas paulistanas, revelam que este quadro pode ter sido alterado, como observado em Taschner:

“A proporção de empregados com emprego formal e carteira assinada é semelhante nas favelas da capital e na população municipal como um todo: 63% da população ocupada nas favelas e 62% da total tinham carteira assinada em 1991. Em 1980, os chefes favelados eram majoritariamente operários industriais; 57,30% dos chefes ativos trabalhavam no setor secundário, sobretudo nos setores de construção civil (22,9%), indústrias tradicionais (11%) e indústrias modernas (18%). Já em 1993, predominam os empregados no setor de serviços (comércio e serviços pessoais), como aliás, em todo o município.” (TASCHNER.2002:18)

Desta forma, fica evidente que os favelados não se constituem em um grupo parasitário ou isolado economicamente. Mas de qualquer maneira, é válida ainda a idéia de que a inserção desse grupo social na economia se dá de forma precária, especialmente no que diz respeito à renda; mesmo reconhecendo o fato de que a integração deste grupo tenha melhorado ao longo de um tempo em São Paulo, como mostra os dados apresentados por Taschner:

“A renda familiar média em 1987 foi de 3,85 salários mínimos (desvio padrão de 2,63). A renda média em 1973 foi de 1,2 salário mínimo e em 1980 2,2 salários mínimos. Mesmo considerando a queda do poder aquisitivo do salário mínimo (60% aproximadamente entre 1977 e 1987), a renda familiar de 1987 era quase 17% superior à de 1980. Em 1980 apenas 3,7% dos chefes tinham renda superior à 3 salários mínimos; em 1987, este percentual subia para 25,3% e em 1993 para 29%. De outro lado, não havia nenhuma família com renda superior a 5 s.m. em 1973 e 1980; já em 1987, 24,1% das famílias atingiam este patamar, porcentagem que subia para 34,6% em 1993.” (TASCHNER.1997:23)

Essa forma de inserção precária, ou nos termos de José de Souza Martins, essa *inclusão precária e instável*, se revela ainda e particularmente na habitação (MARTINS.1997:20). Malgrado as favelas paulistanas, pelo menos aquelas mais consolidadas, se apresentarem mais bem equipadas no que diz respeito à infra-estrutura urbana, elas permanecem como sendo a *“expressão física das contradições urbanas de uma sociedade pobre e concentradora da pouca riqueza que tem”*, nas palavras de Taschner. (TASCHNER.1997:20)

Por ora, reafirmamos o que estes autores assinalaram nos seus estudos: que os favelados estão plenamente integrados à vida urbana e a economia capitalista; seja pela sua inserção no mercado de trabalho, seja no consumo de produtos industriais, como eletrodomésticos, por exemplo; seja no mundo político e cultural.

Neste sentido, a teoria da marginalidade serviu mais para estabelecer mitos e estigmas sobre os pobres urbanos do que para descrever e interpretar a realidade social. Funcionou como ideologia, porque promoveu o “ocultamento da realidade social”, nas palavras de Chauí. (CHAUI.1981:21)

E, voltando a questão do fenômeno da superpopulação, essa teoria não explicava o fenômeno na sua essência, pois, segundo Berlinck:

“É necessário que se reconheça que, mesmo havendo um <<excedente>> pobre, ele foi gerado pelo próprio processo de acumulação capitalista e que formulações fáceis, como a marginalidade social, só servem para obscurecer esse postulado fundamental.” (BERLINCK.1977:151)

Por outro lado, insistindo na crítica de Berlinck, a teoria da marginalidade postulava a existência de uma distinção estrutural de caráter dualista, pautada nas diferenças históricas entre o desenvolvimento econômico dos países de primeiro mundo e dos outros chamados até recentemente de subdesenvolvidos. Vale a pena transcrever um longo trecho do estudo de Berlinck que resume bem o que foi apresentando ao longo deste tópico em relação a este aspecto da teoria da marginalidade:

“Enquanto os primeiros constituíram mecanismos institucionais capazes de realizarem um processo de acumulação sem a geração maciça de desemprego e subemprego, os países subdesenvolvidos apresentaram arranjos institucionais através dos quais o processo de acumulação se realizou e realiza com a geração maciça de desemprego e subemprego. Tal situação promoveu o aparecimento e o crescimento, nas cidades latino-americanas, de um contingente populacional que se concentrou em favelas, cortiços, barriadas, callampas, vilas miserias, etc. e que é indicador da existência de uma estrutura social, com características dualistas, composta, de um lado, por um núcleo <<moderno>> e <<dinâmico>> responsável pelo processo de acumulação e, de outro, por um <<setor marginal>> que não participa de tal processo. Neste caso, o setor <<marginal>> é afuncional para o desenvolvimento do capitalismo nos países latino-americanos, ou seja, não desempenha nem a clássica função de rebaixamento salarial atribuída ao exército industrial de reserva nem dificulta ou impede o processo de acumulação. Ao mesmo tempo, por ser <<marginal>>, o setor desenvolve mecanismos ‘sui generis’ de adaptação ao meio em que vive, que acaba por se constituir em uma verdadeira <<cultura da pobreza>> que é qualitativamente diversa da <<cultura da participação>> do núcleo central do sistema”. (BERLINCK.1977:147-148)

O próprio Berlinck neste trabalho citado, refuta esta tese, como também essa visão dualista. Seu estudo é de 1973, um ano após a publicação de outro estudo crítico a essa visão, este focado fundamentalmente no desenvolvimento da brasileira, elaborado por Francisco de Oliveira, de onde extraímos alguns trechos que trazem uma contraposição a esta visão dualista e suas implicações nas cidades. E, por outro lado, guardada as devidas distâncias no que diz respeito aos objetos de análises e interpretação, a visão de Oliveira sobre a questão, nos permite pensar também as favelas como formas arcaicas que permanecem na nossa modernidade excludente:

“Portanto, em primeiro lugar, o incremento da urbanização no Brasil obedece à lei do decréscimo da participação da agricultura no produto total. (...) Este fato levou alguns uma parcela dos sociólogos, no Brasil e na América latina, a falar de uma urbanização sem industrialização e do seu xipófago, uma urbanização com marginalização. Ora, o processo de crescimento das cidades brasileiras – para falar apenas do nosso universo – não pode ser entendido senão dentro de um marco teórico onde as necessidades da acumulação impõem um crescimento dos serviços horizontalizado, cuja forma aparente é o caos das cidades.(...) ; o <<anárquico>> do crescimento urbano não é <<caótico>> em relação às necessidades da acumulação: (...) Uma não-insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos

próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e fôrmas de cooperação como o <<mutirão>>. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, supertrabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de <<economia natural>> dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho”. (OLIVEIRA.2003:58-59)

Neste sentido, para concluir este ponto, é que podemos afirmar que o favelado não é um “marginal” economicamente e nem tampouco a favela é resquício do *arcaico* em uma sociedade moderna. Eles são elementos do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, pois, de acordo com essa formulação ressaltamos que: “*a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo.*” (OLIVEIRA.2003:60)

Enfim, para finalizar este capítulo, fica ainda a questão da permanência dos mitos, dos estigmas e das representações que foram engendradas primeiro pela ideologia higienista e depois oculta pela ideologia da marginalidade em relação à compreensão das favelas e dos favelados, ponto que vamos abordar no próximo tópico.

2.3 Alguns mitos sobre a favela.

2.3.1 FAVELA E IDEOLOGIA

Segundo Ana Fani A. Carlos, a cidade é construção humana, isto é, fruto de um trabalho coletivo, produto social, trabalho materializado. O homem vivendo em sociedade, produz materialmente a sua existência e neste processo produz também espaço; desta forma:

“Sociedade e espaço não podem ser vistos desvinculadamente pois a cada estágio do desenvolvimento da sociedade corresponderá um estágio de desenvolvimento da produção espacial.” (CARLOS. 1992:31)

Neste sentido, o espaço geográfico não é simplesmente um dado da natureza, um cenário estático por onde se desenrola a existência humana, mas sim, *produção humana contínua, um “fazer incessante”*, enfim, um produto da história.

Em sociedades de classes, a produção do espaço reflete as contradições sociais inerentes aos conflitos decorrentes dos interesses antagônicos entre as diferentes classes sociais.

“O produto espacial expressa as contradições que estão na base de uma sociedade de classes e manifesta a segregação decorrente das formas de apropriação da terra que têm sua lógica no desenvolvimento desigual das relações sociais dentro da sociedade.” (CARLOS. 1992:28)

No caso específico da sociedade capitalista, Ana Fani Carlos assinala que:

“A cidade representa trabalho materializado; ao mesmo tempo em que representa uma determinada forma do processo de produção e reprodução de um sistema específico, portanto, a cidade é também uma forma de apropriação do espaço urbano produzido. Enquanto materialização do trabalho social, é instrumento da criação de mais-valia, é condição e meio para que se instituem relações sociais diversas. Nessa condição apresenta um modo determinado de apropriação que se expressa através do uso do solo.” (CARLOS. 1992:27)

Neste aspecto, a cidade se apresenta sempre de forma heterogênea, pois a apropriação do espaço urbano atende a usos diferenciados, segundo as várias atividades econômicas desenvolvidas na cidade, segundo as várias funções atribuídas ao espaço urbano, e particularmente segundo a renda de seus habitantes; uma vez que a cidade, na sociedade capitalista, se constitui também em um bem material e o espaço urbano, por conseguinte, se constitui em mercadoria, consumida de acordo com as leis que regem a reprodução do capital. Assim, ainda segundo Ana F.A. Carlos (1992):

“O uso diferenciado da cidade demonstra que esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória. A desigualdade espacial é produto da desigualdade social.”

“O processo de reprodução espacial envolve uma sociedade hierarquizada, dividida em classes, produzindo de forma socializada para consumidores privados. Portanto, a cidade aparece como produto apropriado diferencialmente pelos cidadãos. Essa apropriação se refere às formas mais amplas da vida na cidade; e nesse contexto se coloca a cidade como o palco privilegiado das lutas de classe, pois o motor do processo é determinado pelo conflito decorrente das contradições inerentes às diferentes necessidades e pontos de vista de uma sociedade de classes.”

Neste sentido, a favela é uma expressão das contradições sociais e espaciais da cidade no capitalismo periférico. É também resultado da luta de classes que se desenvolve na cidade. No entanto, este fato não se revela claramente, pois é envolvido em um “manto” que oculta – o : o da ideologia, uma vez que, uma das funções da ideologia consiste exatamente em *apagar as diferenças, como de classe*, nas palavras de Marilena Chauí.

Em cada fase do desenvolvimento humano, a sociedade elabora um conjunto de idéias para explicar a totalidade dos fenômenos naturais e sociais. Em sociedades de classe, essas idéias e representações sobre a realidade social, segundo Marilena Chauí (1981) “*tenderão a esconder dos homens o modo real com suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia.*”

Assim, a essência do fenômeno urbano denominado de favela não se revela, e o próprio nome *favela*, como já assinalamos no primeiro capítulo, não se exime de também ele se constituir em um instrumento ideológico, pois, nas palavras ainda de Marilena Chauí, uma atitude ideológica se evidencia também na forma como os homens denominam os fenômenos:

“(…), na falta de conceitos precisos, o cientista usa palavras vazias e as substitui aos verdadeiros fatos que deveria observar.” (CHAUÍ.1981:30)

O pior é que os ideólogos não têm muita clareza de que aquilo que produzem não se constitui em teoria, mas sim em ideologia, pois esta não consegue e nem pode refletir sobre si mesma, ainda segundo Chauí:

“(…) a ideologia nunca pode explicitar sua própria origem, pois, se o fizesse, faria vir à tona a divisão social em classes e perderia, assim, sua razão de ser que é a de dar explicações racionais e universais que devem esconder as diferenças e particularidades reais. Ou seja, nascida por causa da luta de classes e nascida da luta de classes, a ideologia é um corpo teórico (religioso, filosófico ou científico) que não pode pensar realmente a luta de classes que lhe deu origem.” (CHAUÍ.1981:114)

Dentro desta linha de raciocínio é que apontamos que o ideário higienista- sanitarista e a teoria da marginalidade, — analisados nos primeiros tópicos deste capítulo —, funcionavam mais como ideologias, isto é, como “*um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes, a partir das divisões da esfera da produção.*” (CHAUÍ.1981:113-114)

Cada um em seu tempo e ao seu modo, contribuíram para criar representações que se tornaram verdadeiros mitos e estigmas sobre a habitação da pobreza urbana e especialmente sobre a favela e o favelado. Estas representações vão permear o pensamento sobre a favela durante um longo tempo, e na medida em que se difundem e se renovam, vão se perpetuando no senso comum e acabam sendo assimiladas pelo próprio estigmatizado:

“(…), o momento essencial de consolidação social da ideologia ocorre quando as idéias e valores da classe emergente são interiorizados pela consciência de todos os membros não dominantes da sociedade; uma vez sedimentada e interiorizada como senso comum, a ideologia se mantém,(…)” . (CHAUÍ.1981:108-109)

Assim, desta forma, é que se torna possível pensar em uma “cultura da pobreza”, ou ainda, em um “estilo de vida do favelado”; na medida em que se constrói — através de mitos, estereótipos e representações estigmatizantes — uma falsa identidade da pobreza na cidade. Trata-se, nos termos de Bourdieu, de uma manifestação daquilo que ele denomina de conflitos simbólicos:

“Quando os dominados nas relações de forças simbólicas entram na luta em estado isolado, como é o caso nas interações da vida cotidiana, não têm outra escolha a não ser a da aceitação (resignada

ou provocante, submissa ou revoltada) da definição dominante a sua identidade ou da busca da assimilação a qual supõe um trabalho que faça desaparecer todos os sinais destinados a lembrar o estigma (no estilo de vida, no vestuário, na pronúncia, etc.) e que tenha em vista propor, por meio de estratégias de dissimulação ou de embuste, a imagem de si o menos afastada possível da identidade legítima.” (BOURDIEU.2005:124).

E por que esses mitos persistem?, indagou Janice Perlman, no seu estudo sobre as favelas cariocas e o mito da marginalidade. “*Porque preenchem a função ideológico-política de preservar a ordem social que os gerou*”, respondeu a própria autora. (PERLMAN.177:209)

Mas, quais são exatamente estes mitos? E quais são as suas funções e implicações na sociedade?

Para responder e aprofundar estas questões, nos apoiamos nos estudos de Perlman e também de Valladares.

2.3.2 AS FUNÇÕES DOS MITOS ELABORADOS SOBRE A FAVELA

Para Valladares, mais do que mitos ou estigmas, as representações sobre as favelas tornaram-se verdadeiros dogmas. Assim discriminados por:

“O primeiro <<dogma>> trata da especificidade da favela. Por sua história particular e seu modo de crescimento diferente dos demais bairros, a favela tem sido considerada, desde sempre, um espaço absolutamente específico e singular.” (VALLADARES.2005:149)

Hoje, este “dogma” ou mito não mais se sustenta, como já assinalamos no primeiro capítulo desta dissertação, *o específico e singular* atribuído à favela se constitui em uma relação jurídica, por conta da condição de apropriação do solo urbano por parte de seus moradores. Por outro lado, há diferenças fundamentais entre as favelas de uma mesma cidade, assim como no interior de uma mesma favela. Muitas moradias de núcleos classificados como favelas na periferia de São Paulo, por exemplo, se assemelham em vários aspectos às moradias que estão em torno destes núcleos.

No entanto, denominar estes núcleos de favelas permite manter sobre os seus moradores o estigma de favelados e através deste, afirmar a identidade peculiar deste e “seu modo de vida diferente” dos restos dos cidadãos.

Esta identidade, por sua vez, traz a marca da ilegalidade, primeiro da posse da terra, mas que depois se dissemina em outras *ilegalidades* que se confundem e se mistura a criminalização e a marginalização dos favelados. Com isso se legitima todo tipo de arbitrariedade, por parte do Estado, na relação com a favela e seus moradores; fato evidente em quase todas as ações repressivas por parte do poder público nas favelas, onde o uso da violência se dá sempre de forma mais contundente do que em qualquer outro espaço da cidade. Como observado por Perlman em relação às ações do poder público em relação às favelas cariocas em um determinado período:

“Os mitos da marginalidade facilitam a aceitação e justificam a implementação de qualquer política oficial que se refira direta ou indiretamente aos setores populares da sociedade urbana. A remoção das favelas foi aceita como parte da reestruturação do sistema urbano precisamente porque os favelados eram considerados marginais e, portanto, dispensáveis. Se fossem vistos como cidadãos trabalhadores ‘normais’, dotados de direitos, teriam sido tratados de maneira muito diferente. Como marginais, porém, não tinham direitos ou exigências a fazer ao sistema, sendo, portanto, mais fáceis de manipular.” (PERLMAN.177:292)

Por outro lado, o mito da homogeneidade da favela e do favelado, estabelece uma diferença deste em relação aos outros moradores “pobres” da cidade, favorecendo a divisão e até mesmo a disputa entre eles, como assinalado por Perlman:

“Os mitos atuam de tal maneira que isolam um segmento da classe trabalhadora dos outros; eles lutam entre si, ao invés de se unirem.” (PERLMAN.177:292)

Cria-se também uma certa resignação por parte daqueles que conseguiram se fixar na cidade por outros meios, ainda que compartilhando a precariedade da habitação com o favelado, uma vez que este é visto então como o “pobre dentre os pobres”; escalonando a pobreza em níveis distintos, muitos se vêem como se estivessem em um patamar acima daqueles que encontraram na favela a solução de moradia para subsistir na cidade.

Aliás, é este aspecto, segundo Valladares, que caracteriza o segundo “dogma”:“(…) corresponde a uma outra idéia amplamente compartilhada da favela, e que diz respeito ao seu território e a característica social de seus habitantes: a favela é o lócus da pobreza, o território urbano dos pobres.” (VALLADARES.2005:151)

Assim reforça-se a idéia de um território socialmente singular e a discussão sobre a pobreza urbana passa a ser uma discussão sobre a favela:

“Elegendo a favela como território privilegiado para o estudo da pobreza e das desigualdades sociais, os pesquisadores não hesitam quando se trata de estudar os pobres:vão para a favela. Mostram, assim, sua adesão a esse dogma, ao mesmo tempo e que contribuem para o seu fortalecimento. Para a favela são enviados estudantes e assistentes de pesquisa, pois o pressuposto é incontestável: a favela é o lugar de residência dos pobres, o espaço popular por excelência.” (VALLADARES.2005:151)

Neste sentido se estrutura também um campo específico de estudos sobre a favela, como também se elabora uma série de problemas tidos como específicos da favela, quando na verdade estes problemas não são exclusivamente dela. Desta forma, muitos destes “problemas” acabam sendo incorporados pelo Estado e pela própria Academia, e assim vão de difundindo de forma a não permitir um aprofundamento nas verdadeiras causas da pobreza urbana. Vale a pena transcrever este longo trecho do estudo de Bourdieu, onde ele ressalta esta questão:

“A ciência social está sempre exposta a receber do mundo social que ela estuda os problemas que levanta a respeito dele: cada sociedade, em cada momento, elabora um corpo de problemas sociais tidos por legítimos, dignos de serem discutidos, públicos, por sua vez oficializados e, de certo modo, garantidos pelo Estado. São, por exemplo, os problemas postos às grandes comissões oficialmente mandatadas para os estudar, postos também, mais ou menos directamente, aos próprios sociólogos, por meio de todas as formas de procura burocrática, concursos públicos, programas de estudos, etc., e de financiamento, contratos, subvenções, etc. Numerosos objetos reconhecidos pela ciência oficial, numerosos trabalhos não são outra coisa senão problemas sociais que entraram de contrabando na sociologia – pobreza, delinquência, juventude, educação, lazeres, desporto, etc. – e que, como testemunharia uma análise da evolução no decurso do tempo das grandes divisões realistas da sociologia – tal como se exprimem nos títulos das grandes revistas ou nas denominações dos grupos de trabalho dos congressos mundiais da disciplina –, variam ao sabor das flutuações da consciência social do momento. Aí está uma das mediações por meio das quais o mundo social constrói a sua própria representação, servindo-se para isso da sociologia e do sociólogo. Deixar em estado impensado o seu próprio pensamento é, para um sociólogo mais ainda que para qualquer outro pensador, ficar condenado a ser apenas instrumento daquilo que ele quer pensar.” (BOURDIEU.2005:36)

Por outro lado, mas ainda neste aspecto, a favela e o favelado acabam sendo “funcionais” para o sistema, no sentido de “ocupar” uma parte da mão de obra intelectual, nas palavras de Perlman:

“Finalmente, os favelados propiciam a criação de empregos para muitos profissionais liberais, especialmente assistentes sociais, sociólogos e urbanistas.” (PERLMAN:1977:304)

Singular e homogênea, território da pobreza e da massa marginal, a favela não é reconhecida na sua diversidade, pluralidade e heterogeneidade. Cada favela é um universo distinto, mas não é reconhecida como tal. Fala-se na favela no singular, como assinalado por Valladares e também por Silva e Barbosa:

“Impressiona a visão homogeneizadora. Nem parece que as favelas podem ser localizadas em terrenos elevados ou planos, reunir centenas ou milhares de moradores, possuir equipamentos e mobiliários urbanos diferentes – casas ou apartamentos, algumas vezes os dois –, demonstrar variados níveis de violência e presença do poder público e, ainda, diversas características ambientais. É curioso que essa pluralidade seja absolutamente ignorada, e não só pelo senso comum.” (SILVA e BARBOSA.2005:24)

Este é o terceiro “dogma” assinalado por Valladares; e segundo ela, ele traz conseqüências metodológicas importantes:

“(…), por exemplo, o recurso freqüente à comparação estatística entre o conjunto das favelas, por um lado, e o restante da cidade, por outro. (...) Comparando o conjunto das favelas ao resto da cidade, não são consideradas as diferenças entre favelas, nem aquelas que demarcam diferentes espaços sociais dentro delas quando, na verdade, diferenças inter e entre favelas não podem ser negligenciadas.” (VALLADARES.2005:152)

O que estes autores apontam em relação às favelas cariocas servem também para as favelas em São Paulo. As diferentes características de um núcleo como o do Heliópolis, ou ainda do Paraisópolis em relação a outros núcleos tidos como favelas não podem ser deixados de lado, por exemplo, na formulação de uma ação pública nestes aglomerados.

Mas, como já afirmamos, estes mitos ou dogmas funcionam especialmente no que diz respeito a estigmatização dos moradores das favelas, como assinalado por Reschilian:

“Dessa forma, a construção do olhar sobre a favela e os valores a ela atribuídos transferem-se inevitavelmente para a representação das camadas sociais que nela habitam.” (RESCHILIAN. 2004:33)

Este autor, citando Argueta, reafirma que, neste sentido, *“As favelas são territórios estigmatizados e viver neles é símbolo de estigma. Diversos autores afirmam que esta estigmatização decorre, principalmente, em virtude da ilegalidade das favelas, no que se refere à posse da terra, característica que aparece em quase todas as suas definições.”* (RESCHILIAN.2004:34) .

A estigmatização dos favelados propicia a elaboração de inúmeros argumentos que dão legitimidades a uma concepção de cidade e de *ordem urbana*. Segundo Perlman:

“(…), os favelados são os bode-expiatórios para uma vasta gama de problemas sociais, emprestando legitimidade para as normas dominantes. Podem ser considerados a fonte de todas as formas de aberração, perversidade e criminalidade, e, como eles não possuem os meios de defender as próprias ações ou imagem, o resto da sociedade pode constantemente repurificar a auto-imagem. Além disso, os favelados constituem um ponto de referência, um marco para indicar a posição social de todos os outros grupos –

especialmente da classe trabalhadora, que se sente privilegiada, em comparação. Culturalmente, os favelados fornecem muita vitalidade à cultura burguesa, ainda que sejam por ela desdenhados. Sua gíria, sua música, seu futebol, seus sambas – tudo isso de tornou parte da vida e das diversões da classe média.” (PERLMAN:1977:304)

É impressionante a pertinência deste aspecto da *cultura da favela*. No cinema, na televisão, na música popular, a favela transformou-se em uma grande fonte de inspiração. Inúmeros exemplos podem ser encontrados na cultura hip-hop e sua expressão musical que é o RAP, nos programas de algumas emissoras, como o “*Central da Periferia*”, da Rede Globo de Televisão, só para ficarmos em algumas manifestações mais recentes.

Por fim, tais dogmas, mitos, representações e estigmas, contribuem para, justificar a existência de desigualdades extremas; para esconder a incapacidade da sociedade capitalista de proporcionar padrões de vida mínimos e dignos para grandes parcelas de sua população; para manipulação do Estado e de suas políticas pelas elites de acordo com os seus interesses dentro da cidade e para perpetuar a divisão social e a dominação política enfim.

Contudo, não podemos deixar de reconhecer o fato de que a favela concentra uma parte da mão-de-obra que realiza as piores tarefas estabelecidas no desenvolvimento econômico do capitalismo periférico. Bourdieu chama atenção para este fato, assinalando que:

“Deste modo as condições de trabalho mais alienantes, mais repugnantes, mais próximas do trabalho ‘forçado’, são ainda apreendidas, assumidas e suportadas por um trabalhador que as percebe, as aprecia, as ordena, as acomoda e se lhes acomoda em função de toda a sua história própria e até mesmo da sua descendência. Se a descrição das condições de trabalho mais alienantes e dos trabalhadores mais alienados soa freqüentemente a falso – e, antes de mais, porque ela não permite que se compreenda que as coisas sejam e continuem a ser o que são – é porque, funcionando na lógica da quimera, ela não consegue explicar o acordo tácito estabelecido entre as condições de trabalho mais desumanas e os homens que estão preparados para as aceitar por terem condições de existência desumanas.” (BOURDIEU.2005:96)

Assim, há uma série de circunstâncias (sociais, políticas, econômicas, culturais, espaciais, etc.) que colocam a maioria dos moradores das favelas em uma situação de desvantagem em relação a outros moradores da cidade. Uma delas é o próprio estigma que pesa sobre os moradores destes núcleos. Talvez por conta disso, é que estes aceitam as piores condições de trabalho e remuneração, contribuindo, assim, para baixar os custos de reprodução da força de trabalho de todos os setores, como assinalado por Perlman em relação às favelas cariocas:

“Economicamente, os favelados aceitam salários muito baixos por longas horas de trabalho, freqüentemente naquelas ocupações que ninguém mais deseja. O trabalho barato que eles executam, quer na forma de serviços, artefatos e insumos para o setor competitivo, serve para baixar os custos de reprodução de todos os setores econômicos, direta ou indiretamente. Por exemplo, ao fazerem consertos como biscate, e cobrar bastante menos que um electricista ou bombeiro ‘autorizado’, os favelados baixam diretamente o custo de vida tanto para os que vivem na favela como fora.” (PERLMAN.1977:303)

Fato observado também para as favelas paulistanas, como assinalado por Kowarick (1979):

“De forma majoritária, a favela abriga o trabalhador braçal que vende no mercado de trabalho a preços irrisórios ou que, através de uma atividade autônoma, auferir rendimentos extremamente baixos. Dada a oferta de mão-de-obra existente na cidade, que continua a receber volumosos contingentes migratórios, os favelados encontram-se em desvantagem para competir por melhores remunerações no mercado de trabalho.”

No Brasil, esta condição de trabalho desumana, repugnante, ou de *baixo nível* colocada para alguns setores da população, possivelmente faz parte da herança perversa da escravidão, onde o escravo não era visto como um ser humano igual aos outros.

Como romper com os estigmas que pairam sobre a favela? Como lidar com as condições objetivas que cercam o mundo dos moradores destes núcleos sem estigmatizá-los? Como produzir um pensamento sobre a favela que não reforce os estigmas e que não seja instrumento de estigmatização? Como, nos termos de Bourdieu, “(...) *não ficar condenado a ser apenas instrumento daquilo que se quer pensar?*” Como mudar esta situação?

“Como pode o sociólogo escapar à persuasão clandestina que a cada momento sobre ele se exerce, quando lê o jornal, ou quando vê televisão, ou mesmo quando lê os trabalhos dos seus colegas? Estar alerta é já importante mas não basta. Um dos instrumentos mais poderosos da ruptura é a história social dos problemas, dos objetos e dos instrumentos de pensamento, quer dizer, do trabalho social de construção de instrumentos de construção da realidade social (como as noções comuns, papel, cultura, velhice, etc., ou os sistemas de classificação) que se realiza no próprio seio do mundo social, no seu conjunto, neste ou naquele campo especializado, (...).” (BOURDIEU.2005:36)

Neste sentido, tentando dar respostas a estas questões, é que buscamos analisar, nesta dissertação, o pensamento sobre a favela em São Paulo, buscando elaborar uma história da reflexão sobre a favela e ao mesmo tempo, descrever a evolução deste objeto de estudo. Tarefa para o próximo capítulo.

O pensamento sobre a favela em São Paulo — um panorama histórico: 1950–1970

Introdução

NESTE CAPÍTULO DESENVOLVEMOS UMA análise de alguns estudos sobre as favelas paulistas. Através destes, buscamos identificar as origens do fenômeno em São Paulo, suas características e desenvolvimento histórico, ressaltando fundamentalmente as diferentes concepções do fenômeno ao longo do tempo. A ênfase foi dada aos conceitos, definições e representações da favela e de seus moradores.

Utilizamos como base para nossa pesquisa os estudos produzidos no âmbito da academia, complementando com algumas publicações em revistas especializadas e recortes de jornais, muito embora não tenhamos realizado uma pesquisa sistemática e aprofundada na imprensa escrita.

Estabelecemos uma periodização levando-se em conta a evolução fenômeno favela em São Paulo, e maneira como foi percebida essa evolução por aqueles estudiosos que abordaram esse processo. Neste sentido, seguimos uma trajetória temporal linear, década a década desde 1950; e organizamos este capítulo em tópicos segundo essa divisão cronológica.

Assim, o primeiro tópico trata das origens do fenômeno em São Paulo, ou melhor, dos primeiros estudos sobre o fenômeno em São Paulo na década de 1950 e vai até os estudos sobre o fenômeno favela que despontaram na década de 1960.

O segundo tópico aborda os estudos a partir da década de 1960 até a década de 1970, período em que o fenômeno ganha expressão em São Paulo com a publicação do livro *Quarto de Despejo* de Carolina Maria de Jesus.

O terceiro e último tópico aborda a década de 1970, período em que a Prefeitura do Município de São Paulo elabora seu primeiro cadastro de favelas, e com ele temos o primeiro grande estudo “oficial” do fenômeno em São Paulo.

3.1 Década de 1950: Os primeiros estudos sobre o fenômeno.

3.1.1 AS ORIGENS DAS FAVELAS EM SÃO PAULO

Muitos estudos sobre a questão da habitação em São Paulo apontam para um traço peculiar da cidade durante a primeira metade do século XX; qual seja, o da ausência de favelas. Céline Sachs, chega a assinalar que, durante a década de 1970, “*São Paulo perdeu sua originalidade, preservada por tanto tempo, de metrópole brasileira sem favela.*” (SACHS.1999:85)

O fenômeno de fato não era percebido como algo relevante pelo menos até o final da década de 1970, como observado nestes estudos. É neste período que o fenômeno ganha certa expressão, como assinalado por Bonduki:

“A partir da década de 1970, o empobrecimento da população e a escassez e encarecimento dos lotes geraram um acelerado crescimento da população favelada, até então pouco expressiva na cidade (em 1973, representava 1,1 % da população, cerca de 72 mil pessoas, segundo o Cadastro de Favelas do Município)” (BONDUKI. 2004:305)

Taschner, por sua vez, revela que este percentual se multiplicou várias vezes ao longo da década, dando maior visibilidade ao fenômeno:

“Acredita-se que o percentual de favelados residindo no município de São Paulo esteja entre 6 a 9 % da população municipal, fornecendo uma taxa de crescimento na década de 1970 –80 de quase 35% ao ano, bem maior que taxa migratória no período.” (TASCHNER.1984:43)

Quanto à população favelada, Kowarick afirma ainda que, *“De toda forma, eles sempre representaram um contingente pouco numeroso de pessoas na história da cidade.” (KOWARICK.1983:77)*

Entretanto, malgrado seu número pouco expressivo, o fenômeno já estava presente em São Paulo pelo menos desde antes da década de 1940 como assinalado em vários estudos.

Para Bonduki, o fenômeno nas suas origens se apresentava como desdobramento de uma forte crise de moradia, provocada, entre outros fatores, pela instituição da Lei do Inquilinato, que gerou escassez de oferta de moradias de aluguel, nas palavras deste autor:

“Conseqüência dos despejos, da forte urbanização e da falta de alternativas habitacionais, os primeiros núcleos de favelas em São Paulo surgiram na década de 1940.” (BONDUKI.2004:270)

Entretanto, ainda segundo Bonduki, a favela não era um fenômeno, quantitativamente, relevante, como era, por exemplo, na cidade do Rio de Janeiro, pois o que prevaleceu como alternativa de moradia para as camadas populares em São Paulo foi a autoconstrução em algum loteamento de periferia.

Outros autores apontam para, quanto ao surgimento das primeiras favelas em São Paulo, um pouco antes da década de 1940. Maria Nelma Coelho, pesquisando o banco de dados existente em HABI (Superintendência de Habitação Popular), órgão ligado a SEHAB, afirma que:

“(…), há registro de uma favela que existe desde 1935 e de quatro outras surgidas nos dois anos posteriores. Datadas da década seguinte, entre 1942 a 1949 existem 16 favelas.” (COELHO.2002:10)

Fato confirmado também pelo estudo de Saraiva e Marques, que corrobora a tese de que o fenômeno quantitativamente não era muito relevante em São Paulo até a década de 1970:

“Na cidade de São Paulo, embora haja nos registros da Prefeitura quatro favelas cuja ocupação se iniciou antes de 1940, as favelas não se faziam muito presentes até o início da década de 1970, alojando apenas cerca de 1% da população do município em 1973.” (SARAIVA E MARQUES.2005:143)

Neste sentido, o fenômeno não era visto ainda como um problema para o poder público, como assinalado no estudo de Laura Bueno:

“Até a década de 1940, a cidade de São Paulo não tinha muitas favelas ou, pelo menos, a favela não se apresentava como um problema para a administração local.” (BUENO.2000:46)

No entanto, neste mesmo estudo de Bueno, podemos inferir que, se do ponto de vista quantitativo a favela não se apresentava ainda com um problema para as elites, do ponto de vista simbólico ela representava sim um “problema”, ou ainda, um “perigo”, haja vista a preocupação com o tema no próprio Plano de Avenidas de Prestes Maia, como destacado por Bueno:

“Arthur Saboya, no texto de introdução ao plano, descrevendo a Av. Anhangabaú, comenta (Maia,1930:III):<< Não só o saneamento do vale e das zonas vizinhas foi assegurado; desapareceu o perigo da transformação em novas ‘favelas’ das encostas marginais e do próprio vale.>>” (BUENO.2000:46)

As favelas paulistanas, desde as suas origens, herdaram uma série de estigmas e preconceitos que até então cercavam os cortiços, como já assinalamos nos primeiros capítulos desta dissertação. Sampaio aponta que:

“A favela, desde o seu início, já é lugar sujeito a preconceito, discriminação, e símbolo da segregação.”
 (SAMPAIO.1998:124)

Bonduki, por sua vez, ressalta que — a partir da análise de alguns recortes de jornais da época —, a elite paulistana ficou “chocada” com o aparecimento do fenômeno, *“orgulhosa do progresso de sua cidade, renovada com avenidas modernas e arranha-céus.”* E mais, destaca ainda que havia um certo estranhamento das elites com o fenômeno e que este *“estranhamento dos paulistanos com a favela durou mais de três décadas, em que a questão foi tratada sob a ótica da repressão, reeducação e remoção.”* (BONDUKI.2004:262-263)

No entanto, o aparecimento da favela em São Paulo deu visibilidade ao problema da habitação da pobreza em São Paulo, e de uma certa forma, deu visibilidade à própria pobreza urbana que vivia recolhida nos cortiços, como destacado por Bonduki em um trecho de matéria do jornal *Diário Popular* de 7 de novembro de 1946:

“(...) Não é assim de estranhar que aquele conglomerado de tugúrios impressionasse o paulistano habituado à pobreza encoberta e à miséria recolhida nas saturações dos porões e cortiços do Bexiga e do Brás. Era o índice da falta de casa, do descuido em dar um telhado aos mais necessitados. Revelava, até certo ponto, o espírito empreendedor dos seus habitantes. Com tábuas de caixotes, uns sarrafos e latas velhas improvisou-se um bairro(...) não tardou a encher-se de casebres. Aquilo pareceu mal. Mas com tamanha falta de casas tudo era possível e justificável.” (IN. BONDUKI.2004:262)

Era um período de profundas mudanças e transformações em São Paulo, especialmente para as camadas mais pobres da cidade. Sposati descreve assim o período:

“O empobrecimento da população – devido ao achatamento salarial e à ampliação do processo migratório –, a periferização do assentamento espacial dos trabalhadores, o ambíguo sentimento político de descrédito do Estado, ao mesmo tempo de nele residir a possível solução dos problemas cotidianos, marcam a vivência dos paulistanos mais pauperizados.” (SPOSATI.1988:159)

Bonduki, por sua vez, em relação à conjuntura conturbada do período, assinala que:

“De fato, o ambiente era propício a invasões. A crise de habitação provocara, em todo país, o surgimento de novas formas de alojamento, de modo a se reduzir ou até eliminar o custo da moradia no orçamento familiar. Assim, na conjuntura de mobilização e descontentamento popular no pós- guerra, começaram a ocorrer ocupações, organizadas ou espontâneas, de terrenos ociosos, promovidas por despejados que não tinham para onde ir ou buscavam deixar de pagar aluguel.” (BONDUKI.2004:263)

Entretanto, é preciso ressaltar que, pelo menos em São Paulo, o surgimento das favelas não estava relacionado a nenhum movimento organizado de invasões. Muito pelo contrário, tratava-se de ocupações consentidas ou ainda estimuladas pela própria prefeitura, como assinalado por Sposati:

“O favelamento é um processo que tem início no princípio da década de 40 e, pelos dados de Marta Terezinha Godinho, que analisa o fenômeno no início da década de 50, a Prefeitura de São Paulo tem forte vínculo com sua expansão na cidade. Não é gratuito que uma das primeiras favelas no Glicério

receba o nome de Prestes Maia. A abertura da avenida Nove de Julho desabrigara famílias que foram para os barracões da Prefeitura.” (SPOSATI.1988:256)

Esta autora chega usar a expressão “favelas oficiais” para aqueles núcleos que surgiram a partir das intervenções da própria Prefeitura:

“Na maioria, procedentes do interior do estado e morando há mais de cinco anos em São Paulo, esta população favelada vai sendo, durante a década de 40, transferida de um canto a outro para possibilitar novas obras públicas. Vão se formando novos núcleos fiscalizados pelo patrimônio municipal. São Paulo já tinha <<favelas oficiais>>, modalidade de habitação para os trabalhadores da indústria nacional em ascensão.” (SPOSATI.1988:256)

Aliás, o estudo citado acima, de Marta Godinho, constitui-se no primeiro trabalho mais sistemático sobre as favelas paulistanas. Realizado como trabalho de conclusão de curso de curso apresentado a Escola de Serviço Social em 1955, nele encontramos um amplo diagnóstico do fenômeno em São Paulo, e será, portanto, objeto de análise mais aprofundada no próximo tópico.

3.1.2 AS FAVELAS PAULISTANAS COMO OBJETO DE ESTUDO DAS ASSISTENTES SOCIAIS

São Paulo ao longo da década de 1930 e início da década de 1940 já se projetava como grande metrópole. A cidade, neste período, já era o maior centro industrial da América Latina. E, nesta condição privilegiada, atraía um contingente populacional migrante muito grande:

“Neste período eventos acontecem na metrópole, consolidando sua função de importância nacional. A retomada do processo migratório, especialmente nos anos 40 traz para o Estado quase oitocentas mil pessoas.” (SOUZA. 2004:544)

Por outro lado, este crescimento provocava um certo temor nas elites, por conta exatamente da presença de uma massa pobre, anônima e desconhecida compartilhando os espaços da cidade. Ainda que segregada, social e espacialmente, tratava-se agora do reconhecimento da existência de “duas cidades”, uma cidade ordenada e moderna, das elites; e outra caótica, desordenada e arcaica, dos pobres, este contexto foi assim assinado neste longo trecho por Paoli e Duarte:

“Quando estas duas cidades porventura se encontravam., ficava evidente, para o conjunto da sociedade, suas próprias fendas e fissuras, e as dificuldades da coesão e da unidade sociais mostravam, sobretudo, as impossibilidades de comunicação. A <<cidade às avessas>>, a Cidade que se desordenava constantemente por meio de diferentes processos, cujos resultados não aboliam os estigmas da desordem, da amoralidade e da vadiagem, do tempo e dos espaços sobrepostos, despertava medo e produzia suspeita. Não apenas pela sua proximidade e tamanho – a população do Estado de São Paulo crescera 28% entre os anos de 1934 e 1940, e somava agora 7.180.316 habitantes, sendo que 18,5% do total concentrava-se na Capital –, mas, principalmente, por não ser conhecida.” (PAOLI E DUARTE.2004:71)

Desta forma, tratava-se agora, portanto, de conhecer a população pobre de São Paulo, nas palavras de Paoli e Duarte. Neste sentido, o papel desempenhado pelas assistentes sociais na construção de um conhecimento institucional foi fundamental:

“Elas foram encarregadas de descobrir quem eram e como viviam as populações que habitavam os bairros de trabalhadores de São Paulo, ainda vistas, no fim do Estado Novo, como uma espécie de periferia perigosa e problemática da Cidade.” (PAOLI E DUARTE.2004:63)

O ofício de assistente social no Brasil remonta ao início do século XX, e nasceu marcado de um caráter filantrópico, e por uma visão onde trabalho e pobreza eram tidos como coisas absolutamente distintas, como assinalado por Sposati:

“É interessante notar que, na proposição de criar o Ofício Geral de Assistência no Brasil, tal órgão é apresentado como o responsável pelos seguros sociais aos <<indigentes>> de modo geral. A assistência à orfandade, à velhice, a assistência jurídica e assistência médica estão ali contidas. Não se fala em trabalhador, não se distingue a relação entre trabalho e pobreza.” (SPOSATI.1988:109)

O governo do Estado de São Paulo, ainda segundo Sposati, vai ser o primeiro a instituir um órgão específico nesta área. De fato, em 1935 é criado o Departamento de Assistência Social. Na Prefeitura de São Paulo é somente na década de 1950 que se estrutura um órgão semelhante.

Neste aspecto, é preciso ressaltar que a ideologia higienista-sanitarista, de uma certa forma, ainda em voga, vai permear o trabalho de assistência social neste período inicial, como assinalado por Sposati:

“Assistência social e saúde compunham, neste período, um binômio próprio do conceito que associa saneamento moral e higiênico. (...) Os fluidos dos <<venenos sociais>> precisavam ser contidos e a medicina higiênica, como forma de controle político das populações, se prestava a tanto.” (SPOSATI.1988:122)

Neste sentido, o saber assistencial neste período é repleto de preconceitos acerca da pobreza urbana e das suas formas de moradia.

A preocupação com a habitação da pobreza, de uma certa forma, foi sempre uma constante por parte das assistentes sociais; e o cortiço era, ainda na década de 1940, um dos temas principais do saber assistencial. Como pode ser observado neste trecho do estudo de Paoli e Duarte:

“(...) já em 1940, realizara-se a IV Sessão de Semanas de Ação Social do Brasil, reunindo as entidades filantrópicas paulistanas ligadas ao Departamento de Serviço Social, diretamente subordinado à Secretaria de Justiça e Negócios do Interior. Especificamente sobre a questão da moradia, a própria relatora do encontro, a assistente social Guiomar Urbina Telles, expôs a complexidade do problema em uma série de conferências intituladas: << O problema do cortiço >>. Nessas apresentações, a assistente social discutia as causas da existência do cortiço e sugeria quais seriam suas razões fundamentais: 1ª) a crônica falta de habitações populares e a conseqüente elevação dos preços dos aluguéis; 2ª) o desapego à casa, como conseqüência da inexistência de uma formação doméstica e do excessivo convívio na rua; 3ª) a necessidade ou desejo de morar perto dos locais de trabalho e diversão; 4ª) os hábitos arraigados no povo.” (IN.PAOLI E DUARTE.2004:72)

Assim, para o saber assistencial, a questão do cortiço não era formulada a partir das contradições sociais engendradas no âmbito da sociedade capitalista em desenvolvimento; pois o cortiço era visto como uma característica cultural específica dos pobres, como observado por Paoli e Duarte:

“Por meio dos vínculos entre a rua e o cortiço, no argumento da assistente social, somos induzidos a pensar que é da necessidade da convivência coletiva, definida como necessidade cultural dos trabalhadores pobres, que o cortiço emerge como realização específica de uma sociabilidade particular. Desse modo, o cortiço seria uma <<invenção>> do modo de vida popular, uma opção cultural dos trabalhadores pobres, que não prescindiriam da convivência coletiva e da permanência na rua. Haveria um total

desapego ao lar, uma despreocupação com a habitação que os impeliria a uma solução rápida, barata e eficiente para morar: o cortiço.” (PAOLI E DUARTE.2004:72-73)

Desta forma, seguindo esta linha de raciocínio, percebemos que o saber assistencial projetava sobre a população pobre a culpa da sua pobreza. As deficiências e problemas dos pobres provocam os desajustes e a marginalidade deste estrato da população. Assim, quanto à questão da habitação, o problema não era exatamente a moradia em si, mas o morador. Isso fica evidente nas palavras da assistente social Guiomar U. Telles:

“Nossos assistidos, pessoas completamente desajustadas, que na maioria das vezes sofrem ao mesmo tempo de deficiências morais, físicas e econômicas. No entanto representam parte de nossa população.” (IN.PAOLI E DUARTE.2004:74)

Desta forma, a tarefa da assistência social é de regeneração e de educação desta população. Não bastava resolver a questão do abrigo, da moradia. Era preciso reeducar a pobreza urbana. Mais uma vez as palavras da assistente Guiomar são bastante elucidativas neste sentido:

“Não basta dar às famílias uma habitação aconselhável, é preciso ensinar-lhes a usá-las, inspirar-lhes o gosto pela ordem e asseio, sem o qual ela não permanecerá salubre. É mais difícil mudar os hábitos dos miseráveis que construir-lhes casas (...). A reforma deve começar no homem; mas para que este viva como homem, tem que possuir um mínimo essencial de bem estar (...). Mas, atendendo ao bem comum, que volte o Estado suas vistas para estas habitações onde moral e fisicamente vai nascendo e crescendo a ruína da sociedade.” (IN.PAOLI E DUARTE.2004:73)

A maneira, preconceituosa e estigmatizante, como a assistente social percebe o cortiço e seus moradores, se estende também, posteriormente, à favela e aos favelados.

Estes fragmentos das conferências de Guiomar U. Telles foram publicados em 1940 e, exatamente quinze anos depois, no trabalho de conclusão de curso de Assistente Social de Marta Terezinha Godinho, podemos observar a mesma visão estigmatizante sendo reproduzida, agora não mais sobre o cortiço, mas sim, sobre a favela. Vamos nos deter um pouco mais neste trabalho.

Como já salientamos no primeiro capítulo desta dissertação, as definições de favela revelam muito dos preconceitos que pairam sobre o fenômeno. Marta Godinho parte de algumas definições de dicionário para chegar a um conceito que ela assim apresenta:

*“(...) somos de opinião que: Favela – é um aglomerado de habitações toscamente construídas em terrenos alheios, e desprovidas de recursos higiênicos, onde vivem pessoas (humanas) na mais **completa desintegração psico-social, quase que completamente marginais à vida humano-social, apresentando os mais sérios problemas de desajustes.**”* (grifo nosso) (GODINHO.1955:7)

Como nas observações de Guiomar em relação aos cortiços, Marta Godinho percebe a favela, nesta definição, como o território marginal e o favelado como desajustado. Era como se tratasse, no caso da favela, de um mundo à parte, com outra cultura e linguagem:

“A dificuldade identidade, até mesmo com a linguagem deles, com a sua mentalidade (de marginais), com os seus usos e costumes, exigiram muita habilidade na utilização dos métodos e processos do Serviço Social.” (GODINHO.1955:3)

Por outro lado, é preciso destacar que este estudo de Marta Godinho se colocava como uma contribuição importante para sistematização e organização do trabalho das assistentes sociais na questão da moradia, especialmente da favela. Neste aspecto, vale a pena ressaltar, ainda que sucintamente, o contexto deste trabalho das assistentes sociais em relação à favela neste período.

Nesta década, 1950, é criada a CASMU (Comissão de Assistência Social do Município). Era presidida por Leonor Mendes de Barros, esposa de Adhemar de Barros, e funcionava junto ao gabinete do prefeito, naquele período, Armando Arruda Pereira. Na gestão seguinte, do então prefeito Jânio Quadros, a CASMU assume novos encargos; era o início da ação em favelas. O trabalho de conclusão de Marta Godinho relata, sistematiza e reflete um pouco deste trabalho, nas palavras da autora;

“Quando em outubro de 1953, o senhor Prefeito, pela portaria número 76 encarregou a CASMU do trabalho nas favelas, (...). Foi então, que em janeiro de 1954, estabeleceu-se um convênio entre a Confederação das Famílias Cristãs e a Prefeitura, através da CASMU. Nessa ocasião, o senhor Presidente da CASMU nos designou para trabalharmos junto a esse convênio, no setor das Favelas. (...) Nosso trabalho de conclusão de curso, portanto, será um apanhado geral do que realizamos nas quatro favelas (...)” (GODINHO.1955:1-2)

A tal portaria de nº 76, baixada pelo prefeito, estabeleceu que:

“(...) a Casmu ficasse encarregada de promover a vigilância, a extinção das favelas, a recuperação dos favelados, bem como regular o ingresso de novos moradores.” (GODINHO.1955:67)

Ainda segundo esta autora, como o quadro técnico da CASMU não era tão numeroso e experiente, achou-se por bem estabelecer uma espécie de parceria com uma entidade filantrópica para realização do trabalho assistencial. Neste aspecto, Godinho buscava também, neste estudo, elaborar uma metodologia de trabalho que atendesse aos objetivos estabelecidos pela tal portaria e que servisse de referência para outros trabalhos desta natureza:

“Como se tratava de um campo novo em Serviço Social e que oferecia condições tão especiais, essas equipes se reuniam todas as semanas para discutir o problema, verificar as dificuldades, acertar a melhor orientação. Afim de que o nosso trabalho fosse, o quanto mais possível enquadrado na boa técnica do Serviço Social, dedicávamos uma parte dessa reunião a um estudo teórico que viesse aprimorar os nossos conhecimentos o que era em seguida discutido tendo em vista a realidade das favelas, a fim de que pudéssemos realizar o trabalho da maneira mais científica e técnica.” (GODINHO.1955:68)

Neste sentido, o trabalho de Marta Godinho se tornou uma grande referência, pois se tratava de um estudo pioneiro sobre a questão em São Paulo, nas palavras da própria autora:

“(...) não havia nada de concreto a respeito das favelas de São Paulo. Encontramos sim, alguns trabalhos sobre as do Rio de Janeiro mas, as realidades são tão diferentes, que esses trabalhos pouco nos ajudaram. Tivemos de tatear, no começo, pois tratava-se de um verdadeiro desbravamento.” (GODINHO.1955:3)

De fato, segundo pesquisa que fizemos; até esta data, 1955, nenhum outro estudo sobre o fenômeno em São Paulo havia sido publicado.

Malgrado este estudo focar somente as favelas que se encontravam em terrenos do município, “*pela falta de dados existentes sobre favelas situadas em terrenos particulares*”, ele nos permite analisar as origens do fenômeno em São Paulo, assim como, descrever as características da favela nas suas origens, como também dos moradores.

Neste sentido, ele confirma o papel desempenhado pela própria Prefeitura quanto à origem das favelas em São Paulo, naquilo que denominamos de “ocupação consentida”, nas palavras da autora:

“Pelos anos de 1942 a 1945, quando então prefeito o Dr. Prestes Maia, com as desapropriações feitas em virtude da abertura de avenidas, como a Nove de Julho e outras, nos Campos Elíseos etc., muitas pessoas ficaram sem abrigo. Improvisaram-se uns barracões no local onde se acha instalado o Parque Changai, e assim se iniciou a primeira favela que era denominada <<Favela Prestes Maia>> ao longo da avenida do Estado.” (GODINHO.1955:10)

Seguindo o histórico deste núcleo, em 1946, pela ação de outro Prefeito, Dr. Abrão Ribeiro, ele é removido para outra área próxima, de propriedade do IAPI, onde a prefeitura construiu alguns galpões para abrigar os moradores:

“A estes galpões, os favelados deram o nome de Vila, <<Favela Nossa Senhora da Conceição>> que também era conhecida como <<Favela do Glicério>>.” (GODINHO.1955:11)

Como já assinalamos acima, a reação das elites paulistanas diante do aparecimento da favela em São Paulo não tardou a se manifestar, especialmente na imprensa, como destacado por Bonduki:

“A Avenida do Estado está se transformando num reduto de favelas, construídas por pobres famílias que não têm onde morar” (HOJE, 25/10/1945) “.

“(…) aquela aglomeração de casebres de madeira chocava os paulistanos que passavam pelo local. Na nossa capital não se conhecia a improvisação da <<favela>>. {DIÁRIO POPULAR, 7/11/1946}” (IN.BONDUKI.2004:262)

O orgulho cívico, em relação à cidade que até então não conhecia a favela, estava ferido. Neste sentido, cabia ao poder público tomar medidas urgentes para acabar com esse mal:

“Não só como medida preventiva de caráter urbanístico como pelo aspecto humano, urgia um trabalho em São Paulo nas favelas, pois era inconcebível que, numa cidade de tanta riqueza e progresso como a nossa, vivessem grupos, porquê não dizer comunidades, em grau infra-humano, que mais pareciam animais amontoados ou encurralados. Seria um ponto negro em nossa civilização tão inflamada de doutrinas sociais e marcada pelo direito social. Muito menos se justificaria que a própria Prefeitura permitisse em seus terrenos, uma tão flagrante injustiça social. Isto seria uma permissão ou um <<fechar de olhos>> que a desmoralizaria na atitude consciente de uma ação política diante das realidades municipais.” (GODINHO.1955:9)

Vale a pena ressaltar que, das quatro favelas localizadas em terrenos públicos, analisadas no estudo de Marta Godinho, todas elas tinham, nas suas origens, a mesma história, qual seja, favelas que surgem na desocupação de outras favelas com o apoio do poder público municipal:

“Favela do Piqueri: Esta favela teve início, quando da desocupação da <<Favela da Lapa>>, (...). A Prefeitura fornecia o transporte, madeira e a reconstrução do barraco do Piqueri. Algumas fossas e poços, assim como uns tanques foram também construídos pela Diretoria de Obras da Prefeitura.” (GODINHO.1955:12-13)

“Favela do Canindé: Começou em 1948, (...). Junto a Rua Antônio de Barros, num terreno dos irmãos X, formou-se uma favela à revelia dos proprietários que, tão logo tiveram conhecimento, requereram despejo policial. Aquelas pessoas então desalojadas foram reclamar no Gabinete do Prefeito, onde receberam um memorando para usarem o terreno da Prefeitura, no Canindé. Para alguns, a Prefeitura forneceu também caminhão para o transporte do barraco. Iniciou-se, então, a <<Favela do Canindé>> com 99 famílias.

Como a área lá era grande, muitas outras pessoas depois, com o correr do tempo, mediante o memorando de autorização do gabinete do senhor Prefeito, foram para lá. Como não havia água e não podiam cavar poços, devido à proximidade do rio Tietê, a Prefeitura mandou instalar uma caixa d’água que abastecesse toda a favela.” (IBIDEM: 16-17)

O mesmo se repetiu para as Favelas da Barra Funda e de Ibicaba; os moradores conseguiram um memorando de autorização do Gabinete do Prefeito para se instalarem em terrenos de propriedade do Município.

Neste aspecto, mais uma vez reafirmamos que, o conceito de favela alicerçado na idéia de “invasão” de terrenos urbanos não se sustenta, pelo menos para uma boa parte das favelas paulistanas. Mas, sem ela, a própria idéia de favela não se sustenta; pois é este o critério básico que define a favela e o favelado em qualquer circunstância.

“Como condição de moradia também encontramos os favelados numa situação típica, pois vivem em terrenos alheios, sem pagarem qualquer tipo de aluguel ou tipo de pagamento. Isto sem dúvida, é uma situação não comum em nosso meio.” (GODINHO.1955:71)

Neste sentido, como havia ocorrido em relação às favelas cariocas, também se estrutura, em relação às favelas em São Paulo, todo um conjunto de representações, imagens e estereótipos com base, fundamentalmente, na ilegalidade fundiária; e que marcam e estigmatizam estes núcleos e seus moradores desde as suas origens. E assim, através deste conjunto de “mitos” a favela e os favelados são conhecidos e identificados.

Como já assinalamos ao longo nos primeiros capítulos deste trabalho, este esforço de identificação da favela como uma espécie de gueto, começa pelo próprio nome, como observado também por Godinho:

“Uma das coisas que também muito contribui para que eles criem um espírito em comum é a expressão <<Favela>>, pois se torna uma quase identificação para eles e a sociedade assim os trata.” (GODINHO.1955:70)

Por outro lado, este estudo de Marta Godinho que estamos examinando, revela também uma certa ambigüidade, por parte da autora, em relação à favela e aos favelados. De um lado, ela reconhece os mitos e estigmas que pairam sobre a favela e seus moradores, chegando até a analisá-los. Por outro lado, ela acaba reforçando estes mitos. De uma certa forma, esse forma ambígua de tratar a questão permanece até hoje. É muito difícil se desvencilhar de conceitos que estão arraigados na sociedade há muito tempo. Como também, não se pode negar as condições objetivas destes setores das classes populares que encontraram na favela uma forma de solucionar o seu problema de moradia na cidade, nas palavras de Perlman:

“Há um sistema concreto de circunstâncias ecológicas, econômicas, sociais, culturais e políticas que continuam a existir independentes de qualquer teoria mitológica, e que coloca a maioria dos moradores de aglomerados subnormais numa situação de séria desvantagem na tentativa de satisfazer seus objetivos e aspirações. Enquanto o mito rotula e combina todas essas dimensões como marginais, os favelados

continuam a viver suas vidas – apesar de seus esforços- no fundo dos vários estratos da riqueza, do poder e do prestígio.” (PERLMAN.1977:194)

A superação deste modo de enxergar a realidade social passa por uma investigação que leve a desvendar as verdadeiras causas que levam a esta situação. Passa também pelo rompimento com determinados *instrumentos de pensamento*, isto é, *instrumentos de construção da realidade social*, — fazendo uso de uma expressão de Bourdieu — como a própria noção de favela como um território singular, homogêneo, ilegal, marginal, incomum e apartado, por conta disso, da cidade:

“Não só do ponto de vista externo e econômico, podemos dizer que as favelas são comunidades marginais, mas, do ponto de vista da vivência social de seus moradores, a promiscuidade, a pobreza, a absoluta falta de higiene e de meios de higiene comum em todas as favelas, levam os seus moradores a uma vida diferente da vida normal e comum, mesmo dos mais pobres de nossa cidade.” (GODINHO.1955:71-72)

Mais uma vez reafirmamos que o nome *favela* e os conceitos elaborados para designar o fenômeno assim denominado, vem carregado historicamente de uma série de preconceitos e estigmas, sendo necessário, portanto, repensá-los, pois a questão da linguagem constitui-se em um ponto importante da construção da realidade social, como observado em Bourdieu:

“Passo aos conceitos, às palavras aos métodos que a profissão emprega para falar do mundo social e para o pensar. A linguagem levanta um problema particularmente dramático para o sociólogo: ela é, com efeito, um enorme depósito de pré-construções naturalizadas, portanto, ignoradas como tal, que funcionam como instrumentos inconscientes de construção.” (BOURDIEU.2005:39)

Mas, voltando para o estudo de Godinho, a visão um tanto ambígua de sua abordagem sobre o favelado está relacionada a uma certa concepção religiosa e cristã do mundo, como observado neste longo trecho:

*“Dizer-se que a favela como tal, é uma comunidade marginal, não nos parece tão difícil de se comprovar; mas afirmar que o favelado é um tipo marginal, é o que exigiu um estudo bem mais acurado e muitos maiores escrúpulos de nossa parte. Considerando-o uma pessoa humana, nos seus transcendentais valores espirituais, **não temos a coragem de chamá-lo marginal**, mesmo porque no mundo espiritual, parece-nos pela concepção racional da natureza humana, de que o fato dele existir, enquanto ente humano, nunca está à margem pois pertence e permanece como indivíduo.*

***Pela concepção cristã do Corpo Místico e da Comunhão dos Santos**, todos, mesmo os mais distantes, no tempo e no espaço, estão **integrados na obra de redenção do Cristo e recebe os benefícios da Igreja**. Nesta linha de pensar, portanto, com muito mais razão, **não encontramos direito de chamá-los marginais**, pois naquela gente simples, se não há a comunicação direta da vida divina pelo estado da graça, encontramos, contudo a adesão aos princípios, numa fé simples e pura daquela gente.” (GODINHO.1955:72-73)*

Neste aspecto, ela revela uma consciência plena dos mitos estigmatizantes arraigados na sociedade sobre os favelados:

“Existia uma espécie de tabu com relação às favelas; talvez traduzidas em parte pelas lendas e as tradicionais cantigas em que sempre procurou realçar o vício e o crime nas favelas. Ou publicações muitas vezes, sensacionalistas procuram um misto de tragédia e poesia na desgraça daquela gente.” (GODINHO.1955:74)

No mesmo sentido, Godinho revela o “peso” que o nome Favela carrega consigo, e o estigma que este nome impõe ao favelado:

“Assim, quando íamos fazer algum encaminhamento sempre nos pediam que não colocássemos o nome <<Favela>>. Alguns, em seus empregos, davam um endereço qualquer fictício, para não ser identificado como favelado. Isto, sem dúvida criava choques emocionais e levados pela solidariedade entre si pela revolta íntima e surda contra este repúdio e pelo amor, se assim podemos chamar, ao teto (apesar de miserável) que os abrigava, pois isto é uma decorrência da própria natureza animal do homem, criava-lhes um espírito e tornava-os, de fato marginais.” (GODINHO.1955:76)

No entanto, mesmo reconhecendo a força estigmatizante do nome, ela reforça o estigma na medida em que relaciona a marginalidade do favelado a uma assimilação do próprio favelado a esta condição. E assim, um certo sentimento de inferioridade tornaria o favelado ainda mais miserável e marginal:

“O favelado, portanto, não só era considerado e tratado pela sociedade como um marginal, mas ele se tornava por isso mesmo e pela sua integração na vida da favela, um marginal. Não só do ponto de vista sociológico enquanto do seu relacionamento como o desenvolvimento e progresso da sociedade ao qual ele se furtava, (...)” (GODINHO.1955:76-77)

E conclui a autora: *“Isto nos leva a crer que a criação e a vida na favela resultavam em seres mental, moral e socialmente desajustados.” (GODINHO.1955:78)*

Ademais, a ambigüidade de Godinho se manifesta também ao reconhecer que parcela da população favelada está integrada na vida econômica e social da cidade, mas, por outro lado, reafirma que o ambiente da favela estimulava a criação de um modo de vida peculiar: a de “um favelado”:

“À guiza de informação, queremos deixar claro que havia nas favelas elementos razoavelmente integrados na vida social. Moravam ali por difícil situação econômica ou mesmo por exploração, como era o caso de alguns malandros. Mas suas famílias principalmente as crianças que sofriam a influência mais direta do ambiente já apresentavam as características de <<um favelado>>” (GODINHO.1955:79)

Assim, a solução proposta por Godinho, para o problema da favela e do favelado seria, como indicado por Guiomar N. Telles em relação aos cortiços, uma ação de caráter educativo.

“O problema era antes de mais nada, humano e em se tratando de marginais, como demonstramos, no item anterior, a solução nas suas raízes profundas seria de caráter educativo.” (GODINHO.1955:83-84)

Aliás, neste aspecto, a semelhança da análise e das propostas para a habitação da pobreza, entre os textos da Guiomar e o de Godinho, salta a vista;

“(...) o problema da moradia não se resolve com casas mas, antes com educação; e que ninguém resolve os problemas dos outros; quando muito, pode-se ajudar na solução.” (GODINHO.1955:85)

Merece destaque também a noção de educação e do próprio ofício de assistente social que norteava o trabalho da CASMU, pois segundo Godinho, o serviço social é eminentemente educativo. E quanto ao conceito de educação, por sua vez:

“Educação é hierarquia, é ordem, é direção. Educar é realizar o homem: é ordena-lo e dirigi-lo à finalidade transcendental da sua natureza; é realizar, nessa mesma natureza, uma hierarquia de valores, que o levem à sua finalidade: DEUS” (GODINHO.1955:198-199)

Mais uma vez, observamos que, nesta concepção, se entrelaça uma visão religiosa do homem e do mundo com o trabalho técnico e social. Este, por sua vez, deveria se basear em valores humanistas, mas, de natureza laico e secular, como um bom trabalho científico. A não distinção entre os valores científicos e os valores religiosos resulta, deste modo, na nossa maneira ver, nesta ambigüidade que permeia a análise de Godinho.

Merece destaca também neste trabalho a concepção do ofício de Assistente Social, que a autora defende; baseado em uma determinada ordem social e na defesa de princípios que, ao invés de confrontar as estruturas econômicas que geram a marginalidade e a pobreza, acabam por legitimá-las evitando os conflitos decorrentes das contradições sociais presentes nestas estruturas.

“A finalidade do Serviço Social é instaurar ou restaurar a ordem social.”

“Ora, a ordem social é obra humana. Logo, o Serviço Social bem compreendido é aquele que visa o homem considerando-o tal qual é, para, ordenando-o, chegar, conseqüentemente à ordem social.”

“Assim, uma verdadeira concepção do Serviço Social << As suas múltiplas atividades, os seus objetivos particulares, as suas técnicas, os seus meios de ação, tem um fim comum a atingir: a ordem social>>.” (GODINHO.1955:199)

Neste sentido, o papel que o trabalho de assistência social deve desempenhar é de controle social, devendo, deste modo, colocar o pobre no seu devido lugar dentro da sociedade capitalista:

“É missão do Serviço Social, promover os meios necessários, para auxiliar a pessoa humana, a portar-se neste mundo, como deve, em vista de alcançar o fim para que foi criada, todas as vezes que esta for incapaz de fazê-lo por si mesma.” (GODINHO.1955:199-200)

Assim, neste sentido, fica claro qual era o objetivo principal da CASMU nas favelas, qual seja; impor a ordem urbana nos territórios populares onde não haveria controle por parte do poder público, como assinalado pela própria autora;

“que o objetivo do Serviço Social nas favelas é reajustar para depois desfavelar e que para tanto, um dos grandes trabalhos é integrar aquela comunidade, que vive mais ou menos à parte, na grande vida social da cidade para que eles queiram se desfavelar.” (GODINHO.1955:213)

As conclusões da autora neste trabalho não deixam dúvidas quanto à reprodução dos mitos estigmatizantes que pairam sobre as diferentes alternativas de moradia dos pobres urbanos, sejam elas cortiços ou favelas, vale a pena transcrever alguns trechos:

“Depois de um ano de trabalho direto nas favelas, onde conseguimos realizar alguma coisa e enfrentar muitas dificuldades, como já ficou exposto no corpo deste trabalho, podemos concluir e sugerir, o seguinte:

- 1. Que as favelas constituem um lugar de desajustamentos profundos, tanto no plano físico como moral, constituindo, portanto, uma série ameaça à nossa civilização.*
- 2. Que os favelados se tornam, à medida em que permanecem nas favelas, indivíduos marginais*

3. *Que o Serviço Social com a sua função eminentemente educativa e humana, poderá resolver de uma maneira concreta o problema das favelas. Solução esta, que por ser educativa, demanda algum tempo.(...)*” (GODINHO.1955:319)

De toda forma, este trabalho de Marta Godinho serviu para despertar a consciência para as mudanças que estavam ocorrendo em São Paulo em relação às formas de moradia da população naquele período. Por se tratar do primeiro estudo mais aprofundado sobre a favela em São Paulo, nos permitiu observar a maneira como o fenômeno foi tratado nas suas origens.

No próximo tópico, vamos tratar da abordagem dos engenheiros urbanistas em relação às favelas de São Paulo também no mesmo período, isto é, na década de 1950.

3.1.3 A FAVELA SEGUNDO OS ENGENHEIROS URBANISTAS

Um outro segmento profissional que se deteve em analisar o fenômeno das favelas em São Paulo foram os engenheiros urbanistas. Chamamos assim aqueles profissionais que trabalhavam junto ao Departamento de Urbanismo da Prefeitura de São Paulo.

Não realizamos uma pesquisa exaustiva deste segmento, nos baseamos em alguns artigos escritos para a revista *Engenharia Municipal*, indicada como o Órgão Oficial da Sociedade dos Engenheiros Municipais de São Paulo; para examinarmos o pensamento deste segmento sobre a favela.

A favela aparece em poucos artigos neste período, especialmente nos primeiros números desta revista, publicados em 1956.

No editorial da revista de nº 2, publicado em março de 1956, denominado de *Consciência Urbanística*, a favela aparece como mais um dos inúmeros problemas urbanos que preocupam o poder público:

“(...); as favelas que, dia a dia, aumentam na metrópole, como um desafio ao governo, e outros muitos males, são indícios seguros de que chegou o momento de o Poder Municipal pensar detidamente na elaboração de um Plano Diretor da Capital “ (EDITORIAL DA REVISTA ENGENHARIA MUNICIPAL DE MARÇO DE 1956)

Chama a atenção neste editorial, o seu caráter de manifesto, que reclama e exige um plano diretor para São Paulo, como uma espécie de panacéia para uma série de problemas urbanos que afligem a cidade. Merece destaque também a ênfase dada à construção de uma consciência urbanística por parte da população e do governo para que um plano desta natureza desse certo:

*“Torna-se imprescindível a cooperação de todos – povo e governo – e, sobretudo, uma bem orientada divulgação educacional, através as várias camadas sociais, a fim de estabelecer, em nossa terra, uma **consciência urbanística**, que estamos longe de possuir”*

*“O marco inicial do Urbanismo em São Paulo será a formação de uma **consciência urbanística**, que só será possível mediante uma divulgação ampla e bem conduzida das idéias modernas daquela ciência.”* (EDITORIAL DA REVISTA ENGENHARIA MUNICIPAL DE MARÇO DE 1956)

O texto revela que este segmento dos engenheiros, tem clareza dos diferentes interesses em jogo na produção do espaço urbano, como também da necessidade de uma atuação mais firme por parte do poder público neste processo e que não basta somente a elaboração de uma legislação urbanística, sem a construção, primeiro, de um consenso entre os diferentes agentes que atuam neste processo:

“As vantagens e benefícios resultantes de uma estruturação orgânica, que decorrerá desse sistema moderno de urbanizar, são inúmeros e deverão ser conhecidos de todos, para que não surjam obstáculos à sua realização”

“Para tanto, não é suficiente decretar uma legislação de caráter urbanístico, no sentido de estabelecer a obrigatoriedade da planificação integral na administração municipal,(...)”

No entanto, a construção deste consenso, de acordo com o texto, se daria simplesmente através de uma ação educativa, de esclarecimento dos princípios do Urbanismo; ciência que conteria, desta forma, o poder de estabelecer o que é melhor para todos:

“O Urbanismo, pois, está exclusivamente ao serviço do homem, a quem tudo facilita e beneficia.”

“A experiência, No Velho Mundo, mostra-nos que até o presente momento a ineficácia dos planos reguladores reside exatamente na falta de compreensão do público. A doutrina do Urbanismo, para ser aceita, deverá ser entendida. As suas exigências são muitas e pesadas e geralmente apresentam aspectos que mais desagradam do que agradam aos interessados por ela atingidos.” (EDITORIAL DA REVISTA ENGENHARIA MUNICIPAL DE MARÇO DE 1956)

Dois aspectos merecem a nossa atenção neste texto; primeiro, a percepção da favela como um problema urbano por parte deste segmento, e o outro aspecto, que aponta para um crescimento das favelas em São Paulo, de uma certa forma contradiz outros estudos daquele período, como o do SAGMACS de 1958, onde se afirmava que *“O problema das favelas existe em São Paulo, mas é bastante reduzido em relação a outras capitais do país.”* (SAGMACS.1958:II/12.IN. BUENO.2000:46). Ou ainda a matéria de Sangirardi publicada em um outro número desta revista. Vamos examinar este último texto.

Publicado em dezembro de 1956, na revista de número 4, escrito pelo engenheiro Luiz Gomes Cardim Sangirardi, a matéria com o título de *“As favelas, os arruamentos e a pavimentação das estradas municipais”*, trata do tema da favela com um pouco mais de profundidade.

Sangirardi, como havíamos citado acima, afirma inicialmente que a favela não é um problema relevante em São Paulo:

“Notado pelos visitantes, quando bons observadores, para muitos paulistanos têm passado despercebido o fato de nossa cidade não possuir favelas na amplitude que seria de se esperar para uma metrópole de três milhões de habitantes e situada em país pobre. É que, para nós, as favelas, felizmente, não constituem um grande problema, ao contrário do que acontece em muitas outras grandes cidades, onde impressiona o seu número.” (SANGIRARDI.1956:22)

Porém, segundo este autor, o tema merece uma análise: *“Exatamente porque as favelas não nos causam grande preocupação parece-nos de muito interesse procurar as razões de sua ausência em São Paulo, para daí tirarmos conclusões úteis e lições preciosas.”* (SANGIRARDI.1956:22)

Neste sentido, a análise elaborada por Sangirardi merece destaque em vários pontos. Primeiro, quanto ao conceito de favela. Este é absolutamente genérico e repete, em muitos aspectos, outros conceitos estabelecidos para as favelas cariocas, sem a preocupação de adequá-lo às características das favelas paulistanas. Deste modo, o conceito se aplicaria indistintamente para qualquer assentamento em qualquer localidade que tivesse algumas características comuns àquelas apresentadas para as favelas da cidade do Rio de Janeiro:

“Entende-se normalmente por favelas um aglomerado de barracões, a maioria de madeira, cobertos de zinco, em geral localizados nos morros, improvisados, desprovidos de higiene ou salubridade, sem ruas

de acesso nem qualquer referência ao alinhamento das vias, divisas de lotes, etc. Os moradores não são inquilinos nem proprietários dos terrenos, mas apenas seus ocupantes.” (SANGIRARDI.1956:22)

As favelas paulistanas neste período compartilham de muitas destas características, porém, diferentemente das favelas cariocas, não estavam localizadas em morros, mas sim ao longo das várzeas dos rios que cortam a cidade, como assinalado por Bonduki:

“Muitas das favelas surgiram neste período, como a da Baixada do Penteado, Ibirapuera, Canindé, Ordem e Progresso, Lapa, Vila Prudente, Vila Guilherme, Piqueri, Tatuapé e Vergueiro, localizavam-se nas várzeas dos rios Tietê e Tamanduateí – públicas e ociosas devido à dificuldade de ocupação –, próximas ao centro ou às áreas industriais.” (BONDUKI.2004:262)

Deste modo, a visão de Sangirardi sobre o fenômeno em São Paulo já vem marcada por uma generalidade que não permite uma análise mais ampla da favela. Ademais, esta visão generalizante talvez não desse conta da extensão do fenômeno em São Paulo:

“Nas condições acima descritas temos um número relativamente pequeno de favelas, algumas ainda eventuais isto é, de duração efêmera pois desaparecem com a urbanização ou definitiva utilização do terreno pelos verdadeiros proprietários. Outras foram instaladas pelo poder público e já têm algumas condições de higiene.” (SANGIRARDI.1956:22)

O segundo ponto que gostaríamos de destacar neste artigo de Sangirardi, é a maneira como ele explica a relativa inexistência de favelas em São Paulo. Não nos causa espanto aqui a reprodução dos estigmas e estereótipos que marcam a favela e seus moradores. Neste sentido, vale a pena transcrever os trechos onde Sangirardi aponta as “causas” da ausência de favelas em São Paulo:

“A inexistência de favelas, em grande número, na nossa Cidade tem diversas causas; examinando cuidadosamente a questão e comparando-a com a situação de outras cidades, podemos determinar as causas principais verificando ainda que existe uma preponderante. Entre as razões gerais salientam-se: **o temperamento trabalhador de nosso povo, avesso ao tédio e até às diversões ou recreações, o que também é prejudicial porque pode criar um mal estar ou uma neurose coletiva; a existência de trabalho oferecida pelas grandes atividades da capital, exigindo numerosa mão de obra e proporcionando salários baixos, mas não ínfimos; a luta intensa pela melhoria, que conduz ao trabalho e faz surgir o desejo natural da propriedade, especialmente da casa própria e a segurança que ela proporciona.**” (SANGIRARDI.1956:22)

Mais uma vez, imputa-se sobre os pobres a culpa da sua própria pobreza, deste modo, são os favelados que não se esforçam para alcançar as possibilidades que lhe são oferecidas e assim, seguem aceitando a sua situação de forma resignada:

“Na favela tais circunstâncias não se apresentam pois o morador nada possui de estável, não é portanto capaz de atender quaisquer despesas e – o pior – **se conformou com esse modo de vida sendo, ou caminhando para ser, um <<encosto>>.**” (SANGIRARDI.1956:22)

Cumprido destacar também, nas argumentações de Sangirardi, o verdadeiro motivo que leva a estigmatização da favela, qual seja, a violação da propriedade privada da terra. Para este autor, a propriedade privada seria um *desejo natural* do ser humano. Faltaria ao favelado essa condição humana.

Neste sentido, Sangirardi ressaltava também um outro fator, para ele preponderante para o pequeno número de favelas em São Paulo; a facilidade de comprar um lote de terra em São Paulo, ainda que na periferia, clandestino e carente de infra-estrutura:

“Destaca-se então a causa de grande importância, representada pela facilidade da compra de um lote de terreno em São Paulo; há numerosos lotes à venda, numa grande diversidade de locais, praticamente em todos os bairros, verdadeira mobilização imobiliária e, mais, com enorme facilidade de pagamentos; as quantias são acessíveis à maior parte da população (pequenas prestações com juros inclusos, durante longo tempo, sem pagamento inicial).”

*“Esse espantoso desenvolvimento dos loteamentos deve-se, além das causas gerais econômicas e especulativas, à extrema facilidade que havia para a realização do arruamento, inclusive, o relativamente pequeno emprego de capital necessário. **A quase totalidade dos loteamentos era clandestina**, sendo as vendas dos lotes efetuadas livremente, sem qualquer interferência por parte do poder público, seja fiscalizador, seja burocrático. Em numerosos casos, a venda era realizada apenas com projeto feito no papel, ficando o terreno <<in natura>>, sem qualquer movimento de terra, obras de arte, etc.”*
(SANGIRARDI.1956:22)

E, portanto, por conta dessas oportunidades oferecidas para compra de um lote de terra em São Paulo:

*“Conclui-se, portanto, que o surto desenfreado de loteamentos, possibilitando a formação das <<vilas>> e **evitando o estabelecimento de favelas na Cidade** de um lado criou grande ónus para a coletividade, mas de outro **impediu o aparecimento de outro problema maior e mais grave, particularmente sob o aspecto econômico – social.**”* (SANGIRARDI.1956:22)

Esta parece ter sido a alternativa encontrada para uma ampla parcela dos trabalhadores paulistanos para o problema da habitação, predominando em São Paulo e em grande parte das cidades brasileiras desde a década de 1940, por conta da crise habitacional provocada pela instituição da lei do Inquilinato entre outros fatores, como assinalado por Bonduki:

“Na década de 1940, em consequência da crise habitacional, da desestruturação do mercado rentista e da incapacidade do Estado em financiar ou promover a produção de moradia em larga escala, consolidou-se uma série de expedientes de construção de casas à margem do mercado formal e do Estado que, de modo sintético, irei chamar de auto-emprego da moradia popular, baseado no trinômio loteamento periférico, casa própria e autoconstrução.” (BONDUKI.2004:281)

Para Sangirardi, essas “vilas operárias”, conforme denominação atribuída por ele, eram uma solução muito melhor do que a favela, nas palavras dele:

“Substituindo as favelas, com óbvia vantagem para a cidade, porque possuem melhores características, (...)” (SANGIRARDI.1956:22)

Entretanto, ao observarmos as características destes loteamentos, conforme descrição do próprio Sangirardi, podemos afirmar que a precariedade destes loteamentos era muito semelhante a das favelas:

“(…), existem em São Paulo os bairros denominados de <<vilas operárias>>, que se caracterizam: pelo grande adensamento de casas operárias, construídas sem um estudo prévio, em loteamentos clandesti-

nos; ruas não delimitadas ou muito mal executadas; condições de acesso muito difíceis devido à topografia, em geral muito acidentada; fundos de vales ou escoamento natural das águas não respeitados; e ausência de serviços públicos (água, esgotos, luz domiciliar). No entanto, as casas são de tijolos – revestidos ou não – cobertas em geral de telhas e oferecem algumas condições de higiene, por exemplo, instalação sanitária individual (em cada casa).” (SANGIRARDI.1956:22)

Para este estudioso, são poucos os elementos que permite distinguir estes loteamentos periféricos das favelas; basicamente o material de construção da casa e as instalações sanitárias individuais. O fundamental porém, nesta distinção, é a noção de propriedade inexistente na favela, mas presente nestas vilas operárias, como assinalado por ele:

“Existe a noção de propriedade pois, em geral, casa e terreno pertencem ao morador ou são alugados. O terreno é adquirido em pequenas prestações de grande duração e a parte principal da casa, quase sempre, é construída depois de adquirido com sacrifício o material necessário, pelo próprio proprietário ajudado pela família, parentes e amigos, em alguns dias, comumente, num sábado, domingo e mais os dias úteis necessários; os revestimentos, remates ou acessórios da casa são efetuados posteriormente, à medida das <<folgas>> do morador e da família..” (SANGIRARDI.1956:22)

Neste sentido, para Sangirardi, a noção de propriedade se constitui no ponto principal que separa a favela dos loteamentos periféricos. A superexploração do trabalhador na autoconstrução da sua moradia é vista como algo natural e benéfico para a sociedade na medida em que afasta os trabalhadores do ócio e da subversão. A precariedade destes loteamentos e mesmos das casas ali construídas, é uma questão secundária para o poder público, e que poderia ser resolvida com uma fiscalização mais eficiente por parte do poder público e pela própria ação do tempo, no sentido de que o morador, mais seguro como proprietário, investirá mais naquilo que lhe pertence.

*“Nessas casas a noção de propriedade, suas vantagens e responsabilidades, constitui evidentemente um fator econômico- social benéfico para a coletividade. Os problemas que essas vilas representam para o poder público são portanto grandes, **mas de menor gravidade do que os das favelas**. Comparada com estas últimas a questão social na vilas é secundária e o aspecto econômico também de menor profundidade, sendo solucionável com o tempo. Porque o cidadão, possuindo o seu lote e a sua casa, **apesar de precária**, já possui certa estabilidade, uma iniciação econômica que, além de ser de grande valia para evitar perigosas ilusões no campo das reivindicações político-sociais, lhe permitirá suportar amanhã, novos e paulatinos encargos financeiros: particulares, para melhoria da habitação propriamente dita e públicos (taxas e impostos), para melhoria das condições locais, seja a execução das ruas do bairro, ou a extensão dos serviços públicos que levam a urbanização.” (SANGIRARDI.1956:22)*

Deste modo, também neste segmento, a favela permanece estigmatizada. Vista como um “quisto”, que deveria ser extirpado do corpo da cidade. Neste sentido, as intervenções, por parte do poder público só poderiam ser de remoção. No entanto, o problema não atingia as dimensões, nem tampouco, tinha ainda uma visibilidade que sensibilizasse a opinião pública e obrigasse o Estado a agir.

A publicação de um livro diário de uma favelada de São Paulo foi o elemento que enfim, provocou a primeira “onda” de intervenções visando o desfavelamento em São Paulo, objeto de análise do próximo tópico.

3.2 As favelas paulistanas — década de 1960

INTRODUÇÃO

O tema da favela tomou vulto em São Paulo por volta da década de 1960. Vários fatores combinados contribuíram para que o assunto ganhasse a opinião pública; as intervenções por parte do poder público em algumas favelas, o aparecimento do MUD – Movimento Universitário de Desfavelamento e, em especial, a publicação do livro de Carolina de Jesus, “Quarto de Despejo”. A importância da publicação deste livro foi assim assinalado em Junqueira: ¹

“O impacto causado pela publicação do já famoso <<Quarto de Despejo>>, de Carolina Maria de Jesus, a extinção da Favela do Canindé pela Prefeitura, através de um plano pelo qual 60% dos seus moradores adquiriram casa própria, a ampla divulgação e interpretação do problema que vem sendo dada pelo Movimento Universitário de Desfavelamento (MUD), marcaram o despertar da cidade de São Paulo para esse grave problema humano e social – a favela.” (JUNQUEIRA.1964:38)

Vamos analisar neste tópico cada um destes aspectos, ressaltando, fundamentalmente, as diferentes percepções da favela neste período, isto é, na década de 1960.

Se do ponto de vista quantitativo, a favela não se apresentava como algo preocupante em São Paulo nesta década, a exposição que o tema teve na mídia impressa desencadeou uma forte reação por parte do poder público, que passou a intervir nas favelas; como também por parte da própria sociedade que se mobilizou no sentido de promover também uma ação efetiva nas favelas em São Paulo, como é o caso dos estudantes universitários no Movimento Universitário de Desfavelamento – MUD, que criado em 1961, congregava estudantes de várias universidades da cidade de São Paulo, em torno de uma luta pela promoção dos favelados, assim assinalado:

“O clima político, no início da década de 1960, propiciava relativa abertura para discussão dos grandes temas nacionais como reforma urbana, agrária, econômica e universitária. Os estudantes universitários e secundários tinham, na sua grande maioria, participação efetiva nesses debates.” (TANAKA.1995:11)

A repercussão do livro de Carolina de Jesus, sem sombra de dúvidas, foi o principal elemento que trouxe o tema da favela para ordem do dia em São Paulo. No posfácio da edição publicada pelo Círculo do Livro, sem data e sem autor definido, pode-se aferir o sucesso retumbante do livro:

“A forma dolorosa, sincera e simplória com que Carolina descrevia a vida execrável dos barracos e a vida e miséria dos menos favorecidos transformou o livro em grande sucesso editorial. A linguagem direta e ingênua da narrativa atraiu a atenção dos críticos e do público e, em uma semana, a obra vendeu dez mil exemplares. O sucesso de <<Quarto de Despejo>> fez com que fosse traduzido para treze idiomas e Carolina se transformasse num nome conhecido mundialmente.” (IN.JESUS.s/data)

Por outro lado, a percepção do problema parece ser mais intensa por parte do poder público. Em um trabalho da PMSP publicado em 1962, registrava-se a existência de 8.488 barracos na cidade. O mesmo texto, apontava os seguintes dados:

“Em 1957 calculava-se 50.000 o número de favelados. Já agora poder-se-ia estimar em mais de 70.000.” (IN. BUENO.2000:48)

Nota-se um crescimento considerável da população favelada de São Paulo neste período, malgrado seu número ser ainda muito reduzido, pelo menos em relação às outras capitais do país, como Rio de Janeiro e Recife, como assinalado neste mesmo texto da PMSP, destacado no trabalho de Bueno:

“Comparando-se com a população favelada do Rio, que, segundo os mais otimistas, chega a 700.000 e outros a 1.000.000 para uma população inferior a de São Paulo, a de Belo Horizonte que com cerca de 700.000 habitantes possui 60.000 em favelas, a de Recife com cerca de 800.000 habitantes, dos quais 200.000 favelados, a de Brasília que, ao inaugurar-se em abril de 1960, tinha metade da população, isto é, 60.000 homens vivendo em favelas, a situação de São Paulo não é tão má, quanto ao número.”
 (IN.BUENO.2000:47)

Em um outro texto organizado pela divisão do Serviço Social da Prefeitura, citado acima, alertava-se para o crescimento vertiginoso das favelas em São Paulo, apontando para o “perigo” que isto representa:

“(…), as favelas se multiplicam vertiginosamente e, além de constituírem poderoso fator de desintegração humana, tendem a transformar-se em verdadeiros quistos de desagregação social.”
 (JUNQUEIRA.1964:39)

A percepção que se tem do problema da favela em São Paulo neste período, é bastante relativo, como pudemos observar. Como a própria Prefeitura não possuía um cadastro ou ainda um levantamento estatístico das favelas até a década de 1970, não se pode avaliar a dimensão do problema com muita precisão. Aliás, não havia dados oficiais sobre nenhuma das modalidades de moradia popular em São Paulo, como assinalado em Junqueira:

“Não quer isto dizer que o problema da habitação surgiu nesta cidade, apenas com o aparecimento das favelas, pois, o cortiço data, pelo menos, de princípios deste século e aí está a desafiar a administração pública que até este momento não possui sequer estatística desse tipo de moradia em São Paulo.”
 (JUNQUEIRA.1964:39)

O primeiro censo de favelas oficial, elaborado pela prefeitura Municipal de São Paulo em 1973 apontava para menos de 2% a população favelada em relação à população total do município, como já assinalamos nos primeiros capítulos desta dissertação. Vamos deixar de lado a questão dos números no momento. E assim, deste modo, vamos partir para examinar alguns pontos do livro de Carolina de Jesus, especialmente aqueles aspectos que nos permitem compreender e caracterizar melhor a favela em São Paulo neste período.

3.2.1 A FAVELA VISTA POR UMA FAVELADA

A história de Carolina Maria de Jesus e do grande sucesso de seu livro “Quarto de Despejo” merece ser ressaltada. No posfácio da edição que utilizamos para realização desta breve análise, destaca-se, de forma sucinta, a história da “descoberta” da autora:

“Em 1955, Carolina Maria de Jesus, uma mineira negra de aproximadamente quarenta anos, três filhos de pais diferentes, vivia num dos trezentos barracos da favela do Canindé, em São Paulo. Seu único meio de subsistência era as coisas que recolhia das latas de lixo nos arredores do bairro onde morava. Conta a lenda que foi numa dessas latas de lixo que Carolina encontrou quatro cadernos e resolveu transformá-

los em diários. Dois anos mais tarde, o jornalista Audálio Dantas, ao fazer uma reportagem sobre a favela, descobriu Carolina e seus diários. Impressionado com os relatos da favelada, Audálio entregou os originais a um editor, e, em 1960, <<Quarto de Despejo>> foi publicado.” (Posfácio,IN.JESUS.s/data:181)

Chama a atenção o fato de que Carolina de Jesus tenha alcançado tanto sucesso carregando consigo uma série de preconceitos que marcavam a sua condição de mulher, negra, pobre e favelada, uma vez que, ainda hoje, muitos nas mesmas condições de Carolina de Jesus, não conseguiriam superar a barreira do preconceito.

“Cortejada por intelectuais e figuras políticas do país, Carolina era presença obrigatória em programas de televisão, participando de entrevistas com dezenas de jornalistas.” (Posfácio,IN.JESUS.s/data:181)

No entanto, é preciso ressaltar que a figura de Carolina de Jesus já era conhecida da imprensa paulistana antes da publicação do seu livro diário. Em 1941 ela visita o jornal *A Folha* na Rua do Carmo, em São Paulo. Em 24 de fevereiro do mesmo ano um retrato de Carolina Maria de Jesus é publicado na *Folha da Manhã* como também um poema de louvor a Getúlio Vargas feito por ela. Por volta de 1944, Carolina é chamada na imprensa de “poeta negra”.

Mas é com a publicação de “*Quarto de Despejo: Diário de uma favelada*” que Carolina ganha de fato, fama. Os números atingidos pela publicação são bastante elucidativos quanto ao sucesso do livro: no ano de lançamento chegou ao número de cem mil exemplares vendidos. No mesmo ano, a autora é homenageada na Academia Paulista de Letras, na Academia de Letras da Faculdade de Direito e também vira capa da revista *Negro*, do chamado *Círculo Negro*. Carolina viaja para várias cidades brasileiras para lançamento do livro. Amir Hadad monta peça teatral baseada no livro, no Teatro Bela Vista. Carolina chega a se mudar para uma casa de alvenaria no bairro de Santana, em São Paulo. Publica um outro livro no ano seguinte e em 1962 “*Quarto de Despejo*” ganha uma tradução norte-americana e uma alemã.

Entretanto, o sucesso de Carolina revelou-se efêmero. Passado o impacto provocado pelo livro “*Quarto de Despejo*”, Carolina vai retornar às condições miseráveis e precárias que denunciou e que, paradoxalmente, lhe rendeu tanto sucesso:

“Com o passar do tempo, as mesmas pessoas que a procuravam com insistência desapareceram, e Carolina caiu, gradativamente, no esquecimento. Seus livros seguintes, <<Casa de alvenaria>> e <<Provérbios>>, resultaram em grandes fracassos e os mesmos críticos, que antes a elogiavam calorosamente, passaram a desprezá-la. Carolina vendeu a casa de Santana e mudou-se para um pequeno sítio em Parelheiros, numa das regiões mais pobres da cidade. Foi totalmente esquecida e, poucos meses antes de morrer, em 1977, fora vista catando lixo na antiga rodoviária de São Paulo.” (Posfácio,IN.JESUS.s/data:181)

O que Carolina de Jesus revelava, em relação à favela, no seu livro diário de tanto sucesso? Qual a visão que uma moradora da favela tinha desse espaço? Para responder a estas entre outras questões, passamos agora a destacar alguns aspectos deste livro. Primeiro, é interessante notar a maneira como a autora assume os preconceitos e as representações impostas pelas elites sobre a favela. Os rótulos depreciativos, as imagens negativas são incorporadas na fala e na linguagem de Carolina. Escrito em forma de diário, são muitas as expressões que revelam este aspecto, a começar pelo próprio título do livro:

“Eu falei que residia em favela. **Que favela é o pior cortiço que existe.**” (pág.19)

“Se eu pudesse mudar desta favela! Tenho a impressão que estou no inferno” (pág.20)

“Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de cetim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num **quarto de despejo**.” (pág.31)

“Devo me incluir, porque eu também sou favelada. Sou rebotalho. Estou no **quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou se queima ou se joga no lixo**.” (pág.31)

“Vendi os ferros no Zinho e voltei para **o quintal de São Paulo, a favela**.” (pág.35)

“Aqueles paisagens há de encantar os olhos dos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais afamada da América do Sul, está enferma. **Com as suas úlceras. As favelas**.” (pág.76) (grifo meu)

Por outro lado, Carolina de Jesus revelava plena consciência da imagem negativa atribuída aos favelados por parte daqueles que não moram na favela. Conhecia com clareza a associação preconceituosa da favela com o crime, a promiscuidade e à marginalidade, como aparece em vários trechos do seu livro:

“Eu ouvi dizer que vocês lá da favela vivem uns roubando os outros. Quando eles falam não sabem dizer outra coisa a não ser roubo.” (pág.21)

“...Havia pessoas que nos visitava e dizia: — Credo, para viver num lugar assim só os porcos. Isto aqui é o chiqueiro de São Paulo.” (pág.29)

“Outro dia eu encontrei um soldado. Perguntou: — Você ainda mora na favela? — Por quê? — Porque vocês deixaram a radiopatrulha em paz.” (pág.30)

“...Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais. Não mais se vê os corvos voando às margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos.” (pág. 49)

Preconceito que resvalava também na questão racial:

“(...) Quis saber o que eu escrevia. Eu disse ser o meu diário. — Nunca vi uma preta gostar tanto de livros como você.” (pág. 19)

Loïc Wacquant, em um texto onde ele analisa os estigmas presentes em duas áreas específicas de dois países avançados: o gueto negro americano e a periferia urbana francesa, afirma que, em relação a uma destas áreas:

“Seria difícil os moradores da **cite** não ligarem para o desprezo do qual são objetos, uma vez que o estigma de morar num conjunto de habitação popular de baixa renda tem sido associado à pobreza, ao crime e à degradação moral, o que os afeta em todos os aspectos da vida – na procura de empregos, no envolvimento romântico, na relação com agentes de controle social, como a polícia ou órgãos de bem-estar-social, ou simplesmente na aproximação com outras pessoas. Os moradores do conjunto Quatre Mille decerto atribuem todos os males de suas vidas ao fato de estarem <<presos>> num conjunto habitacional <<podre>>, o que eles percebem através de uma série de oposições homológicas (banlieuse/cidade, nós/eles, dentro/fora, baixo/alto, selvagem/civilizado), reproduzindo e reforçando as opiniões de desprezo dos não residentes.” (WACQUANT.2005:141-142)

Em muitos trechos do diário de Carolina de Jesus podemos identificar muitos aspectos semelhantes entre o processo de estigmatização da favela e dos territórios descri-

tos por Wacquant; guardadas as profundas diferenças entre eles: culturais, históricas e sócio-econômicas.

Uma das tais oposições homológicas apontadas por Wacquant presentes no livro diário de Carolina é a do barraco da favela e a casa de alvenaria na “cidade”:

“...Cheguei na favela: eu não acho jeito de dizer que cheguei em casa. Casa é casa. Barracão é barracão.” (p.43)

“— Não fique triste mamãe! Nossa Senhora Aparecida há de ter dó da senhora. Quando eu crescer eu compro uma casa de tijolos para a senhora.” (p.11)

“Os vizinhos ricos de alvenaria dizem que nós somos protegidos pelos políticos. É engano. Os políticos só aparecem aqui no quarto de despejo, nas épocas eleitorais.” (p.40)

“(...). O dia que chove eu sou mendiga. Já ando mesmo trapuda e suja. Já uso o uniforme dos indigentes. E hoje é sábado. Os favelados são considerados mendigos.” (p.54)

Fica evidente também no livro, a consciência da autora em relação à ação de alguns políticos na favela, como também, em relação ao papel do Estado no que diz respeito à pobreza urbana.

*“(...). Compareceu o vicentino que cuidava dela. Ele vinha visitar ela todos os domingos. Ele não tem nojo dos favelados. Cuida dos míseros favelados com carinho. **Isto competia ao tal serviço social.**” (p.28)*

*“(...). Em junho de 1957 eu fiquei doente e percorri as sedes do serviço social. Devido eu carregar muito ferro fiquei com dor nos rins. Para não ver os meus filhos passar fome fui pedir auxílio ao propalado serviço social. Foi lá que eu vi as lágrimas deslizar dos olhos dos pobres. Como é pungente ver os dramas que ali se desenrolam. **A ironia com que são tratados os pobres. A única coisa que eles querem saber são os nomes e os endereços dos pobres.**” (p.36)*

*“(...). Depois fui lavar as roupas na lagoa, pensando no Departamento Estadual de Saúde que publicou no jornal que aqui na favela do Canindé há cento e sessenta casos positivos de doenças caramujo. **Mas não deu remédio para os favelados.**” (p.91)*

Por outro lado, o livro de Carolina de Jesus revelava também a existência de uma forma de mercado imobiliário na favela, já naquele período. O que, para alguns estudiosos, trata-se de um fenômeno recente, na verdade parece ser tão antigo quanto à própria favela:

“... Aqui na favela há os que fazem barracões para residir e os que fazem para alugar. E os alugueis são quinhentos a setecentos cruzeiros. E os que fazem barracões para vender. Gasta quatro mil cruzeiros e vendem por onze mil cruzeiros. Quem fez muitos barracões para vender foi o Tibúrcio.” (p.40)

“...A dona Alice está triste porque ela alugou o barracão da dona Rosa. E ela quer vender o barracão. Quer quatro mil cruzeiros. E o seu esposo tem o dinheiro. (...) Agora ela faz outro barracão e alugou o outro que ela residia. É o que está residindo o sr. Francisco. (...) Ela sabe que aqui na favela não pode alugar barracão. Mas ela aluga. É a pior senhoria que eu vi na vida. Por que será que o pobre não tem dó do outro pobre?” (p.73)

Enfim, são muitos os temas e problemas que o livro diário de Carolina de Jesus suscita em relação ao tema da favela. Mesmo levando-se em conta toda a carga de subjetividade que um livro desta natureza possa ter, ele demonstra claramente o tratamento estigmatizante dado aos favelados em São Paulo, como revela também aspectos im-

portantes da pobreza urbana daquele período. Talvez por isso mesmo ganhou um sucesso retumbante no Brasil, estimulando ações mais efetivas nas favelas, tanto em São Paulo, como no Rio de Janeiro.

3.2.2 AÇÕES E REAÇÕES AO LIVRO DE CAROLINA DE JESUS

O sucesso do livro diário de Carolina de Jesus repercutiu também, como já assinalamos, fora do Brasil e particularmente nos EUA, como apontado em Valladares:

*“O diário de Carolina, traduzido para o inglês com o título de **Child of the dark** (1961), havia obtido um grande sucesso nos Estados Unidos e suas numerosas edições eram encontradas na maior parte das bibliotecas daquele país.”* (VALLADARES.2005:107)

Como fora do Brasil não se distinguia com clareza as diferenças entre as favelas do Rio de Janeiro e as de São Paulo; e de fato, do ponto de vista do estigma e do preconceito atribuído a elas, as favelas não eram diferentes; a partir da descrição contida no livro, a favela acabou se tornando uma espécie de símbolo dos espaços segregados das cidades latino-americanas, conforme assinalado por Valladares:

“Carolina morava em uma favela de São Paulo, mas seu relato seria o mesmo caso vivesse em uma favela do Rio, que, tanto na literatura internacional quanto nos meios de comunicação, já constituía um símbolo dos espaços segregados das cidades latino-americanas, onde vivia uma população dita << marginal >>, geográfica, social e economicamente.” (VALLADARES.2005:107)

Neste período foi criada nos Estados Unidos uma organização chamada Peace Corps, que mobilizava jovens universitários como voluntários para ajudar as populações carentes dos países subdesenvolvidos. Segundo Valladares:

“O Peace Corps, uma das iniciativas mais importantes da administração Kennedy durante a Guerra Fria, simbolizou uma nova forma de relação entre os Estados Unidos e o Terceiro Mundo. Seu objetivo declarado era permitir uma melhor compreensão entre os americanos e o resto do mundo. Programa oficial da política externa americana, apregoava um ideal humanitário, sem esconder seu objetivo de oferecer uma imagem melhor dos Estados Unidos e sua diplomacia, imagem que havia deteriorado durante a Guerra Fria: (...)” (VALLADARES.2005:104)

Esta organização que, segundo Valladares, se difundiu para 46 países, lançou bases “missionárias” também aqui no Brasil. Era próprio do período um trabalho desta natureza, isto é, de cooperação e ajuda internacional que fomentasse o chamado *desenvolvimento comunitário* nos países do Terceiro Mundo, como assinalado por Valladares:

“Durante os anos 1960 a cooperação internacional desenvolveu-se com grande intensidade, e os norte-americanos tornaram-se cada vez mais presentes e ativos no Brasil.” (VALLADARES.2005:104)

“Nos anos 1960 e 1970, a teoria do desenvolvimento comunitário era considerada pela maioria dos organismos internacionais de cooperação, (...), como a perspectiva mais apropriada para qualquer ação junto aos pobres e as suas comunidades, fossem rurais ou urbanas. Os objetivos do Peace Corps integravam-se perfeitamente a essa visão.” (ibidem:106)

As favelas do Rio de Janeiro se constituíram em um dos focos privilegiado das ações do *Peace Corps* no Brasil, e muitos jovens voluntários confluíram para elas

trazendo com eles uma imagem da favela conforme haviam lido na descrição do livro de Carolina de Jesus:

“Idealistas e cheios de boa vontade, acreditavam poder contribuir para a melhoria das condições de vida dos pobres urbanos do Brasil. Nos anos 1960, eram cerca de 30, repartidos entre diferentes favelas do Rio, consideradas o lugar por excelência da concentração da pobreza e da miséria na Cidade Maravilhosa. Ainda nos Estados Unidos, durante os três meses de formação intensiva, todos eles liam o livro de Carolina Maria de Jesus, Quarto de Despejo (1960), (...)” (VALLADARES.2005:106-107)

Uma análise mais aprofundada do trabalho desta organização no Brasil pode ser vista em Valladares. Desta análise, gostaríamos de destacar o papel de Anthony Leeds para o pensamento sobre a favela neste período. Antropólogo norte-americano, Leeds, segundo Valladares, teve um papel de destaque na reorganização do trabalho do *Peace Corps* em relação às favelas cariocas, na medida em que imprimiu ao trabalho dos voluntários do grupo o papel de observadores participantes, *“Esse papel de observador foi uma especificidade do Peace Corps no Brasil.”* (VALLADARES.2005:112)

Autor de vários trabalhos sobre as favelas cariocas, casou-se com Elizabeth Leeds, que veio ao Brasil como voluntária do *Peace Corps*. Segundo Valladares,

“Anthony Leeds tinha como objetivo chegar a uma explicação global do fenômeno das favelas, com plena consciência do peso dessa tarefa: 147 favelas haviam sido repertoriadas durante o recenseamento de 1960. (...). Para alcançar um nível aceitável de generalização, para medir esse universo complexo e diferenciado, era necessário estudar paralelamente numerosos casos. Para isto, Leeds necessitava de muitos observadores estrategicamente situados. Os Peace Corps poderiam constituir exatamente a rede necessária de informantes qualificados, na medida em que de alguma forma eles haviam <<desbravado terreno>>. Leeds formou os Peace Corps para fazer o trabalho de campo que ele precisava: ia até onde moravam e orientava seus contatos, sinalizando as informações que deveriam coletar.” (VALLADARES.2005:113-114)

Um dos estudos mais significativos dos Leeds sobre as favelas cariocas foi publicado em 1978, denominado *“A Sociologia do Brasil Urbano”*, no próximo tópico vamos fazer uma breve referência a este trabalho. Por ora, é importante ressaltar a posição crítica e o questionamento dos Leeds em relação às teses da *“cultura da pobreza”* e a *“teoria da marginalidade”*, em voga naquele período, temas tratados no segundo capítulo deste trabalho.

Outro estudo importante do período é o relatório do SAGMACS, que vamos analisar a seguir.

3.2.3 O ESTUDO DA SAGMACS SOBRE AS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

Ainda no âmbito dos estudos sobre as favelas cariocas, não podemos deixar de mencionar a importância do relatório da SAGMACS, estudo encomendado e publicado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, em suplemento especial nos dias 13 e 15 de abril de 1960, denominado de *“Aspectos humanos da favela carioca”*.

Para este trabalho, consolidou-se o quarto escritório de planejamento da SAGMACS no Brasil, (os outros três eram sediados em São Paulo, Belo Horizonte e Recife), agora na cidade do Rio de Janeiro. O tema da favela não era estranho para o padre Lebre, criador e idealizador da SAGMACS e fundador de um movimento internacional denominado de *Économie et Humanisme*. Ele esteve várias vezes no Brasil em 1947 antes de fundar os escritórios da SAGMACS, o primeiro em São Paulo no mesmo ano. Sobre o padre Lebre escreve Valladares que:

“Desde a sua chegada ao Brasil em 1947, <<a perturbadora descoberta das favelas de São Paulo (havia) mergulhado (Lebret) nas desventuras do Terceiro mundo e nos combates por um desenvolvimento mais humano>> (Houée,1997:115). Mas será no Rio de Janeiro, muitos anos mais tarde, que Lebret se verá diretamente envolvido com esta questão. De fato, durante a primeira estada de Lebret no Brasil no final dos anos 1940, as favelas de São Paulo ainda não eram muitas.” (VALLADARES.2005:83)

O escritório da SAGMACS em São Paulo já havia feito um estudo sobre as condições da habitação popular em São Paulo, em convênio com a PMSP, em 1957, onde o tema da favela aparecia com um levantamento do número de favelas e barracos existentes, como citado no artigo publicado na revista Engenharia Municipal, trabalho organizado por D. Helena I. Junqueira:

“As primeiras favelas surgiram em São Paulo entre 1942 e 1945, localizadas em próprios municipais. Apareceram outras e, em 1957, de acordo com a pesquisa urbana levada a efeito por SAGMACS em convênio com a Prefeitura Municipal, a situação, considerando-se favela um agrupamento de dez ou mais barracos, era a seguinte: De 10 a 50 barracos, 110; de 51 a 100, 16; de 101 a 200, 13; de 850 a 900, 2. Total de favelas, 141. Total de barracos, 8.488.” (JUNQUEIRA.1964:40)

Nota-se que, para a SAGMACS é considerado favela o agrupamento de 10 ou mais barracos, sendo que o IBGE considerava favela, já naquela época, somente o aglomerado de 50 ou mais barracos.

Voltando ao estudo das favelas cariocas, Padre Lebret assumiu a responsabilidade científica desta pesquisa frente ao jornal *O Estado de São Paulo*, que havia encomendado; porém, para além do Padre Lebret, outros nomes merecem ser destacados da equipe formada. Entre eles o do sociólogo José Arthur Rios, que dirigia o escritório da SAGMACS na cidade do Rio de Janeiro; e Carlos Alberto Medina, advogado de formação, mas com experiência de pesquisa de natureza antropológica. José Arthur Rios foi um dos primeiros a propor a urbanização de favelas com a participação dos moradores. Neste sentido, desempenhou um papel fundamental na estruturação de associações de moradores das favelas cariocas, quando trabalhou junto a um órgão do serviço social da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro em 1961, como observado no estudo dos Leeds.

Não nos detemos em uma análise aprofundada do relatório do SAGMACS, uma vez que, o nosso foco são as favelas em São Paulo. Um estudo recente de Valladares, publicado em 2005, citado ao longo deste trabalho, oferece uma boa análise deste relatório. No entanto, alguns aspectos deste gostaríamos de salientar. Em primeiro lugar, a sua ampla repercussão, muito embora, Valladares observa que este aspecto por si só mereceria um outro estudo, o que não pretendemos fazer neste trabalho:

“Publicado no suplemento de um jornal de grande circulação, o relatório da SAGMACS teve uma repercussão imediata sobre a opinião pública e os debates políticos sobre a favela nos anos 1960. Só essa repercussão já merecia um estudo histórico que não foi realizado até hoje. Em contrapartida, teve alguns efeitos importantes sobre o mundo acadêmico e algumas consequências político-institucionais (...). Nos 20 anos que seguiram a sua publicação, esse trabalho foi bastante citado por autores que estudaram as favelas.” (VALLADARES.2005:101)

Acreditamos que a repercussão deste trabalho tenha impulsionado também o sucesso do livro de Carolina de Jesus, como também a criação do MUD, muito embora não haja uma evidencia nesta relação, para além de serem todos do mesmo período. De toda forma, parece que o tema favela tornou-se então premente, exigindo assim uma ação mais efetiva por parte do poder público.

Um segundo aspecto que gostaríamos de salientar, a partir da análise do relatório feita por Valladares, é quanto à contribuição deste para o desenvolvimento de novas formas abordagens da questão da favela, como também dos novos temas suscitados pelo relatório, que influenciaram pesquisas posteriores:

“Os diferentes temas abordados pela SAGMACS para a análise da emergência e do desenvolvimento das favelas serão sistematicamente reencontrados nos trabalhos posteriores: a relação com o processo de urbanização do país; a relação com o processo histórico do desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro; os avatares do mercado e das políticas de moradia. Da mesma forma, os temas destacados para a análise da realidade social das favelas serão todos retomados de maneira continuada até os dias de hoje: o perfil sóciodemográfico da população local, a vida cotidiana na favela, a vizinhança, a vida religiosa, a medicina popular, a escola na favela, a delinquência e a criminalidade.” (VALLADARES.2005:102)

Por outro lado, um terceiro e último aspecto importante é que em muitos pontos deste relatório, os mitos sobre a homogeneidade e especificidade da favela são questionados, como também a idéia de que o favelado constituiu uma cultura à parte, a cultura da pobreza, como observado por Valladares:

“Seu relatório descreveu e analisou as favelas como realidades heterogêneas e uma população igualmente heterogênea. O relatório insiste quanto à origem diferente de cada uma das favelas estudadas, assim como à importância das diferenciações internas, um verdadeiro <<zoneamento>> que, uma vez identificado, permitiria pensar as diferenças sociais e espaciais no interior das favelas.” (VALLADARES.2005:102)

“A favela apresentada nessa pesquisa não constitui um mundo à parte, seus habitantes são pobres como outros pobres, eles mesmos vítimas do clientelismo político. O morador da favela se encontra em uma situação política semelhante à de outras áreas urbanas do país, e não deve ser considerado como tendo um tipo de comportamento particular.” (VALLADARES.2005:103)

Voltando o foco para as favelas paulistanas, vamos tratar da criação do MUD.

3.2.4 O MOVIMENTO UNIVERSITÁRIO DE DESFAVELAMENTO – MUD

O impacto do livro de Carolina de Jesus estimulou também a criação do Movimento Universitário de Desfavelamento, o MUD, como assinalado em um estudo sobre o MUD elaborado por Marta Tanaka:

“A publicação em 1960 do livro <<Quarto de Despejo>>, de Carolina Maria de Jesus, moradora na favela do Canindé, expondo o cotidiano de uma triste vida de favelada em São Paulo, causou uma grande repercussão nos mais diferentes meios, inclusive universitários, entre os grupos que já vinham prestando assistência aos moradores de várias favelas. A impossibilidade de uma solução efetiva para o problema, através dessas atividades, conduziu alguns estudantes à procura de outras opções.” (TANAKA.1995:13)

Por outro lado, a ação da PMSP na favela do Canindé, que levou ao desfavelamento desta área, contribuiu também para despertar o interesse dos estudantes universitários para a questão da favela, como assinalado no estudo de Tanaka:

“Coincidentemente com essa necessidade de busca, eclodiu, na cidade, a crise da Favela do Canindé, com centenas de pessoas desabrigadas por uma grande enchente ali ocorrida no final de 1960, obrigando o Poder Público a promover seu desfavelamento em caráter de urgência, conduzido pela Divisão de Serviço Social da Prefeitura. Através da divulgação, dada pela imprensa, a esse fato, os estudantes vieram a tomar

conhecimento de uma nova forma para o tratamento do problema favela. Uma comissão de universitários procurou a Divisão de Serviço Social da Prefeitura, responsável pelo desfavelamento do Canindé, <<para informar-se em detalhes sobre a extinção da favela (...)>>, e ao término dessa entrevista, decidiu-se que iniciariam um movimento entre os universitários, para orientarem e ampliarem suas atividades em prol dos favelados, não mais na linha assistencialista, mas com vista ao desfavelamento”. (TANAKA.1995:13)

E na confluência destes fatos deu-se a criação deste movimento, no primeiro semestre de 1961:

“Em maio desse mesmo ano, provocada pela peça teatral baseada no livro <<Quarto de Despejo>>, e por iniciativa do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz da Faculdade de medicina da USP, foi realizada uma mesa redonda sobre o problema do Canindé e o desfavelamento em geral, com o comparecimento de diversos centros acadêmicos de São Paulo, muitos estudantes de várias faculdades e representantes de grande número de entidades particulares. Ao fim da reunião, decidiu-se pela implantação de amplo movimento universitário em prol do desfavelamento, que se denominou Movimento Universitário de Desfavelamento – MUD”. (TANAKA.1995:13)

Quanto ao processo de desfavelamento da área do Canindé, ressaltamos alguns aspectos desta ação, presentes em um trabalho elaborado pela Divisão do Serviço Social da PMSP, sob a direção da chefe da Divisão daquele período, D. Helena Iracy Junqueira e publicado pela revista *Engenharia Municipal*, no último trimestre de 1964.

Tratava-se da primeira experiência da PMSP em favelas, e segundo a equipe que trabalhou no processo, este se revelou um grande sucesso:

“Tendo sido levado a efeito com êxito o desfavelamento do Canindé, durante o ano de 1961, julgou a administração municipal no seu dever de divulgar essa primeira experiência, cujo relato poderá servir de estímulo e oferecer elementos para elaboração de planos mais amplos.”

“O desfavelamento do Canindé foi, desde o início, considerado como uma primeira experiência, a qual, além de resolver humanamente o problema de moradia para 230 famílias, deveria abrir caminho às novas realizações e, sobretudo, despertar o interesse dos poderes públicos e da iniciativa particular para o problema da habitação popular”. (JUNQUEIRA.1964:39)

A escolha da favela do Canindé para intervenção da Prefeitura nos parece emblemática. Primeiro, pelo fato da favela se encontrar em uma área de várzea, próxima às margens do Rio Tietê e por conta disso, sofria freqüentemente com inundações por conta das fortes chuvas, como consta no próprio texto organizado pelo Serviço Social:

“A 19 de dezembro desse mesmo ano (1960), após uma chuva torrencial, quase toda a população da Favela do Canindé foi forçada a abandonar seus barracos inteiramente tomados pelas águas. Esta Divisão de Serviço Social, com a colaboração de outras unidades municipais, serviços estaduais e instituições particulares, prestou toda a assistência aos flagelados. Esta foi, talvez, a pior das enchentes ocorridas, mas desde os seus primeiros tempos, isto é, há 15 anos, esse aglomerado vinha sendo anualmente castigado pelo transbordamento do rio Tietê”. (JUNQUEIRA.1964:39)

Em segundo lugar, não podemos deixar de destacar o caráter simbólico desta favela em particular, por se tratar da favela descrita por Carolina de Jesus no seu famoso livro diário.

Deste estudo merece destaque também o aspecto conceitual. Neste aspecto a favela aparece, mais uma vez, como um fenômeno natural, isto é, presente em todos os centros urbanos com uma certa uniformidade, com as mesmas características, quais sejam, uti-

lização de matérias inadequados nas construções das casas, irregulares em sua forma urbanística, desprovidos de infra-estrutura urbana e fundamentalmente localizados em terrenos alheios, públicos ou particulares.

“Denomina-se <<favela>>, em São Paulo e no Rio de Janeiro, <<mucambo>>, no Recife, <<maloca>> em Porto Alegre, <<vila miséria>>, Em Buenos Aires, <<arrabal>>, em Porto Rico, <<cante grill>>, no Uruguai, a um conjunto de moradias localizadas em grandes centro urbanos, construídas com material inadequado – madeiras velhas, folhas de zinco, lata e até papelão – sem obedecer às mais elementares normas de construção, aglomeradas em vielas, situadas quase sempre em terrenos insalubres ou de difícil acesso, em terras em litígio ou ainda em próprios municipais, sobre os quais não se exerce vigilância, desprovidas quase totalmente de utilidades públicas como água encanada, esgoto, luz elétrica, etc”. (JUNQUEIRA.1964:40)

Se por um lado, como vimos, o relatório da SAGMACS reconhecia a heterogeneidade e a diversidade dos núcleos de favelas, este outro, por sua vez reafirmava velhos mitos.

Os autores do trabalho em questão, buscaram uma explicação para o fenômeno da favela nos movimentos migratórios que então se acentuavam. Mas também neste aspecto, o problema é tratado como decorrente de catástrofes naturais ou ainda da força inexorável do progresso e não como consequência de uma estrutura socioeconômica que gera desigualdade social e espacial:

“Surgem, principalmente, como consequência dos movimentos migratórios de regiões menos desenvolvidas para áreas em processo de industrialização, e tendem a alastrar-se e proliferar vertiginosamente. Esses movimentos migratórios já de si desordenados, intensificam-se em decorrência de calamidades como períodos de grandes secas e inundações, ou por ocasião da instalação de uma grande empresa como a Hidrelétrica do São Francisco ou ainda a construção de uma nova Capital, como no caso de Brasília”. (JUNQUEIRA.1964:40)

Ademais, projeta-se sobre o migrante pobre a culpa da sua condição marginal na cidade. Pobres, doentes e desajustados; eles é que tendem ao trabalho informal, a segregação, ao isolamento e a promiscuidade própria do ambiente das favelas:

“Os recém chegados, na sua grande maioria de saúde precária, vêm engrossar as fileiras do subproletariado, isto é, da mão-de-obra não qualificada, sem documentação civil nem trabalhista, e portanto mal remunerada e instável nos empregos. Desajustam-se socialmente, tendem a segregar-se nesses agrupamentos, os seus esforços concentram-se quase que apenas em torno da subsistência. O ambiente passa a exercer influência negativa, por suas péssimas condições de moradia, total falta de higiene, intimidade entre vizinhos forçada pela proximidade dos barracos, presença de marginais que procuram se introduzir, de criminosos que lá se homiziam, não faltando um pequeno núcleo de prostituição. Por sua condição de favelados, sentem a rejeição na escola e no trabalho, o que concorre para que comecem a sentir-se parte de uma população marginal”. (JUNQUEIRA.1964:40)

Um outro ponto que merece destaque deste estudo diz respeito à ação de grupos que movimentam o mercado imobiliário informal dentro das favelas. Os autores chegam a afirmar que muitas favelas se originam deste processo, reafirmando o que Carolina de Jesus havia apontado no seu livro:

“Algumas medidas de contenção podem ser tomadas para evitar a formação de favelas, as quais em grande parte surgem, desenvolvem-se e mantêm-se pela exploração de pequenos grupos que alugam,

vendem barracos ou agenciam o fornecimento de água e eletricidade. É verdade que o interesse deste grupos vai de encontro à necessidade dos prováveis moradores, mas aqueles passam a cultivar ao invés de debelar a miséria destes”. (JUNQUEIRA.1964:41)

Por outro lado, os autores desenvolvem uma análise onde o problema da favela é colocado dentro de uma visão mais ampla, no que diz respeito ao papel do Estado na questão da habitação. Chegam a apontar a falta de uma política habitacional que articule as diferentes esferas de governo; de programas que atendam eficazmente as camadas de renda média e baixa da população:

“Outro ponto a considerar-se é que a favela é um dos aspectos agudos do problema mais amplo da <<habitação>>, que em nossa cidade assume imensas proporções, atingindo desde a classe média de alto nível salarial até os moradores dos cortiços e favelas. Na cidade de São Paulo operam 13 entidades federais, estaduais e municipais que se ocupam da construção ou do financiamento da casa própria. No entanto, o IAPC, na cidade de São Paulo facilitou, desde que foi instalado, isto é, há mais de 20 anos, até julho de 1961, a aquisição de moradia a apenas 3.500 segurados de uma classe de 113.348 comerciários, e o IAPI somente 1.500 para uma classe de 562.213 industriários. A Junta Administrativa da Casa Própria da Prefeitura construiu em 10 anos 402 casas. Além de simbólicos, pois estão em flagrante desproporção com as necessidades da população, esses programas não atendem às camadas de renda mais baixa, pelo sistema de financiamento e burocracia vigentes”. (JUNQUEIRA.1964:41)

Malgrado a consciência do quadro político e econômico desfavorável, os autores deste estudo apostam em um plano mais amplo de desfavelamento em São Paulo:

“A cidade de São Paulo oferece condições muito favoráveis à execução de um plano geral de desfavelamento – o número relativamente pequeno de favelados, as poucas proporções da grande maioria das favelas, pois, das 141 referidas na Pesquisa Urbana anteriormente citada, 110 eram constituídas por menos de 50 barracos, amplas possibilidades do mercado de trabalho desta cidade, sua topografia, possibilitando aproveitamento de vasta área de terra da periferia, ao longo das vias de comunicação e nas proximidades das indústrias que lá se instalam”. (JUNQUEIRA.1964:41)

E talvez por conta disso, o texto apresenta uma descrição bem ampla do plano de ação desenvolvido na favela do Canindé, ressaltando com detalhes a operação e reafirmando sempre o sucesso desta:

“Toda a operação exigiu dos assistentes sociais e outros funcionários empenhados atuação dinâmica e muita imaginação para encontrar soluções para os mil e um obstáculos que surgiram a cada passo na consecução de cada plano individual. Não obstante todos esses percalços, ao terminar o exercício de 1961, a 30 de dezembro, o Sr. Prefeito da Capital derrubou simbolicamente o último barraco da Favela do Canindé. E a extinção desta se deu de maneira muito auspiciosa pois se processou em um ano apenas, sendo que 60% das famílias lá residentes adquiriram casa própria. Pode-se concluir-se que o prazo foi excepcionalmente curto e os resultados muito alentadores”. (JUNQUEIRA.1964:50)

A repercussão desta experiência junto a opinião pública foi imediata, como consta no próprio texto;

“A imprensa escrita e falada acompanhou desde os primeiros passos, sempre pronta a noticiar sobre o andamento dos trabalhos, informando, cobrando, desafiando, criticando, discordando, animando e aplaudindo. Esse noticiário contribuiu decididamente para trazer o assunto favela para a ordem do dia. O

problema hoje é mencionado frequentemente, discutido, e a opinião pública está, de certa forma, preparada para receber com simpatia novos projetos ou planos”. (JUNQUEIRA.1964:51)

Da mesma forma, a repercussão desta ação de desfavelamento também foi retumbante nos meios universitários, impulsionando, como já assinalamos, a criação do MUD, assim assinalado no texto:

“A repercussão no meio universitário entre os grupos que vinham já de algum tempo prestando assistência aos moradores de várias favelas de São Paulo foi das mais fecundas. Uma comissão procurou o Serviço Social da Prefeitura para informar-se em detalhe sobre a extinção da favela do Canindé e, ao término dessa entrevista, decidiu-se que iniciariam um movimento entre os universitários para orientarem e ampliarem suas atividades em prol dos favelados, não mais na linha assistencialista, mas com vista ao desfavelamento. Em maio de 1961, como primeiro passo, foi realizada uma mesa redonda sobre o assunto na Faculdade de Medicina, com o comparecimento de universitários de várias faculdades das três Universidades de São Paulo, e representantes de grande número de entidades particulares ao fim da qual se decidiu pela implantação (o texto aparece cortado na publicação). (...) Várias reuniões de organização se seguiram e já em agosto desse mesmo ano o MUD realizou uma semana de divulgação sobre o problema com mesas redondas, programas de televisão e amplo noticiário pelos jornais, com a participação de conferencistas, autoridades sobre o assunto. De lá para cá, o MUD vem atuando ativamente buscando definir seus objetivos, firmar diretrizes, estruturar-se e executar alguns projetos concretos “. (JUNQUEIRA.1964:51)

Para um exame mais aprofundado dos objetivos, da metodologia de trabalho e dos planos de ação do MUD, tanto o texto produzido pela Divisão do Serviço Social da PMSP citado acima, como o trabalho de Marta Tanaka, publicado nos Cadernos do LAP em 1996, oferecem muitos dados e informações. Deste modo, não pretendemos nos estender neste ponto. No entanto, vale a pena destacar alguns aspectos deste movimento.

Como consta no trabalho realizado pela Divisão do Serviço Social da PMSP o objetivo fundamental deste movimento era o desfavelamento na cidade de São Paulo. Para tanto:

“O MUD já adotou um programa para o desfavelamento, o qual inclui roteiros para o levantamento topográfico das favelas, planejamento da habitação, contenção e congelamento das favelas, estudo dos aspectos socioeconômicos do problema, programas de educação do favelado, planos para levantamento de recursos humanos e financeiros, programas de divulgação e formação da opinião pública”. (JUNQUEIRA.1964:50)

Os componentes ativos deste movimento tinham uma formação bastante heterogênea, com arquitetos, advogados, médicos, engenheiros, pedagogos e assistentes sociais. Desta forma, uma equipe assim formada oferecia condições para a elaboração de um programa mais amplo de intervenções que vislumbravam, para além do desfavelamento, contribuir para profundas mudanças estruturais da sociedade brasileira, como assinalado em Tanaka:

“Embora todos os documentos examinados apontem o desfavelamento como o objetivo principal do MUD, reuniões e entrevistas com vários ex-participantes do Movimento indicaram que, subjacente ao trabalho em favelas, existia um outro objetivo, mais perseguido pela equipe, e esse sim, prioritário: contribuir para que profundas mudanças estruturais (na época, chamadas de <<reformas de base>>), pleiteadas por parcelas significativas da sociedade, pudessem vir a ser implantadas no país”. (TANAKA.1995:16)

Não podemos deixar de ressaltar que a conjuntura política do país e do mundo, nos primeiros anos da década de 1960, era bastante favorável para a mobilização da sociedade, fato que também foi observado por Tanaka:

“A efervescência política da época contaminava, no bom sentido, toda a sociedade. Era o tempo da Guerra Fria, do fim da reconstrução européia, da consolidação do Império Soviético. A resistência ao nazi-fascismo, as experiências de reconstrução do pós-guerra, as experiências do Padre Lebrecht acabavam capacitando os católicos ao exercício político com ações solidárias aos mais pobres, transcendendo o aspecto assistencial e espiritual. Buscavam-se espaço e ação política, numa perspectiva cristã. Sendo, em nossa visão, maior que a perspectiva marxista não precisava negá-la; poderia até absorvê-la, desde que a essência cristã não fosse negada ou desvalorizada”. (TANAKA.1995:12)

Como podemos observar do trecho acima, se amalgamavam, neste movimento, vários grupos, de matizes ideológicos diferentes e, como já vimos, pessoas de origens e formações distintas.

Neste sentido, tomou forma uma visão mais abrangente da questão da favela, e da própria questão da habitação, assim assinalado neste longo trecho do trabalho de Marta Tanaka:

“Em segundo lugar, o Movimento procurava pautar seus trabalhos por uma visão integrada e integral do meio urbano e de seus habitantes, explicitada e veiculada em todos os seus documentos. Nessa perspectiva, era fundamental o resgate do favelado (então considerado um habitante menor e marginal da cidade), como homem e cidadão. Conseqüentemente, desfavelamento era concebido como instrumento para promoção social do morador de favela, permitindo-lhe o acesso a condições de vida mais decentes, dentro de um processo maior, que deveria lhe garantir a integração na sociedade urbana. A habitação, nesse processo, era um meio para a sua escalada, e entendida no conjunto de suas inter-relações sociais, financeiras, produtivas e urbanas. A preocupação básica do MUD era gerar a consciência do problema habitacional, dentro da perspectiva de que a habitação devia ser tratada como elemento de desenvolvimento da população e não como solução de um problema isolado.(...) A habitação era entendida pelo MUD não só como problema de projeto e engenharia mas, principalmente, como problema social, com interpenetrações profundas nas estruturas sociais, financeiras, produtivas e urbanas.(...) A grande novidade do MUD foi mostrar que o favelado era sujeito e, como tal, deveria lutar por seus direitos “. (TANAKA.1995:16)

O MUD, muito embora não tenha sido um movimento muito atraente segundo Tanaka, chegou a envolver mais de trezentos militantes em alguns estágios. Porém, teve uma vida efêmera, e segundo esta estudiosa do movimento:

“O MUD encerrou suas atividades por volta de 1967. Não há documentos que explicitem as razões de seu término. De entrevistas com participantes do Movimento, depreende-se que, pelo menos, duas hipóteses surgiram para o seu término: o clima político pós-1964, opressivo e sufocante, provocado pelo movimento militar, que procurava castrar a ação de entidades, grupos e movimentos que trabalhavam diretamente com populações, visando sua promoção humana; implantação do BNH, instituição que, sobretudo nos primeiros tempos, não procurou desenvolver seus trabalhos à partir da realidade social”. (TANAKA.1995:14)

As realizações deste movimento foram muitas, amplamente analisadas e descritas no trabalho de Marta Tanaka. O tema da favela em São Paulo mereceu um tratamento mais abrangente, muito embora muito daquilo que se discutiu nos seminários e encontros do movimento acabaram se perdendo. No balanço realizado por Tanaka, destacamos porém, neste aspecto:

“A introdução de uma visão mais global do problema habitacional, passando a entender uma casa como elemento motivador de um processo de desenvolvimento das comunidades, um instrumento de transformação das famílias, e não apenas uma unidade física, uma mercadoria concebida para ser comprada

por quem pudesse pagar por ela. A visão de habitação colocada pelo MUD perdeu-se ao longo dos anos. Deixou-se de resgatar o fator social. Os órgãos de habitação se transformaram em empresas de construção, que produzem uma mercadoria, simplesmente um negócio”. (TANAKA.1995:46)

No mesmo ano em que o MUD encerrava as suas atividades um professor de geografia, Wilson Abujamra publicava um livro chamado de “*A realidade sobre o problema favela*”, dando ao debate um sobre o tema um fôlego novo. Passamos agora a examinar as contribuições deste autor.

3.2.5 A REALIDADE SOBRE O PROBLEMA FAVELA POR WILSON ABUJAMRA

O livro publicado em 1967 traz poucas informações sobre o autor. Em nota do próprio, sabe-se que parte do material publicado no livro havia sido publicado em vários jornais de São Paulo no ano de 1966. Abujamra acrescenta poucos elementos novos ao debate sobre a favela, reafirma porem, velhos estigmas e preconceitos. A começar pela definição de favela.

Para este autor, a favela surge quase que “naturalmente”, em várias cidades brasileiras e, mais uma vez, sua imagem está associada à promiscuidade, a criminalidade e à pobreza:

“O problema favela tem no barraco sua origem. Foram aparecendo aos poucos, em diversas regiões do Brasil, núcleos habitacionais rudimentares, feitos de tábuas velhas e materiais usados, onde a pobreza se abrigava. Era nos barracos que se deparava com a promiscuidade, a fome, a doença e o analfabetismo”. (ABUJAMRA.1967:13)

Mas, por outro lado, observa-se que Abujamra tem consciência dos estigmas que pesam sobre os favelados, apontando inclusive, a necessidade de superá-los:

“É injustamente considerado pária da sociedade. A verdade é que dentro das favelas existem os maus elementos, representando a minoria, cabendo à polícia escorraça-la. Há talvez 5 a 10% e os crimes que ali acontecem são normais se considerarmos o aglomerado tão promíscuo que é. A realidade é que a grande maioria trabalha e luta desesperadamente para manter sua família.(...) É lastimável que a parte boa do favelado nem sempre foi divulgada. Com a simples instalação de postos policiais nas favelas há a mais absoluta ordem e respeito. É necessário tornarem-se conhecidos seus dramas, suas lutas, suas dificuldades em conseguir um emprego, que muitas vezes lhe é negado pelo simples fato de morar em favela; não por culpa do empregador, mas por falta de conhecimento da verdade a seu respeito”. (ABUJAMRA.1967:42)

Para além do MUD, Abujamra revela a existência de várias entidades, movimentos e associações envolvidas em algum trabalho nas favelas paulistanas. Muito semelhante ao atual trabalho de algumas ONGs, muitas destas instituições existiam em função da existência da própria favela:

“Na Capital Paulista e no Estado de São Paulo, foram pioneiras no desfavelamento e assistência aos favelados, várias entidades civis e religiosas, como o Centro Social do Brooklin, Associação Cristã de Moços de São Paulo, Movimento de Desfavelamento da Favela do Vergueiro, Irmãzinhas D’ Assunção, Movimento de Desfavelamento de Vila Pompéia, Movimento Universitário de Desfavelamento, Associação Voluntários de São Paulo e muitas outras”. (ABUJAMRA.1967:14)

O objetivo principal destes grupos era o desfavelamento, porém, como reconhece Abujamra, as intervenções eram pontuais e sem planejamento, tendo um resultado pífio frente ao problema:

“Não há governo ou organização privada que não tenha como meta de trabalho, a solução do problema. Mas cada qual à sua maneira. Há órgãos públicos ou grupos que há vários anos executam o que se chama de <<Plano Piloto>> de desfavelamento, como se o problema ainda não tivesse sido estudado. E o pior é que grandes campanhas publicitárias foram encetadas a respeito. Enquanto isso, outros grandes núcleos favelados foram surgindo. Assim, enquanto dez famílias são desfaveladas, cem outras passam a residir em barracos. São trabalhos isolados que, apesar de seu valor, muito deixam a desejar”. (ABUJAMRA.1967:18)

E, como nas conclusões do estudo da Divisão do Serviço Social da PMSP analisado acima, Abujamra aponta a necessidade de uma ação integrada das diferentes esferas de governo para tratar da questão, revelando um diagnóstico claro da ineficiência do poder público no que diz respeito às favelas:

“Antes de mais nada, é necessário que os órgãos públicos se entendam e que não haja paixões políticas em torno do problema. Que os poderes municipais, estaduais e federal se unam tanto nas regiões de origem como nos grandes centros para onde migram esses irmãos de vários Estados.”

“Não há o desejo comum de honesto entrosamento. Não se pode compreender como até agora não se pensou, antes de construir pura e simplesmente as citadas vilas, em procurar, antes de mais nada, uma união real de esforços entre os poderes públicos municipal, estadual e federal, todos eles com serviços em favelas ou locais semelhantes, porém, cada um à sua maneira. Grandes somas de dinheiro, pessoal técnico e material são desperdiçados. As mesmas medidas são executadas com duplicidade de esforços, pois há os <<donos>> dos setores que há muitos anos não permitem união. Há o receio de perderem sua posição. Enquanto isso os governos se revezam e nada de concreto é feito. Não por culpa desses mesmos governos, mas pela omissão daqueles que tem nas mãos a responsabilidade de sugerir medidas, que antes de tudo, sejam precedidas de união de esforços”. (ABUJAMRA.1967:19-20)

O autor tece a sua análise da favela e das causas que provocaram o seu aparecimento, como em outros autores, a partir do fenômeno da migração. Neste aspecto, Abujamra assinala a necessidade de agir nas causas para uma solução mais eficaz do problema.

“Dentre as causas que devem ser consideradas, citamos como exemplo, a chegada de imigrantes. O que adianta construir duas mil casas, se mais de dez mil famílias continuam a chegar e um grande número delas até em busca de <<casa própria>>, novo tipo de chamariz para os grandes centros? Não entendemos tratamento desta natureza, sem o chamado congelamento das áreas, após o controle da chegada de imigrantes e o imprescindível levantamento sócio econômico”. (ABUJAMRA.1967:21)

Neste sentido, como já assinalamos, Abujamra reproduz e reafirma propostas que apareciam em outros estudos. Ademais, vale a pena ressaltar mais uma vez, a existência de um mercado imobiliário em plena atividade nas favelas paulistanas, fato apontado nos outros estudos por nós analisados e assinalado em detalhes neste estudo de Abujamra:

“Inicialmente há a construção do primeiro barraco, outro, mais outro. Depois começam a aparecer as birosacas. Com as instalações destas começam a aparecer também os espertalhões, que além do seu barraco, passam a construir outros para alugar. Normalmente surgem em terrenos dos poderes públicos, às margens dos rios ou em terrenos em litígio. Há indivíduos que possuem 50, 100 ou 150 barracos, alugando-os por preços que variam entre 10, 20 e 30.000 cruzeiros. Há na Favela do Aeroporto, também chamada <<Buraco Quente>>, um cidadão que é dono de quase todos os barracos e um outro que possui mais ou menos trinta barracos e nem sequer mora nessa favela, mas explora seus aluguéis. Afirma ser <<oficial de justiça>>. Na favela do Tatuapé há um cidadão que, além de um grande número de barra-

cos, possui um empório tão bem suprimido como qualquer outro fora da favela. Não há pagamento de impostos”. (ABUJAMRA.1967:29–30)

Deste modo, já naquele período, observa-se que, na favela, há uma intensa atividade econômica, bastante diversificada, como em outros espaços da cidade. Assim como, a existência de negócios imobiliários com grande rentabilidade envolvendo agentes internos e externos à favela:

“Na Favela do Vergueiro há um homem que possui um empório, dois caminhões, um carro para uso próprio e 70 barracos alugados, tudo isso dentro da própria favela e como não bastasse, é ainda proprietário de uma fazenda em Minas Gerais. Outro, tem nessa favela um cinema (agora fechado), trinta barracos, um empório, luz elétrica alugada por <<bico>> e, fora dela, tem uma chácara e casas de tijolos. Barracos são negociados a preços que ultrapassam muitas vezes Cr\$1.000.000 (um milhão de cruzeiros). Neste caso há os comerciantes de barracos, que são os <<favelados-corretores>>. Muitos casos desses são vistos nessas e na maioria das outras favelas, e estes homens procuram sempre ter guarda-costas ou <<testas de ferro>> que garantem seus negócios”. (ABUJAMRA.1967:30)

Segundo Baltrusis, esse mercado imobiliário informal seria uma espécie de submercado do próprio mercado imobiliário formal e,

“(…), o que diferencia o mercado imobiliário informal do mercado imobiliário formal seria a sua irregularidade jurídica em relação à posse dos terrenos, normas de edificação entre outras coisas”. (BALTRUSIS.2005:04)

Por outro lado, é preciso ressaltar que a mercantilização do espaço da favela em São Paulo não é algo recente, como já vimos, mas se intensificou muito em alguns núcleos recentemente, como observado em Baltrusis:

“As relações de compra e venda ou de locação de unidades e de terrenos em favelas sempre estiveram presentes na vida desses assentamentos; no entanto, não constituíam um problema em si. Até os anos 1970, a principal forma de acesso a uma favela era a simples ocupação gradual e espontânea; a partir dos anos 1980, ela passa a ser planejada. Veremos no decorrer deste trabalho como o espaço da favela se mercantilizou, com sua unidade habitacional transformada numa <<mercadoria>>, e, posteriormente, converteu-se num segmento o mercado de moradias que atende preferencialmente aos pobres”. (BALTRUSIS.2005:04)

Voltaremos ao tema em outro capítulo. Retornando ao trabalho de Abujamra, este conclui seu estudo com propostas de medidas para o desfavelamento e para o congelamento das favelas. Destas, destacam-se as propostas de atualização do número de favelas existentes com a respectiva localização, de um controle da chegada de imigrantes e de um intenso trabalho educativo. E especialmente quanto ao congelamento das áreas faveladas se propõe um forte esquema de policiamento e patrulhamento das favelas e dos favelados.

Nota-se, portanto, na análise destes estudos, que predomina como proposta para a questão das favelas neste período, o desfavelamento; não existindo ainda nenhuma proposta de urbanizar estes territórios. Em um quadro resumo das políticas de intervenção em favelas de São Paulo, Taschner (1997) assinala que entre 1960 e 1978 a favela é vista *como uma “doença” da cidade, um antro de crimes* e, portanto, de criminosos; e assim, vista desta forma, a solução proposta, neste período, era de extirpar este “mal”

erradicando as favelas do tecido urbano e reinstalando os favelados em conjuntos habitacionais longe do centro. O que estes primeiros estudos apontaram reiteram as percepções de Taschner.

Todavia, na década de 1970 emergia uma visão menos preconceituosa em relação à favela. A própria PMSP resolveu encarar o problema, procurando conhecer com mais profundidade o fenômeno. Assim, em 1973, realizou o primeiro cadastro de favelas de São Paulo, assunto para o próximo tópico.

É preciso ressaltar também que no final da década de 1960, no âmbito internacional, alguns estudiosos apontavam para uma nova abordagem sobre o tema da habitação da pobreza urbana. Destes, merecem destaque os estudos de John Turner, então consultor junto às Nações Unidas, e crítico em relação à remoção dos pobres urbanos para conjuntos habitacionais. Ele que havia visitado inúmeros países do Terceiro Mundo, inclusive o Brasil, afirmava que, como assinalado em Baltrusis (2005): *“as áreas de ocupação irregular e espontânea representavam para os pobres urbanos a possibilidade de mobilidade social, e que elas deveriam ser consideradas como uma expressão normal do processo de crescimento urbano nos países do Terceiro Mundo”*.

Neste sentido, na década seguinte, de 1970, o fenômeno favela entraria definitivamente na pauta dos debates e estudos urbanos.

1 Trabalho organizado pela Divisão do Serviço Social da PMSP, sob a direção de D. Helena Iracy Junqueira, chefe da Divisão; publicado na *Revista Engenharia Municipal*, ano IX, número 23, de out/dez. de 1964.

3.3 As favelas paulistanas — A produção intelectual na década de 1970.

INTRODUÇÃO

A partir dos anos de 1970 a favela entrou definitivamente na pauta de discussões da opinião pública e na ordem do dia dos temas tratados pelo poder público em São Paulo.

Segundo Taschner, existem basicamente três linhas de análise sobre o fenômeno, e, de uma certa forma, estas três formas de abordagem já vigoravam naquele período, são elas:

“(...) favela como expansão patológica da formação urbana, foco de crimes e perversões; favela como <<trampolim>> para a cidade, estágio quase obrigatório do migrante rural; favela como expressão física das contradições do sistema – que conduziriam a planos e projetos específicos, mas sempre, sobretudo a partir de 1975, colocando o tema como de alta relevância dentro da problemática urbana”.

(TASCHNER.1986:79)

Desde o final da década anterior, as medidas propostas pelo poder público para tratar do problema visavam a remoção das favelas. Já no início da década de 1970 as ações da PMSP para as favelas eram norteadas pelo mesmo objetivo. Neste sentido, segundo Laura Bueno:

“A partir da década de 1971 a Prefeitura toma algumas iniciativas de remoção coletiva de favelados, com a execução de alojamentos provisórios em terrenos municipais e a compra de lotes em loteamentos da periferia, onde os favelados construiriam suas novas casas em mutirão ou em autoconstrução. Estas experiências consubstanciaram uma proposta de política para as favelas de São Paulo que tentava englobar diferentes aspectos do problema: a pressa pela remoção da favela por causa do cronograma das obras públicas, a visão do favelado como marginalizado e diferenciado socialmente, a ser orientado para a vida urbana e a favela como um sinal da escassez de habitação popular acessível”. (BUENO.2000:56)

Deste modo, fica evidente que as duas primeiras linhas de pensamento sobre a favela predominavam na cabeça daqueles que organizavam as políticas públicas de desfavelamento do período em São Paulo, ou seja, acreditava-se que a condição de favelado na cidade era transitória para o migrante rural e com a ajuda do poder público ele poderia se “ajustar” a vida urbana e ir morar em uma habitação “normal”.

“A política proposta para as favelas consistia em três fases de atendimento. Primeiramente, os favelados deveriam ser removidos para alojamentos provisórios executados em terrenos municipais vagos ou para outras favelas situadas em terreno municipal (já que a retirada era sempre urgente) seja para execução de obras públicas, seja pela ocorrência de emergências nas favelas. Nesses alojamentos, ou vilas de habitação provisória, os favelados receberiam, durante cerca de um ano, diferentes treinamentos de promoção social, como educação básica e profissionalização. Assim estariam preparados para serem definitivamente transferidos para habitações compradas no mercado, alugadas ou financiadas pelo poder público”. (BUENO.2000:56)

Cumprido destacar que o foco do nosso trabalho não é as políticas públicas nas favelas, para um exame mais detalhado deste tema recomendamos a leitura do trabalho de Bueno. Por ora, destacamos, deste estudo que

“As propostas e ações municipais não modificaram o quadro de crescimento da favela em São Paulo, já que o destino do favelado era a dispersão na cidade, outra favela ou os alojamentos provisórios, que se tornavam favelas definitivas. Quase todos os alojamentos provisórios construídos pela Prefeitura para acabar com uma favela tornaram-se outras favelas. Aquela política de desfavelamento e adestramento

social não se concretizou. A fase final de atendimento – moradia definitiva – dependia ou de um crescimento da renda dos moradores de favela – o que não ocorria, num quadro socioeconômico de intensa concentração de renda – ou da produção subsidiada da habitação para essa faixa de renda”. (BUENO.2000:57)

Em 1973 é realizado o primeiro cadastro de favelas do Município, resultando em um amplo estudo publicado em 13 cadernos. Segundo Bueno, “*esse estudo é a primeira tentativa da Prefeitura de quantificar o problema e refletir sobre ele*” (BUENO.2000:57). Neste tópico alguns aspectos deste estudo serão examinados.

Na segunda metade desta década, quando se esgotavam os efeitos do chamado “milagre econômico”, alguns estudos sobre a cidade de São Paulo apontavam claramente que o intenso crescimento econômico da cidade vinha acompanhado da deterioração das condições de vida de amplas parcelas de sua população; e que o desenvolvimento e a miséria eram *duas faces de uma mesma moeda*. Dentre estes estudos desponta o livro *São Paulo, 1975: crescimento e pobreza*, organizado pelo Cebrap para Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. Segundo Eduardo Marques e Haroldo Torres (2005):

“A publicação inaugurou um conjunto amplo de estudos sobre nossas grandes cidades e suas condições de vida, que conformaria a sociologia urbana brasileira ao longo da década subsequente. Esse trabalho foi um dos primeiros a prestar sistemática atenção sob um olhar sociológico às chamadas periferias urbanas, áreas em permanente expansão que constituíam vastas porções urbanas cada vez mais distantes dos serviços e empregos geralmente localizados nos centros metropolitanos. Naqueles espaços, as condições de vida eram muito precárias e nelas imperava uma baixíssima presença do Estado”.

Podemos dizer que este estudo lançou luz também para a reflexão sobre o fenômeno favela.

Por outro lado, no final da década vimos emergir inúmeros movimentos sociais urbanos, que colocaram na ordem do dia uma série de demandas urbanas, através de suas lutas, dando visibilidade às condições precárias de existência nas cidades, contribuindo também o processo de redemocratização do país.

“Os movimentos populares na década de 1970 eram lutas isoladas, por água, luz, transportes, creches. Eles se aglutinaram em organizações locais no final da década”. (GOHN.1991:9)

Neste ambiente fértil, aparecem também os primeiros movimentos de luta por moradia e particularmente as primeiras associações de moradores de favelas em São Paulo, como assinalado por Maria da Glória Gohn:

“O jornal <<O São Paulo>> registrou a constituição do Movimento das Favelas de São Paulo, em 1979, quando, após a reunião de 11 favelas da zona sul, decidiu-se realizar um Congresso dos favelados da Grande São Paulo.(...) Na criação do Movimento das Favelas de São Paulo participaram cerca de 2.000 pessoas e 70 favelas da região de Santo Amaro, Campo Limpo e Vila Mariana. No mês seguinte, 1.000 favelados reivindicaram na Prefeitura o plano de água e luz prometido pelo Prefeito. Nesse ínterim, a mobilização cresceu e atingiu a zona leste da capital”. (GOHN.1991:98)

A mobilização dos moradores das favelas paulistanas fazia parte de um processo mais amplo de organização da população mais pobre da cidade, fato observado por Olavo Setúbal, Prefeito da Capital neste final de década, conforme assinalado por Sposati:

“Olavo Setúbal, em uma de suas últimas entrevistas, diz:<<o que Reynaldo de Barros vai encontrar é um absoluto inconformismo da população com as condições de vida da cidade>>. E profetizava

ainda: <<os enfrentamentos da nova gestão com greves e aumento de favelas>>(O Estado de São Paulo, 10-06-1979)” (SPOSATI.1988:222)

Neste contexto em que *novos atores entravam em cena*, utilizando a expressão de Emir Sader, muitos estudiosos se debruçaram em analisar as lutas urbanas em São Paulo.

Deste modo, já no final da década de 1970, como também ao longo da década seguinte, 1980, aparece um vasto e complexo campo de reflexão centrado nas lutas que ocorriam no contexto urbano.

Segundo Valladares, neste período a favela carioca se tornou um tema da moda, tornando-se objeto de estudo freqüente da agenda universitária. De uma certa forma esta formulação cabe também para as favelas paulistanas. A academia lança seu olhar para as favelas, aprofundando o debate sobre a pobreza urbana.

Nas Ciências Sociais, alguns grupos vão estudar as populações marginais em São Paulo, outros vão se dedicar a uma sociologia urbana onde o tema da favela ganha um certo destaque.

Deste segundo grupo se destaca nos estudos sobre as favelas paulistanas a arquiteta Suzana Pasternak Taschner que desde o cadastro das favelas do Município em 1973, até os dias de hoje tem se dedicado em pesquisar, estudar e analisar o tema.

Neste sentido, podemos afirmar que nesta década se consolida o campo intelectual que tem a favela como o assunto tema que norteia os trabalhos dentro deste campo. Não temos a pretensão de esgotar todos os autores e estudos deste campo, o nosso esforço é somente de examinar e apontar em linhas gerais os principais aspectos e contribuições de alguns dos autores para a reflexão sobre o fenômeno.

Deste modo, vamos analisar neste tópico alguns aspectos do estudo resultante do cadastro de favelas do município, assim como outros trabalhos que julgamos importantes para reflexão sobre a favela em São Paulo, sempre focando os aspectos conceituais.

3.3.1 CADASTRO DE FAVELAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: ESTUDO SOBRE O FENÔMENO FAVELA NO MUNICÍPIO

O cadastro de favelas realizado pela PMSP em 1973 resultou no mais amplo estudo sobre o fenômeno favela na cidade de São Paulo até aquele momento.

As análises efetuadas no âmbito desta pesquisa implicaram na produção de 13 cadernos publicados em 1974, sendo um de âmbito mais geral contendo os resultados do município como um todo e outros cadernos específicos, trazendo a realidade de cada uma das Administrações Regionais quanto à questão das favelas.

Nos termos apresentados no caderno especial de nº 1, o objetivo maior do projeto era “(...) montar uma sistemática de coleta de dados, que permita de forma rápida o usufruto das informações consideradas pertinentes sobre favelas e população favelada e que garanta um processo de atualização”. (BOLETIM HABI/COPEP Nº 1.1974:23)

Neste sentido foi realizado um amplo levantamento das favelas paulistanas, cujos resultados apresentavam uma caracterização geral do fenômeno na cidade, com dados que demonstravam a posição destas no tecido urbano, a situação dos terrenos quanto à propriedade, topografia, ocupação e tamanho, um quadro dos recursos existentes nos aglomerados; como também apresentavam dados que permitiam uma caracterização da população favelada.

Este estudo por si só mereceria uma análise mais aprofundada, o que não pretendemos realizar neste trabalho. Todavia, buscamos ressaltar alguns aspectos que acreditamos estarem mais próximos do escopo desta dissertação. Para tanto, examinamos fundamentalmente os aspectos conceituais contidos no Caderno Especial nº 1, Boletim Habi/Coped: estudo sobre o fenômeno favela no município de São Paulo.

O primeiro aspecto diz respeito ao conceito de favela estabelecido, como também as diferentes formas de abordagem do fenômeno proposta neste estudo.

Um primeiro conceito encontrado trata o fenômeno favela de forma bem ampla, para além da cidade de São Paulo ou mesmo do Brasil, relacionando-o às estruturas macroeconômicas dos países de industrialização tardia:

“O fenômeno não é encontrado unicamente no Município de São Paulo. É a expressão da assincronia dos processos de urbanização e industrialização, gerando os descompassos regionais, setoriais, ao nível dos países que ainda não se desenvolveram plenamente”. (BOLETIM HABI/COPEL N° 1.1974:15)

A especificidade do fenômeno favela para a América Latina, ainda segundo este estudo, seria decorrente de um outro fenômeno mais abrangente, denominado de “urbanização sociopática”, caracterizado pela superurbanização de algumas áreas:

“O crescimento desenfreado das metrópoles em países não desenvolvidos, torna bastante perceptíveis os desequilíbrios entre procura e oferta de habitações e serviços urbanos. Nos países desenvolvidos tal fenômeno não chegou a ocasionar sérios desajustes estruturais, pois o contingente populacional teve sua absorção paulatina na mão-de-obra industrial. Nos casos em que a industrialização se efetuou tardiamente, por reflexo da expansão do capitalismo internacional, caracteriza-se o chamado quadro de satelitização, expressa num capitalismo periférico. No âmbito interno de uma sociedade capitalista periférica há, portanto, uma distribuição desigualitária de riqueza, de níveis educacionais, de padrões de vida, quer entre regiões, quer entre setores, quer entre indivíduos”. (BOLETIM HABI/COPEL N° 1.1974:16)

Neste aspecto, esta forma de explicar o fenômeno se relaciona em muitos pontos com a Teoria da Marginalidade ainda em voga naquele período.

Na mesma linha, o texto aponta para a especificidade do fenômeno no caso do Brasil:

“Segundo Paul Singer, alguns costumam endereçar à urbanização <<sociopática>> uma crítica no sentido de representar a grande causa dos desequilíbrios da cidade:<< o que se objeta a este fulminante crescimento urbano (...) {é a} escassez de habitações levando à expressão de cortiços e favelas, saturação das vias de tráfegos, insuficiência dos serviços urbanos básicos como o abastecimento de água encanada e esgotos (...).

(...) Admite-se também um aumento contínuo do desemprego, da delinqüência, da incidência de moléstias mentais, da poluição do meio ambiente {...}. Do ponto de vista social... apontam o desenraizamento de integrantes de comunidades rurais, que se tornam << marginais >> na sociedade metropolitana>>.

A segregação em <<favelas>> aparece como produto dessas assincronias do sistema brasileiro”. (BOLETIM HABI/COPEL N° 1.1974:23)

E assim, prossegue o texto trazendo a questão para o âmbito da cidade de São Paulo, o fenômeno favela em São Paulo seria decorrente das constantes migrações, que acentuaria o problema habitacional na cidade:

“A favela é antes de tudo, um problema habitacional. Esse problema em si já grave em São Paulo, vem assumindo novas proporções pelas constantes migrações. Segundo Jorge Wilhelm a função de habitar na sociedade paulista, assume um papel peculiar em virtude das migrações. << No primeiro momento da urbanização do migrante, a casa se constitui num ‘refúgio’, a condição mínima para o estabelecimento e a formação da nova família>>. No segundo momento, essa função muda de caráter. Acaba tornando-se um recurso de sobrevivência, se estabiliza a moradia. Tratando-se de contingentes populacionais de

baixa renda, ocorre a concentração em <<focos de habitação sub-normal>>: favelas, cortiços, casas precárias de periferia”. (BOLETIM HABI/COPED Nº 1.1974:17)

E por fim, o texto apresenta o problema favela em São Paulo com as seguintes características:

“Situa-se geralmente em terrenos ocupados pela invasão ou cessão verbal do proprietário; os terrenos situam-se quer no chamado cinturão periférico, quer próximos a vias de trânsito, ou zonas à margem de córregos ou rodovias. São as favelas caracterizadas pela sua unidade habitacional: o barraco, construído com, material precário, o que de uma certa forma evidencia o baixo padrão de vida de sua população. Ao contrário da favela carioca onde não se considera relevante a hipótese de que a origem dos núcleos favelados se daria em função de atração exercida pelos centros urbanos sobre populações de origem rural, o caso paulista revela uma alta porcentagem de migrantes entre favelados”. (BOLETIM HABI/COPED Nº 1.1974:17)

Merece destaque nesta forma de conceituar o fenômeno o reconhecimento de que, parte das favelas paulistanas tenha se constituído pela concessão dos proprietários dos terrenos e não por invasão. Muito embora o texto apresente também várias hipóteses explicativas sobre o processo de constituição das favelas:

“A mais difundida: processo mais ou menos lento de ocupação de terrenos abandonados ou em litígio, tendo em vista o alto valor dos preços dos terrenos nas metrópoles, as baixas rendas advindas das estruturas salariais características de econômicas <<subdesenvolvidas>>, a abundância da mão-de-obra sem qualificação exigida pelo setor secundário, e a necessidade premente de ter algum lugar para morar”. (BOLETIM HABI/COPED Nº 1.1974:18)

Por outro lado, o texto apresenta também os vários enfoques sobre o fenômeno favela presente em outros estudos, vale a pena repassa-los como expostos no texto:

*“1º a favela é uma <<subcultura>>, um grupo marginal segregado;
2º a favela é um aglomerado físico, uma descontinuidade na paisagem urbana;
3º a favela é uma fase de transição dos migrantes ao ingressarem na metrópole (etapa do processo aculturativo);
4º a favela é o resultado do processo econômico que gera o subproletariado (exército industrial de reserva) “. (BOLETIM HABI/COPED,CADERNO Nº 1.1974:18)*

Os autores deste texto de introdução, não assumem uma posição teórica frente ao fenômeno, ressaltando que, o objetivo do trabalho era somente de montar uma sistemática de levantamento de dados e estruturação destes com vista a diagnosticar o problema para subsidiar as ações do poder público:

“Na medida em que o Setor de Estudos Gerais de habitação e Trabalho no M.S.P. (da COPED – SEBES – HABI), se propõe a diagnósticos e estudos destes problemas entendidos como funções urbanas inter-relacionadas, acredita-se que uma visão mais ampla dessas áreas permita maior eficiência na obtenção de subsídios para a intervenção”. (BOLETIM HABI/COPED,CAD. Nº 1.1974:18)

Essas ações visavam, por sua vez, um controle mais efetivo das favelas em São Paulo:

“É de competência da Secretaria do Bem Estar Social o controle da população favelada do Município de São Paulo e o seu encaminhamento a diversas alternativas para a solução do seu problema habitacional.

Ora, para que esse controle seja efetivo e para que realmente se possa atuar no sentido de minimizar o problema, faz-se necessário um conhecimento sistemático do universo de atuação, conhecimento este que permita a caracterização quantitativa e qualitativa das favelas e população favelada do MSP e sua dinâmica temporal". (BOLETIM HABI/COPEP N° 1.1974:23)

Neste sentido, o texto é claro nos seus objetivos e alcance: "o estudo aqui apresentado enquadra-se na categoria de um trabalho descritivo". E, desta forma, ele apresenta o primeiro levantamento oficial das favelas paulistanas, permitindo, pelos dados analisados, uma caracterização geral do fenômeno em São Paulo até 1973.

Em linhas gerais, para uma visão abrangente da realidade das favelas em São Paulo naquele período, o estudo apresentava os seguintes resultados:

"Constatou-se na época do cadastramento a existência de 525 aglomerados onde se concentram 14.500 barracos e onde habitam, através de estimativas, cerca de 71.840 pessoas (1,2% da população do MSP). Esses aglomerados distribuem-se irregularmente em terrenos municipais ou particulares, prevalecendo essa última categoria em 56,4%, e, geralmente, em locais próximos a vias de trânsito centrais nos bairros (80,3% dos casos). Os terrenos são geralmente de deficiente qualidade urbana, sujeitos a enchentes e erosões, com declividade, depósitos de lixo nas proximidades. A quase totalidade desses aglomerados não possui recursos mínimos de infra-estrutura urbana: abastecimento de água, esgotos, iluminação pública e equipamentos de educação, segurança e saúde pública. Raríssimos aglomerados chegaram a despertar a atenção e sofrer a intervenção de entidades particulares. É inexistente a aglutinação desses favelados no sentido de enfrentarem enquanto grupo seus problemas em comum". (BOLETIM HABI/COPEP N° 1.1974:119)

Vale a pena destacar que para este trabalho havia duas categorias de aglomerados: eram considerados núcleos aglomerados com até 10 barracos e acima deste número de barracos já os aglomerados já eram considerados favelas.

Não pretendemos analisar os dados apresentados neste levantamento, porém, alguns pontos merecem atenção, pois eles nos permitem pensar na especificidade do fenômeno favela em São Paulo naquele período.

Em primeiro lugar destacamos o predomínio de pequenas favelas e núcleos em São Paulo:

"Cerca de 74,5% dos aglomerados possuem até vinte barracos, e 94,9% até cem unidades residenciais. Os grandes aglomerados, ou seja, os que possuem mais de cem barracos, perfazem apenas 5,1% do total para o Município de São Paulo". (BOLETIM HABI/COPEP N° 1.1974:40)

Neste aspecto, explicava-se essa situação pela escassez de grandes áreas disponíveis para ocupação. Por outro lado, os loteamentos periféricos ofereciam ainda uma saída de habitação para a população de baixa renda.

Um outro ponto de destaque diz respeito à localização dos aglomerados próximos a vias de trânsito:

"Cerca de 80,3% dos aglomerados (420 casos) situa-se na proximidade de vias de trânsito centrais dos bairros, o que parece indicar que a favelização é um processo bem relacionado às oportunidades de melhor transporte, proximidade a locais de trabalho, comércio e equipamentos urbanos, de maneira geral". (BOLETIM HABI/COPEP N° 1.1974:39)

No que diz respeito às condições da moradia, alguns aspectos do levantamento merecem destaque, para se ter uma idéia mais clara de como o fenômeno favela se apresentava naquele período em São Paulo. Por exemplo, quanto ao material de construção:

“(…), as paredes externas dos barracos são na sua grande maioria construídas com madeira usada (93.4%), sem nenhum revestimento. Esta acentuada porcentagem é explicada pela facilidade que os favelados possuem em conseguir esse material em terrenos baldios, lixos e demolições. Apenas 1.3% têm suas paredes externas construídas em alvenaria”. (BOLETIM HABI/COPEL N° 1.1974:56)

Quanto às condições sanitárias, a situação também era de muita precariedade:

“A ausência de sanitários e a existência de sanitários coletivos, que representam 65.8% do total de barracos pesquisados, permite a previsão <<a priori>> da grande possibilidade de proliferação de moléstias infecto-contagiosas,…”

“Um grande número de barracos, 5569 (64.6%), não possui pia ou tanque, levando os favelados ao uso de baldes e bacias para a lavagem de louças e roupas, utilizando água muitas vezes poluídas”. (BOLETIM HABI/COPEL N° 1.1974:58)

Por outro lado, haviam dados que possibilitavam a caracterização socioeconômica da população favelada. Destes, destacamos aquele que diz respeito à situação de trabalho desta população naquele período:

“Através da análise da situação de trabalho da F.T.E. (Força de trabalho empregada) na população favelada do MSP, pode-se verificar que cerca da metade da população (50.0%) é composta por trabalhadores registrados, mantendo portanto vínculos empregatícios legalmente definidos”.

“O contingente de 50.0% da F.T.E. do Município de São Paulo estaria portanto vinculado ao Mercado Formal de Trabalho...Contudo, não se têm dados a respeito do porte e do setor de atividades das empresas empregadoras da mão-de-obra favelada. Este fato entretanto pode sugerir uma nova análise a respeito da relação favelado e sistema produtivo, tornando-se um dado significativo para diagnósticos em vista de um planejamento urbano”. (BOLETIM HABI/COPEL N° 1.1974:103 e 104)

Estes dados, somados à outros que apresentam um percentual de 33.8% da F.T.E da população favelada empregada mas não registrada, e a presença de 16.1% de trabalhadores autônomos nas favelas, derruba o mito de que esta população era composta por marginais e desempregados crônicos naquele período. Estes dados contradizem, inclusive a conclusão do próprio estudo onde se reafirma a condição marginal e de exclusão do favelado da economia capitalista:

“Essa experiência de vida metropolitana é recente e não lhes permitiu a inserção no mercado da economia capitalista em expansão. Inserem-se nos setores <<marginais>> da economia, dado seu baixo nível de renda familiar (em média 1.2 salário mínimo), sua participação extremamente instável e intermitente no sistema de produção e de consumo”. (BOLETIM HABI/COPEL N° 1.1974:120)

Neste sentido, ou os dados estão superestimados ou as conclusões se baseiam somente no tempo de fixação do migrante na cidade e não na sua situação de trabalho. O fato é que se reproduzem ali, na conclusão, os velhos estereótipos estigmatizantes sobre os favelados.

Por fim, os outros cadernos que resultaram desta pesquisa, cada um relacionado à realidade de cada uma das Administrações Regionais — o Município de São Paulo era dividido administrativamente por regiões desde 1965 —, traziam um estudo dos dados sobre as favelas daquela Administração Regional em particular.

Em cada um destes cadernos especiais havia uma caracterização geral dos aglomerados daquela região específica, com uma introdução que trazia um conceito genérico para estes aglomerados:

“Entende-se por aglomerado um conjunto de moradias – barracos de reduzidas dimensões, construídas com materiais inadequados (madeira velha, zinco e lata) e distribuídos irregularmente em terrenos quase sempre desprovidos de serviços urbanos e equipamentos sociais, compondo um complexo de problemas de ordem social, econômica, educacional e urbanística”. (BOLETIM HABI/COPEL CADERNO ESPECIAL.Nº 11. REGIONAL PERITUBA – PERUS.1974:21)

É interessante notar que barracos construídos com paredes externas de lata ou zinco quase não existiam mais em São Paulo, como atesta o próprio levantamento geral, que registrava um percentual de 0.2% de barracos nestas condições.

No entanto, pergunta-se, o que foi feito a partir destes dados? Quais foram as implicações destes estudos nas ações da PMSP? Quais as políticas públicas implementadas a partir daí?

De concreto, podemos afirmar que, por parte da PMSP nada foi feito durante um bom tempo. As poucas intervenções deste período objetivavam sempre a remoção de uma ou outra favela por conta de alguma obra viária. Segundo o Prefeito de São Paulo, no período entre 1975 e 1979, Olavo Setúbal, o surgimento das favelas era conseqüência da falta de controle e vigilância das áreas municipais vazias e para tanto baixa um decreto em 1978, que, conforme assinala Bueno:

“Segundo o decreto, cabia aos fiscais das Administrações Regionais guarda-las e desocupa-las, com o acompanhamento de uma assistente social. Para tanto, quando necessário, deveria ser solicitado o auxílio da Polícia Militar”. (BUENO.2000:61)

Esta visão sobre a favela como uma excrescência, um nicho de marginais e pobres seria amplamente questionado na segunda metade dos anos de 1970.

Os resultados do cadastro de favelas apontavam que o problema favela em São Paulo era pequeno, afinal de contas era menos de 2% da população do município morando em favelas. Confirmando, deste modo, o que Sangirardi havia escrito há duas décadas atrás, que o padrão de moradia popular em São Paulo era a casa autoconstruída em loteamentos periféricos. No entanto, alguns estudos deste período revelavam que esta alternativa de habitação se mostrava tão precária quanto à favela.

A idéia de que a favela era um fenômeno transitório também não se sustentava, os anos que se seguiram provavam exatamente o contrário, o fenômeno não somente não era transitório como se intensificava em São Paulo.

3.3.2 OS ESTUDOS SOBRE FAVELA E MORADIA EM SÃO PAULO NA SEGUNDA METADE DOS ANOS DE 1970

A cidade de São Paulo vivia um período de intenso crescimento econômico. Era o centro hegemônico e dinâmico do Estado mais rico do país. No entanto, *“o intenso crescimento econômico da cidade de São Paulo tem sido acompanhado da deterioração das condições de vida de amplas parcelas da população”*, como revelava o estudo realizado para Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, denominado *São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza*. (CAMARGO ET ALLI.1976:21)

Especificamente em relação às favelas, o segundo capítulo deste estudo denominado *A Lógica da Desordem*, assinalava que o número de favelados havia quase dobrado em

São Paulo em relação aos dados do Cadastro de Favelas de 1973, portanto em dois anos e que, ademais, passaram a se disseminar em outros municípios da Grande São Paulo:

“(…), as favelas da Capital, que apesar da interdição formal de seu crescimento, abrigam atualmente cerca de 130 mil pessoas. Após os intensos desfavelamentos que ocorrem na Capital nos anos 60, as favelas tenderam a seguir o fluxo do desenvolvimento econômico que ocorria nas áreas mais industrializadas da Grande São Paulo. Apesar de inexistirem dados globais acerca da população favelada da Grande São Paulo, sabe-se que ela é numerosa em certos municípios – Guarulhos, Osasco, Diadema, São Bernardo do Campo, além da Capital – e que apresenta características sócio-econômicas semelhantes...” (CAMARGO ET ALLI.1976: 36-37)

Por outro lado, este estudo apontava também para a precariedade das moradias localizadas nos loteamentos periféricos e cortiços, evidenciando a amplitude do problema habitacional da cidade de São Paulo naquele período:

“Além dos 130 mil favelados, há em São Paulo, 615 mil moradores de cortiços. Ademais, 1,8 milhão de indivíduos moram nas casas precárias da periferia. Tais cifras referem-se somente à Capital.”

“Com a explosão do preço dos terrenos, a tendência é acentuar a expulsão de populações para a periferia, onde, distantes dos locais de trabalho, avoluma-se conjuntos de barracos e casas precárias, verdadeiros acampamentos desprovidos do mínimo de infra-estrutura. Os novos bairros operários, tanto no que à qualidade das construções e da infra-estrutura básica, como no que tange aos aspectos legais de posse dos terrenos, não se diferenciam muito das favelas. As casas precárias da periferia são as <<casas próprias>>, em que a lógica especulativa dos <<loteamentos>> fixou boa parte da classe trabalhadora”. (CAMARGO ET ALLI.1976: 37-39)

Com relação aos cortiços, o autor deste capítulo apontava que:

“As condições de moradia são ainda mais precárias para os 615 mil habitantes dos cortiços situados, de modo particular, em áreas decadentes de bairros centrais:(...). Os cortiços tendem também a expandir-se, na medida em que se reurbanizam os bairros centrais, ao longo de outras áreas desvalorizadas, em especial as que margeiam os trilhos ferroviários: (...). Nos cortiços vivem em média 3,6 pessoas por cômodo. A quarta parte desses cômodos não tem janelas externas”. (CAMARGO ET ALLI.1976: 45)

Neste sentido, a publicação deste estudo se revelava importante, pois apresentava um quadro de precariedade das formas de viver da população da cidade mais rica do país. Nela, como assinalado no segundo capítulo:

“Favelas, casas precárias da periferia e cortiços abrigam basicamente as classes trabalhadoras, cujas condições de alojamento expressam a precariedade dos salários”. (CAMARGO ET ALLI.1976: 45)

E diante deste quadro de precariedade, que tipo de desenvolvimento econômico era aquele? Questionava Kowarick, o autor do texto deste segundo capítulo:

“A deterioração das condições de vida da maioria da população trabalhadora acentuou-se, enquanto a economia do país crescia a uma significativa taxa de 10% ao ano, dando origem ao que, por muitos, foi designado <<milagre brasileiro>>. Mas que tipo de milagre é esse, em que o desenvolvimento significa piorar a vida da maioria da população?”. (CAMARGO ET ALLI.1976: 59)

E por fim, apontava Kowarick neste texto, para as contradições existentes na produção da cidade nos marcos do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e para a necessária participação da população na vida política da cidade:

“Na medida em que a iniciativa social e política das classes trabalhadoras continuar bloqueada, será difícil vislumbrar uma cidade verdadeiramente humana em São Paulo. Pois é o capital – e não a força de trabalho – que deteriora a vida metropolitana. Para o capital a cidade é fonte de lucro. Para os trabalhadores é uma forma de existência”. (CAMARGO ET ALLI.1976: 61)

Como apontado no início deste tópico, este estudo foi um marco para os estudos urbanos em São Paulo. Outros estudiosos surgiram pautando seus trabalhos em muitos dos temas suscitados neste estudo. Ermínia Maricato estudava a questão da autoconstrução neste período, Nabil Bonduki e Raquel Rolnik pesquisavam os loteamentos periféricos, reafirmando que *“O loteamento na periferia constitui-se na forma predominante da habitação de baixa renda na Grande São Paulo”.* (BONDUKI E ROLNIK. 1979:13)

Todos estes estudos contribuíam também para o tema favela ganhar espaço nos estudos urbanos.

Neste sentido, desponta também neste período os estudos de Licia do Prado Valladares em relação às favelas cariocas, como também são publicados os estudos dos brasilianistas Janice Perlman e do casal Leeds, Anthony e Elizabeth. Malgrado estes estudos tratem do universo das favelas da cidade do Rio de Janeiro, eles lançavam um novo olhar sobre o fenômeno favela, criticando os estereótipos e estigmas estabelecidos.

Em relação a São Paulo, Suzana Pasternak Taschner publicava uma análise do Cadastro de Favelas de 1973, numa coletânea denominada *A Luta pelo Espaço*, juntamente com outros autores. Lucio Kowarick e Ruth Cardoso, por sua vez, coordenavam uma pesquisa, financiada pela Fundação Ford, com o título de *Integração e Desintegração de populações Marginais*, contando com a participação de Rosa Maria Fischer Ferreira e Ana Maria Niemeyer que vão desenvolver pesquisas de Pós Graduação sobre as favelas paulistanas neste período, ou seja, o fenômeno favela vai pautar a agenda dos estudos acadêmicos com mais intensidade a partir desta década. Lúcio Kowarick, inclusive, publica uma série de textos produzidos ao longo dos anos de 1970 trazendo como título a expressão *A Espoliação Urbana*, expressão que designa uma nova forma de entender as contradições sociais na cidade capitalista. Vamos apresentar as principais contribuições destes autores para o desenvolvimento da reflexão sobre a favela em São Paulo.

Começando pelo estudo de Suzana Taschner apresentado no Simpósio “Favelas Rurais e Favelas Urbanas” organizado por Eva Alterman Blay e proposto à 28ª Reunião do SBPC, realizado em Brasília em julho de 1976.

Como o artigo estava baseado no Cadastro de Favelas executado em 1973, ele acabava por reafirmar os resultados apresentados nos cadernos publicados pela própria Prefeitura, com comentários da autora.

Os conceitos apresentados no texto sobre o fenômeno favela não traziam nenhum elemento novo, porém, sobre as formas de intervenção adotadas e propostas pelo poder público, merece destaque à de urbanização das favelas como proposta *recomendada ultimamente pelos técnicos do setor*, segundo Taschner.

“De todas, é a única que conta com a colaboração e apoio dos favelados”. (TASCHNER.1978: 132)

A autora procura também estabelecer uma relação entre os dados do PUB, Plano Urbanístico Básico do MSP, elaborado em 1968 e os dados do Cadastro de Favelas de 1973, revelando um crescimento gradual do número de favelados em São Paulo, de 0.8% da população segundo os dados do PUB, para 1,2% segundo o Cadastro de Favelas. Taschner lança a hipótese de que haveria um processo de pauperização da população paulistana, *evidenciado também pela piora de condições habitacionais*. Explica a autora:

“Percebeu-se também que, embora 73,3% dos chefes de família residam em favela há menos de 3 anos, apenas 32,3% estão no município há igual período de tempo. Portanto, haveria um contingente de 41% de favelados migrantes que usufruíram de situação diversa da atual durante algum tempo e chegaram a favela por um processo de filtração descendente”. (TASCHNER.1978: 134-135)

No decorrer da década de 1980, Taschner retomaria esta hipótese em outros textos publicados.

Outro estudo que buscamos destacar dos anos de 1970 é a dissertação de mestrado de Rosa M. Fischer Ferreira. Neste, a autora refuta em parte, as teses que compunha a Teoria da Marginalidade, como apresentada no segundo capítulo da nossa dissertação. Segundo Ferreira:

“A favela tem sido vista apenas como a solução ilegal, precária e temporária do problema habitacional que surge e se expande com o crescimento das cidades; e o favelado como o indivíduo carente de instrumental psicológico e social para se integrar às estruturas e formas urbanas de vida”. (FERREIRA.1977:59)

Ou seja, segunda a autora a favela é vista através de representações estereotipadas, preconceituosas e estigmatizantes que se reproduzem e se disseminam pela sociedade:

“Estas premissas tem fundamentado não só a visão popular quanto também um grande número de abordagens analíticas do problema da favelização. Elas incorporam em si idéias ou categorias explicativas, que acabam por se tornar amplamente aceitas ao nível do senso comum e de alguns círculos da comunidade científica”. (FERREIRA.1977:59)

Deste modo, a autora se propõe a:

“(...) discutir a favela como problema urbano e o favelado como cidadão inserido e pertencente a esse meio, a partir dos fatos, idéias, informações que os próprios sujeitos comentaram, manifestaram e discutiram e em campo. Desta forma, pretendemos desfocar a análise de algumas dessas idéias pré-concebidas para rediscuti-las sobre bases empíricas mais concretas”. (FERREIRA.1977:60)

E assim, neste sentido:

“(…), nem a favela é vista como um gueto ou pólo oposto à forma urbana de vida, nem o favelado como o ser acomodado, passivo e não-integrado conforme é comum encontrar na literatura e pesquisa que tem tradicionalmente se ocupado deste tema”. (FERREIRA.1977:3)

Em resumo, segundo esta autora, a favela deve ser vista como fazendo parte da estratégia de sobrevivência da população pobre da cidade.

Rosa Ferreira constrói sua análise a partir de dados de uma pesquisa empírica realizada em favelas escolhidas, entre aquelas presentes Cadastro de 1973, para serem erradicadas e a população encaminhada para Vilas de Habitação Provisória (V.H.P.) construídas pela própria PMSP. Segundo Taschner, a teoria que embasava este tipo de ação partia da idéia de que a favela seria uma etapa de integração do migrante na cidade, e desta forma:

“Nas V.H.P.os moradores seriam <<educados>> para a vida metropolitana e conseguiriam recursos para ascender socialmente. O alojamento provisório permitiria minimizar o tempo de permanência da população em favelas e facilitaria sua integração na chamada sociedade urbana industrial”. (TASCHNER.1978: 131)

Entretanto, as condições de vida nas tais Vilas seriam iguais ou talvez piores que nas próprias favelas de origem, por conta do controle social exercido pelos técnicos da Prefeitura, como descritos no estudo de Rosa F. Ferreira:

“O projeto encaminha as famílias residentes nas favelas para as Vilas de habitação Provisória construídas pela própria Prefeitura, em terrenos de sua propriedade afastados do centro da cidade, nos bairros periféricos e à margem das rodovias. As moradias são barracos construídos com chapas de madeira, cobertos com telhas de chapa onduladas e de chão assoalhado. O conjunto de dois barracos é servido por um banheiro, enquanto várias torneiras fornecem água na extensão do terreno ocupado. Com estas Vilas a Secretaria pretende adaptar os favelados aos modos urbanos de vida. Para tanto fiscaliza a manutenção da limpeza nos banheiros e áreas livres que circundam as casas; impõe regras sobre a utilização das moradias, impedindo a construção de divisões internas, controlando a limpeza e a manutenção, observando a circulação das pessoas para impedir que as casas, que são doadas provisoriamente a família determinadas, sejam transacionadas ou passem à posse de homens e mulheres que vivem sós”. (FERREIRA.1977:27)

Como o foco do nosso trabalho é a reflexão sobre a favela e não as intervenções públicas, destacamos do trabalho de Rosa Ferreira, dois pontos que julgamos importante para incorporar na nossa discussão.

O primeiro trata da questão da ilegalidade do morar nestes aglomerados. Segundo Rosa Ferreira, o favelado tem plena consciência deste fato, porém, assumem os riscos desta condição por opção ou por falta de outra alternativa:

“Essa expansão da cidade ao mesmo tempo em que provoca crises de difícil solução no <<modus vivendi>> dos núcleos atingidos, leva as pessoas a se conscientizarem da <<ilegalidade>>, da <<anormalidade>> da forma de posse e habitação pela qual optaram”.

“Ao verbalizarem essa noção da <<infração>> vivenciada os favelados manifestam um alto nível de consciência, não só das normas vigentes e das sanções possíveis, como também de que a situação constitui um impasse impossível de ser solucionado, sem incorrer em perdas materiais e sociais ainda maiores como a perda do emprego ou da possibilidade de obtê-lo, a diminuição da renda a ponto de impossibilitar a subsistência e a falta da rede de apoio representada pelas relações primárias estabelecidas com indivíduos que lhe são semelhantes”. (FERREIRA.1977:64)

Vista desta forma, a questão da ilegalidade ou infração cometida na posse do terreno ganha, segundo a autora, uma outra dimensão, a da legitimidade. A condição é ilegal, mas se torna legítima na medida em que a favela se constitui em *solução de vida* :

“A questão que se coloca é que se frente ao sistema existe uma <<infração>> em viver num barraco em terreno alheio ou numa casinhola construída sem autorização, esta <<infração>> só pode ser assumida e vivida pelas pessoas, porque elas não têm meios materiais e não-materiais de encontrar outras soluções. A gama de soluções oferecidas pelo sistema encontra-se num nível econômico e cultural inacessível às condições de compreensão e manipulação possíveis aos favelados”. (FERREIRA.1977:64)

Um outro ponto que julgamos importante refere-se às estruturas sociais hierárquicas estabelecidas no interior das favelas, entre moradores antigos e novos. Somente uma pesquisa de campo sistemática como a realizada por Ferreira poderia revelar a existência de uma hierarquização social e espacial dentro da favela:

“Existe uma nítida diferença entre os moradores antigos, que vivem no local há quinze anos, mais ou menos, e os provenientes das invasões atuais, que vem expandindo aceleradamente a favela nos últimos cinco anos”.

“Os moradores provenientes de invasões recentes conseguem terrenos exíguos nos barracos e encostas, onde constroem com a ajuda de amigos e parentes, ou compram, ou alugam dos moradores mais antigos, os pequenos barracos de um só cômodo, contíguos uns aos outros. Configura-se assim uma hierarquização espacial e social entre os antigos moradores e os atuais <<maloqueiros>>. Apesar de pertencerem ao mesmo escalão sócio-econômico e de não revelarem diferenças significativas de condutas, valores e padrões, os moradores tem visualização dividida da favela e de sua condição de vida”. (FERREIRA.1977:79)

Deste modo, o processo de estigmatização que o favelado sofre em relação aos moradores de fora da favela, se reproduz internamente, criando assim um obstáculo a mais para união e mobilização dos favelados.

“Os antigos não se consideram favelados, inclusive empregam os termos <<maloqueiros>> e <<flagelados>> para conceituarem pejorativamente os novos moradores, sempre que se referem a eles. Consideram-se <<legalmente>> estabelecidos, legalidade esta atribuída ao tempo de permanência e ao trabalho dedicado à área. Consideram-se pessoas de comportamento adequado, de padrão moral mais elevado em contraposição aos novos que são considerados <<malandros e desordeiros>>”. (FERREIRA.1977:79)

Este trabalho de Rosa F. Ferreira contribuiu, juntamente com outros, para a crítica das representações sobre as favelas, advindas da Teoria da Marginalidade.

3.3.3 FAVELA E ESPOLIAÇÃO URBANA

Para finalizar este tópico não poderíamos deixar de ressaltar um outro estudioso importante que recolocou o fenômeno favela e a questão habitacional no Brasil em outro patamar teórico. Trata-se de Lucio Kowarick, que no final da década de 1970, como já mencionamos, publica uma série de artigos no livro denominado *A Espoliação Urbana*. Desta publicação destacamos alguns pontos que julgamos relevantes para a nossa reflexão.

Primeiro, a própria noção que a expressão *espoliação urbana* designa. Com ela, as contradições sociais presentes na sociedade brasileira, assumem uma dimensão que vai além do processo de produção, alcançando também o do consumo coletivo na cidade. Desta forma, segundo Kowarick:

“(…),o chamado ”problema” habitacional deve ser equacionado tendo em vista dois processos interligados. O primeiro refere-se às condições de exploração do trabalho propriamente ditas, ou mais precisamente às condições de pauperização absoluta ou relativa a que estão sujeitos os diversos segmentos da classe trabalhadora. O segundo processo, que decorre do anterior e que só pode ser plenamente entendido quando analisado em razão dos movimentos contraditórios da acumulação do capital, pode ser nomeado de **espoliação urbana**: é o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho”. (KOWARICK.1979:59)

Com esta noção, o favelado, assim como o morador de loteamento periférico se igualam na condição de *espoliados* e em suas respectivas formas precárias de moradia. Esta condição contribui, sobretudo, para o rebaixamento do custo da reprodução da força de trabalho, pois tanto o barraco da favela, como a maioria das casas localizada na periferia é autoconstruída:

“A solução mais importante do ponto de vista quantitativo na cidade de São Paulo é a autoconstrução, esta magnífica fórmula que o capitalismo dependente deflagrou para rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho, compatibilizando uma alta taxa de acumulação com salários crescentemente deteriorados”. (KOWARICK.1979:61)

Em um outro texto desta publicação, denominado *A favela como fórmula de sobrevivência*, Kowarick reatualiza os dados sobre as favelas paulistanas, apontando mudanças substanciais em relação aos números do cadastro de 1973.

“Em 1973 já era novamente 1,3% e, em 1975, malgrado serem os favelados proporcionalmente ainda pouco numerosos, já totalizam 117 mil pessoas. No ano seguinte havia mais de 200 mil e, em 1978, as estimativas apontam para a existência de 490 mil moradores em favelas”. (KOWARICK.1979:78-79)

O autor propõe também uma interpretação para esse crescimento do número de favelados em São Paulo:

“Em relação a este incremento recente, é viável afirmar que, além da compressão salarial que está no âmago do processo de favelização, o vertiginoso aumento no preço da terra urbana que nos últimos anos também afetou as áreas periféricas tornou ainda mais problemática a confecção da casa própria”. (KOWARICK.1979:79)

Por outro lado, este autor sinaliza também para o processo de periferização das favelas, tendência que irá se confirmar ao longo dos anos, por conta da pressão do mercado imobiliário. As favelas vão perdendo, desta forma, a condição privilegiada de se localizarem próximas a fontes de emprego e renda:

“A razão de tal fenômeno é que as favelas tendem, elas também, a serem expulsas para as <<periferias>> distantes onde a pressão imobiliária se faz menos presente e onde, além da inexistência de outros serviços públicos, a viagem cotidiana para os centros de trabalho se faz de maneira dispendiosa e demorada”. (KOWARICK.1979:87)

Reafirma também as condições de vida precárias nas favelas paulistanas, onde vários problemas se acumulam, de natureza ambiental, social, educacional, de saúde pública:

“Como é óbvio, a favela significa uma condição de vida extremamente precária. Em São Paulo, elas estão localizadas freqüentemente, em áreas de litígio, fundos de quintais, nas faixas marginais de vias e córregos, em terrenos ou construções temporariamente abandonados, áreas, enfim, que ainda não se destinaram para um uso coletivo ou não adquiriram um valor suficientemente rentável para serem comercializadas. Cerca de dois terços dos aglomerados estão situados em terrenos em que são freqüentes inundações ou que apresentam grande declividade, onde os barracos estão sujeitos o risco de desabamento. Em 66% dos casos, não possuem iluminação pública. 98% dos barracos não estão ligados à rede de esgoto nem possuem fossa séptica, 80% são desprovidos de água encanada e em igual proporção o lixo é jogado ao <<ar livre>>. Por estes dados, é fácil perceber o alto teor de contaminação ambiental imperante nas favelas e as conseqüências sobre a saúde de seus moradores”. (KOWARICK.1979:89)

Ao autor não escapa também o processo de estigmatização que sofre a favela e o favelado, processo que nutre e reforça as representações negativas e preconceituosas sobre a pobreza:

“A condição de favelado representa uma vulnerabilidade que o atinge não apenas enquanto morador: atinge-o também no cerne dos direitos civis, pois mais fácil e freqüentemente pode ser confundido com

<<malandros>> ou <<maloqueiros>> que constituem objeto especial da ação policial. E muitos são confundidos, o que faz com que, mesmo aqueles que não tenham passado pela experiência, interiorizem a iminência do perigo. Foco de batidas policiais, a favela é também estigmatizada pelos habitantes <<bem comportados>> como antro de desordem que destoa da paisagem dos bairros melhor providos, precisando ser removida para que a tranquilidade volte a reinar no cotidiano das famílias que se sentem contaminadas pelo perigo da proximidade dos barracos. Por todos esses fatores, a favela é percebida como um atestado potencial de má conduta”. (KOWARICK.1979:92)

Este processo de estigmatização do favelado se desdobra nas relações de trabalho, observado também por Kowarick:

“Não raro, as empresas deixam de empregar um indivíduo pelo fato de morar numa favela, e em certos períodos da presente década algumas chegavam mesmo a ostentar placas que evidenciavam semelhante forma de discriminação. Nas residências das classes mais abastadas é comum não aceitar ou até mesmo despedir uma empregada doméstica quando a patroa descobre a origem domiciliar daquela que convive nos quartos dos fundos das moradias burguesas”. (KOWARICK.1979:92)

O final da década de 1970 é marcado pela ascensão dos movimentos populares, impulsionados pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, e pela intensificação das lutas sociais que marcaram o processo de redemocratização do país.

Neste novo contexto de retomada das organizações e lutas sociais, os moradores de favelas se organizam em movimentos de resistência a expulsão e remoção em primeiro lugar, e de luta por água e luz nos barracos, pressionando e forçando o poder público a responder a estas demandas, como assinalado por Bueno:

“A luta pela luz ganhou grande força entre as favelas. Em amplas assembleias, muitas realizadas em salas cedidas ou nas próprias igrejas católicas, organizaram-se manifestações nos gabinetes do prefeito e do governador, muitas delas com mais de 1.000 pessoas. A partir de 1979, Reynaldo de Barros (anteriormente presidente da SABESP), deu grande ênfase à dotação de luz e água às favelas, com a assinatura de convênios entre a prefeitura e as concessionárias estaduais desses serviços, SABESP e ELETROPAULO”.

“Também em 1979 iniciou-se o PROÁGUA. A SABESP passou a fazer ligações de água em barracos de favelas lindeiras às vias públicas e em vielas com mais de 4 metros de largura”. (BUENO.2000: 63-64)

Deste modo, a partir dos anos de 1980 as favelas paulistanas vão passar por grandes transformações, que serão acompanhadas com muito interesse pelo campo intelectual formado e consolidado em torno do fenômeno. Mas isto é assunto para o próximo capítulo.

O pensamento sobre a favela em São Paulo — um panorama histórico: 1980–2006

4.1 As favelas paulistanas — A produção intelectual na década de 1980.

4.1.1 A CIDADE QUE VIROU FAVELA

NOS ANOS DE 1980 O TEMA FAVELA ganhou amplitude em São Paulo. O crescimento do número de favelados, as intervenções do poder público dotando algumas favelas de água e de energia elétrica, a intensa mobilização dos moradores, estes, entre outros fatores, colocaram a questão das favelas na pauta dos grandes jornais e na agenda de ações do poder público.

Em uma pesquisa superficial nos arquivos do Cesad, na FAU-USP, entre os anos de 1980 e 1988 encontramos inúmeros registros tendo a favela como tema, em forma de matérias, reportagens especiais, cartas dos leitores, artigos, enfim, um vasto material publicado nos grandes jornais de São Paulo, em uma quantidade que não se compara com as décadas anteriores.

Para se ter uma idéia do grau de preocupação com o tema favela neste período em São Paulo, foi instituído em agosto de 1981, pelo Administrador Regional da A. R. do Butantã, o “dia do favelado”, com direito a festa e farta distribuição de brindes:

“Mais de 20 mil favelados, não só da região do Butantã, onde será realizada a festa, mas dos bairros periféricos, são esperados hoje para participar, na regional do Butantã, do <<Dia do Favelado>>, instituído pelo administrador Ivo Carotini. A idéia segundo explicou, <<é homenagear o favelado, para fazer a população ver que ele não é o que se fala, mas uma força de trabalho do Brasil>>”. (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 16/08/1981. CAD.1.PÁG.24)

O propósito político e populista deste evento era evidente, em função da proximidade das eleições para governador em São Paulo, pois o prefeito Reynaldo de Barros concorreria ao cargo, e o administrador regional entraria na disputa por uma vaga na Assembleia Legislativa. Por outro lado, este fato representava também o reconhecimento da importância política do favelado, malgrado significar ao mesmo tempo, a reafirmação de uma velha prática política no Brasil, a do clientelismo, tendo as favelas como “currais eleitorais urbanos”.

O fato é que o crescimento do número de favelados em São Paulo causava preocupação e alarmava parte da população neste período.

“São Paulo tende a se transformar em uma grande monstruosa favela”, declarava o antropólogo Álvaro Fernandes Ribeiro Neto para o jornal *O Estado de S. Paulo* em uma matéria publicada em 25 de dezembro de 1981. Este estudioso havia concluído uma pesquisa sobre o modo de vida na favela, trabalho apresentado ao departamento de Ciências Sociais da FFLCH da USP, sob a orientação da professora Ruth Cardoso.¹

Para a realização desse trabalho, o antropólogo passou três anos convivendo com os favelados, em uma pesquisa de campo entre 1972 e 1975, na extinta favela Cidade Jardim. Tratava-se de um trabalho sobre as representações e prática de consumo na favela.

Segundo este autor, na mesma entrevista citada acima: “favela é algo que transcende o mero espaço físico, o local onde ela se localiza geograficamente. Favela é mais do que isso, é um modo de vida que envolve s relações de poder urbano, onde mais descaradamente se revelam esses mecanismos, a violência, a opressão e a exploração de um homem pelo outro.

A favela é um produto da cidade que permite a revelação e o entendimento do consumo, que é dividido em três categorias: o utilitário, o de comunicação e o imaginário". (JORNAL O ESTADO DE S.PAULO, 25/12/1981)

Sobre este universo do consumo, explica o antropólogo que:

"A análise prende-se mais ao consumo de espaço pelo favelado, que é mais revelador e inovador no sentido de mostrar como o favelado legitima a posse da terra urbana. A tese revela a própria autonomia de um agrupamento que cria e recria na cidade o seu próprio espaço e reproduz dentro dele todas as relações sociais, pagando aluguel, estabelecendo um sistema e acúmulo de mercadorias e trocas, e até gerando violência entre si. Os favelados vivem brigando, entre si ou contra os representantes da lei". (JORNAL O ESTADO DE S.PAULO, 25/12/1981)

No mesmo sentido, Álvaro Ribeiro Neto, em relação aos hábitos de consumo propriamente ditos, afirma que, os hábitos do favelado não diferem muito dos operários urbanos e que dentro daquilo que ele denominou de consumo utilitário o favelado *alimenta-se precariamente, ouve muito rádio de pilha e quando tem eletricidade vê televisão*. E, declara ainda o antropólogo:

"Mas consome imaginariamente um produto que é determinado pelo sonho dado pela própria vida que ele vai construir dentro da cidade". (JORNAL O ESTADO DE S.PAULO, 25/12/1981)

Por outro lado, se tomarmos como parâmetro somente os títulos das reportagens dos grandes jornais na primeira metade dos anos de 1980, teríamos a impressão que São Paulo inteira estaria tomada por favelas. Vejamos alguns exemplos:

"Favelados chegam a 850 mil na cidade" (FSP.19/04/1980,pág.15)

"Em dez anos, a população favelada aumentou 446%" (FSP.23/05/1982.pág 21)

"Em São Paulo são 900 mil favelados" (FSP.01/08/1982.pág.22)

"Favela, opção para mais da metade da população" (OESP.14/08/1983)

"Em 10 anos, população favelada quintuplicou" (FSP.24/06/1984)

Os números sobre a população favelada jorravam de forma sensacionalista, ao sabor de algumas manchetes que estampavam com alarde a disseminação das favelas pela cidade, como esta publicada no jornal OESP do dia 26 de outubro de 1984:

"A METRÓPOLE DAS FAVELAS: Foi um crescimento impressionante: em dez anos, centenas de novas favelas surgiram em São Paulo, abrigando hoje pelo menos 700 mil pessoas. Diante disso, e acreditando na impossibilidade da sua erradicação, o governo e a prefeitura decidiram oferecer melhoramentos a muitas favelas, iniciando uma urbanização polêmica, acusada de favorecer a proliferação destes bolsões de miséria. Mas as autoridades reagem, dizendo que o empobrecimento econômico é a principal causa dessa situação." (OESP.26/10/1984)

Nesta mesma matéria, a secretária da Família e Bem Estar Social (FABES) da PMSP, Marta Godinho, uma das pioneiras no estudo sobre a favela em São Paulo, afirmava a necessidade de urbanizar as favelas, declarando que *"A idéia de urbanização das favelas parte de uma nova concepção que se tem da cidade e da sociedade"*. (OESP.26/10/1984)

De fato, a proposta de urbanizar as favelas era nova tanto para a FABES, como para a própria secretária, que um ano antes havia declarado que o problema da favela não tinha solução:

“A secretária da Família e Bem Estar Social, Marta Godinho, analisa friamente o crescimento desordenado do número de favelas em São Paulo: <<Não há nenhum governo ou sociedade que possa resolver esse problema>>. E reconhece que a sua Secretaria pouco poderá fazer para contornar isso. << A quantidade de gente que está sendo expulsa do sistema habitacional normal é muito grande>>, acrescenta”. (OESP.14/08/1983)

Marta Godinho tinha clareza da ineficiência do sistema habitacional construído no início da ditadura militar. A política implementada desde então privilegiava a casa própria em detrimento de outras formas de provisão de habitação. Para se ter uma idéia do significado desta política, segundo Maricato: *“Em 1940, 64% dos domicílios urbanos eram alugados. Em 1991, essa proporção é de apenas 16%”.*

“A casa própria foi difundida, propagandeada, enaltecida, pelo BNH e pelo SFH durante toda sua atuação, de 1964 e 1986. Nenhuma outra forma de produção da moradia fez parte das propostas de governo desde então. É tão forte na sociedade brasileira a divisão entre proprietários e não proprietários que a casa própria constitui um elemento destacado de discriminação social. A queda pronunciada do número de moradias de aluguel se dá, concomitantemente, ao aumento da população moradora de favelas”. (MARICATO.1997:49)

Sem sombra de dúvidas, o fenômeno favela havia se intensificado em São Paulo, provocando debates e discussões, no âmbito da academia, do poder público e de outras instituições, como a OAB, por exemplo:

“A Ordem dos Advogados do Brasil (Seção do Rio de Janeiro) tomou a iniciativa de debater o uso do solo à luz do Direito, e o secretário da entidade, valendo-se de estatística, procurou situar o desenvolvimento das favelas no Rio e em São Paulo e encontrar, para ele, várias causas”. (OESP.30/09/1982)

Em um outro trabalho acadêmico, realizado para Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Castelo Branco afirma que *as favelas devem ser estudadas como fonte de inspiração* para os arquitetos. (BRANCO.1981)

Mas quem, ao longo da década, vai acompanhar a evolução das favelas paulistanas é Suzana Taschner, com vários artigos publicados, dentre os quais, um com o título que resume as mudanças em São Paulo neste período, no que tange a questão das favelas, qual seja *A cidade que virou favela*.

Reafirmando a nossa preocupação com a reflexão sobre a favela em São Paulo, destacamos os estudos destes dois autores citados para um breve exame, objeto do próximo ponto.

4.1.2 A EVOLUÇÃO DAS FAVELAS PAULISTANAS E A PRODUÇÃO ACADÊMICA NA DÉCADA DE 1980

Os trabalhos acadêmicos dos primeiros anos da década de 1980, como a dissertação de mestrado de Castelo Branco, não capturavam ainda, obviamente, as transformações que estavam ocorrendo em São Paulo no âmbito da questão da moradia popular, como o crescimento do número de favelas e de favelados, as ocupações organizadas de terra, como a da fazenda Itupu, o caso mais emblemático do período, como assinalado por Glória Gohn:

“A fazenda Itupu foi, entretanto, o início de um novo processo de ocupação de áreas pelas camadas populares como forma de sobreviver em face do problema da necessidade de moradia”. (GOHN.1991:74)

Como já havíamos apontado no capítulo anterior, a organização e a mobilização dos favelados encaminham estes a ação, desde o final da década de 1970. Deste modo, nos anos de 1980 a luta dos favelados cresce e se transforma:

“Os anos 80 delinearão um novo painel conflitivo. As favelas cresceram ou incharam e organizaram-se. Deixaram de apenas resistir e passaram a atuar reivindicatoriamente. Água e luz foram as etapas iniciais desta luta. Isto gerou a urbanização da favela e um novo problema: a luta pela posse da terra do barraco, como forma de garantir a não expulsão. Esta situação gerou duas frentes de luta e organização popular: a luta pela concessão do direito real de uso – do Movimento unificado de Favelas – e a luta pela compra subsidiada dos terrenos – do Movimento do Conselho de Favelas”. (GOHN.1991:63)

Para uma análise mais aprofundada das ações dos movimentos de luta por moradia neste período recomendamos a leitura do livro de Gohn.

Mas voltando o foco para a dissertação de Castelo Branco, este autor retoma os dados do Cadastro de Favelas de 1973 para análise, e, neste aspecto, não acrescenta pontos novos para discussão. Da mesma forma, nos aspectos conceituais, o autor retoma os mesmos pontos apresentados no Cadastro. Portanto, a maior contribuição deste autor para a reflexão sobre a favela está na defesa desta como solução para o problema de moradia.

Os argumentos apresentados pelo autor, por um lado, revela a existência de uma plasticidade singular dos barracos, pois estes exprimiriam aspectos da nossa cultura muito melhor que outras formas de moradia. E por outro, o autor realça o caráter popular do empreendimento, uma defesa nos moldes da concepção de Turner, que defendia, por volta da segunda metade dos anos 1960, que a solução de moradia dos pobres estava na autoconstrução, insistindo “na utilidade de uma política que desse aos interessados a liberdade de construir ao invés de impor um modelo único e universal de moradia popular”. (VALLADARES.2005:131)

Não pretendemos entrar neste debate, mas sim, registrar um aspecto importante do pensamento sobre a favela neste período.

Assim, neste sentido, afirma Castelo Branco que:

“As favelas representam formas de reincorporação plástica de todo um repertório nacional de formas de moradia em formação ainda. Representam melhor maneira de resolver o problema de habitação do que aquelas que tem sido feitas através de projetos tipo BNH ou outras instituições: sem expressão cultural brasileira, sem caráter verdadeiramente telúrico e popular apesar dos nomes de <<vilas populares>>. É preciso reconhecer, também, que grande parte dos <<conjuntos habitacionais>> feitos com recursos públicos se constituem hoje em tristes exemplos de como não resolver corretamente o problema habitacional. **Um aglomerado formado pelos próprios moradores é sempre rico de expressão plástica, desde a forma individual de um barraco até a composição inteira do improvisado arranjo urbano: exemplos que podem ser dados pela já desaparecida favela do Vergueiro ou na já referida favela da Vila Prudente**”. (BRANCO.1981:22 anexo)

Este trabalho de Castelo Branco revelava também o adensamento de algumas favelas, com o aparecimento de barracos do tipo sobrado, como encontrados na favela da Vila Prudente.

Aliás, nesta favela, uma das mais antigas da cidade, a *especulação imobiliária*, neste novo mercado informal, se disseminava de forma intensa, e provocava um aumento considerável nos preços dos barracos, como observado em reportagem de Antenor Braido para o jornal *Folha de São Paulo*, de 30 de janeiro de 1983, que estampava no título desta a frase: “*Especulação eleva preços de barracos a até Cr\$ 1 milhão*”; com o seguinte conteúdo:

“<<Quero um milhão de cruzeiros a vista pelo meu sobrado. Por menos não sai negócio>>. Quem diz isso é Nino Alves da Rocha, que mora há 25 anos na favela da Vila Prudente, a mais antiga e organizada de São Paulo. Semana passada, aproveitando a grande procura, ele pôs seu barraco de dois andares à venda, esperando conseguir <<um bom dinheiro na transação>>. Essa é a expectativa de muitos favelados da Capital. A partir de novembro, eles se surpreenderam com o grande número de pessoas interessadas em comprar barracos, especialmente migrantes e trabalhadores desempregados, que pelos mais diversos motivos – originados, maioria deles, pela crise econômica atual – buscaram moradias nas cerca de mil favelas existentes em São Paulo”. (FSP.30/01/1983)

Como afirma Baltrusis, em sua tese de doutoramento sobre o mercado imobiliário informal em favelas de São Paulo, este sub-mercado informal atende, preferencialmente, *“à população de baixa renda que não tem acesso ao mercado formal nem aos programas estatais de provisão habitacional”.* (BALTRUSIS.2005:15)

Neste sentido, este novo mercado opera em outro nível de negociação e legalidade, específica, como observado na reportagem de Antenor Braido citada acima:

“Esse novo e estranho mercado imobiliário, que surgiu em São Paulo nos últimos meses, tem um sistema todo especial de negociação: não se aceita fiador, não se vende a prazo, não há financiamentos e as transações são intermediadas, nas favelas que possuem um mínimo de organização, pelos líderes. Aproveitando-se da situação, muitos deles, conforme denúncias de favelados, ganharam um <<bom dinheiro nessa tarefa>>”. (FSP.30/01/1983)

Segundo Baltrusis, em sua pesquisa de campo na favela de Paraisópolis, *“(…), foi possível identificar vários agentes do mercado imobiliário informal, que se assemelham e até se confundem com os do mercado formal”.* (BALTRUSIS.2005:131)

Deste modo, não se trata somente de lideranças das favelas, mas outros agentes também estão envolvidos nesta atividade. Na favela de Paraisópolis, por exemplo, Baltrusis constatou a profissionalização destes agentes:

“O mercado imobiliário informal, em Paraisópolis, funciona como uma extensão do mercado formal, como um sub-mercado, porém, com suas características próprias. O depoimento de dona Helena expressa bem essa imagem, para ela a sua imobiliária <<funciona como uma imobiliária normal>> com corretores, estrutura de divulgação, administração de imóveis, além da compra, venda e locação de vários tipos de imóveis”. (BALTRUSIS.2005:131)

Neste aspecto, algumas reportagens de jornais na década de 1980, apontavam para o aparecimento de uma “classe média” nas favelas paulistanas, como estampava no título da reportagem de Antônio Carlos de Farias para o jornal FSP, de 29/02/1988: *“Uma <<classe média>> surge dentro das favelas”.* E seguia, no subtítulo e no conteúdo da reportagem, o seguinte conteúdo:

“São habitantes com poder aquisitivo maior que os demais e que conseguem pagar até Cr\$ 200 mil para comprar um <<sobradinho>>”.

“A falta de espaço para a expansão acabou estimulando nos últimos anos a verticalização da favela da Vila Prudente, em São Paulo, fenômeno que se repete em outras favelas da cidade. Os chamados <<sobradinhos>>, barracos com um andar superior e às vezes até com uma pequena sacada, são uma marca registrada daquilo que os próprios favelados chamam de <<classe média>> da favela. Nesta classificação não há ‘ricos’, já que estes são os que conseguem mudar para outro local”. (FSP.29/02/1988.pág.15)

Assim, mesmo levando-se em conta o espaço de quase duas décadas entre as reportagens dos jornais e a pesquisa de Baltrusis, podemos inferir que este sub-mercado informal não se alterou substancialmente ao longo deste tempo. Na década de 1980, segundo reportagem do jornal FSP de 30 de janeiro de 1983, citada acima, a lógica que regia esse processo era assim discriminada:

“Em quase todas as favelas da Capital, é grande o número de barracos com a placa <<vende-se>>, afixada nas paredes. Na maioria dos casos, segundo Manoel Spíndola, (líder da favela da Vila Prudente), vendem para juntar um <<dinheirinho>> e voltar para a terra de origem,...Meses após, porém, sem terem conseguido nada em suas cidades, voltam novamente para a favela e entram no novo mercado imobiliário, aumentando a procura e elevando os preços”. (FSP.30/01/1983)

Na mesma reportagem encontramos outra hipótese explicativa para a formação deste novo mercado imobiliário:

“Um número muito grande de compradores de barraco é formado por famílias que moram na periferia da cidade e, na tentativa de economizar algum dinheiro para posteriormente dar entrada num terreno ou casa, vão morar na favela, esperando permanecer ali apenas alguns anos”. (Ibidem)

A formação deste novo mercado imobiliário, que na verdade não era tão novo, como já vimos no tópico anterior, só havia mudado de intensidade; era apenas um dos aspectos das transformações que ocorriam nas favelas paulistas neste período.

Como afirmamos no início deste tópico, Suzana Taschner acompanhou a evolução das favelas em São Paulo ao longo da década de 1980. Neste sentido, encontramos uma série de artigos publicados, produzidos por ela, tendo o tema favela como eixo principal destes estudos, para além da tese de doutoramento apresentado à Faculdade de Saúde Pública da USP com o título de *Moradia da Pobreza: Habitação sem Saúde*.

Os primeiros destes estudos foram publicados em conjunto com Yvone Mautner, em 1981 e 1982. Traziam análises dos dados de uma pesquisa realizada com a colaboração do IPT, e apresentavam um quadro mais amplo da habitação da pobreza urbana em São Paulo.

Destes estudos, os aspectos conceituais sobre a favela já foram examinados por nós no primeiro capítulo desta dissertação. Cabe aqui, portanto, ressaltar os pontos que ainda não foram tratados nesta breve retrospectiva.

Desta forma, um primeiro ponto de destaque nestes trabalhos, trata do reconhecimento da heterogeneidade dos aglomerados denominados de favelas, o que evidencia um problema conceitual, pois o que especifica a favela entre outras modalidades de habitação ou aglomerado popular, é somente o aspecto jurídico da propriedade da terra:

“Em suma, embora as áreas invadidas em São Paulo, se apresentem com tipo de moradia precário, em virtude da categoria de renda da população que abrigam e da característica comum da ocupação ilegal da terra, e, conseqüentemente de seu estatuto jurídico especial diante da lei e da autoridade pública, elas apresentam uma gama de categorias sociológicas extremamente variada, a maior parte das favelas sendo composta de áreas sociais e habitacionais bastante heterogêneas”.(TASCHNER E MAUTNER.1982:22)

Essa heterogeneidade é que nos permite pensar até que ponto as pesquisas de campo sobre uma determinada favela pode gerar dados que acabam por se generalizar para todas as favelas, como se aqueles aspectos levantados, que caracterizam um aglomerado

especificamente, tivesse validade para caracterizar todos. Deste modo, a favela se caracteriza somente, como afirmamos acima, pelo fato de se localizar em terra invadida.

“O problema fundiário nas favelas é específico, já que a variável básica interveniente é a posse da terra e não a propriedade”. (TASCHNER.1984:46)

Porém, como Taschner e Mautner reafirmam, — o que já havia sido observado por Ruth Cardoso —, *não se conhecem com segurança os mecanismos de apropriação da terra invadida.* (TASCHNER E MAUTNER.1981:218)

Desta forma, a definição de favela se torna, de uma certa forma, insuficiente. Pois exatamente aquele ponto que a singulariza, a invasão de terra alheia, não se constitui em algo consistente. Em alguns casos trata-se de ocupação consentida, por outro, estimulada pelo poder público, ou ainda, no caso de terrenos privados, pelo próprio proprietário. Como observado pelas autoras:

“c) nas favelas pequenas, o controle do uso do solo é exercido por um preposto, sempre apoiado por autoridade externa (o proprietário da terra, ou quem se anuncia como tal). A relação entre o preposto e o dito proprietário do terreno se apresenta de forma bastante nebulosa para os outros moradores que, não obstante, a aceitam.

d) nas favelas maiores e mais estruturadas a permissão para construir um barraco e se apropriar de um pedaço de terra é outorgada por entidades registradas em cartório, com estatuto reconhecido – a Associação de Moradores, cuja diretoria é eleita, por voto voluntário, entre os residentes da favela”. (TASCHNER E MAUTNER.1981:218)

Taschner, em um outro texto, de 1988, reconhece a legitimidade desta “infração”, malgrado a sua ilegalidade, como forma de resistência e construção da cidadania:

“A história das favelas é a história do espaço não permitido. Constatar seu crescimento e sua transformação apesar das tentativas de remoção e das proibições formais de que novas construções fossem erguidas, é reconhecer que, em face da omissão ou das restrições do Poder Público, os próprios moradores tomam a si o trabalho da construção da sua <<cidade>>. Constroem sua cidadania em oposição à não cidadania que a ocupação ilegal da terra lhes impõe”. (TASCHNER.1988:77)

Por outro lado, cabe ressaltar, no que diz respeito às construções dos barracos, a existência, naquele período, de um amplo comércio de materiais de construção que se alimentava no crescimento das favelas, e que disponibilizava painéis de madeira pré-moldados, com portas e janelas recortadas, em módulos tamanho padrão para montagem dos barracos, como observado também pelas autoras naquilo que elas denominaram de “fábrica de barracos”.

Dos outros textos de Suzana produzidos neste período, destacamos o crescente processo de favelização por parte da população pobre paulistana. Para a autora, ocorreu um nítido processo de pauperização de parcela da população, evidenciado pela piora das condições habitacionais. Com o aumento do preço da terra urbana e a depreciação do valor real dos salários, a população mais pobre fica assim impedida de pagar o preço da terra urbana, restando para elas a invasão de terras “deixadas” pelo mercado imobiliário. Nas palavras da autora:

“Percebe-se que as maiores taxas de favelização ocorrem entre 1973 e 1980, evidenciando um nítido processo de pauperização que não pode ser explicado pela migração. O que aconteceu durante

aqueles anos e ainda acontece, embora com menor intensidade, é que grande parte dos favelados chegou à favela por um processo de ‘filtração descendente’, tendo antes usufruído de moradia diversa. A pesquisa de campo de 1980 mostrou que 39,2% dos chefes migrantes tiveram outro tipo de experiência habitacional antes de chegar à favela. Quase 5% dos chefes de família tiveram, como moradia imediatamente anterior ao atual barraco, casa própria”. (TASCHNER.1986: 278)

Por outro lado, outro ponto importante a destacar destes artigos, é a tendência de periferação das favelas, apontada pela autora e que se confirmou ao longo das décadas subseqüentes, segundo dados apresentados em estudos recentes por parte do Centro de Estudos da Metrópole, do CEBRAP. (MARQUES, TORRES e SARAIVA. 2003). Para a autora, ocorreu um certo esgotamento de terras disponíveis no centro, nas palavras dela:

“... na periferia aumentaram os barracos. Acabadas as áreas onde ainda existem algumas ‘vantagens locacionais’, a invasão de um terreno e a construção do barraco, mesmo na periferia mais longínqua, será uma das únicas alternativas possíveis para o trabalhador pobre.” (TASCHNER. 1984:46)

Taschner havia elaborado, inclusive, na sua tese de doutoramento, com base nos dados do cadastro de 1973, um esquema em anéis ecológicos para a localização das favelas no tecido urbano da cidade de São Paulo, assim discriminados, um “*anel central; anel intermediário, onde se encontram áreas mais consolidadas e favelas mais antigas e anel periférico, área de expansão recente onde o fenômeno da favelização vem se acentuando, especialmente nos espaços institucionais dos loteamentos periféricos*”. (TASCHNER. 1982:342)

4.1.3 DESFAVELAMENTO TOMA CONTA DA MÍDIA IMPRESSA

Na segunda metade dos anos 1980, mais uma vez o Poder Público, no caso, a PMSP, sob a gestão do prefeito Jânio Quadros, implementou uma nova política de desfavelamento da cidade.

O tema repercutiu no noticiário dos grandes jornais de São Paulo entre 1986 e 1988, como observado em pesquisa nos arquivos do Cesad. Como exemplo, extraímos do jornal OESP de 8 de março de 1987, a reportagem com o seguinte título: “*O desfavelamento é possível?*”.

O conteúdo da reportagem se revela repleto de preconceitos em relação à favela, enfatizando a missão do prefeito de tentar “limpar” a cidade. Por outro lado, era irônica em relação às metas da prefeitura:

“A meta é ambiciosa: construir 103 mil casas para a população pobre de São Paulo até 1988, mais do que a Cohab fez em 20 anos. Destas, 20 mil serão entregues a uma população mais pobre ainda – os favelados – que há dois meses vivem o pesadelo de ter um trator rondando seu barraco. Angariando recursos, enfrentando críticas e sujeita até a ações penais, a prefeitura parece disposta a não parar – Jânio Quadros que passar para a história como o prefeito que <<limpou>> a cidade. (...) A prefeitura não pretende ‘limpar’ São Paulo sozinha”. (OESP.08/03/1987)

O verdadeiro propósito desta política era evidente, impulsionar o mercado imobiliário em São Paulo, nas áreas de interesse deste, como observado no conteúdo desta reportagem do jornal *Folha de S.Paulo*, pelas declarações de um agente do mercado imobiliário:

“O interesse financeiro das construtoras em participar dos benefícios da lei do desfavelamento se concentra na redução do custo dos terrenos onde pretendem fazer prédios e no rebaixamento do preço final das unidades residenciais ou comerciais que irão vender, afirma o diretor da Rossi Residencial, Rui

Eduardo Gragnani. Ele espera que a comissão de zoneamento aprove seu projeto ainda neste semestre. Para poder construir dois edifícios de quatro apartamentos por andar, com 12 e 13 andares, o dobro do permitido numa área de dois mil metros quadrados da Vila Alexandria (zona sul), a Rossi se compromete a financiar a construção de 15 casas da Cohab". (FSP.19/05/1988)

Os resultados desta política, no que diz respeito ao desfavelamento da cidade, se mostraram ineficazes, como era esperado. As manchetes de alguns jornais do período evidenciam o fracasso: *"O Plano de Desfavelamento de Jânio removeu, até agora, apenas 13 das 1.600 favelas existentes na cidade. E elas serão uma das polêmicas heranças que o atual prefeito deixará para o sucessor". (JT.21/09/1988:p.13)*

Por outro lado, os dados preliminares do *Censo das Favelas do Município de São Paulo*, revelavam que a população favelada havia aumentado 1.039% desde o Cadastro de Favelas de 1973, enquanto a população como um todo correspondeu um incremento de 59.89%.

"Tais dados são tão significativos que possibilitam concluir que o Município de São Paulo abriga hoje, em suas favelas uma população semelhante à de Campinas, quase duas vezes a população da cidade de Santos ou ainda mais de duas vezes a de Sorocaba e a de São José dos Campos". (PMSP/SEHAB/HABI.1988:7)

Desta forma, as críticas a esta política foram ganhando mais ressonância, como a elaborada por Bonduki, publicada no jornal *Folha de S.Paulo*, com o título: *Tem muita favela? Vai ter mais:*

"A revelação de que o número de favelados cresceu 1.039% no município de São Paulo nos últimos 14 anos surpreendeu apenas os que não estão acompanhando a situação habitacional no Brasil, ou aqueles que julgam que os desfavelamentos realizados pelo prefeito Jânio Quadros – como a remoção da favela da Cidade Jardim, que tanto chocava os nobres moradores do Morumbi e as autoridades que visitavam os governadores – tem algum papel, fora varrer a sujeira para debaixo do tapete. (...) De nada servirão os desfavelamentos aparentes do sr. Quadros. A não ser para iludir, um pouco mais, aqueles que querem forjar para o ex-presidente uma boa administração. Porque as favelas expulsas do centro e área intermediária apenas tendem a se reproduzir, de modo ampliado, nas periferias mais distantes dos olhos patéticos de quem não quer ver o que não está na frente do seu nariz". (FSP.12/05/1988.pág.A15)

Por outro lado, os dados preliminares do *Censo das Favelas do Município de São Paulo de 1987*, apontavam para mudanças significativas nas favelas paulistanas, no que diz respeito ao material de construção das moradias destas. Neste sentido, o conceito original de favela, *"entendida como um conjunto de habitações de caráter transitório, precárias, feitas geralmente de madeira usada, em terrenos invadidos sem infra-estrutura ou equipamentos sociais"*, estabelecido no texto de introdução desta pesquisa, se mostrava, de uma certa forma, superado, como assinalado no próprio texto citado:

"Os dados do Censo de 1987 apontam um grande número de domicílios construídos em alvenaria (75.944) o que corresponde a 50,46% do total de domicílios existentes nas favelas, dado este que por si já induz a uma reformulação do conceito original de favela. A alvenaria e os serviços urbanos existentes abalam fortemente a idéia de um aglomerado transitório e sugere a criação de raízes, por parte dos moradores, no tecido urbano". (PMSP/SEHAB/HABI.1988:7)

Taschner, em um texto mais recente, afirma que aquela idéia de favela não se sustenta mais, pois:

“A casa favelada do ano 2000 é de alvenaria, com tamanho entre 40 e 60 m², muitas vezes sobrado, servida por energia elétrica (mais de 90%), água potável (64%) e coleta de lixo (88%, embora esta coleta não raro seja bastante precária)”. (TASCHNER.2002:18)

Neste sentido, a favela, malgrado as tentativas de erradicação e desfavelamento, estaria consolidada na cidade como alternativa de moradia para parcela da população paulistana pobre.

No final da década de 1980, assume a PMSP, a assistente social Luiza Erundina, eleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em 1988. A partir desta gestão, a urbanização de favelas passa a ser o norte das ações do Poder Público, no âmbito municipal.

Passamos, assim, para o tópico seguinte onde tratamos da reflexão sobre a favela na década de 1990.

1 Procuramos este trabalho nos arquivos das Bibliotecas da USP mas não o encontramos para examina-lo. As observações feitas por nós sobre ele, foram feitas a partir do conteúdo apresentado na reportagem referida no texto da reportagem.

* As reportagens, matérias e artigos de jornais citados no texto estão xerocadas na íntegra, em anexo, no final do trabalho.

4.2 As favelas paulistanas — A produção intelectual na década de 1990.

Como assinalado no tópico anterior, as favelas se consolidaram como alternativas de moradia permanente para parte da população paulistana, especialmente as mais pobres, e se expandiram acentuadamente pela cidade, de tal forma que, segundo trabalho de atualização dos dados sobre as favelas, realizado pela Fundação de Pesquisas Econômicas (FIPE) em 1993, a pedido da prefeitura, a população favelada chegava a beirar 20% da população total do município.

Por outro lado, se as favelas se consolidaram como alternativa de moradia, Suzana Taschner em parceria com Maura Vêras, apontavam para uma redistribuição espacial da pobreza em São Paulo, com o esgotamento do padrão periférico de crescimento urbano da cidade, e para o reaparecimento do cortiço em torno e no centro, como alternativa de moradia, segundo elas: “*Só assim explica-se o aumento da taxa de crescimento demográfico em subdistritos como Barra Funda, Bom Retiro, Brás, Santa Cecília, onde o quadro construído tem poucas alterações*”. (TASCHNER e VÉRAS. 1990:54).

Deste modo, as diferentes formas de habitação precária em São Paulo, como o cortiço e a favela, juntamente com as casas da periferia, abrigavam a maioria da população paulistana. Segundo Tanaka, essa situação era decorrente do empobrecimento da população:

“A população urbana está mais pobre, o que teve reflexos diretos no padrão de moradias. A classe média foi em busca de soluções mais baratas indo ocupar espaços urbanos que antes pertenciam as classes de renda mais baixa”. (TANAKA.1993:34)

Taschner e Veras, no mesmo artigo citado acima, revelavam, com base nos dados do Censo das Favelas de 1978, que:

“(...) houve melhoria das condições de vida do contingente favelado paulistano, que agora tem acesso à energia domiciliar com tarifa mínima (em 1987, 86% das unidades são ligadas diretamente à Eletropaulo e 12% tem ligação emprestada), à água corrente e à coleta de lixo”. (TASCHNER e VÉRAS. 1990:61).

No entanto, mesmo diante desta melhora nas condições de infra-estrutura das favelas paulistanas, Taschner, em outro artigo, deixa claro que isto não minimiza as carências da população favelada, que continua ganhando mal, morando mal, alimentando-se pouco, e sendo mal atendido quanto aos serviços de educação, saúde e lazer. Levando a autora a concluir que:

“Ao ‘enriquecimento’ dos favelados corresponde o empobrecimento geral da população. Camadas de renda média vão à periferia, ‘periféricos’ voltam aos cortiços centrais, inquilinos e proprietários de renda mais baixa favelizam-se. Percursos físicos que expressam novas trajetórias de desigualdade...” (TASCHNER,1993:44).

Taschner produz ainda outros artigos ao longo da década, descrevendo as mudanças e a evolução das favelas paulistanas. Entretanto, outros estudiosos vão dirigir seus olhares para a favela, evidenciando uma ampliação do campo intelectual que elegeu o fenômeno favela como objeto de análise e investigação, dentro dos estudos urbanos.

Alguns vão investigar o fenômeno favela tomando como referência um aglomerado em particular, buscando, através deste universo, encontrar elementos que explicariam aspectos que teriam validade para todas as favelas. Neste grupo se encontram os trabalhos de Maria Ruth Sampaio, em relação à favela do Heliópolis, o de

Maura Icléa Bagnatori, em relação à favela Dois de Maio e do de Fernanda Haddad em relação à favela Goiti.

Outros estudiosos, como Marta Tanaka, buscam analisar o fenômeno de forma mais abrangente, estabelecendo relações entre a favela e a cidade como um todo. Nesta mesma linha, estão outros pesquisadores que mesmo não tendo o fenômeno favela como foco principal das suas análises, acabam por envolvê-lo nas interpretações que fazem da metrópole paulistana, trazendo contribuições para a reflexão sobre ele. Deste grupo, selecionamos os trabalhos de Helena M. Menna Barreto Silva e de Ulysses da Cunha Baggio, para uma breve análise neste tópico, ressaltando os aspectos conceituais e apontando também, para necessária reconceitualização do fenômeno favela na contemporaneidade.

Neste sentido, dois aspectos nos chamaram a atenção nestes trabalhos. O primeiro diz respeito à nova “cara” da favela, pois face às mudanças que ocorriam nas favelas paulistanas, a fronteira que separava a favela de outros bairros periféricos foi tornando-se mais nebulosa, a ponto de se perguntar; que separa a favela de outros bairros onde habitam predominantemente as classes populares?

Entretanto, se por um lado as favelas se transformavam, de uma certa forma, para melhor, por outro, permanecia inalterado a questão da ilegalidade fundiária neste aglomerado; como também, permanecia inalterada as visões preconceituosas sobre a favela. Como se revela os preconceitos e as implicações destes nas favelas e na vida dos favelados se constitui no segundo ponto que buscamos destacar dos textos.

Outras questões foram se incorporando ao tema da favela, a questão do meio ambiente, ressaltado por Taschner, e do Lazer, por Haddad.

Por outro lado, nesta década, as intervenções do Poder Público em alguns aglomerados se tornaram emblemáticos para a compreensão da lógica que se instituía na cidade, no âmbito das reestruturações econômicas que ocorriam no Brasil neste período, na onda do neoliberalismo e da globalização que o governo federal então assumia.

A política de urbanização de favelas, conhecida com o nome “fantasia” de *Cingapura*, se encaixava nesta nova lógica que trazia no seu bojo uma nova onda de remoção de favelas. Os trabalhos de Alfredo Anselmo e de Mariana Fix sobre o processo de construção da Avenida Água Espraiada e da remoção das favelas da região elucidam bem este processo e essa nova lógica que regia a cidade de São Paulo neste período, especialmente nas gestões de Paulo Maluf e Celso Pitta na prefeitura.

A nova lógica, que estamos nos referindo, diz respeito à aliança público-privado para reestruturação dos espaços da cidade, que criava uma “nova centralidade” ao longo das margens do Rio Pinheiros, concentrando status, prestígio, dinheiro e poder, e ao mesmo tempo reforçando a segregação socioespacial. Segundo Mariana Fix:

“(…), uma nova forma de associação do setor privado com o Estado seria o melhor caminho, talvez o único possível, para empreender a reordenação do espaço e adequá-lo às <<novas demandas da economia global>>”. (FIX.2001:71)

Enfim, são muitos os elementos que perpassaram a reflexão sobre a favela na década de 1990. Não temos a pretensão de tratar de todos eles com profundidade, mas sim, de apresentar, neste tópico, alguns pontos que possam ser aprofundados a posteriori. Neste sentido, passemos para o primeiro ponto.

4.2.1 FAVELA E PERIFERIA

A marca mais visível da favela foi até recentemente o barraco de madeira, coberto de folha de zinco. Em todas as definições de favela encontradas por nós até este período,

anos 1990, estes aspectos estavam presentes. O barraco da favela foi, inclusive, objeto de exaltação em muitas letras de músicas populares.

Entretanto, como pudemos extrair dos textos analisados, esse aspecto que definia a favela estava sendo superado. Os dados do cadastro de favelas de 1987 já haviam mostrado que mais da metade das moradias em favelas eram de alvenaria. Ademais, as definições de favela como aglomerados destituídos de infra-estrutura urbana já não se adequavam mais à realidade da maioria das favelas paulistanas, como também de outras metrópoles:

“A imagem da favela associada ao barraco não corresponde mais à realidade da maioria das favelas em metrópoles. A invasão, gradual ou repentina, individual ou em grupo, de uma terra sem infra-estrutura, com a autoconstrução de uma moradia com material provisório como madeira, deixam de ser características predominantes”. (DENALDI.2003:43)

Mesmo aquelas situadas na periferia se transformavam, como assinalado por Tanaka:

“Nas periferias das metrópoles, a áreas livres dos loteamentos foram invadidas por barracos, os barracos foram se transformando em casas de alvenaria com luz elétrica e água encanada, os acessos pavimentados. Hoje, muitas favelas se integram fisicamente ao tecido urbano da periferia das cidades”. (TANAKA.1993:34)

E, afirma ainda esta autora, que;

“As demais características utilizadas para definir as favelas da cidade caíram em desuso. São as adaptações à realidade local e específica de cada cidade e bairro”.(TANAKA.1993:37)

No mesmo sentido, no quesito renda, de acordo com os dados do censo de favelas de 1987, a renda do favelado se equiparava com a de moradores de outras modalidades de habitação popular, e, portanto, neste aspecto, a favela não era mais o lócus privilegiado da pobreza urbana.

Essas mudanças ocorridas em muitas favelas paulistanas, levaram alguns estudiosos a questionar as fronteiras que separam as favelas de outras modalidades de habitação popular. Segundo Tanaka:

“É difícil distinguir com precisão na periferia urbana, loteamentos, favelas invasões ou cortiços de quintal. A precariedade da estrutura urbana da periferia da cidade, a supercompartimentação da terra, a utilização dos mesmos materiais construtivos, a inexistência de vazios urbanos e a carência comum de equipamentos sociais transformaram as nossas periferias em uma paisagem contínua e semelhante”. (TANAKA.1993:41)

Menna Barreto Silva, por sua vez, argumentava nesta mesma linha, afirmando que as diferenças entre a favela e os loteamentos clandestinos eram frágeis, pois muitos aglomerados:

“Estão geralmente integrados em bairros populares, onde muitas vezes é difícil distinguir as favelas dos loteamentos clandestinos precários que as circundam, também desprovidos de infra-estrutura e equipamentos. Geralmente elas ocupam terrenos <<de uso comum do povo>>, onde deveriam ser implantadas praças, espaços de convívio ou equipamentos coletivos. No entanto, essas áreas só são ocupadas quando estão abandonadas, degradadas e sem utilização”. (SILVA.1997:97)

É preciso deixar claro que tomar estas mudanças ocorridas como algo que homogeneiza a situação de todas as favelas em São Paulo significa ocorrer em um grande equívoco. Elas variam bastante, como assinalado por Tanaka:

“As favelas não são um todo homogêneo e uniforme. Suas características físicas têm inúmeras variações: vão da favela totalmente urbanizada e integrada à cidade <<legal>>, até as favelas onde vivem famílias cobertas com caixas de papelão, pedaços de madeira ou restos de plásticos, ocupando as sobras da cidade, as nesgas de terrenos à beira de rodovias, junto a áreas de enchentes ou em morros com risco de deslizamento”. (TANAKA.1993:34)

Quanto a este último aspecto, temos um quadro de degradação ambiental em algumas favelas que revela uma outra faceta da trágica condição de moradia dos favelados. Taschner desenvolve esta situação em detalhes em um artigo publicado, em 1996, na revista *Espaço & Debates*. Neste, a autora apresenta dados que evidenciam a perversa articulação entre a degradação ambiental e as péssimas condições de habitação da população favelada em São Paulo. Segundo Taschner, quase metade das favelas paulistanas se encontram à beira de córregos, quase 30% em terras de declividade acentuada e 25% em terrenos com forte erosão. Em termos de distribuição no município, Taschner assinala que:

“Muitas favelas das regiões sudeste e leste estão em várzeas. Já no norte as favelas se distinguem por assentarem-se em encostas íngremes. Os 50% de favelas da cidade situadas às margens de córregos, rios e represas aparecem, sobretudo no sul, em especial em campo Limpo e Santo Amaro. Em termos de inundações, 32% dos aglomerados estão sujeitos a enchentes, sobretudo no sudeste (onde localizam-se na sua maioria em várzeas onde o lençol freático é alto) e no sul (beirando vias hídricas)”. (TASCHNER,1996:108)

O artigo ressalta ainda que muitas favelas se encontram sobre aterros sanitários e próximas a lixões.

Por outro lado, as mudanças que ocorriam nas favelas, especialmente em relação ao material de construção dos barracos, podem ser atribuídas, segundo Tanaka, à segurança dos moradores quanto à permanência na terra,

“Favelas onde a posse da terra não é questionada e os moradores sentem garantia, transformam-se rapidamente; os moradores investem na melhoria da casa e da favela”. (TANAKA.1993:35)

Ressalte-se também a heterogeneidade existente dentro de um mesmo aglomerado, fato também assinalado por Tanaka:

“Mesmo dentro de uma mesma favela existem diferenças significativas em termos de qualidade das construções e localização em função da renda familiar. A favela de Vila Prudente, apresentada como a mais antiga da cidade de São Paulo, tem bairros nitidamente definidos: na parte central da favela e na área de frente para a avenida habitam as famílias de maior renda e os barracos são maiores e mais valorizados”.(TANAKA.1993:35)

Estas mudanças que ocorriam nas favelas, no entanto, não significavam um avanço muito grande na qualidade de vida dos favelados, segundo Tanaka, *a semelhança com as casas da periferia significa que estas sim sofreram um processo de pauperização maior para chegar à precariedade da favela*, na mesma linha de interpretação de Taschner, como citado no início deste tópico.

Entretanto, o que permaneceu inalterado, tanto para a favela em São Paulo, como para as de outras metrópoles, foi a visão preconceituosa e discriminatória que pesa sobre ela e seus moradores, fato constatado em todos os estudos aqui citados. Passemos a examinar este aspecto.

Como afirmamos no primeiro capítulo, desde as suas origens, o fenômeno favela se viu marcado por uma visão preconceituosa e o favelado, por consequência, era também, estigmatizado. Após décadas de evolução e mudanças nas favelas, de estudos e pesquisas sobre elas, a ótica que liga a favela com pobreza, marginalidade e criminalidade, permanece inalterada. Segundo Tanaka:

“A visão que perdurou durante muito tempo apresentava a favela como o lugar onde se escondiam marginais ou bandidos (...)” (TANAKA.1993:36)

Segundo Alfredo Anselmo, nos discursos oficiais as favelas aparecem como “doença social” ou “tecido urbano deteriorado”. E o autor questiona: qual a idéia de cidade que se tem quando se julga a favela como uma doença? Qual o sentido destes discursos estigmatizantes? Nas palavras dele:

“Se as favelas aparecem nos discursos oficiais como incoerência social, problema social, ou mesmo sob as mais diversas insígnias carregadas de preconceitos tais como, ‘cancro urbano’, ou ‘cáries urbanas’, ‘tecido urbano deteriorado’ dentre outras tantas denominações darwinistas, biológicas, trata-se de compreender qual é o sentido daquilo que está se almejando como contraposição a estas denominações, ou seja, qual o sentido do coerente, da solução e do tecido urbano saudável. A que demandas estas últimas denominações respondem, almejam?” (ANSELMO.1999:5)

O discurso técnico, neste contexto, comporta uma visão e uma representação da cidade, aquela das elites. Por esta ótica, a produção da cidade deve ter como base a ciência urbanística, como, nas palavras de Anselmo, determinação unilateral difundida pelo pensamento técnico. Não cabe a contradição, é a *cidade do pensamento único*, parafraseando o título de um livro. A favela, neste sentido, se apresenta com uma *especialidade contraditória*, que deve, portanto, ser estigmatizada por aqueles que se balizam pelo *pensamento único*. No entanto, segundo Anselmo:

“É sempre no sentido de racionalidades contrapostas a si mesmas que vislumbramos tanto o desvendamento das intervenções urbanísticas como a própria produção do que está posto como negação destas intervenções. Nestes termos buscamos desvendar que o processo de produção do espaço metropolitano não comporta somente determinação unilateral – aquela difundida pelo pensamento técnico – mas determinações contraditórias, negativas, que não se colocam como externas à prática urbanística, mas principalmente necessárias e inerentes à realização de tal prática”. (ANSELMO.1999:5)

Por outro lado, segundo Maricato:

“(...) a representação da ‘cidade’ é uma ardilosa construção ideológica que torna a condição de cidadania um privilégio e não um direito universal: parte da cidade toma o lugar do todo. A cidade da elite representa e encobre a cidade real. Essa representação, entretanto, não tem a função apenas de encobrir privilégios, mas possui, principalmente, um papel econômico ligado à geração e captação da renda imobiliária”. (MARICATO.2000:165)

Neste sentido, os tais discursos estigmatizantes se constituem também em discursos ideológicos. Apresentam e sustentam uma representação da cidade que não corresponde à realidade da cidade como um todo. Aqueles territórios que não se enquadram nesta representação são, portanto, espaços estigmatizados como de exceção. Ademais, segundo Maricato:

“É evidente também que a representação ideológica é um instrumento de poder – dar aparência de <<natural>> e <<geral>> a um ponto de vista parcial, que nas cidades está associado aos expedientes de valorização imobiliária. A representação da cidade encobre a realidade científica”. (MARICATO.2000:165)

Em outras palavras, estes discursos buscam legitimar a realização da propriedade privada capitalista na cidade. Deste modo, se a favela se constitui em invasão de terra, será sempre condenada à marginalidade na sociedade capitalista:

“É contra esta resistência apresentada como inerente à propriedade que se tornam necessários os discursos espaciais. As noções de <<caótico>> e <<desordem>> correspondem à não aceitação da ruptura desta lógica e colocam-na no nível do errado e da necessidade de correção”. (ANSELMO.1999:19)

Deste modo, a favela é interpretada como um elemento de subversão, uma forma de resistência à ordem urbana burguesa.

Todavia, segundo Baggio, a instituição da propriedade privada da terra e a organização do espaço pelo capital, de um lado, e a intensa exploração da força de trabalho por outro, resultam em contradições sociais e espaciais. E, nas palavras do autor:

“(…), as tensões geradas por esta contradição fundamental do capitalismo desencadeia, nos domínios territoriais da cidade, a formação de um processo de muitas ilegalidades do ponto de vista da legislação urbanística e do código de edificações de obras, contrariando, assim, os modelos de apropriação e organização do espaço estabelecidos nas regulamentações jurídicas vigentes,(…). Estas práticas de inserção legal na cidade, têm, historicamente, se constituído nas alternativas possíveis de ‘resolução’ do problema de moradia para os segmentos sociais de baixa renda”. (BAGGIO.1995:12)

E não se trata de espaços de exceção, pois eles se constituem na parcela maior da cidade:

“Conforme uma estimativa feita a partir de uma tipologia de formas de ocupação e uso do espaço consideradas ilegais, elaborada pela Prefeitura Municipal (gestão Luiza Erundina), chegou-se ao impressionante dado de que 65% da cidade de São Paulo é ilegal. Na sua maior parte, os setores urbanos considerados ilegais pelo poder público constituem as chamadas zonas populares da cidade, onde proliferam as formas de submoradia, isto é, a favela, as habitações autoconstruídas em loteamentos clandestinos e/ou irregulares e os cortiços”. (BAGGIO.1995:12)

A favela como forma de resistência à ordem urbana capitalista foi observado também por Fernanda Haddad:

“As favelas podem se configurar espacialmente como formas de resistência aos poderes homogeneizantes, apesar desses poderes sempre aparecerem em algum momento, a fim de absorver (integrar) o espaço da transgressão, o qual se degrada, caso não parta para um contra-ataque”. (HADDAD.1999:11)

No caso brasileiro, segundo Maricato, a absorção da transgressão, nos termos de Haddad, se configurou em um elemento estrutural para o processo de acumulação, contribuindo para o rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho, nas palavras da autora:

“A ocupação ilegal da terra urbana é não só permitida como parte do modelo de desenvolvimento urbano no Brasil, (...). A ilegalidade na provisão de grande parte das moradias urbanas (expediente de subsistência e não mercadoria capitalista) é funcional para a manutenção do baixo custo de reprodução da força de trabalho, como também para um mercado imobiliário especulativo (ao qual correspondem relações de trabalho atrasadas na construção), que se sustenta sobre a estrutura fundiária arcaica”. (MARICATO.2000:147-148)

Por outro lado, o estigma da favela penaliza os seus moradores que sofrem inúmeros preconceitos, com implicações nas relações de trabalho e consumo, como assinalado por Menna Barreto Silva;

“Durante algum tempo houve discriminação nos empregos (industrial e doméstico) por conta de morar na favela. Muitos favelados são discriminados nas operações de crédito para compra de bens usuais de consumo e têm um endereço precário, para efeitos de serviços prestados pelo Correio. As favelas podem ser vistas como responsáveis pela deterioração da qualidade de vida de um bairro, seja pelas suas condições sanitárias, seja pela concentração de indivíduos socialmente perigosos, mesmo pelos seus vizinhos pobres”. (SILVA.1997:97)

Quanto a este último aspecto, vale a pena registrar a existência de um índice denominado de “fator favela”, estabelecido por peritos que avaliam imóveis e terrenos urbanos, que entra nos cálculos de terrenos ocupados por favelas, para rebaixar o seu valor de mercado, como aparece no trecho de um processo de desapropriação, citado no trabalho de Alfredo Anselmo:

*“Sobre a área aqui tratada está instalada uma favela, conforme noticiado no laudo do sr. Perito e documentado nas fotos juntadas aos autos. Como é público e notório que a remoção das favelas depende de providências, sejam elas judiciais ou amigáveis, mas em ambos os casos, demorada e onerosa, formando-se um problema social, de solução extremamente difícil, adotaremos o fator preconizado por outros peritos judiciais que estimam a desvalorização do imóvel ocupado por favela da ordem de 33%, portanto: **fator favela 0,67**”.* (ANSELMO.1999:148)

O preconceito e a discriminação permeiam também as relações de vizinhança, entre os favelados e os moradores de fora da favela, e segundo depoimento de um morador da favela *Dois de Maio* para a pesquisa de Maura Icléa Bagnatori, os favelados têm plena consciência do preconceito e da discriminação de que são alvos:

“(...) – que eu disse, porque a discriminação é muito grande para quem mora na favela, então essa discriminação faz com que, eu não sou trouxa pensar assim, mas muitos pensam: — Será que eu não sou gente? Será que eu não sou igual aos outros? E se você tem um filho, se convive com um filho lá do bairro, muitos dos moleques que às vezes tem pai que não gosta da favela, ele não deixa nem uma criança brincar com a outra porque, porque ele é da favela, ele é marginal”.

“(...) eu nunca dei o endereço meu para ninguém quando eu moro em favela, porque o medo de dar meu endereço e alguém vem fazer uma pesquisa e me encontra dentro da favela, chega lá a firma me manda embora, porque o que acontece é isso, se você diz que mora na favela, eles te mandam embora, (...)”. (BAGNATORI.1995:110-111)

Evolução, mudanças, projetos de urbanização, como o do Cingapura, que tomou boa parte da década de 1990; somadas a estudos e pesquisas, não alteraram a imagem preconceituosa e discriminatória que se tem sobre a favela em São Paulo.

Novos pesquisadores aparecem preocupados com o tema, outros estudos vão se incorporar a estes. O que eles acrescentam na reflexão sobre a favela é assunto do nosso próximo tópico.

4.3 As favelas paulistanas — A produção intelectual recente, a partir de 2000.

É muito difícil tentar capturar o pensamento recente, mesmo porque ele está ainda em desenvolvimento. No que diz respeito ao tema desta dissertação, o pensamento sobre a favela em São Paulo, pode-se afirmar que, muito se produziu nestes primeiros anos deste novo século.

Na verdade, parte desta produção, que foi publicada nestes primeiros anos, entre 2000 e 2006, foi sendo elaborada e pensada com base nos fatos e observações feitas nos anos anteriores.

Porém, com o objetivo de organizar melhor as nossas observações e, no esforço de elaborar uma retrospectiva do pensamento sobre a favela em São Paulo, com vista a examinar a pertinência deste conceito; e ao mesmo tempo, através do exame desta produção teórica, estabelecer um breve panorama histórico da evolução dos espaços denominados de favela em São Paulo; adotamos uma divisão assim, pautada em décadas.

Deste modo, buscamos, neste tópico, destacar novas interpretações e olhares sobre as favelas paulistanas dos trabalhos publicados neste curto período.

Novos pesquisadores vão se somar àqueles que ao longo das décadas anteriores, escolheram a favela como objeto de estudo. Neste curto intervalo de tempo a produção acadêmica sobre a favela em São Paulo foi bastante grande. Em uma breve pesquisa nas bibliotecas da Universidade de São Paulo, e da PUC de São Paulo, encontramos, somente entre trabalhos de pós-graduação, 16 estudos entre teses, dissertações e monografias de conclusão de curso de especialização.

Deste universo de trabalhos que encontramos, uma boa parte se concentra na análise dos efeitos das políticas de urbanização de favelas implementadas em São Paulo na década de 1990. Outros reiteram as mudanças e transformações que ocorreram nas favelas paulistanas, alguns tratando de um aglomerado especificamente, outros analisando as favelas em geral.

Encontramos também alguns trabalhos cujo foco eram as políticas públicas de urbanização de favelas e não o fenômeno favela em particular.

Em linhas gerais, buscamos destacar destes trabalhos, o que entendemos por novas interpretações e olhares sobre a favela. Todavia, não se trata de rupturas ou inflexões no pensamento, mas sim de ampliação do leque de temas e discussões que o fenômeno favela suscita.

Por outro lado, o que apresentamos como pressuposto deste trabalho no primeiro capítulo, a necessária reconceituação do fenômeno, se confirma nestes estudos, como pretendemos demonstrar.

4.3.1 A FAVELA: FENÔMENO METROPOLITANO E SEUS "DOGMAS".

Suzana Taschner elabora um balanço da sua produção acadêmica, em sua tese de livre docência, retomando e atualizando, com novos dados, o estudo da evolução e das mudanças das favelas paulistanas.

Neste trabalho, a favela já é considerada um fenômeno metropolitano, pois, segundo a autora: "(...)¾ das casas faveladas do Estado estavam na metrópole em 1991", muito embora, haja uma concentração maior na Capital. Taschner, reitera o fato, com base nos seguintes dados:

"As unidades faveladas já ocupam o tecido urbano de outros municípios metropolitanos e de outros no Estado de São Paulo, sobretudo os de porte médio. Em 1980 já havia favelas em 24% dos municípios da região metropolitana. Em 1991 o fenômeno abrange 44% dos municípios". (TASCHNER.2001:27)

Este processo de favelização da região metropolitana se intensificou recentemente. Segundo estudo da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – Emplasa, que serviu de base para reportagem publicada no jornal *O Estado de S.Paulo*, em 23 de novembro de 2006:

“A região metropolitana de São Paulo é cercada por 2.797 favelas em um anel de 60 quilômetros quadrados, que nos últimos 30 anos também avançaram em áreas de proteção ambiental”. (OESP.23/11/2006:C7)

Segundo o conteúdo da reportagem, o problema não se limita a questão habitacional, mas também a ambiental, tema que vai se tornar um dos eixos de discussão sobre o fenômeno favela neste período em São Paulo, como veremos mais adiante.

Como o fenômeno favela ganhava uma maior abrangência, passa a ser um “problema” também em outros municípios. Neste sentido, neste período, se destacam alguns estudos sobre o fenômeno favela em outros municípios, como o de Rosana Denaldi, que analisa a política de urbanização de favelas no município de Santo André, pertencente a região metropolitana de São Paulo ou ainda o de Paulo Reschilian, que aborda o fenômeno na cidade de São José dos Campos, no Vale do Paraíba.

Outros aspectos relevantes são tratados no estudo de Suzana Taschner. Entre eles, destacamos aqueles extraídos de um estudo de Valladares. Segunda esta autora, existe um número de características básicas atribuídas à favela carioca, que se constituíram em verdadeiros “dogmas” sobre o tema, nas palavras de Valladares:

“Apesar das nuances, a existência de um consenso sobre umas poucas características da favela nos pareceu tão evidente que fomos levados a considerar tais características como verdadeiros ‘dogmas’: compartilhados pela maior parte dos pesquisadores, não discutidos e, de alguma forma, constituindo a base implícita desse campo de pesquisa”. (VALLADARES.2005:149)

No segundo capítulo de nossa dissertação fizemos considerações sobre este tema, vamos aprofundá-lo um pouco mais.

Taschner se alinha a Valladares no sentido de refutar estes dogmas, reconhecendo a pertinência deles também na reflexão intelectual sobre as favelas paulistanas. E quais seriam estes “dogmas”? Segundo Valladares:

“O primeiro ‘dogma’ trata da especificidade da favela. Por sua história particular e seu modo de crescimento diferente dos demais bairros, a favela tem sido considerada, desde sempre, um espaço específico e singular”. (VALLADARES.2005:149)

E com base no exame da literatura produzida sobre a favela carioca, Valladares mostra seus argumentos:

“Os geógrafos e os pesquisadores urbanos em geral sublinham a maneira peculiar como ela ocupa o espaço urbano, fora da regularidade e das normas urbanas, sem ruas bem traçadas, com poucos ou ausentes serviços e equipamentos coletivos...”.

“Já os arquitetos e urbanistas valorizam as diferenças engendradas por um hábitat, um urbanismo e uma estética pouco comuns, distantes de todos os modelos e padrões da racionalidade arquitetônica...”.

“Trabalhos de sociólogos ou antropólogos também concluem pela afirmação dessa especificidade na medida em que freqüentemente fazem referência a uma <<cultura da favela>>”. (VALLADARES. 2005: 149–150)

Muitos destes aspectos ressaltados por Valladares em relação aos estudos sobre as favelas cariocas se enquadram também para aqueles que estudaram as favelas paulistas, muito embora estes sejam em menor número.

Castelo Branco, por exemplo, ressalta, na sua pesquisa, a expressão plástica da favela, *“desde a forma individual de um barraco até a composição inteira do improvisado arranjo urbano”*. (BRANCO.1981.22 do anexo)

Bueno, por sua vez, considera que, *“O reconhecimento do valor estético, arquitetônico e cultural dos assentamentos de favela é, certamente, um argumento favorável à política de consolidar as áreas ocupadas por favelas mediante obras de urbanização”*. (BUENO.2000:283)

Taschner, reitera esse aspecto, mas com ressalvas, quanto à favela não urbanizada, afirmando que: *“O espaço da favela tem riqueza formal, é econômico, pode ser considerado com alguma validade cultural (dado que reflete, até certo ponto, identidades e valores de seus ocupantes). Mas falha no assegurar a saúde dos seus moradores. A favela não urbanizada costuma ser insalubre por falta de infra-estrutura, pela dificuldade de coleta de resíduos, pelos caminhos sujeitos à erosão”*. (TASCHNER.2001:85-86)

O segundo “dogma”, para Valladares: *“(...) corresponde a uma outra idéia amplamente compartilhada da favela, é que diz respeito ao seu território e à caracterização social de seus habitantes: a favela é o lócus da pobreza, o território urbano dos pobres”*. (VALLADARES.2005:151)

Vamos voltar a tratar deste aspecto mais adiante.

O terceiro e último “dogma”, nas palavras de Valladares; *“(...) afirma a unidade da favela, quer seja na análise científica ou no plano político. É no singular que se pensa a favela, na literatura científica, na ficção e, sobretudo, na ação”*. (VALLADARES.2005:151)

Neste ponto, a autora comenta que:

“Falar da favela no singular tem implicações importantes, por exemplo a adoção da homogeneidade como pressuposto, e o desinteresse pela diversidade, de tal maneira que as diferenças internas ao mundo das favelas se tornam automaticamente secundárias. Ocultam-se a diversidade, a pluralidade das formas, das relações e das situações sociais”. (VALLADARES.2005:152)

A diversidade entre as favelas é um fato reconhecido entre os técnicos que estão envolvidos nas políticas de urbanização de favelas, levando Bueno, como citado em Baltrusis, a afirmar a *quase impossibilidade de utilizar parâmetros para se urbanizar e regularizar favelas no Brasil*. Pois, segundo ela:

“A diversidade de situações e soluções técnicas constritivas e de gestão entre os atores envolvidos é enorme, o que dificulta a padronização da intervenção. Cada urbanização ou intervenção num assentamento irregular ou numa favela é um caso único”. (BUENO.2000, IN. BALTRUSIS.2005:35)

Entretanto, nem todas as políticas implementadas em São Paulo tinham isto em conta, segundo Taschner:

“O Projeto Cingapura é o mesmo para todas as favelas municipais, independentemente da sua dinâmica interna, da especificidade demográfica que a população atingida possa ter. No caso do Cingapura, a padronização foi levada a extremos, o que aliás, se constitui em um dos grandes pontos frágeis da intervenção, ao lado do seu alto custo, não participação, e formas de operação duvidosas”. (TASCHNER. 2001:103)

Ignorar a diversidade e pluralidade das favelas é algo comum, segundo Jailson de Souza e Silva, que assinala que:

“Impressiona a visão homogeneizadora. Nem parece que as favelas podem ser localizadas em terrenos elevados ou planos, reunir centenas ou milhares de moradores, possuir equipamentos e mobiliários urbanos diferentes – casas ou apartamentos, algumas vezes os dois –, demonstrar variados níveis de violência e presença do poder público e, ainda, diversas características ambientais. É curioso que essa pluralidade seja absolutamente ignorada, e não só pelo senso comum”. (SILVA E BARBOSA. 2005:24)

Por outro lado, não se pode ignorar a heterogeneidade no interior da favela, especialmente das grandes favelas. Taschner reitera este aspecto, com base nos estudos de Maria Ruth Sampaio em relação à favela do *Heliópolis*, e de Nelson Baltrusis, em relação à favela *Paraisópolis*, ressaltando, destes estudos, as divisões internas de cada uma delas, como se fossem bairros distintos dentro de uma cidade pequena. Paraisópolis, segundo Baltrusis, teria 32.000 habitantes em 2000, como em Heliópolis em 1990.

Quanto ao segundo “dogma”, da favela como o lócus privilegiado da pobreza, *território urbano dos pobres, tradução urbana da exclusão social*, vale a pena tecer algumas considerações a respeito desta questão.

4.3.2 O “DOGMA” DA POBREZA NA FAVELA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A questão da pobreza e da exclusão social se tornou um tema que fomentou muita discussão. Foge ao escopo desta dissertação, tratar deste assunto com profundidade, entretanto, gostaríamos de destacar alguns aspectos desta discussão especialmente no que tange a questão da favela.

Segundo José de Souza Martins, a questão tem uma natureza epistemológica, *“da necessidade prática de uma compreensão nova daquilo que, não faz muito, todos chamávamos de pobreza”*. Vale a pena transcrever este longo trecho onde Martins coloca a questão

“Alguém já lembrou que no discurso católico, particularmente nos últimos trinta anos, primeiro se falava nos pobres, depois se começou a falar nos marginalizados e na marginalização (os sociólogos, católicos ou não, também fizeram isso) e depois, de uns anos para cá, se começou a falar na exclusão. Aparentemente, essas designações dizem a mesma coisa. Uma dúvida epistemológica é esta: por que é preciso usar três nomes para a mesma coisa? Provavelmente estamos mudando o nome da mesma coisa porque a mesma coisa está nos mostrando coisas novas, que não conhecíamos e não éramos capazes de ver. De certo modo, a palavra exclusão está desmistificando a palavra pobre. Através deste pseudoconceito, não revelador, que acoberta de algum modo o que seria o pobre na fase anterior, nós estamos tentando relativizar a concepção de pobre e estamos tentando revelar a nossa desconfiança em relação à antigamente suposta abrangência explicativa das palavras pobre e pobreza”. (MARTINS.2003:27-28)

Segundo Martins, o termo *exclusão* é mistificador, pois se revela um falso problema, assim, nas palavras dele:

*“O que vocês estão chamando de exclusão é, na verdade, o contrário da exclusão. Vocês chamam de exclusão aquilo que constitui o conjunto das dificuldades, dos modos e dos problemas de uma **inclusão precária e instável, marginal**”.* (MARTINS.2003:26)

Este seria um dos pressupostos tomado por Reschilian no seu trabalho sobre a favela em São José dos Campos: *“A existência de assentamentos precários resulta de um processo de inclusão precária produzida pela dinâmica da urbanização capitalista”*. (RESCHILIAN.2004:6)

E neste sentido, afirma este autor que a favela seria a materialização deste processo:

“(...) a forma de apropriação e controle do território pelas elites torna-se o elemento estrutural para propiciar formas de inclusão precária materializadas no espaço na forma de favelas, cortiços, etc.”.
(RESCHILLIAN.2004:21)

Mas, ainda segundo Martins, esse processo de *inclusão precária* se revela num movimento dialético e dinâmico no capitalismo,

“Na sociedade capitalista essa é uma regra estruturante: todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos. É próprio dessa lógica de exclusão e inclusão. A sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nessa inclusão”. (MARTINS.2003:32)

Existem dois lados nesse processo de exclusão / inclusão, que se revelam problemático. De um lado, da economia marginal, no pior sentido do termo marginal, que se exprime na prostituição e no narcotráfico. Segundo Martins, neste processo as pessoas:

“(...) se integram economicamente, mas se desintegram moral e socialmente. O mesmo acontece em vários outros: nas favelas, cortiços, invasões. Já não é o mundo dos pobres, porque as pessoas são reincluídas economicamente, em vários graus e de diferentes modos, que no fundo comprometem radicalmente sua condição humana”. (MARTINS.2003:34)

Deste modo, continua Martins, este processo cria uma nova pobreza:

“Este processo que nós chamamos de exclusão não cria mais os pobres que nós conhecíamos e reconhecíamos até outro dia. Ele cria uma sociedade paralela que é includente do ponto de vista econômico e excludente do ponto de vista social, moral e até político. É o caso das mesmas favelas do Rio de Janeiro, que tem até poder paralelo próprio. (...) Isso também acontece nas favelas de São Paulo. São justiceiros que estão controlando as favelas, incluindo os traficantes.(...) O que nós estamos observando é que nesses guetos, nessas áreas de exclusão a que nos referimos, as pessoas estão incluídas economicamente, ainda que de modo precário, mas estão criando um mundo à parte”. (MARTINS.2003:34-35)

Seguindo esta linha de raciocínio, se revela a outra face deste processo, isto é, o que caracteriza esta *nova pobreza*. Martins, em outro texto, afirma que:

“A pobreza, convém lembrar, já não é mais nem principalmente a carência material. As pobres se multiplicaram em todos os planos e contaminaram até mesmo âmbitos da vida que nunca reconheceríamos como expressões de carência vitais”. (MARTINS.2002:12)

Entendemos que, uma das características desta nova pobreza teria uma natureza simbólica, e se exprime na *invisibilidade social*. O estigma levado aos extremos, a mais absoluta falta de reconhecimento por parte da sociedade.

“Mas, o medo de se tornar ninguém e coisa alguma, de ser descartado e banalizado, o medo daquilo que não se vê. Isso é de fato, por inteiro, a exclusão social. É inconsistente reduzir a exclusão à pobreza material”. (MARTINS.2002:20)

Uma das formas para escapar desta *invisibilidade social* se dá pelo consumo. Vale a pena transcrever este longo trecho de Martins, onde esta formulação aparece mais bem explicitada:

“O pobre ostensivo, mal vestido ou esfarrapado, estereotipado, que havia há algumas décadas, foi substituído pelo pobre para o qual a aparência e o aparente e, portanto, o disfarce, tornaram-se essenciais. Os pobres descobriram uma característica fundante da sociedade contemporânea e da Modernidade, a da realidade social como máscara, a incorporaram e por meio dela realizam a sua plena e impotente integração social. Negam no imaginário e na vivência a propalada ‘exclusão social’ de que falam os militantes da classe média incomodada.

Os pobres, do mesmo modo que as elites e a classe média, descobriram que na sociedade contemporânea o consumo ostensivo é um meio de afirmação social e de definição de identidade. A identidade na Modernidade é um meio manipulável de realização da pessoa. Cada um é o que parece ser e não o que é <<de fato>>”. (MARTINS.2002:37)

Neste sentido, é que se explica o contraste entre a pobreza do aspecto exterior da favela e a relativa abundância de objetos no interior dos barracos. Fato constatado por Taschner:

“Na cozinha, a presença do fogão a gás de botijão é quase unânime: 97,06% das unidades domiciliares faveladas usam botijão, 1,92% gás de rua. (...) Além do fogão, o refrigerador aparece em 75,83% domicílios favelados. (...) NA cozinha surge ainda o microondas, mais raro, mas já visto, (...). Rádio e aparelhos de som em geral, são consumidos pelos favelados: (...). A televisão marca o espaço da casa da favela”. (TASCHNER.2001:64)

Neste aspecto, comenta Martins que:

“A grande mudança social havida desde o apogeu do ideal da ascensão social dos pobres por meio do trabalho, nos anos cinqüenta, é que a ascensão, nos grandes centros onde se acumula a pobreza, já não passa pela mediação da propriedade imobiliária e pelo enraizamento, como outrora. Agora passa pelo consumo e pela propriedade mobiliária: o carro, a roupa, os eletrodomésticos. Quase que se pode dizer que houve uma opção consciente pelos signos de consumo em detrimento dos signos de propriedade, da moradia e da alimentação. Nas favelas de São Paulo e do Rio de Janeiro, esses signos estão fortemente presentes”. (MARTINS.2002:36)

Esta nova condição, este processo de *inclusão precária*, é que sustentam essa *economia da pobreza*, usando os termos de Martins. Economia que é dinâmica e se dissemina em inúmeros negócios no interior das grandes favelas, como a favela do Jaguaré, citada no artigo de José de Souza Martins, publicado no jornal *O Estado de S.Paulo* de 9 de janeiro de 2005:

“Há uma vitalidade na economia da pobreza. Um instalador da Telefônica disse-me que cerca de 80% das habitações da favela têm telefone. Há ali bares e lojas. Num dos barracos encontrei até mesmo uma agência de viagens. Uma pequena casa em terreno que é público pode custar R\$ 25 mil. O comércio imobiliário de casas e barracos é visível nos anúncios de venda. Barracos que são quarto, cozinha e privada ao mesmo tempo. Essa é a vitalidade econômica da miséria, nas condições perversas de reprodução dessa economia, do pobre explorando o pobre”. (MARTINS. IN.OESP.9/01/2005:C3)

Portanto, o que caracteriza esta denominada *nova pobreza* é o consumo ostensivo e o trabalho degradante, seja ele formal ou informal, legal ou ilegal, pouco importa, desde que ele garanta ainda que de forma instável, o consumo. Nas palavras de Martins:

“Portanto, mudou a forma da pobreza. O pobre aderiu ao mundo que o fez pobre. Tornou-se cúmplice, para desespero de quem tem uma visão de mundo pautada por uma história possível, diversa da história irremediável”. (MARTINS.2002:37)

Desta forma, é preciso não somente questionar o *dogma* da favela como lócus privilegiado da pobreza urbana, mas também rediscutir o conceito de pobreza e o conceito de favela. Nas considerações finais vamos tratar deste segundo ponto, da rediscussão do conceito de favela. Por ora, nos falta ainda ressaltar mais alguns pontos de outros estudos recentes, como das políticas de urbanização de favelas e do mercado imobiliário informal nas favelas.

4.3.3 POLÍTICAS DE URBANIZAÇÃO – MERCADO IMOBILIÁRIO INFORMAL

Do conjunto dos trabalhos analisados deste período, outro ponto que mereceu destaque dos estudiosos da favela, foi o das políticas públicas de urbanização de favelas.

Diante das dimensões que o fenômeno alcançava em São Paulo e em outros municípios, e da falta de uma ação política por parte dos governos Federal e Estadual, a esfera municipal sentiu a necessidade de intervir; primeiro com ações pontuais, depois com políticas mais consistentes, especialmente a partir do final da década de 1980, como assinalado por Rosana Denaldi:

“No início da década de 1980 as políticas de urbanização de favelas começam a ser institucionalizadas, no âmbito municipal, como parte integrante da política municipal de habitação. É nesse período que a urbanização começa a ser a resposta municipal oficial para o conjunto de favelas existentes na cidade. Na década seguinte, registra-se o aprimoramento e difusão dos programas de urbanização”. (DENALDI.2003:4)

Segundo Denaldi, a formulação de políticas de urbanização de favelas, ainda que de âmbito municipal, no Brasil, acompanhava a evolução da agenda das agências internacionais de cooperação:

“A evolução da ação governamental descrita foi acompanhada da evolução da agenda das agências internacionais. É sabido que a agenda das agências multilaterais de cooperação internacional para países em desenvolvimento, por meio de sua ‘ajuda internacional’, influenciam em algum grau e periodicidade o desenho das políticas públicas sociais dos países apoiados. Percebe-se, nesse período recente, uma convergência entre as diretrizes das agências internacionais para a elaboração de políticas habitacionais, ou mais especificamente para ‘solucionar’ o problema da favela, (...)”. (DENALDI.2003:31)

Trata-se de um novo paradigma das agências internacionais, segundo Denaldi, que diante de um quadro onde;

“As altas taxas de crescimento da população nos centros urbanos e, principalmente, as altas de crescimento da população de ‘favelas’ (formas ilegais de ocupação), a constatação da incapacidade do Estado e do mercado de produzir habitação em escala e custo compatíveis com a demanda e a renda, somada ao entendimento de que a falta desses serviços de infra-estrutura e saneamento afeta a produtividade da economia urbana, não deixou outra alternativa a não ser indicar como prioritária a urbanização de favelas”. (DENALDI.2003:34)

Neste sentido, esta seria uma forma de aliviar a pobreza nos países do terceiro mundo, na visão destas agências:

“Em 1999, o Banco Mundial se associou a várias outras agências, entre as quais HABITAT e PGU, e lançou o ambicioso programa direcionado para cidades, o City Development Strategy (CDS), com o objetivo de estimular a elaboração de planos para a diminuição da pobreza e o desenvolvimento econômico. No mesmo ano, foi criada a agência Cities Alliance (CA) para implementar o CDS. Seu objetivo central é aprimorar e ampliar

a escala dos programas de urbanização de favelas (...). Predomina o entendimento de que a urbanização de favelas é uma estratégia importante para aliviar a pobreza e que o desempenho do governo é o elemento fundamental para evitar a proliferação das favelas". (DENALDI. 2003:34)

Para uma análise mais aprofundada das ações, dos problemas e dos resultados destas políticas de urbanização de favelas, recomendamos os estudos de Rosana Denaldi e Laura Machado Mello Bueno.

Entretanto, não podemos deixar de mencionar que existe uma certa preocupação quanto à eficácia destas políticas; por um lado, pela questão da qualidade do assentamento e das moradias, como assinalado em Denaldi:

"A ação municipal em favelas promove sempre, em algum grau a melhoria das condições de habitabilidade da população. No entanto, há sinais de que nem sempre se está conseguindo alcançar resultados satisfatórios. As favelas se adensam e se consolidam, com a substituição dos barracos pelas construções de alvenaria e com a provisão, em alguma medida, de saneamento e infra-estrutura. Mas são muitas vezes consolidadas sem o equacionamento dos problemas ambientais, de estrutura urbana e fundiários, ou ainda deixando de garantir o acesso a uma moradia adequada (digna). Muitas questões permanecem sem resposta". (DENALDI.2003:4)

Por outro, pelas relações sociais "mercantilizadas" que este processo suscita:

"O direito do morador de favela àquela localização na cidade não está ainda consolidado. Enquanto se processa a obra e se acerta algum registro para regularizações legais, proprietários rapidamente vendem casas que alugavam. Pois em breve perdem seu direito de cobrar aluguel. Há expulsões brancas (proprietários que vendem a casa, pois a favela vai ser urbanizada, e mudam-se para locais mais precários) e remoções promovidas pela obra". (BUENO.2000:290)

Ou ainda pela resistência de nosso poder judiciário em aceitar a regularização das favelas urbanizadas, mesmo a após a regulamentação do Estatuto da Cidade, como assinalado pela professora Ermínia Maricato, no posfácio de um livro de Mike Davis sobre favela:

"(...) há grande resistência da sociedade brasileira – Judiciário, parte dos cartórios, funcionários municipais, parte do Ministério Público – em realizar a regularização fundiária de assentamentos informais de pessoas de baixa renda, o que não ocorre com os loteamentos de alto padrão, também irregulares. (...) Apenas o preconceito pode explicar essa situação, pois as favelas propostas para regularização, por diversos municípios, passaram por processos de urbanização e apresentam boa qualidade ambiental nos primeiros anos depois de finalizada a obra. A ilegalidade continuada após a urbanização contribui para a deterioração, pois não dá à prefeitura o poder de polícia (fiscalização) quanto a uso e à ocupação do solo. A regularização é necessária para exigir do poder público o controle e a manutenção do local e para dar aos moradores a cidadania plena (outros direitos previstos na lei), além da segurança da posse". (MARICATO.in. DAVIS.2006:Posfácio:219-220)

Por outro lado, em um estudo mais recente, a dissertação de mestrado de Flávia Elaine da Silva, ela levanta a hipótese de que os projetos de urbanização de favelas se tornaram um ramo de negócios bastante rentável para diversos segmentos:

"Durante as minhas pesquisas iniciais sobre o projeto de urbanização de favela, notei que este tipo de projeto havia se tornado uma expressão de possíveis negócios para diversos segmentos". (SILVA.2006:53)

E como era de se esperar, este novo ramo de negócios atraiu especialmente as grandes empreiteiras:

“Algumas destas construtoras são reconhecidas por liderarem rankings, como o de construção civil elaborado em 2003 e promovido pela EMBRAESP, (...). Verificamos ainda que estes negócios, as urbanizações de favela, acabaram por se constituir em um ramo cobiçado por estas empresas”. (SILVA.2006:63)

Mais uma vez reiteramos que não pretendemos discutir nenhuma destas hipóteses. Mas sim, buscamos apresentar o percurso do pensamento sobre as favelas, e que nesta trajetória, o balanço das políticas de urbanização de favelas ganharam muita atenção por parte dos estudiosos sobre o tema neste período.

Outro tema premente, que aparece com muita frequência nos trabalhos sobre a favela em São Paulo neste período, é o do mercado imobiliário informal, que, malgrado a sua existência se confundir com a da própria favela, se intensificou de tal maneira, que alguns autores chegam a inferir que este pode ser a via de acesso predominante na favela e não mais a ocupação livre e espontânea. Suzana Taschner assinala que:

“Segundo informações de 1993, existia compra e venda de casas em 92,5% das favelas pesquisadas. Na amostra, 57,1% das unidades foram compradas prontas. O processo de comercialização de domicílios parece ter se intensificado nos últimos anos,(...)”. (TASCHNER.2001:71)

A consolidação deste mercado imobiliário informal nas favelas é mais um sinal de que a aquela idéia da favela como fruto de invasão ou ocupação de terras demanda uma revisão.

Para finalizar este tópico, não podemos deixar de ressaltar que, das leituras que fizemos de inúmeros trabalhos publicados neste período, entre 2000 e 2006, a questão dos estigmas e preconceitos sobre a favela e o favelado permanece inalterada. Taschner chega a afirmar que estaríamos diante de uma reedição dos velhos *mitos* que marcaram estes aglomerados e seus moradores. Maricato, como citado acima, afirma que só o preconceito por parte de setores da sociedade brasileira, impedem a regularização fundiária das favelas.

Daniele do Nascimento Madureira, em uma monografia que trata da mídia impressa e pobreza em São Paulo, elaborada como trabalho de conclusão de curso de especialização em Jornalismo Social, afirma, com base em uma pesquisa realizada por ela nos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*, que:

“Não raro, os moradores de favelas são considerados culpados pelos riscos, decorrente da sua falta de empenho em trabalho árduo, da sua malandragem para burlar o pagamento de contas como água e luz, ou então da sua condição de bandido, que precisa se camuflar para escapar à polícia. São concepções internalizadas por boa parte da sociedade, incluindo jornalistas – com o agravante de que estes acabam por reproduzi-las, mesmo sem perceber, na sua tarefa de comunicar”. (MADUREIRA.2005:13-14)

O fato é que as favelas mudaram, ao longo do tempo, em muitos aspectos.

Porém, neste processo de mudança, alguns pontos permaneceram inalterados, especialmente as imagens e representações construídas sobre elas. Os velhos conceitos, dogmas e estigmas permanecem ou são reeditados. Por que eles não se renovam? Como superar esta condição?

Vamos tentar responder estas questões no próximo capítulo.

Considerações finais

NO TEXTO DE APRESENTAÇÃO DESTA dissertação, apontamos para uma certa inadequação dos critérios que definem os conceitos de favela elaborados ao longo do tempo. Tentamos demonstrar, através do exame da literatura sobre a favela, especialmente com o foco nas favelas paulistanas, os limites e as insuficiências dos conceitos formulados sobre a favela, face às mudanças que ocorreram nestes núcleos desde as suas origens até os dias de hoje. Como também, buscamos elaborar um panorama histórico da evolução do fenômeno da favelização em São Paulo, sem a pretensão de se aprofundar nas suas causas e conseqüências, mas indicando, com base na leitura desta literatura, quais eram as teorias explicativas elaboradas pelos estudiosos da questão.

Neste sentido, pudemos observar as profundas mudanças que ocorreram nas favelas em São Paulo, e como estas mudanças implicaram na necessária revisão dos *velhos* conceitos sobre a favela, como apontado em muitos estudiosos do tema. Suzana Taschner, por exemplo, uma das pesquisadoras que mais se aprofundaram no tema em São Paulo, em um texto recente, levanta o seguinte questionamento:

“Como já foi dito, será que ainda se sustenta a definição de favela a partir de seu estatuto jurídico? Esta tem sido, entretanto, a definição corrente, e a que é usada operacionalmente pelos cadastros da Prefeitura do Município de São Paulo e pelo IBGE (com seus problemas de mensuração, que só levam em conta aglomerados com mais de 50 unidades). Invasões organizadas e espontâneas merecem o mesmo tratamento? Como fica uma favela urbanizada? Continua favela? E uma favela com situação de posse regularizada? Segundo o IBGE, continuaria favela por mais 10 anos. Por quê?”. (TASCHNER.2002:13)

Licia do Prado Valladares, da mesma forma, aponta a importância de uma reconceituação do fenômeno favela. Segundo ela, este processo de reconceituação passa, primeiramente, pela superação das imagens e representações dogmáticas sobre o fenômeno favela. Por outro lado, numa forma de autocrítica da sua produção acadêmica sobre o tema, especialmente colocado no seu último livro com o nome sugestivo de “A invenção da favela”, *assinala que “é muito difícil questionar a si mesmo, e mais difícil ainda desconstruir uma categorização ou uma categoria que ajudamos a construir. Operação arriscada, de desmonte, que nem sempre se ousa fazer”.* (VALLADARES.2005:161)

No trecho de um documento do Instituto Cidadania, citado na tese de doutorado de Rosana Denaldi (2003), não aparece o termo favela, que é sutilmente substituído pela expressão *moradias ilegais*, ou ainda *moradia indigna*, como se segue:

*“Efetivamente, a ‘cidade oculta’, representada pelas moradias ilegais, tem um ‘preço oculto’, que vem sendo pago por toda a sociedade, ainda que a tragédia do cotidiano de seus moradores ultrapasse qualquer limite de comparação com as demais faixas da população. Única alternativa para milhões de famílias desprezadas pelo poder público e ignoradas pela sociedade, a **moradia indigna** avança sem limites na ocupação desordenada do solo, com a construção à beira de rios e córregos ou no fundo de vales, contribuindo para o agravamento de inundações e enchentes em toda a cidade. Ou também com a edificação em encostas, abrindo caminho para a erosão e deslocamentos de terra, que entopem as galerias de águas pluviais, córregos e rios, com os mesmo efeitos calamitosos. (...) Única alternativa para as famílias que precisam de um domicílio, a **moradia indigna** é, involuntariamente embora, um forte agressor do meio ambiente com todas as suas conseqüências desastrosas para a qualidade de vida de toda a população.* (INSTITUTO CIDADANIA,2000)”. (in.DENALDI.2003:3)

Luciana Correa do Lago (2003), por sua vez, aponta algumas limitações das formulações em torno do debate sobre o tema da segregação urbana nas grandes cidades, que consideramos importantes. Segundo esta autora, um dos parâmetros centrais deste debate é a questão da ilegalidade urbana. Neste sentido, *“uma primeira limitação das formulações presentes nesse debate é o reducionismo do próprio universo em questão, tendo em vista a relação, quase inexorável, da ilegalidade com a pobreza urbana”*.

E esta limitação implica, segundo a autora citada, a não problematização da ilegalidade das camadas médias e altas pelas forças progressistas.

A segunda limitação apontada por Luciana do Lago, *diz respeito ao próprio recorte dentro do universo da pobreza urbana. Ao longo da última década, a exclusão social e a ilegalidade urbana foram ‘territorializadas’ nas favelas”*.

Segundo ainda esta autora, a crítica a essas limitações devem vir acompanhadas de *uma re-conceituação dos termos que expressam a ilegalidade urbana, em particular, ‘favela’ e ‘loteamento’, à luz das diferentes lógicas de produção destes espaços e das formas de acesso à cidade “*.

Na sua argumentação, esta autora afirma que a legislação urbana encontra-se defasada da realidade sobre a qual busca ordenar. Ermínia Maricato, por sua vez, afirma que, na verdade existe uma resistência por parte do Judiciário em regularizar os assentamentos informais de pessoas de baixa renda.

Concordamos com a formulação da professora Ermínia Maricato, pois não se trata de critérios jurídicos e administrativos que estão superados, como formulado por Luciana do Lago, na sua argumentação. O que ainda está em jogo, ao nosso ver, é a manutenção desta condição de ilegalidade como forma de manter as representações estigmatizantes sobre os territórios da cidade nomeados por tais noções preconceituosas e estigmatizantes, como a favela.

Luciana do Lago, chega a apontar para a existência de uma disputa no campo simbólico em torno destas noções.

Esta disputa no campo simbólico, das significações é apontada também por Itamar Silva, coordenador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), em um depoimento transcrito no livro de Jailson de Souza e Silva e Jorge Luiz Barbosa (2005), denominado *“favela; alegria e dor na cidade”*, sobre as favelas cariocas. Segundo Itamar Silva, *“há uma disputa de significados e precisamos ganhar esta guerra. Mas sem abandonar o nome favela nem deixando que ele continue sendo alimentado pelo seu lado negativo”*.

E seguindo esta linha de argumentação:

“A questão da denominação ‘favela’ é uma briga de significados. Estou brigando para a gente ressignificar a palavra. Acho que o poder público deve realmente elevar a favela a status de bairro, mas entendo que o bairro da Rocinha deve se chamar ‘bairro favela da Rocinha’ e quero estar lá para defender isso. Porque não adianta colocar Vila do Vidigal e achar que a vila ganhou outro status, é este fetiche que não quero alimentar, ou seja, a idéia de que a mudança do nome muda a relação com a cidade. Não, a favela continua sendo favela”. (In.SILVA E BARBOSA.2005:143)

Nos posicionamos de forma diferente frente a esta opinião. Por se tratar de uma disputa no campo simbólico, não se trata de tentar ressignificar o termo favela, pois este termo vem acompanhado de um estigma de nascença, e uma das maneiras de fazer frente a este estigma é apontar a sua inadequação e seus sentidos estigmatizantes e ao mesmo tempo, buscar romper com as representações e imagens preconceituosas construídas ao longo do tempo sobre o termo e aquilo que ele tenta designar.

É evidente que isto não muda a realidade dos moradores das favelas, pois somente a sua organização, mobilização e disposição para luta política podem transformar a realidade no sentido de buscar, na cidade, uma melhor qualidade de vida.

De nossa parte, fica aqui um esforço de contribuir, dentro das possibilidades que o conhecimento propicia, para compor esta luta.

*No dia que a paciência
do favelado acabar,
que ele ganhar consciência
para se unir e lutar,
seu filho terá comida
e escola para estudar.
Terá água, terá roupa,
terá casa pra morar.
No dia que o favelado
resolver se libertar.*

*(Ferreira Gullar — trecho do poema
Quem matou Aparecida)*

OPENSAMEN
SOBRE
FAVEL
EMSÃO
PAULO
UMAHISTÓRIACONCISA
FAVELASPAULISTA

BIBLIOGRAFIA CITADA

Apresentação

- ABREU, Mauricio de Almeida – *Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro* – SP: Espaço & Debates, nº 37. Ano XIV, NERU, 1994.
- DAVIS, Mike – *Planeta Favela* - SP. Boitempo Editorial, 2006.
- LEEDS e LEEDS, Anthony e Elizabeth – *A Sociologia do Brasil Urbano* – Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- SANTOS, Milton - *Ensaio sobre a urbanização latino-americana* – SP: Hucitec, 1982
- TASCHNER, Suzana Pasternak – *Favelas do Município de São Paulo: Resultados de pesquisa*- IN: BLAY, Eva Alterman (organização) – *A Luta pelo Espaço. Textos de Sociologia Urbana* – Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.
- TASCHNER, Suzana Pasternak- *Degradação Ambiental nas favelas em São Paulo* - SP, IN. Revista Espaço & Debates, nº 39, 1996, NERU.
- VALLADARES, Licia do Prado – *A Gênese da Favela Carioca. A produção anterior às ciências sociais*. Revista Brasileira de C. Sociais, volume 15, número 44, out.2000. ANPOCS.
- VALLADARES, Licia do Prado – *A Invenção da Favela: Do mito de origem a favela.com* – RJ: Editora FGV, 2005.
- VALLADARES e MEDEIROS, Licia do Prado e Lidia - *Pensando as Favelas do Rio de Janeiro – 1906-2000: Uma bibliografia analítica* – Rio de Janeiro: FAPERJ e Relume Dumara, 2003.

Capítulo 1

- ABREU, Mauricio de Almeida – *Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro* – SP: Espaço & Debates, nº 37. Ano XIV, NERU, 1994.
- BONNEWITZ, Patrice – *Primeiras Lições sobre a Sociologia de Pierre Bourdieu* – Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.
- BUENO, Laura M. Mello – *Projeto e Favela: metodologia para projetos de urbanização* – SP, Tese de doutoramento apresentado à FAU-USP, 2000.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio – *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo* – SP. Editora 34 / EDUSP, 2000.
- CHALHOUB, Sidney – *Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial* – SP: Cia das Letras, 1999.
- GODINHO, Marta Teresinha – *O Serviço Social nas Favelas* – SP. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para Escola de Serviço Social, 1955.
- LAVIOLA, Marlene Cárdua – *Os primórdios da Intervenção Governamental no Campo da Habitação Popular até os anos 30* – SP, Dissertação de Mestrado em Economia Política apresentado a PUC-SP, 1995
- LEEDS E LEEDS, Anthony e Elizabeth – *A Sociologia do Brasil Urbano* – Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- LEMOS, Amália Inês Geraiges de – *Metropolização e Modernidade. As metrópoles da América Latina* – IN: SCARLATO, Francisco Capuano et all (organizadores)– *Globalização e Espaço Latino Americano* –SP: HUCITEC/ANPUR, 1993.
- MARICATO, Ermínia- Posfácio- IN: DAVIS, MIKE - *Planeta Favela* - SP. Boitempo Editorial, 2006.
- MARINS, Paulo César Garcez – *Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras* – IN: NOVAIS, Fernando (coordenação geral); SEVCENKO, Nicolau - (organizador do volume) – *História da vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio (vol.3)* - SP: Cia Das Letras, 1999.
- OLIVEIRA, Maria Luiza F. – *Entre a Casa e o Armazém. Relações sociais e experiência da urbanização. São Paulo, 1850-1900* – SP, Edit. Alameda, 2005
- PEREIRA, Paulo César Xavier – *Espaço, Técnica e Construção* – SP: Nobel, 1988.
- *São Paulo a construção da cidade/ 1872-1914* – São Carlos, Rima/FAPESP, 2004.
- ROLNIK, Raquel – *A cidade e a lei* – SP, Studio Nobel/FAPESP, 1997

- SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de – *Heliópolis: O percurso de uma invasão* – Tese de Livre Docência, FAUUSP, 1991.
- _____. *Vida na Favela* – In: *Habitação e Cidade*, SP- FAU USP/FAPESP, 1998.
- SARAIVA e MARQUES, Camila e Eduardo - *A dinâmica social das favelas da região metropolitana de São Paulo* - In: SP, CEM/CEBRAP. Centro de Estudos da Metrópole, 2003. (Disponível em www.centrodametropole.org.br/pdf, acesso em dez.2004)
- SEVCENKO, Nicolau – *Literatura como Missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República* – SP, Editora Brasiliense, 1995, (4 ed.)
- TANAKA, Marta M. S – *Favela & Periferia. Estudos de recomposição urbana* - SP, Tese de doutoramento apresentado à FAU-USP, 1993.
- TASCHNER e MAUTNER, Suzana Pasternak e Yvonne - *Habitação da Pobreza: Alternativas de moradia Popular em São Paulo* – Cadernos de Estudos e Pesquisas nº 5, FUPAM/FAU-USP, 1982.
- TASCHNER, Suzana Pasternak - *Alternativas habitacionais para população de renda baixa: Conceito, mensuração e evolução na cidade de São Paulo* – In: revista Sinopses nº 37, FAU/USP, São Paulo, abril 2002.
- VALLADARES, Licia do Prado – *A Invenção da Favela: Do mito de origem a favela.com* – RJ: Editora FGV, 2005.

Capítulo 2

- BERLINCK, Manoel T. – *Marginalidade Social e Relações de Classes em São Paulo* – Petrópolis, RJ. Edit. Vozes. 1977, (2ª Ed.)
- BLAY, Eva Alterman (organização) – *A Luta pelo Espaço*. Textos de Sociologia Urbana – Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.
- BOLAFFI, Gabriel – *Habitação e Urbanismo: O problema e o falso problema* – IN. MARICATO, Ermínia (organizadora) – *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial* – SP. Alfa Omega, 1982 (2ª ed.)
- BONDUKI, Nabil G. – *Origens do Problema da Habitação Popular em São Paulo: Primeiros Estudos* – IN.: Revista Espaço & Debates, nº 5, Ano2, SP, Cortez Editora/NERU, 1982.
- _____. *Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria* – São Paulo: Estação Liberdade, 2004, (4ª edição)
- BONNEWITZ, Patrice – *Primeiras Lições sobre a Sociologia de Pierre Bourdieu* – Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.
- BOURDIEU, Pierre – *O poder Simbólico* - RJ, Bertrand Brasil, 2005 (8ª ed.)
- BRESCIANI, Maria Stella M. – *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza* – SP: Editora Brasiliense, 1994, 8ª edição (Coleção Tudo é História nº 52)
- CARDOSO, CAMARGO E KOWARICK, Fernando H., Candido Procópio F.de e Lucio – *Consideraciones sobre el desarrollo de São Paulo: cultura y participacion* – Santiago de Chile. Eure, nº 3, outubro 1971.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri- *A cidade* – SP: Contexto, 1992 – (Coleção repensando a geografia)
- CASTELLS, Manuel – *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana* – SP. Martins Fontes, 1975
- CHALHOUB, Sidney – *Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial* – SP: Cia das Letras, 1999.
- CHAUÍ, Marilena – *O que é Ideologia?* – SP. Editora Brasiliense, 1981, 6ª edição – (Coleção Primeiros passos, 13)
- ENGELLS, Friedrich – *A Questão da habitação* – SP: Editora Acadêmica, 1987 – (tradução: Dainis Karepovs)
- KOWARICK, Lúcio – *A Espoliação Urbana* – RJ. Edit. Paz e Terra, 1979
- _____. *O preço do Progresso: Crescimento Econômico, Pauperização e Espoliação Urbana* – IN. MOISÉS, José Álvaro...(et al.) – *Cidade, Povo e Poder* – RJ. Edit. Paz e Terra, 1985 (2ªed.)
- KOWARICK e ANT, Lúcio e Clara – *Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo* – IN.: Kowarick, Lúcio; (organizador) - *As lutas sociais e a cidade* - RJ, Paz e Terra. 1988
- LEMO, Carlos A.C.- *Os primeiros Cortiços Paulistanos* – IN. Sampaio, Maria Ruth A. (coordenação) – *Habitação e Cidade* – SP. FAUUSP/FAPESP, 1998.

- MARICATO, Ermínia – *Habitação e Cidade* – SP, Atual Editora Omega, 1997
- MOTTA JUNIOR, Cesário – *Relatório de Comissão de Exame e Inspeção das habitações Operárias e Cortiços do Distrito de Santa Efigênia* – IN. Sampaio, Maria Ruth A. (coordenação) – *Habitação e Cidade* – SP. FAUUSP/FAPESP, 1998.
- OLIVEIRA, Francisco de – *Crítica à razão dualista* – SP:Boitempo, 2003
- OLIVEN, Ruben George – *Urbanização e mudança Social no Brasil* - RJ. Edit. Vozes. 1985, (2ª Ed.)
- PECHMAN, Robert Moses – *Os excluídos da Rua: Ordem urbana e Cultura Popular* - IN. Bresciani, Stella (coord.) – *Imagens da Cidade: Séculos XIX e XX* – SP: ANPUH/ Marco Zero, 1993
- PEREIRA, Paulo César Xavier – *São Paulo a construção da cidade/ 1872-1914* – São Carlos, Rima/ FAPESP, 2004.
- PERLMAN, Janice E. – *O Mito da Marginalidade. Favelas e política no Rio de Janeiro* – RJ: Paz e Terra, 1977.
- RESCHILIAN, Paulo R. – *A Produção de assentamentos precários em São José dos Campos: A favela Nova Tatetuba, um exemplo para análise* - SP, Tese de doutoramento apresentado à FAU-USP, 2004
- ROLNIK, Raquel – *O que é Cidade?*- SP. Editora Brasiliense, 1988a – (Coleção Primeiros passos, 203)
- _____*São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política* - IN.: Kowarick, Lúcio; (organizador) - *As lutas sociais e a cidade* - RJ, Paz e Terra. 1988b
- _____*A cidade e a lei* – SP, Studio Nobel/FAPESP 1997
- SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de – *Vida na Favela* – In: *Habitação e Cidade*, SP- FAU-USP/FAPESP, 1998.
- SILVA e BARBOSA, Jailson de Souza e Jorge Luiz – *Favela. Alegria e dor na cidade*- RJ, SENAC Rio, 2005
- TASCHNER, Suzana Pasternak - *Favelas e Cortiços no Brasil: 20 anos de pesquisas e políticas* - SP, Cadernos de Pesquisa do LAP- Laboratório de estudos sobre urbanização, arquitetura e preservação. N.º18, FAU-USP. Março/abril, 1997
- _____*Alternativas habitacionais para população de renda baixa: Conceito, mensuração e evolução na cidade de São Paulo* – In: revista Sinopses n.º 37, FAU/USP, São Paulo, abril 2002.
- TEIXEIRA, Antonio Carlos – *Cortiço: o pequeno espaço do povo* – Dissertação de Mestrado apresentada a FAUUSP, 1986.
- VALLADARES, Licia do Prado – *A Invenção da Favela: Do mito de origem a favela.com* – RJ: Editora FGV, 2005.
- VILLAÇA, Flávio – *O que todo cidadão precisa saber sobre Habitação* – SP:Global, 1986- (Cadernos de Educação Política, 16)

Capítulo 3

- ABUJAMRA, Wilson – *A Realidade sobre o problema Favela* – SP: Bentevegna, 1967
- BALTRUSIS, Nelson – *Mercado imobiliário informal em favelas e o processo de estruturação da cidade: um estudo sobre a comercialização de imóveis em favelas na RMSP* – Tese de doutorado apresentada a FAUUSP, 2005
- BONDUKI, Nabil G. - *Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria* – São Paulo: Estação Liberdade, 2004, (4ª edição)
- BONDUKI e ROLNIK, Nabil e Raquel – *Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho* – SP: FUPAM- FAUUSP, 1979 - (cadernos de estudos e pesquisa 2)
- BUENO, Laura M. Mello – *Projeto e Favela: metodologia para projetos de urbanização* – SP, Tese de doutoramento apresentado à FAU-USP, 2000.
- CAMARGO ET ALLI, Cândido Procópio Ferreira de – *São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza*- SP. Loyola, 1976 (5ª edição)
- COELHO, Maria Nelma Gomes – *A Urbanização da Favela do Autódromo, 1983-1996: decisão, ação e conflito*- Dissertação em História Econômica apresentada a FFLCH da USP, 2002
- FERREIRA, Rosa Maria Fischer – *A favela como solução de vida: um estudo do papel dos grupos informais na participação social de classes populares em São Paulo*- Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada a FFLCH da USP, 1977

- GODINHO, Marta Teresinha – *O Serviço Social nas Favelas* – SP. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para Escola de Serviço Social, 1955.
- GOHN, Maria da Glória – *Movimentos Sociais e luta pela moradia*- SP:Loyola, 1991
- JESUS, Carolina Maria de – *Quarto de despejo. Diário de uma favelada*- SP, Círculo do Livro,s/data.
- JUNQUEIRA, D. Helena Iracy (direção) – *O Desfavelamento do Canindé* – Divisão do Serviço Social da PMSP, IN. Revista Engenharia Municipal, Ano IX nº 23, out/dez de 1964
- KOWARICK, Lucio – *A Espoliação Urbana* – RJ. Edit. Paz e Terra, 1979
- MARQUES e TORRES, Eduardo e Haroldo G.(organizadores) – *São Paulo: Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais* – SP: SENAC, 2005
- PAOLI E DUARTE, Maria Célia e Adriano – *São Paulo no plural: espaço público e redes de sociabilidade* – In. Porta, Paula (organização) – *História da Cidade de São Paulo – volume 3* – SP:Paz e Terra, 2004
- PERLMAN, Janice E. – *O Mito da Marginalidade. Favelas e política no Rio de Janeiro* – RJ: Paz e Terra, 1977.
- PMSP, BOLETIM HABI/COPEP Nº 1, 1974
- SACHS, Céline – *São Paulo: Políticas Públicas e Habitação Popular* – SP: Edusp, 1999
- SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de – *Vida na Favela* – In: *Habitação e Cidade*, SP- FAU-USP/ FAPESP,1998.
- SANGIRARDI, Luiz Gomes Cardim – *As favelas, os arruamentos e a pavimentação das estradas municipais* – IN. Revista Engenharia Municipal, Ano I nº 4, dez de 1956
- SARAIVA e MARQUES, Camila e Eduardo - *A dinâmica social das favelas da região metropolitana de São Paulo* – IN. Marques e Torres, Eduardo e Haroldo G.(organizadores) – *São Paulo: Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais* – SP: SENAC, 2005
- SOUZA, Maria Adélia – *Metrópole e Paisagem: caminhos e descaminhos da urbanização* - In. Porta, Paula (organização) – *História da Cidade de São Paulo – volume 3* – SP:Paz e Terra, 2004
- SPOSATI, Aldaiza – *Vida Urbana e Gestão da Pobreza* - SP: Cortez, 1988
- TANAKA, Marta M. S. – M.U.D. _ A vivencia da realidade e a prática do fazer: Movimento universitário de desfavelamento – SP, Cadernos de Pesquisa do LAP- Laboratório de estudos sobre urbanização, arquitetura e preservação.FAU-USP. Maio junho, 1995.
- TASCHNER, Suzana Pasternak – *Favelas do Município de São Paulo: Resultados de pesquisa* - IN: Blay, Eva Alterman (organização) – *A Luta pelo Espaço*. Textos de Sociologia Urbana – Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.
- _____ *A cidade que virou favela* . SP. Revista Espaço & Debates, nº 12, 1984. NERU
- _____ *Favelas: fatos e Políticas* – SP, IN. Revista Espaço & Debates, nº 18, 1986, NERU.
- _____ *A cidade dos “sem terra”* - SP, IN. Revista Sinopse nº 09, Junho, 1986, FAU-USP.
- _____ *Favelas e Cortiços no Brasil: 20 anos de pesquisas e políticas* - SP, Cadernos de Pesquisa do LAP- Laboratório de estudos sobre urbanização, arquitetura e preservação.Nº18, FAU-USP. Março/abril, 1997
- VALLADARES, Licia do Prado – *A Invenção da Favela: Do mito de origem a favela.com* – RJ: Editora FGV, 2005.
- WACQUANT, Loïc – *Os condenados da cidade* – RJ:Revam/Fase, 2005 (2ªedição)

Capítulo 4

- ANSELMO, Alfredo – *A luta pela cidade na metrópole de São Paulo* - SP: Dissertação de Mestrado apresentada a FFLCH da USP, Departamento de Geografia, 1999
- BAGGIO, Ulysses da Cunha – *A Dinâmica das transformações sócio-espaciais da formas de sub-moradias no Município de São Paulo* – SP: Dissertação de Mestrado apresentada a FFLCH da USP, Departamento de Geografia, 1995
- BAGNATORI, Maura Icléa – *Luta pela vida, Luta pela moradia:a construção dos sujeitos sociais na favela “Dois de maio”* – SP: Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Serviço Social da PUC-SP, 1995

- BALTRUSIS, Nelson – *Mercado imobiliário informal em favelas e o processo de estruturação da cidade: um estudo sobre a comercialização de imóveis em favelas na RMSP* – SP: Tese de doutorado apresentada a FAUUSP, 2005
- BRANCO, Castelo – *Os posseiros do Monte Belo: Um estudo da arquitetura da favela* – SP: Dissertação de Mestrado apresentada a FAUUSP, 1981
- BRANQUINHO, Evânio dos Santos – *Do Higienópolis ao Heliópolis: Fragmentos urbanos de uma metrópole e a sua (crise de) identidade* – SP: Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de Geografia da FFLCH/USP, 2003
- BUENO, Laura M. Mello – *Projeto e Favela: metodologia para projetos de urbanização* – SP, Tese de doutoramento apresentado à FAU-USP, 2000.
- CARRIL, Lourdes de Fátima B. – *Quilombo, Favela e Periferia: A longa busca da cidadania* – Tese de doutoramento apresentado no Departamento de Geografia da FFLCH/USP, 2003
- DENALDI, Rosana – *Políticas de urbanização de favelas: Evolução e impasses* – SP, Tese de doutoramento apresentado à FAU-USP, 2003.
- FIX, Mariana – *Parceiros da Exclusão* – SP: Boitempo, 2001
- GOHN, Maria da Glória – *Movimentos Sociais e luta pela moradia* – SP: Loyola, 1991
- HADDAD, Fernanda de Macedo – *Práticas e representações do lazer dos moradores da favela Goiti* – SP: Dissertação de Mestrado apresentada a FAUUSP, 1999
- MADUREIRA, Daniele do Nascimento – *Mídia Impressa e pobreza: A favela e os favelados nos jornais FSP e OESP* – Monografia apresentada para conclusão do curso de Jornalismo Social para PUCSP- COGEAE, 2005
- MARICATO, Ermínia – *Habitação e Cidade* – SP, Atual Editora Omega, 1997
- _____ *As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento urbano no Brasil* – In. Arantes et alli – *A cidade do pensamento único* – SP: Vozes, 2000
- _____ *Posfácio* – IN: DAVIS, MIKE – *Planeta Favela* – SP. Boitempo Editorial, 2006.
- MARQUES, TORRES E SARAIVA, Eduardo, Haroldo G. e Camila – *Favelas no Município de São Paulo: estimativas de população para os anos de 1991, 1996 e 2000* – In: SP, CEM/CEBRAP. Centro de Estudos da Metrópole, 2003. (Disponível em www.centrodametropole.org.br/pdf, acesso em dez.2004)
- MARTINS, José de Souza – *A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais* – SP, Vozes. 2002.
- _____ *Exclusão Social e a nova Desigualdade* – SP: Paulus, 2003 (2ª edição)
- PMS – *Censo das Favelas do Município de São Paulo* – Dados preliminares, SEHAB/HABI, 1988
- RESCHILIAN, Paulo R. – *A Produção de assentamentos precários em São José dos Campos: A favela Nova Tatetuba, um exemplo para análise* – SP, Tese de doutoramento apresentado à FAU-USP, 2004
- SILVA, Flávia Elaine da – *Favela, que negócio é este? Um estudo sobre o projeto de urbanização da favela do Jaguaré no contexto dos negócios urbanos e de sua reprodução crítica* – SP: Dissertação de Mestrado apresentada a FFLCH da USP, Departamento de Geografia, 2006
- SILVA, Helena Maria Menna Barreto – *Terra e moradia: que papel para o município?* – Tese de doutoramento apresentado à FAU-USP, 1997
- SILVA e BARBOSA, Jailson de Souza e Jorge Luiz – *Favela. Alegria e dor na cidade* – RJ, SENAC Rio, 2005
- TANAKA, Marta M. S – *Favela & Periferia. Estudos de recomposição urbana* – SP, Tese de doutoramento apresentado à FAU-USP, 1993
- TASCHNER e MAUTNER, Suzana Pasternak e Yvonne – *Alternativas habitacionais para população de renda baixa: produção, distribuição e consumo* – IN. Revista Sinopses Nº 1, SP, FAU-USP. Outubro de 1981.
- _____ *Habitação da Pobreza: Alternativas de moradia Popular em São Paulo* – Cadernos de Estudos e Pesquisas nº 5, FUPAM/FAU-USP, 1982.
- TASCHNER, Suzana Pasternak – *Moradia da Pobreza: Habitação sem saúde* – Tese de doutorado apresentada à Faculdade de saúde Pública da USP, 1982

- _____*A cidade que virou favela* . SP. Revista Espaço & Debates, nº 12, 1984. NERU
- _____*Favelas: fatos e Políticas* – SP, IN. Revista Espaço & Debates, nº 18, 1986, NERU.
- _____*A cidade dos “sem terra”* - SP, IN. Revista Sinopse nº 09, Junho, 1986, FAU-USP.
- _____*Tendências nas Condições habitacionais (1940-1984)* – SP, IN. Revista Espaço & Debates, nº 22, 1987, NERU.
- _____*Heterogeneidade na favela* - SP, IN. Revista Sinopse nº 11, 1988, FAU-USP.
- _____*Mudanças no padrão de urbanização: novas abordagens para a década de 90* – SP, IN. Revista Espaço & Debates, nº 36, 1992, NERU.
- _____*Notas sobre a origem e a evolução das favelas paulistanas* – SP, In. Revista Sinopse, nº 19, junho de 1993, FAU-USP.
- _____*Degradação Ambiental nas favelas em São Paulo* - SP, IN. Revista Espaço & Debates, nº 39, 1996, NERU.
- _____*Favelas e Cortiços no Brasil: 20 anos de pesquisas e políticas* - SP, Cadernos de Pesquisa do LAP- Laboratório de estudos sobre urbanização, arquitetura e preservação. Nº18, FAU-USP. Março/abril, 1997
- _____*São Paulo: moradia da pobreza e o redesenho da cidade* – SP, IN *Habitação e Cidade* – (coordenação Maria Ruth de Sampaio) – SP, FAPESP-FAU-USP, junho, 1998.
- _____*Desenhando os espaços da Pobreza* - Tese de Livre Docência, FAUUSP, 2001
- _____*Alternativas habitacionais para população de renda baixa: Conceito, mensuração e evolução na cidade de São Paulo* – In: revista Sinopses nº 37, FAU/USP, São Paulo, abril 2002.
- VALLADARES, Licia do Prado – *A Gênese da Favela Carioca. A produção anterior às ciências sociais*. Revista Brasileira de C. Sociais, volume 15, número 44, out.2000. ANPOCS.
- VALLADARES, Licia do Prado – *A Invenção da Favela: Do mito de origem a favela.com* – RJ: Editora FGV, 2005.
- VALLADARES e MEDEIROS, Licia do Prado e Lidia - *Pensando as Favelas do Rio de Janeiro – 1906-2000: Uma bibliografia analítica* – Rio de Janeiro: FAPERJ e Relume Dumara, 2003.
- VÉRAS e TASCHNER, Maura e Suzana P – *Evolução e Mudanças das favelas paulistanas* – SP, IN. Ver. Espaço & Debates, nº 31, 1990, NERU.

Capítulo 5

- DENALDI, Rosana – *Políticas de urbanização de favelas: Evolução e impasses* - SP, Tese de doutoramento apresentado à FAU-USP, 2003.
- LAGO, Luciana Corrêa do – *Re-conceituando os termos da ilegalidade e da segregação urbana* – Texto apresentado no X Encontro Nacional da ANPUR, 2003.
- SILVA e BARBOSA, Jailson de Souza e Jorge Luiz – *Favela. Alegria e dor na cidade*- RJ, SENAC Rio, 2005
- TASCHNER, Suzana Pasternak - *Alternativas habitacionais para população de renda baixa: Conceito, mensuração e evolução na cidade de São Paulo* – In: revista Sinopses nº 37, FAU/USP, São Paulo, abril 2002.
- VALLADARES, Licia do Prado – *A Invenção da Favela: Do mito de origem a favela.com* – RJ: Editora FGV, 2005.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)